

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

CAMILA ACOSTA CAMARGO

**Captura e reconfiguração do jornalismo digital independente e alternativo:
o papel da filantropia das fundações internacionais**

São Paulo
2024

CAMILA ACOSTA CAMARGO

**Captura e reconfiguração do jornalismo digital independente e alternativo:
o papel da filantropia das fundações internacionais**

Versão Original

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Linha de pesquisa I: Comunicação, redes e linguagens: objetos teóricos e empíricos, área de concentração: Ciências da Comunicação, como exigência para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Aparecida Figaro Paulino.

**São Paulo
2024**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Camargo, Camila Acosta

Captura e reconfiguração do jornalismo digital independente e alternativo: o papel da filantropia das fundações internacionais / Camila Acosta Camargo; orientadora, Roseli Figaro. - São Paulo, 2024.
302 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão original

1. Jornalismo digital independente. 2. Financiamento do jornalismo. 3. Crítica da filantropia. 4. Fundações filantrópicas. 5. Ideologia do terceiro setor. I. Figaro, Roseli. II. Título.

302.2

CDD 21.ed. -

CAMARGO, Camila Acosta. Captura e reconfiguração do jornalismo digital independente e alternativo: o papel da filantropia das fundações internacionais. 2024. *Tese*. (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento: _____

In memoriam

Dedico esta tese à memória de Sophia de Oliveira, que
permanece eternamente em nossos corações.

AGRADECIMENTOS

Essa tese não é de minha propriedade. Aqui não se encontra qualquer exclusividade, mas sim a tradução de um saber compartilhado entre muitas mentes e mãos trabalhadoras, desde os autores com quem dialogamos, os professores que nos orientam, os colegas de pesquisa e de jornada profissional e os participantes das investigações. Todos contribuíram imensamente durante estes anos de imersão nos temas do mundo do trabalho, da filantropia, do terceiro setor e do jornalismo independente.

Sou muito grata pela disponibilidade de todas as entrevistadas e entrevistados que doaram seu tempo para a investigação, sem os quais essa tese não seria possível. Esperamos que sua contribuição possa retornar, por meio da função social da pesquisa científica, para fortalecer o trabalho que realizam em suas áreas de atuação.

Expresso minha gratidão à minha orientadora, professora Roseli Figaro, cuja influência em minha trajetória acadêmica remonta à minha primeira semana de aulas na Universidade de São Paulo, quando eu, aos 19 anos, ingressei na graduação em Relações Públicas. Desde então, ao longo da orientação do mestrado e agora durante todo o percurso do doutorado, Roseli esteve sempre disponível para orientar, apoiar minhas decisões, compartilhar conhecimentos e aprender conjuntamente.

Não é por acaso que dessa dedicação incansável brota e perdura, há 20 anos, o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, um grupo forte em suas pesquisas e sólido em suas relações. Com os queridos colegas do grupo eu não apenas aprendo e compartilho, mas também me divirto, pois é preciso lutar pelo tempo de lazer em meio a tanta dedicação ao trabalho – e ao mundo do trabalho. Meu caloroso agradecimento aos integrantes Cláudia Nonato, Fernando Pachi, Naiana Rodrigues, Thales Lelo, Rafael Rodrigues, Yonara Santana, Tania Caliarí, Mayra Castro, Luana Medina, Gabriel Soares, Thaís Aiello, Daniela Oliveira, Cláudia Rebechi e Gilson Raslan Filho. Sou grata ao Rafael Grohmann por sempre responder prontamente às minhas dúvidas. Ao João Augusto Moliani, agradeço por nos fazer rir sempre. À Ana Flávia Marques e Jamir Kinoshita, agradeço a parceria durante os desafiadores anos de doutorado, os quais enfrentamos juntos, sem jamais soltarmos as mãos.

Quero também declarar meu reconhecimento aos professores e funcionários da Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. Agradeço à

Maria e à Mirian pela dedicação aos alunos em seu trabalho na secretaria da Pós-graduação. Parabenizo ainda o esforço dos colegas de curso, dos representantes discentes e organizadores do Conexão Pós.

Agradeço aos queridos professores que estiveram presentes em minha banca de qualificação, Prof. Celso Frederico e Prof. Carlos Montañó, cujas contribuições foram transformadoras para esse trabalho. Essa pesquisa não seria possível sem a literatura de autoria do Prof. Montañó, uma das bases de toda a minha trajetória na ciência. Agradeço também aos professores integrantes da banca examinadora desta tese: minha querida colega Profa. Janaina Visibeli Barros e aos excelentes pesquisadores e professores Rafael Bellan Rodrigues de Souza e Afonso de Albuquerque.

Dedico um agradecimento muito especial ao professor Martin Scott, que me recebeu como pesquisadora visitante na Universidade de East Anglia, acolhendo minha proposta de pesquisa com humildade e de braços abertos. Além do agradecimento, quero parabenizá-lo por seu essencial trabalho para o campo de estudos que buscamos desvelar. Como parte dessa vivência inesquecível no Reino Unido, sou grata à Sofia Miranda, uma amiga que poderia ser uma irmã, e ao Khaled Esber, por me apresentar um mundo novo. Vocês mudaram a minha vida e sinto muita falta de nosso tempo juntos. Agradeço ao Gérard Goule por ter me aberto o seu lar. Nossas conversas entre um chá e um café completaram a minha experiência. Ao Cameron Philips, pela cuidadosa preocupação com o meu bem-estar. Aos funcionários da Universidade de East Anglia. À CAPES, que tornou toda essa experiência possível por meio do doutorado sanduíche (Processo 88887.695055/2022-00), e à dedicação dos técnicos que me assistiram.

Agradeço especialmente à Evangelina Araújo, cujo apoio à minha trajetória acadêmica e profissional tem sido constante ao longo dos últimos 10 anos. Sem sua confiança no meu trabalho, eu não estaria onde estou hoje. Quero estender meus agradecimentos aos queridos companheiros do Instituto Ar, Maria Victória Beligni, Roberta Brandão, Brenda Kauane, Martina Horvath e Hélio Wicher Neto, que me apoiaram e respeitaram o meu momento.

À Grazi e à Ingrid, minhas grandes amigas, meu profundo agradecimento pelo apoio contínuo, pela crença em mim e por estarem sempre presentes em minha vida. Ao Mauricio Guimarães, minha gratidão pela parceria em inúmeros projetos, pela confiança em meu trabalho e pela dedicação à Eixo Social. Aos meus queridos amigos Nayara Romero, Bruno Giorgi, Tatiana Boleta e Mariana Freitas, agradeço por tudo que trocamos. Rafael Rocha, agradeço por compartilhar o caféto. Obrigada Renan Dias e Guilherme Pinho por todo o amor. À Livea Maria Gomes, agradeço

por sempre me lembrar do que é verdadeiramente importante na vida. Agradeço Rena Orofino por seu incentivo diário. Obrigada Mariana Rosa pela nossa amizade. Fer Amorim, agradeço a presença em nossas vidas. Obrigada Mariana Guarda e Marina Paolucci pela força compartilhada. Obrigada Fernanda Lagroteria pelo incentivo.

Ao José Amâncio da Silva e à Rejane Melo, obrigada por me acolherem em sua linda família e por dedicarem suas vidas a nós.

Ao Gabriel Silva dedico meu mais profundo agradecimento. Eu não poderia compartilhar a vida com alguém melhor. Esta tese não existiria sem nossas incansáveis horas de trocas e estudos e sem as suas leituras e contribuições. Você me apoiou nos momentos em que mais precisei, cuidou do nosso lar para que eu pudesse desbravar o mundo e estive ao meu lado nessa jornada sem nunca deixar de acreditar no meu potencial.

Aos nossos companheirinhos, Mustela e Mayu, obrigada por nos trazerem vida. Ao Evandro Cunha e à Vanessa Magalhães por cuidarem deles com dedicação e afeto. À memória da Mingau, à Páprica e à Neve por espalharem alegria.

À minha avó Clotilde Brandão, meu sincero agradecimento por sempre me receber com um sorriso no rosto e por ser um exemplo de força.

Declaro minha eterna gratidão, que transcende as palavras, à minha mãe, Neli Acosta Camargo, a mulher mais incrível e inteligente que já conheci. Você me apoia e acredita em mim, telefona todos os dias, zela pela nossa felicidade e doa sua vida a nós. Ao meu pai, Marcos Leme de Camargo, incansavelmente dedicado em sua tarefa de vida como pai, marido, filho e irmão. Você me inspira a um dia alcançar ao menos 1% de toda a sua engenhosidade e criatividade. Cresci em uma família de profissionais da educação, preocupados com a nossa formação, o que abriu todas as portas para que eu e minha irmã, Karina Acosta Camargo, pudéssemos crescer e brilhar.

E Karina brilha, radiante. Certamente uma das pessoas mais excepcionais que alguém pode ter o prazer de conhecer nesta breve existência. Ká, agradeço por ser aquela que mais torce por mim, por ser minha fonte de inspiração e por compartilhar a jornada da vida ao meu lado.

Por fim, agradeço e dedico esta tese à memória da minha avó Sophia de Oliveira. Perdemos em 2023 a grande luz da família, mas ela não se apagou. Permanece em nossos corações, com seu sorriso bondoso e seu carinho infinito. Obrigada!

Você realmente acredita que o sistema vai te financiar para desmontá-lo?

Incite!

RESUMO

Esta tese trata da investigação do financiamento do jornalismo digital independente e alternativo no Brasil por fundações filantrópicas internacionais. Há, na contemporaneidade, um investimento crescente de recursos financeiros, bem como de recursos imateriais representados por fomentos a capacitações profissionais e outros tipos de articulações, advindos sobretudo de fundações internacionais, institutos nacionais e empresas de plataformas direcionados ao jornalismo realizado fora do circuito *mainstream*. Temos como *premissa* que o investimento de caráter filantrópico advindo das potências globais ocidentais é representativo de práticas hegemônicas com função determinada na reprodução social do valor, propagação ideológica e consequente manutenção da forma econômica, política e sociocultural capitalista, com caráter intrinsecamente imperialista. Levantamos a *hipótese* de que no Brasil, o jornalismo digital independente e alternativo passa por um processo de captura e reconfiguração, no qual suas práticas de organização e gestão do trabalho e da comunicação são potencialmente determinadas pelas estruturas de financiamento filantrópico. Nosso *objetivo* é identificar como as estratégias de investimento filantrópico impactam a constituição destas mídias e suas condições de produção, tendo como *objeto* particular a articulação e o financiamento especificamente proveniente de fundações privadas internacionais. Desse modo, duas questões de pesquisa mobilizaram o arcabouço teórico e empírico da tese, a saber: por quais mecanismos a filantropia captura e reconfigura a produção jornalística digital independente e alternativa? e; quais aspectos na formatação dessa produção indicam sua reconfiguração? Para respondê-las, adotamos uma abordagem empírica multimétodos que consiste, primeiramente, no mapeamento de informações *online*. O segundo método destacado é a identificação dos financiadores e a respectiva análise de seus bancos de dados públicos a partir de um recorte temporal entre os anos de 2020 e 2023. Foram, então, selecionados para o estudo as seguintes instituições: Open Society Foundations, Ford Foundation, Luminate, Oak Foundation e Fundação Heinrich Böll. Para complementar o levantamento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de caráter institucional com representantes tanto dos financiadores quanto dos favorecidos. Os *resultados* apontam a existência, no período, de 93 projetos distribuídos em 40 organizações, totalizando 17 milhões de dólares investidos. Observou-se, ainda, que estes valores são subestimados, tendo em vista a perda do rastro de investimento quando não há dados públicos ou quando são repassados para organizações intermediárias. Identificamos a existência de uma rede de poder, formada a partir da articulação conjunta entre os financiadores. A captura e a reconfiguração do jornalismo operam por meio da normatização e padronização de práticas e discursos, bem como da distribuição de papéis entre as instituições favorecidas, com atenção particular aos intermediários de financiamento e de articulação. Há, como efeito desse processo, a naturalização da formas sem fins lucrativos e crescente onguização do jornalismo. Concluímos que a reconfiguração do setor é mobilizada por estratégias filantrópicas, mas não apenas, e compõe parte de um movimento maior de plataformização do jornalismo.

Palavras-chave: Arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. Jornalismo digital independente. Financiamento do jornalismo. Plataformização do jornalismo. Jornalismo sem fins lucrativos. Crítica da filantropia. Fundações filantrópicas. Ideologia do terceiro setor.

ABSTRACT

This thesis investigates the funding of independent and alternative digital journalism in Brazil by international philanthropic foundations. In contemporary times, there is a growing investment of financial resources, as well immaterial resources represented by professional training and other types of articulations, mainly from international foundations, national institutes, and platform companies directed towards journalism conducted outside the mainstream circuit. We *premise* that philanthropic investment from Western global powers is representative of hegemonic practices with a specific function in the social reproduction of value, ideological propagation, and consequent maintenance of the capitalist economic, political, and socio-cultural form, with an inherently imperialistic character. We *hypothesize* that in Brazil, independent and alternative digital journalism undergoes a process of capture and reconfiguration, in which its organizational and labor management practices are potentially determined by philanthropic funding structures. Our *objective* is to identify how philanthropic investment strategies impact the constitution of these media and their production conditions, with a *research focus* on the articulation and funding specifically from international private foundations. Thus, two key *research questions* mobilized the theoretical and empirical framework of the thesis, namely: through which mechanisms does philanthropy capture and reconfigure independent and alternative digital journalistic production? and which aspects in the formatting of this production indicate its reconfiguration? To answer them, we adopted a multimethod empirical approach consisting firstly of mapping online information. The second highlighted method is the identification of funders and the respective analysis of their public grants databases from a time frame between 2020 and 2023. The following foundations were selected for the study: Open Society Foundations, Ford Foundation, Luminate, Oak Foundation, and Heinrich Böll Foundation. To complement the investigation, institutional semi-structured interviews were conducted with representatives of both funders and recipients. The results indicate the existence, during the period, of 93 projects distributed among 40 organizations, totaling 17 million dollars invested. It was also observed that this amount is underestimated, considering the loss of investment trace when there are no public data or when they are passed on to intermediary organizations. We identified the existence of a power network formed from joint articulation among funders. The capture and reconfiguration of journalism operate through the standardization of practices and discourses, as well as the distribution of roles among favored institutions, with particular attention to funding and articulation intermediaries. As a result of this process, there is a naturalization of the non-profit form and a growing NGO-ization of journalism. We conclude that the sector's reconfiguration is mobilized by philanthropic strategies, but not solely, and it constitutes part of a larger movement towards the platformization of journalism.

Keywords: Alternative for media corporations. Independent digital journalism. Funding of journalism. Platformization of journalism. Nonprofit journalism. Philanthropy critique. Philanthropic foundations. Third sector ideology.

RESUMEN

Esta tesis trata de la investigación del financiamiento del periodismo digital independiente y alternativo en Brasil por parte de fundaciones filantrópicas internacionales. En la contemporaneidad, hay una creciente inversión de recursos financieros, así como de recursos inmateriales representados por el apoyo a capacitaciones profesionales y otros tipos de articulaciones, provenientes principalmente de fundaciones internacionales, institutos nacionales y empresas de plataformas dirigidas al periodismo realizado fuera de la gran prensa. Partimos de la *premisa* de que la inversión filantrópica de las potencias globales occidentales es representativa de prácticas hegemónicas con una función específica en la reproducción social del valor, la propagación ideológica y el consiguiente mantenimiento de la forma económica, política y sociocultural capitalista, con un carácter intrínsecamente imperialista. Planteamos la hipótesis de que, en Brasil, el periodismo digital independiente y alternativo atraviesa un proceso de captura y reconfiguración, en el cual sus prácticas de organización y gestión del trabajo y la comunicación son potencialmente determinadas por las estructuras de financiamiento filantrópico. Nuestro *objetivo* es identificar cómo las estrategias de inversión filantrópica impactan en la constitución de estos medios y sus condiciones de producción, centrándonos específicamente en la articulación y financiamiento proveniente de fundaciones privadas internacionales. Por lo tanto, dos *preguntas de investigación* movilizaron el marco teórico y empírico de la tesis, a saber: ¿por qué mecanismos la filantropía captura y reconfigura la producción periodística digital independiente y alternativa? y; ¿qué aspectos en la formación de esta producción indican su reconfiguración? Para responder a estas preguntas, adoptamos un enfoque empírico multimétodo que consiste, en primer lugar, en el mapeo de información en línea. El segundo método destacado es la identificación de los financiadores y el análisis respectivo de sus bases de datos públicas desde un recorte temporal entre los años 2020 y 2023. Luego, se seleccionaron para el estudio las siguientes instituciones: Open Society Foundations, Ford Foundation, Luminate, Oak Foundation y Fundación Heinrich Böll. Para complementar el relevamiento, se realizaron entrevistas semiestructuradas de carácter institucional con representantes tanto de los financiadores como de los favorecidos. Los resultados señalan la existencia, en el período, de 93 proyectos distribuidos en 40 organizaciones, con una inversión total de 17 millones de dólares. También se observó que estos valores están subestimados, dado que se pierde el rastro de la inversión cuando no hay datos públicos o cuando se transfieren a organizaciones intermediarias. Identificamos la existencia de una red de poder, formada a partir de la articulación conjunta entre los financiadores. La captura y reconfiguración del periodismo operan mediante la normalización y estandarización de prácticas y discursos, así como la distribución de roles entre las instituciones beneficiarias, prestando especial atención a los intermediarios de financiación y articulación. Como resultado de este proceso, se produce la naturalización de la forma sin fines de lucro y una creciente ONGización del periodismo. Concluimos que la reconfiguración del sector es impulsada por estrategias filantrópicas, pero no únicamente, y forma parte de un movimiento más amplio de plataformización del periodismo.

Palabras clave: Alternativa para las corporaciones de medios. Periodismo digital independiente. Financiamiento del periodismo. Plataformización del periodismo. Periodismo sin fines de lucro. Crítica a la filantropía. Fundaciones filantrópicas. Ideología del tercer sector.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Principais fontes de receita da mídia independente digital.....	23
Figura 2: Métodos de pesquisa	30
Figura 3: Tipologia de redes de jornalismo independente digital brasileiro	128
Figura 4: Mapa de arranjos econômicos alternativos por região.....	130
Figura 5: Estrutura das organizações da sociedade civil segundo a legislação brasileira.....	137
Figura 6: Grafo de interrelações de financiamento das fundações privadas.....	152
Figura 7: Temas de financiamento no Brasil em maior destaque nas fundações estudadas.....	183
Figura 8: Portal de Notícias do Vozes das Periferias em 2018.....	216
Figura 9: Página institucional do Vozes das Periferias em 2024	217
Figura 10: Cabeçalho do website da Amazônia Real	217
Figura 11: Área “quem financia” da Ponte Jornalismo.....	218
Figura 12: Campanha de financiamento da Agência Mural.....	225
Figura 13: Lógicas interacionais do jornalismo independente e alternativo financiado filantropicamente..	249
Figura 14: Linha do tempo do Festival 3i e da Ajour, e sua relação com os financiadores	257
Figura 15: Fotografia do Festival 3i de 2023 – painel sobre financiamento do jornalismo.....	258
Figura 16: Trecho do “Guia básico de financiamento do jornalismo digital brasileiro” da Ajour.....	259

Gráficos

Gráfico 1: Atualização dos dados dos arranjos econômicos alternativos em 2024.....	133
Gráfico 2: Categoria dos CNPJs dos arranjos econômicos alternativos em 2024	135
Gráfico 3: Quantidade de instituições por quantidade de projetos financiados entre 2020 e 2023	153
Gráfico 4: Quantidade de instituições que renovaram o apoio com o mesmo financiador entre 2020 e 2023	154
Gráfico 5: Quantidade de instituições que receberam apoio de diferentes financiadores entre 2020 e 2023.....	154
Gráfico 6: Quantidade de projetos por financiador entre 2020 e 2023.....	158
Gráfico 7: Valores totais investidos por fundações em projetos de jornalismo digital entre 2020 e 2023.....	159

Tabelas

Tabela 1: Fundações privadas nos EUA com registro 501(c)(3) classificadas por ano de criação.....	52
Tabela 2: Top 3 países favorecidos por financiamentos de plataformas em projetos de jornalismo	97
Tabela 3: Maiores organizações de jornalismo sem fins lucrativos nos Estados Unidos	106
Tabela 4: Top 10 fundações financiadoras de jornalismo e mídia de interesse público nos EUA.....	107
Tabela 5: Top financiadores filantrópicos globais em projetos de jornalismo.....	109
Tabela 6: Núcleos de arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.....	132
Tabela 7: Arranjos econômicos alternativos ativos em 2024 e sua formalização jurídica.....	133
Tabela 8: Formalização dos arranjos econômicos alternativos como pessoa jurídica comparada entre 2018 e 2024	135
Tabela 9: Projetos de jornalismo digital vinculados a fundações categorizados por organização entre 2020 e 2023	151
Tabela 10: Valores investidos em projetos de jornalismo por fundações, categorizados por favorecidos entre 2020 e 2023.....	155
Tabela 11: Valores totais investidos por fundações em projetos de jornalismo digital entre 2020 e 2023	158
Tabela 12: Destaques de financiamento da Ford Foundation entre 2020 e 2023	160
Tabela 13: Destaques de financiamento da Open Society Foundations entre 2020 e 2022*	161
Tabela 14: Destaques de financiamento da Luminate entre 2020 e 2023	162
Tabela 15: Destaques de financiamento da Oak Foundation entre 2020 e 2021*	163
Tabela 16: Detalhamento sobre o financiamento de instituições favorecidas que concederam depoimentos formais	166
Tabela 17: Considerações acerca dos dados de financiamento do jornalismo por fundações	168
Tabela 18: Exemplos de projetos financiados na temática ambiental, climática e indígena.....	184
Tabela 19: Exemplos de projetos financiados no tema de combate à desinformação e polarização política.	191
Tabela 20: Quantidade de funcionários alocados no Brasil em cada fundação segundo dados do LinkedIn	192
Tabela 21: Exemplos de projetos financiados para a realização de advocacy na temática da informação	203
Tabela 22: Evidências que contemplam a Questão da Pesquisa 1	278
Tabela 23: Evidências que contemplam a Questão da Pesquisa 2	279

LISTA DE SIGLAS

Abraji	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
Ajor	Associação de Jornalismo Digital
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDR	Coalizão Direitos na Rede
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Central Intelligence Agency
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPCT	Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EI	Empresa individual
EIRELI	Empresa individual de responsabilidade limitada
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNI	Google News Initiative
ICS	Instituto Clima e Sociedade
ICFJ	International Center for Journalists
IFPIM	International Fund For Public Interest Media
IJNet	Rede de Jornalistas Internacionais
INN	Institute for Nonprofit News
IRS	Internal Revenue Service

LTDA	Sociedade Limitada
MEI	Microempreendedor Individual
MJP	Meta Journalism Project
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NORC	National Opinion Research Center
NPR	National Public Radio
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSF	Open Society Foundations
PT	Partido dos Trabalhadores
PBS	Public Broadcasting Service
PIB	Produto Interno Bruto
QP1	Questão de pesquisa 1
QP2	Questão de pesquisa 2
ROI	Retorno Sobre o Investimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
A trajetória da hipótese de pesquisa	24
A seleção dos métodos	29
A estrutura da tese.....	31
CAPÍTULO 1	
A FILANTROPIA E O PRIVILÉGIO DA DESIGUALDADE	34
1.1. A caridade entre a moral cristã e a tradição liberal	37
1.2. O evangelho da riqueza	40
1.3. O controverso estabelecimento das fundações privadas nos Estados Unidos	44
1.4. O complexo industrial sem fins lucrativos e a captura da resistência	46
1.5. A questão social e a ideologia do terceiro setor	49
1.6. Renovação da filantropia corporativa e a busca por resultados de impacto	52
1.7. O caráter normativo dos estudos da filantropia e do terceiro setor.....	54
CAPÍTULO 2	
HEGEMONIA ECONÔMICA E CULTURAL, IMPERIALISMO E O PAPEL DA COMUNICAÇÃO	56
2.1. Imperialismo, expropriação e expansão contínua.....	57
2.2. As formas de hegemonia do capital e a Guerra Fria Cultural.....	60
2.3. Sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia.....	64
2.4. Da racionalidade hegemônica taylorista à neoliberal	68
2.5. A conversão mercantil-filantrópica das lutas sociais no Brasil.....	72
2.6. Meios de comunicação como meios de produção e reprodução de hegemonias.....	77
CAPÍTULO 3	
FINANCIAMENTO FILANTRÓPICO DO JORNALISMO	84
3.1. Jornalismo e a crise estrutural do capital	85
3.2. Plataformização do jornalismo	92
3.3. Financiamento do jornalismo por plataformas digitais	96
3.4. Jornalismo sem fins lucrativos e seu financiamento por fundações privadas	101

3.5.	Autopercepção dos financiadores filantrópicos.....	109
3.6.	As formas de captura do jornalismo	111

CAPÍTULO 4

O OLHAR DA INVESTIGAÇÃO: A PERSPECTIVA DO OBJETO116

4.1.	Objeto de investigação	120
4.1.1.	Conceituação dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia	121
4.1.2.	Identificação dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.....	129
4.1.3.	Associações sem fins lucrativos de comunicação e jornalismo no Brasil.....	136
4.1.4.	Financiamento dos arranjos econômicos alternativos	140
4.2.	Mapeamento <i>online</i>	141
4.2.1.	Identificação dos financiadores	142
4.3.	Banco de dados	148
4.3.1.	Destaques dos bancos de dados	150
4.4.	Depoimentos institucionais	163
4.4.1.	Depoimentos das fundações	164
4.4.2.	Depoimentos das instituições favorecidas.....	165
4.5.	Considerações sobre os métodos e técnicas.....	167

CAPÍTULO 5

O OLHAR DE QUEM DOA: A PERSPECTIVA DAS FUNDAÇÕES173

5.1.	O posicionamento no espectro político-ideológico.....	175
5.2.	Sob a lente externa: os discursos sobre o Brasil.....	181
5.3.	Organização e racionalização do trabalho	192
5.4.	Jornalismo tradicional x jornalismo ativista	196
5.5.	O que as fundações pensam sobre as corporações de tecnologia.....	202

CAPÍTULO 6

O OLHAR DE QUEM RECEBE: A PERSPECTIVA DOS JORNALISTAS208

6.1.	O processo de naturalização da forma sem fins lucrativos.....	209
6.2.	A reprodução do modelo de negócios	220
6.3.	Conflito de interesses entre as exigências das plataformas e das fundações	229
6.4.	Percepções sobre influências editoriais.....	234

CAPÍTULO 7

A RECONFIGURAÇÃO DO JORNALISMO INDEPENDENTE E ALTERNATIVO .238

- 7.1. A normalização do conceito de ecossistemas de mídia e suas implicações..... 240
- 7.2. Lógicas interacionais do jornalismo independente e alternativo financiado filantropicamente..... 245
- 7.3. Rede de poder..... 250
- 7.4. Intermediários: o caso da Ajour e do Festival 3i 255
- 7.5. Rede de trabalho colaborativo 262
- 7.6. A criação de um fundo filantrópico para o Jornalismo no Brasil..... 266

CONSIDERAÇÕES271

REFERÊNCIAS.....281

INTRODUÇÃO

Este é um estudo que tem como *objeto* a articulação e o financiamento filantrópico advindo de fundações privadas no universo do jornalismo digital independente e alternativo às corporações de mídia. O *objetivo* é identificar como as estratégias de investimento filantrópico impactam a constituição do ambiente destas mídias e suas condições de produção. Nossa *hipótese* é de que no Brasil, o jornalismo digital independente e alternativo passa por um processo de captura e reconfiguração, no qual suas práticas de organização e gestão do trabalho e da comunicação são potencialmente determinadas pelas estruturas de financiamento filantrópico.

No Brasil, na América Latina e em diversos países – especialmente os periféricos – em todo o mundo de forma semelhante, as iniciativas noticiosas alternativas adquiriram na última década novas características diante da expansão das plataformas de redes sociais e plataformas de mensageria (Harlow, 2022), bem como diante da eclosão de movimentos sociopolíticos com alta expressão nas redes e nas ruas, posicionados da esquerda à direita no espectro ideológico. Parte delas não apenas mudou para um novo formato de mídia, como nasceu especificamente nessa realidade, são nativas digitais. O estabelecimento das grandes plataformas como principais meios de comunicação e informação (e, respectivamente, principais empresas e mercados deste segmento) não é um evento isolado, mas ocorreu em meio a mudanças de grande escala nos sistemas produtivos.

Assim, o jornalismo digital independente e alternativo não é apenas fruto das grandes mudanças na forma como a informação é consumida, ou como a organização política e social se dá neste intermédio, mas sobretudo sucede a reestruturação produtiva - econômica e tecnológica - que fundamenta as extensas modificações no campo da comunicação e da disseminação de informação, desde sua produção até a sua circulação.

É neste contexto que, em 2016, o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo, CPCT-USP, inaugurou no Brasil uma trajetória de investigação para mapear este novo fenômeno, com a necessidade de edificar as bases que sustentam teoricamente sua abordagem a partir de um olhar empírico para a sua prática real. O estudo respondia à ascensão deste formato de produção jornalística que teve um marco desde as manifestações de junho de 2013 e toda a movimentação política que se seguiu no país após este período.

O primeiro relatório no tema foi publicado sob o título: *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia* (Figaro, 2018). A terminologia ‘arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia’ que nomeia a pesquisa foi alcunhada para se referir a iniciativas estabelecidas como contraponto à produção jornalística dominante. O conceito *arranjo* tem inspiração em seu uso comum na língua portuguesa, como o ato de “pôr em ordem a partir de determinados fatores, buscando potencializar a energia própria, a disposição e a vontade” (Figaro, 2018, p. 17). Também perpassa a teoria econômica, na qual arranjos econômicos são conceituados como “aglomerações produtivas cujas articulações entre agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-los como sistemas” (Suzigan 2004, p. 545 apud Figaro, 2018, p. 18).

A partir de uma estratégia de mapeamento, um ciclo de entrevistas em profundidade e grupos de discussão realizados na pesquisa iniciada em 2016, somados aos dados coletados ao longo da presente tese, identificamos aspectos comuns em meio ao mar de diferenças entre cada iniciativa jornalística digital. Em sua particularidade e com o empenho da força de trabalho, cada arranjo organizativo produz inovação a partir dos escassos recursos que disponibiliza. Partem de saberes adquiridos na relação profissional com a mídia dominante, com os conhecimentos instituídos do mundo do trabalho do jornalismo e suas vivências individuais em distintos contextos - periférico, urbano, rural, regional, de distintas militâncias, entre inúmeros outros. Chamamos de inovação a capacidade criativa do trabalhador de responder aos obstáculos impostos por um modelo econômico aniquilador em um sistema midiático já estabelecido, monopolista e em crise.

Os arranjos de jornalismo são, portanto, iniciativas de pequeno a médio porte, que podem ou não estar formalmente instituídos, em sua maioria sujeitos a estruturas precárias de trabalho e instáveis financeiramente. Neste espectro, temos desde Nexo Jornal e Agência Pública, que contam com melhor estrutura e maior audiência, mas representam a minoria do universo, até o Conquista Repórter, mídia independente local do interior da Bahia, que por seu tamanho e capacidade organizativa e de produção, simboliza parte significativa deste campo.

Apesar de tratar de um recorte analítico distinto, podemos adotar comparativamente alguns dados do Atlas da Notícia (2022) que mapeia iniciativas de jornalismo local no Brasil. Do total de

13.734 veículos identificados, 34% (4.670) são digitais, sendo que, destes, 59% (2.791) correspondem a blogs e perfis em redes sociais.

Ainda, segundo Rasmus Nielsen e Richard Fletcher (2023), 89% dos usuários de internet no Brasil utilizam as redes sociais para acessar notícias, enquanto apenas 19% acessam diretamente *sites*, portais ou aplicativos de veículos de mídia.

Todos os anos novos arranjos jornalísticos nascem, dando lugar àqueles que não sobreviveram. Essa caracterização não representa um problema particular de cada iniciativa, como se bastasse o investimento em soluções supostamente disruptivas para alavancar seu sucesso. Não, a fragilidade é endêmica ao formato arranjado de existência em um mercado profissional instável, em que a produção noticiosa sofre os impactos da digitalização e subsequente plataformização dos meios de comunicação (Nieborg; Poell, 2018, 2019; Figaro; Silva, 2020), com pouquíssimo espaço para a criação e circulação de práticas e conteúdos dissidentes aos dominantes.

Nesta conjunção, o problema de sustentação financeira claramente simboliza o principal desafio enfrentado por pessoas e grupos que desejam empreender em uma iniciativa jornalística. A SembraMedia¹ publicou em 2021 a atualização do relatório *Ponto de inflexão internacional: um estudo sobre impacto, inovação, ameaças e sustentabilidade dos empreendedores de mídia digital*, financiado pela Luminate, com informações mapeadas na América Latina, Sudeste Asiático e África. Apesar dos dados não contarem com representação estatística devido à própria dificuldade de definição do universo de pesquisa, ele oferece importantes pistas para a melhor compreensão deste campo.

Segundo o levantamento, o financiamento por doações² foi a principal fonte de receitas identificada dentre a amostra, composta por iniciativas de mídia independente, representando 31% do total em 2020. As fundações filantrópicas são as fontes mais recorrentes desta categoria, seguidas das empresas privadas (especialmente Alphabet e Meta³), governos estrangeiros e, por fim, organizações nacionais. Na América Latina, particularmente, o financiamento por doações subiu de

¹ Organização sem fins lucrativos americana que atua na temática de mídias independentes nativas digitais.

² Consideradas fundações privadas, investidores filantrópicos, empresas privadas, organizações governamentais nacionais e estrangeiras.

³ A Alphabet é a *holding* criada para gerenciar as empresas que detêm os produtos e serviços do Google, enquanto a Meta é a nova marca da empresa Facebook, também proprietária do Instagram e do WhatsApp.

29% em 2019 para 37% em 2020. Este dado é expressivo, tendo em vista que a publicação do mesmo relatório no ano de 2016 apontou que as doações não eram consideradas fontes relevantes de recursos dentre os respondentes. As demais fontes de receita podem ser conferidas na Figura 1:

Figura 1: Principais fontes de receita da mídia independente digital



Fonte: SembraMedia, 2021.

O relatório corrobora com o cenário que identificamos. Dentre os arranjos jornalísticos mapeados desde o início de 2016, parte deles recebe, já recebeu ou tem interesse em receber doações advindas de fundações internacionais, nacionais, institutos filantrópicos, corporações e outros similares. Também em conformidade com os dados da SembraMedia, em nossas buscas nos chamou atenção a prevalência de dois grupos prioritários de financiadores: de um lado, mídias e grandes fundações americanas e europeias, sendo elas: em maior escala a Open Society Foundations e a Ford Foundation, e em menor escala a Oak Foundation, Luminare e Fundação Heinrich Böll. De outro, os segmentos das empresas de tecnologia Alphabet e Meta dedicados a realizar intervenções no campo jornalístico – o Google News Initiative (GNI) e o Meta Journalism Project (MJP).

Juntos, estes somam os principais articuladores financeiros do ambiente do jornalismo não-*mainstream* e digital no Brasil atualmente. Importantíssimo achado de Charis Papaevangelou (2023) revela que o Brasil é o segundo país depois dos Estados Unidos que mais recebe recursos dos programas de jornalismo de ambas as plataformas digitais, com 389 projetos vinculados ao Google News Initiative e 26 ao Meta Journalism Project, totalizando 448 entre o período de 2017 e 2022. Como a principal conclusão de sua análise, o autor defende que as empresas de plataforma contam com estratégias ativas para capturar o jornalismo, com um foco particular no que denominou ‘intermediários de financiamento’, explicitados como “atores essenciais do ecossistema de notícias que oferecem acesso privilegiado a plataformas por meio de parcerias formadas no âmbito de seus projetos de financiamento” (Papaevangelou, 2023, p. 2, tradução nossa).

O argumento de Papaevangelou opera como um divisor de águas por dois motivos que se revelaram essenciais para o refinamento de nossa hipótese: há um processo de captura do jornalismo em curso e diferentes agentes performam papéis com funções atribuídas neste mecanismo. A partir disso, propomos uma reorganização da análise da distribuição de forças no segmento do jornalismo digital independente e alternativo, a partir das seguintes funções identificadas: a) a dos financiadores filantrópicos, sejam fundações, institutos ou Google e Meta; e b) a dos intermediários, representados por associações e instituições que articulam o campo de forma ideológica, organizativa e financeira. Por fim, o grupo dos arranjos alternativos de jornalistas está distribuído em categorias menores, sendo: a) as iniciativas que recebem financiamento e b) as que não recebem financiamento, mas tem interesse. Diferentemente da abordagem de Papaevangelou, focada nos programas de investimento e fomento das empresas de plataforma, lançamos luz nesta tese à agência da filantropia das fundações privadas neste jogo, seus procedimentos e efeitos derivados.

A trajetória da hipótese de pesquisa

Essa relação entre o dinheiro e a produção da notícia é delicada. Na tradição do jornalismo, simboliza o conflito de interesse e a capacidade institucional da indústria de mídia para manter relativa independência entre o conteúdo produzido e os agentes envolvidos e interessados em sua produção. No senso comum, o melhor jornalismo é o que não tem ‘rabo preso’. Não obstante, uma

análise mais profunda indica que o casamento entre o jornalismo e a economia de mercado foi oportunamente firmado desde sua origem e aponta para a contradição dessa relação. O modelo de financiamento dependente de anunciantes, por exemplo, foi estabelecido desde o século XVIII (Marcondes Filho, 1984). A grande imprensa, apesar das sistemáticas crises, ainda conta com a publicidade como uma das principais fontes de receita, já que opera em maior escala em termos de audiência, com retorno favorável aos anunciantes.

Já à mídia alternativa resta recorrer a outros e novos formatos de investimentos que garantam minimamente a sua sobrevivência, encontrando parte desta solução na filantropia, sem que para isso seja necessário um divórcio da economia de mercado, apenas uma renovação de votos mais adequada ao espírito atual do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009).

A ambiguidade é inerente à filantropia. Para Virgínia Fontes (2020, p. 16) “a filantropia é um atributo de ricos que procuram justificar seu excesso de riqueza e legitimá-la”. Suas práticas foram moldadas sob as relações de dominação de classe e moveram-se com naturalidade da moralidade cristã ao universo organizacional corporativo, encontrando na filosofia liberal terreno profícuo para cultivar suas ideias e práticas. No campo acadêmico, o predomínio teórico é de uma validação deslumbrada da filantropia como aparente atividade de produção do bem comum em uma literatura repleta de manuais de estratégias para a melhor gestão destes recursos.

Com o avanço do capitalismo baseado na racionalização empresarial (Boltanski; Chiapello, 2009) e na extrema financeirização, a filantropia privada diluiu-se em distintas categorias – vinculada a doadores individuais, famílias, corporações e fundos. Sua inserção nos mecanismos multilaterais de distribuição de riqueza e gestão da desigualdade reposicionaram a filantropia de uma mera condição de legitimação da riqueza para a sua potencialização como dispositivo de apoio na reprodução e circulação do capital global. De acordo com o relatório *Philanthropy and the global economy* (Filantropia e a economia global, tradução nossa) publicado em 2021 pela Citi GPS, a filantropia mobiliza quase 3% do produto interno bruto (PIB) global, e chega a 10% em economias avançadas.

Temos como *premissa* que o investimento de caráter filantrópico advindo das potências globais ocidentais é representativo de práticas hegemônicas com função determinada na reprodução do valor, propagação ideológica e consequente manutenção da forma econômica, política e sociocultural capitalista, com caráter intrinsecamente imperialista (Arnove, 1982). As

megafundações globais influenciam políticas públicas em países subalternos, em um movimento de gestão privada da questão social, e com impacto em potencial para o funcionamento da democracia nestes territórios (Barkan, 2013). E o fazem de forma mistificada e mistificadora (Montaño, 2002) no universo do chamado terceiro setor, em uma consolidação reificada, material e simbólica, de sua atribuição como supostas garantidoras de bem-estar e da sistemática validação sociocultural do papel dos ricos e da iniciativa privada na resolução de problemáticas socioambientais.

Apesar de ainda representarem um viés teórico minoritário, os estudos críticos da filantropia privada apontam a posição que fundações como Rockefeller, Ford e Gates têm, há décadas, no direcionamento de diretrizes de práticas globais em diversos campos, da saúde à educação, da tecnologia à assistência social. E, particularmente, indicam a capacidade da filantropia de operar como instrumento de captura de movimentos sociais, populares e de base comunitária.

Para mencionar alguns exemplos, destacamos o estudo de Donald Fisher (1983) que, a partir de uma abordagem gramsciana, revela como o campo acadêmico das ciências sociais em nível global teve sua estruturação teórica-epistemológica moldada a datar da influência do grupo Rockefeller entre as décadas de 1910 e 1940 com o objetivo de formar intelectuais orgânicos. Levantamento similar mais recente de Shuhong Huo e Inderjeet Parmar (2020) mostra como a formação ideológica das elites chinesas passou por uma guinada liberal orientada pelos Estados Unidos a partir de 1978 por intermédio da Ford Foundation. Por fim, destacamos a discussão levantada pelos autores da obra *The revolution will not be funded* (Incite!, 2017, *A revolução não será financiada*, tradução nossa) que, entre outros temas, discute a forma como a filantropia, mesmo em seu viés progressista, fortalece a manutenção de hierarquias raciais ao capturar a pauta e as práticas de movimentos de emancipação negra e justiça social nos Estados Unidos.

Ao mergulharmos especificamente no pequeno universo do jornalismo financiado pela filantropia privada, identificamos que há pouca literatura sobre o tema. Algumas relevantes pesquisas foram publicadas em língua inglesa (Browne, 2010; Benson, 2018; Wright; Scott; Bunce, 2019) e há, atualmente, uma tendência de crescimento destes estudos com o interesse acadêmico dos efeitos dos serviços Google e do Google News Initiative no jornalismo. A análise específica da relação entre as fundações privadas e o jornalismo é ainda menor, e no Brasil não foi identificado nenhum estudo da matéria. Devido tanto ao peso da literatura estrangeira no estudo do objeto, quanto ao fato de que

estas fundações operam a partir do Norte Global, tivemos interesse em desenvolver parte da presente tese com o apoio do autor Martin Scott, um dos especialistas globais no tema. A oportunidade foi viabilizada por meio de bolsa de estudos de doutorado sanduíche da CAPES⁴, realizado na Universidade de East Anglia, Reino Unido.

A revisão de literatura específica sobre o objeto foi essencial para o desenvolvimento do desenho da tese, já que abriu caminhos e apresentou respostas para questões e hipóteses que haviam sido levantadas ao longo do levantamento de dados, de forma a chegarmos nas questões de pesquisa verdadeiramente inéditas e que providenciam novos elementos para a discussão. Destacamos, assim, os principais argumentos dos autores para, então, esclarecermos as fissuras, teóricas e empíricas, que esta tese busca apoiar a preencher:

Harry Browne publica, em 2010 e de forma inédita, os primeiros apontamentos críticos do fenômeno, ainda em caráter inicial e com o levantamento de mais perguntas do que respostas propriamente. Uma das preocupações apontadas pelo autor é a forma como este novo modelo de financiamento potencialmente obscurece interesses privados sustentados pelo discurso de defesa do interesse público, tão tradicionalmente romantizado na imagem construída tanto da filantropia quanto do jornalismo.

Sem romantizar o valor jornalístico tradicional da “independência”, muitas vezes um conceito mistificado no contexto dos meios de comunicação estatais ou comerciais, é legítimo perguntar se tais empreendimentos⁵ podem ser compatíveis com tal independência (Browne, 2010, p. 901, tradução nossa).

Outra pergunta levantada por Browne joga luz para a possível influência dos interesses dos financiadores na cobertura temática e viés editorial dos veículos do chamado jornalismo sem fins lucrativos. Tendo em vista que as fundações contam com linhas programáticas de atuação em distintas áreas – as chamadas causas, a hipótese seria de que os jornais poderiam passar a reportar mais pautas de interesse de seus investidores. Rodney Benson (2018) aponta uma possível captura do jornalismo pela agenda das fundações privadas, mas não se aprofunda nas formas como isso pode acontecer.

⁴ Edital nº 30/2022, PrInt USP/CAPES, processo 88887.695055/2022-00.

⁵ Como *empreendimento* aqui o autor se refere a qualquer iniciativa jornalística financiada por filantropos.

Neste tema, em resposta às investigações anteriores, Martin Scott, Mel Bunce e Kate Wright (2019) identificaram que as fundações não articulam uma estratégia intencional para influenciar diretamente o conteúdo do jornalismo que financiam, mas não por isso deixam de moldar o jornalismo. Sua intervenção nos processos jornalísticos não se dá por meio de um controle direto da produção editorial. A simples existência de recursos financeiros direcionados a certos temas, como meio ambiente, direitos humanos, gênero, entre outros, cumpre o papel de guiar a produção noticiosa para estas áreas. Além disso, os autores destacam mais dois aspectos que indicam sobre o impacto das fundações no jornalismo: a) há uma expansão dos limites profissionais do trabalho do jornalista, em um direcionamento do serviço editorial para tarefas de gestão; e b) há uma mudança de percepção dos jornalistas acerca do papel social da notícia, com fortalecimento de um ideário de produção de reportagens mais orientadas para a geração de ‘resultados de impacto social’.

Todos estes achados apontados pelos autores não apenas também foram identificados similarmente por nós, como buscaremos detalhar cada um deles em uma perspectiva crítica e por um olhar que parte do reconhecimento das particularidades deste fenômeno em um território economicamente subalternizado e colonizado como é o Brasil. Isso posto, a partir do cruzamento entre a revisão de literatura e nosso conhecimento prévio sobre o objeto, destacamos quatro aspectos norteadores para a definição da hipótese e das questões de pesquisa da tese:

1. Autores identificaram que o financiamento filantrópico reconfigura o fazer jornalístico, mas nenhum estudo situa este debate na disputa econômica geopolítica entre países dominantes e os de capitalismo dependente;
2. Há referências ao processo de captura do jornalismo pela filantropia (seja por fundações ou pelas plataformas digitais), mas nenhum estudo detalha os mecanismos deste fenômeno;
3. Não há unanimidade no entendimento de como, e se, os impactos da relação de financiamento se expressam no conteúdo jornalístico produzido, e quais métodos de análise científica apoiariam a busca por essa resposta;
4. Mesmo na literatura crítica, há uma naturalização do formato de jornalismo sem fins lucrativos que nos interessa colocar em questionamento, com destaque particular ao papel da ideologia do terceiro setor na gestão da questão social no Brasil e América Latina.

A seleção dos métodos

Dentre os quatro aspectos, encontramos caminhos para apoiar o desenvolvimento dos itens 1, 2 e 4, e nos deparamos com dificuldade similar às das demais pesquisas para enfrentar o item 3. Com exceção do notório enviesamento temático das pautas das reportagens de veículos financiados, fenômeno identificado por diversos autores, outras expressões discursivas que poderiam apontar para esta influência e captura são mais sub-reptícias e de difícil análise nos textos jornalísticos. Destacamos que há uma complexidade em estabelecer parâmetros de comparação para promover uma análise de conteúdo ou análise do discurso em notícias, já que demandaria um recorte antes-depois do financiamento; a confrontação entre jornais financiados e não financiados e o levantamento das variáveis confundidoras⁶. Mesmo caso o método se mostrasse viável, haveria ainda a dificuldade de estabelecer uma relação causal que se comprovasse expressamente no conteúdo jornalístico produzido.

Renunciamos então a análise do conteúdo jornalístico como método de pesquisa e avançamos para a definição de nossa hipótese de forma que ela pudesse ser averiguada pelos demais métodos elencados. Focamos então, mais do que no produto jornalístico, nas estruturas organizativas, modos de produção e relações comunicacionais no âmbito do trabalho dos arranjos de jornalismo digital. Desse modo, duas questões de pesquisa mobilizaram o arcabouço teórico e empírico da tese:

Questão de pesquisa 1 (QP1): Por quais mecanismos a filantropia captura e reconfigura a produção jornalística digital independente e alternativa?

Questão de pesquisa 2 (QP2): Quais aspectos na formatação da produção jornalística digital independente e alternativa indicam sua reconfiguração?

⁶ Em estatística, as variáveis confundidoras ou variáveis de confusão representam os elementos que interferem em uma investigação correlacional, mas que não podem ser controlados ou removidos. Em nossa pesquisa, caso tentássemos comprovar a relação de causa e efeito entre financiamento e seu impacto no texto jornalístico, as variáveis confundidoras simbolizariam outros fatores que também impactam o texto jornalístico, mas que não podem ser medidos ou identificados.

Para atender tanto à QP1 quanto à QP2 adotamos uma abordagem multimétodos que garanta minimamente acesso a dados e possibilidades analíticas pertinentes. Nosso propósito é identificar os principais financiadores, mapear as iniciativas financiadas, levantar o caráter dos projetos selecionados, compreender os critérios de seleção, conhecer as estruturas de tomada de decisão e mapear as interrelações entre distintos agentes. A definição dos métodos deriva do passo-a-passo do próprio processo de reconhecimento do objeto e lapidação da hipótese.

Figura 2: Métodos de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Como parte da etapa empírica, a primeira estratégia adotada foi o mapeamento de informações nos portais de fundações privadas; sites e páginas de redes sociais dos veículos de jornalismo; notícias sobre projetos selecionados para financiamento; relatórios de atividades e transparência tanto de doadores quanto dos recebedores. Este procedimento nos levou a duas escolhas analíticas. A primeira, a análise dos sites jornalísticos, auxilia com elementos para o aprofundamento da QP2. Aqui, nós observamos a arquitetura da informação nesses sites, particularmente na forma como anunciam as relações de financiamento. A segunda trata do estudo do banco de dados público de financiamento das fundações, quando existente. Nele, identificamos informações qualitativas e quantitativas dos projetos selecionados, relevantes tanto para atendermos, especialmente, à QP1, quanto para estabelecermos os próximos passos metodológicos.

O cruzamento entre as informações coletadas nos *websites* e nos bancos de dados nos levou ao estabelecimento de mapas de financiamento, que dão maior clareza das relações e fluxos de recursos. Vale destacar que, com os bancos de dados, o processo de mapear as organizações, projetos e veículos que recebem recursos é facilitado, mas não inteiramente resolvido, pois eles não publicizam todos os contratos de financiamento como explicitaremos no desenvolvimento da tese.

Com o mapeamento iniciado, buscamos contato com representantes tanto das fundações filantrópicas quanto dos arranjos de jornalismo digital para a colheita de depoimentos institucionais por meio de entrevistas semiestruturadas, formais e autorizadas, e conversas informais que resultaram em depoimentos ora confidenciais ora autorizados sem a menção de nomes e instituições. Concomitantemente ao mapeamento, o método *snowball* ou bola de neve (Handcock; Gile, 2011; Baldin; Munhoz, 2011), nos ajudou a ampliar o acesso aos entrevistados por meio de indicações.

Em todo este trajeto, os principais desafios encontrados foram, de maneira geral, reveladores sobre a própria natureza do objeto. A supressão de determinadas informações publicamente por parte dos financiadores e a dificuldade de acessar seus representantes já são importantes indicativos do fenômeno que buscamos desvelar. Não obstante, mesmo com as informações fragmentadas e dispersas, buscamos preencher as lacunas para possibilitar a discussão científica e crítica do fenômeno.

A estrutura da tese

A tese está disposta em sete capítulos. O primeiro, nomeado *A filantropia e o privilégio da desigualdade*, situa o argumento no processo histórico de surgimento da caridade cristã e da filantropia privada por fundações empresariais vinculadas a grandes fortunas, e atualiza o debate com as mudanças resultantes das expressões contemporâneas do capitalismo de caráter liberal. É apresentado aqui o conceito de Carlos Montaña (2002) de crítica à ideologia do terceiro setor e gestão privada da questão social. Também entramos no arcabouço de aspectos práticos que conformam a filantropia capitalista contemporânea, como o modelo de gestão orientada por indicadores e resultados de impacto. Alguns dos demais autores que norteiam o capítulo são Robert F. Arnove (1982), Joan Roelofs (2003) e Maria Carmelita Yazbek (2018).

O segundo, *Hegemonia econômica e cultural, imperialismo e o papel da comunicação*, é orientado a partir da obra de Virgínia Fontes (2010), que discute os fenômenos do imperialismo e da hegemonia sob a ótica proposta por Antonio Gramsci. Contamos também com o suporte de Luciana Aliaga (2021) que aprofunda os conceitos do autor para a melhor compreensão de sua proposta teórica. Visamos localizar o objeto em uma perspectiva de disputa geopolítica por dominação econômica e cultural, no qual o Brasil e a América Latina sofrem interferências que os mantêm em uma posição de capitalismo dependente (Fernandes, 1973) e subalterno. Explicamos como a hegemonia cultural opera como um mecanismo de aprofundamento da condição de acumulação, e a função cumprida pelos aparelhos privados, dentre os quais encontram-se a imprensa e as fundações filantrópicas. Recorremos ao final, ao suporte teórico de Raymond Williams (2011) para elaborar os meios de comunicação como meios de produção, e de Adelmo Genro Filho (1987) para pensar como o jornalismo opera no contexto capitalista.

No terceiro capítulo, *Financiamento filantrópico do jornalismo*, são examinadas as mudanças recentes nos processos produtivos que exercem influências significativas sobre os campos midiático e jornalístico. Para situar o debate sobre a reconfiguração do jornalismo no contexto da crise estrutural do capital, recorreremos às contribuições de Rafael Bellan R. de Souza (2017, 2018). O propósito é fundamentar a discussão sobre as atuais necessidades de financiamento do setor, com uma análise crítica das abordagens relativas aos novos modelos de negócios. Duas vertentes de investigação fornecem subsídios para uma melhor compreensão do fenômeno brasileiro. Por um lado, tratamos da plataformização do jornalismo e das estratégias de financiamento promovidas pelas empresas de tecnologia. Por outro lado, examinamos a ascensão do jornalismo sem fins lucrativos nos Estados Unidos e sua estreita relação com o apoio filantrópico das fundações. Por fim, apresentamos a perspectiva dos estudos sobre captura e a situamos em relação ao nosso objeto de pesquisa. O capítulo é embasado também pela literatura de autores como Papaevangelou (2023), Browne (2010), Benson (2017) e Wrigh, Scott e Bunce (2019).

O quarto capítulo aborda *O olhar da investigação: a perspectiva do objeto* como uma introdução à etapa empírica do estudo, na qual se prioriza a descrição dos procedimentos metodológicos e a apresentação de resultados parciais. Elucidamos os conceitos relacionados aos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia, bem como detalhamos informações sobre

as fundações estudadas, a saber, Open Society Foundations, Ford Foundation, Luminate, Oak Foundation e Fundação Heinrich Böll. Além disso, descrevemos minuciosamente os processos de construção de cada método selecionado. Este capítulo também é dedicado à apresentação dos resultados provenientes da análise dos bancos de dados das fundações, visando subsidiar as discussões subsequentes.

O olhar de quem doa: a perspectiva das fundações é o quinto capítulo, no qual se discute em maior profundidade os aspectos relacionados aos financiadores investigados. Aprofundamos tanto as informações relacionadas às suas estruturas organizacionais quanto as estratégias de investimentos, posicionamentos políticos, e como estes influenciam suas percepções acerca dos incentivos no campo do jornalismo independente e alternativo.

No sexto capítulo, *O olhar de quem recebe: a perspectiva dos jornalistas* são delineados os efeitos da reconfiguração do jornalismo digital dentro deste novo cenário influenciado pelo financiamento. Demonstramos como o discurso em busca de um novo modelo de negócios para o jornalismo se disseminou amplamente, abordando a aceitação generalizada da forma sem fins lucrativos e os efeitos diretos da homogeneização de processos resultantes de sua captura, tais como o aumento da produção orientada por projetos e resultados de impacto, bem como a padronização dos *websites* dos veículos, adaptados para cumprir as normativas do campo da filantropia.

O sétimo capítulo, intitulado *A Reconfiguração do jornalismo independente e alternativo*, aborda a estrutura relacional emergente neste novo ambiente, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas entre a rede de poder, composta pelos financiadores, os intermediários e a rede colaborativa de jornalistas. Um dos principais resultados da pesquisa revela a ação conjunta entre os financiadores na articulação do que denominam 'ecossistema de mídia independente'. Nesse contexto, são estabelecidas as condições de sobrevivência nesta arena, e apenas os participantes capazes de se adaptar às regras externamente impostas conseguem perdurar.

Finalizamos com as *Considerações*, as quais recapitulam os principais elementos que abordam as questões de pesquisa propostas, bem como abrem caminhos para novas possibilidades de estudo.

CAPÍTULO 1

A FILANTROPIA E O PRIVILÉGIO DA DESIGUALDADE

*Acredito que o poder de ganhar dinheiro é um
presente de Deus*

John D. Rockefeller

O capitalismo, ainda mais em sua forma contemporânea, assume as mais diversas facetas ao buscar sobrepujar de modo sistêmico a classe trabalhadora, sua autonomia e sua potência combativa. Os sujeitos, colocados em contraposição, batalham entre si no sonho das conquistas inalcançáveis e, ao sequer poderem contar com a escolha de desistirem, sustentam a máquina a pleno vapor. E a pleno valor.

O enaltecimento de grandes marcas, corporações e seus bilionários detentores; a valorização do mérito individual concomitante à desmoralização de lutas coletivas; o descrédito nas instituições políticas e de Estado; são apenas alguns dos aspectos que refletem e refratam o racional deste capital atual. Não obstante, em ritmo absolutamente oposto ao revelado nestes sentidos, o que se observa na realidade material é a ascensão de um modelo estrutural de desemprego e precarização do trabalho que tem sua origem intrínseca às bases produtivas, ainda mais em sua nova forma altamente automatizada e plataformizada (Srnicsek, 2017; Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020). Para fazer ciência é preciso jogar luz a esses fatos da realidade.

Em nossa condição de promover a integração entre conceitos e práticas que interrelacionam a comunicação e o mundo do trabalho, nos interessa nesta pesquisa imergir em um prisma singular desta dinâmica, quando o capitalismo toma a forma camuflada da benevolência e, ao fazê-lo, conserva o controle necessário para garantir a sua manutenção e a contenção das capacidades de resistência.

Neste capítulo, trataremos particularmente do modelo que engloba práticas atribuídas historicamente ao campo da caridade e da filantropia, e que adquire novos delineamentos com a evolução deste processo na mesma medida em que ele se acomoda de modo cabal ao funcionamento da economia de mercado. O mecanismo passa a ser integrado também ao Estado democrático de direito no formato jurídico e institucionalizado sem fins lucrativos, performando, de modo estratégico, papéis correlacionados ao gerenciamento das problemáticas sociais. Essa expressão ora

assume a forma de prestação de serviços (educacionais, de saúde, de assistência social etc.), ora de desenvolvimento social, engajamento cívico, participação social e ativismo, todos restritos aos limites estabelecidos pela dobradinha capitalismo e democracia liberal. Concordamos com Virgínia Fontes (2010, 2020), que defende que as instituições filantrópicas corporativas e vinculadas a fortunas são representativas de aparelhos privados de hegemonia segundo o conceito gramsciano.

Há filantropia no capitalismo – esse é um privilégio da desigualdade. Não existe capitalismo filantrópico. A ampliação do Estado a partir de entidades empresariais sem fins lucrativos – aparelhos privados de hegemonia – é positiva apenas para o capital, pois pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos (educação, saúde, previdência) (Fontes, 2020, p. 18).

Parte deste fenômeno recorre a postulados próprios, como as práticas de doações, o voluntarismo e o assistencialismo, mas, mais do que isso, a ultra individualização e auto responsabilização em uma sociedade onde sujeitos se reconhecem como indivíduos autônomos, e não figurativos de estruturas sociais. Nesta ficção, é perfeitamente naturalizado que o homem mais rico do mundo e o trabalhador comum, fiel da igreja e pagador de impostos, sejam assumidos em posição de igualdade perante as suas responsabilidades e, portanto, estejam no cumprimento de suas funções sociais ao destinarem seu dinheiro ou força de trabalho à caridade.

Mas, como toda boa polêmica, este tópico simboliza embaraços mais complexos do que unicamente expor o contrassenso de enaltecer o nobre coração de filantropos como Bill Gates. Inclusive porque é inegável que a posição dos bilionários doadores é sempre de ambiguidade perante a sociedade e a imprensa. Desde a era da acumulação primitiva, muito se pergunta sobre a intencionalidade que os leva à filantropia - abatimento de impostos, lavagem de dinheiro, relações públicas etc., fatores estes que já evidenciam o caráter multifacetado que assume a filantropia capitalista. Todavia, esta ambiguidade nunca foi suficiente para a supressão desta prática, ao contrário, ela apenas se fortalece a cada novo trecho da história.

No imaginário constituído hegemonicamente, não há objeção aos sujeitos abastados, mas apenas à sua má vontade em amparar os desfavorecidos: “o senso comum absorve contraditoriamente tais práticas, pois elas sugerem que o excedente da riqueza dos excessivamente ricos poderia ser utilizado para melhorar a vida dos muito pobres ou para contribuir com a ‘coletividade’ ou o ‘bem comum’” (Fontes, 2020, p. 16). Cidadãos são mais tolerantes à desigualdade social quando o

patrimônio é simbolizado em um indivíduo, em detrimento de um incômodo muito maior quando esta mesma representação é coletiva (Walker; Tepper; Gilovich, 2021), fenômeno conceituado como *person-positivity bias* (viés de positividade pessoal, tradução nossa) e reconhecido quando a população tem maior identificação com sujeitos do que com as instituições que representam, mesmo em outros temas como a política partidária.

Parte desta motivação tem respaldo nas narrativas amplamente disseminadas do mérito individual, favorecidas por seu poder motivacional para as massas de trabalhadores. O sucesso de um único indivíduo é sistematicamente atribuído ao seu esforço, enquanto o imaginário acerca dos 1% mais ricos está mais propenso a instigar pensamentos sobre cadeias de privilégios e estruturas sociais desiguais.

Vale dizer, ainda mais, que o tema da filantropia capitalista não polariza apenas por apontar as incoerências no que diz respeito ao papel social atribuído aos detentores dos meios de produção. Ele também expõe as fraturas de distintos projetos políticos, inclusive os de esquerda, e as limitações que a luta de movimentos e ações de viés progressista encontram na realidade das democracias liberais. Isto porque o modelo da caridade ou do chamado investimento social é meticulosamente incorporado em variados âmbitos da ação social e política ao ser firmado como prática de Estado e instrumento da engenharia da economia de mercado (Petras, 1999; Fontes, 2020; Montaña, 2002; Dagnino, 2004; Yazbek, 2018).

Na seção 1.1, abordamos a origem da filantropia associada à caridade cristã, bem como incorporada à racionalidade liberal, na seção 1.2. Para a melhor compreensão do evento em seu caráter histórico, discorremos na seção 1.3 acerca da origem do modelo de filantropia via fundações corporativas e familiares nos Estados Unidos, e as polêmicas em seu entorno. Em seguida, na seção 1.4, adentramos nos conceitos que dão luz ao fenômeno de captura e desradicalização de movimentos sociais, e o papel da filantropia na intermediação deste processo. Aproximamos o debate à nossa realidade na seção 1.5 com apoio da literatura proveniente do serviço social, de crítica do terceiro setor e da questão social enquanto manifestações liberais das problemáticas sociais. Então, situamos, na seção 1.6, as práticas filantrópicas no cenário social recente, abordando sua transmutação ao longo de décadas para um modelo de gestão guiada por resultados e práticas corporativas com maior

adaptação ao capitalismo contemporâneo. Para finalizar, na seção 1.7 mostramos a forma como a pesquisa científica sobre o tema é dominada por uma ótica normativa de validação destas práticas.

1.1. A caridade entre a moral cristã e a tradição liberal

Assumimos a prática da caridade como estruturante do modelo filantrópico tipicamente capitalista, e sua origem como a conhecemos está intimamente relacionada à tríade religião cristã, Estado burguês e modo econômico, em especial, a forma como se constitui a concepção de pobreza em relação à riqueza. Vinicius Guimarães (2016) e Silvia Federici (2019) explicam que a igreja e o Estado exerceram simultaneamente, durante a Era Medieval, o papel de combatentes e mantenedores das condições de desigualdade, intensificadas com a revolução industrial.

A pobreza foi instituída desde o início da expansão da doutrina católica na Europa como “condição necessária à prática da caridade cristã” explica Cyro Rezende Filho (2009, p. 2). Os pobres contavam com uma função na dinâmica social, tida como pré-estabelecida por Deus, para que os bons cristãos pudessem lhes oferecer assistência como parte de suas virtudes. Neste período, a religião cristã detinha um caráter determinante sobre a vida social. A condição econômica e social passou a ser naturalizada como consequência da vontade divina, e riqueza e pobreza eram complementares. Uma justifica a outra na medida em que permite aos ricos a caridade “o que na Antiguidade era generosidade, na forma de donativos distribuídos pelo Estado Romano (anona), tornou-se, com o cristianismo, caridade, que, juntamente com a fé e a esperança, compõe as virtudes teológicas” (Rezende Filho, 2009, p. 3).

Rodrigo Castelo (2010) ressalta um aspecto relevante: a pobreza se expressa de formas distintas nas economias pré e pós capitalista, já que na primeira ela é fruto da escassez devido ao baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, enquanto na segunda a escassez é produzida socialmente e, conseqüentemente, também a pobreza. Um marco histórico de destaque da expansão da pobreza na sociedade burguesa que começa a formatar-se na era de acumulação primitiva do capital vem concomitante à retirada do acesso à terra. Emerge uma quantidade cada vez maior de trabalhadores que não mais têm conexão com as propriedades senhoriais e, portanto, precisa empregar formas de trabalho assalariado para sobreviver. A miséria foi, progressivamente, colocada

como resultado da não aceitação do trabalho e do dinheiro, na qual a condição de pobreza material resultaria da preguiça, um castigo divino. A condição estrutural é reduzida ao indivíduo e a suas escolhas.

A religião atua sob a função de produzir sentidos. Mais importante ainda, é que estes sentidos implicam práticas e formas de comportamento, já que a salvação do espírito presume expressões específicas do agir social. Há expectativas de performances de si mais elevadas que outras, mais corretas que outras. Impõem-se uma superioridade moral quando se comporta seguindo os princípios que são maiores e mais elevados. Vale explicitar, no entanto, que este comportamento esperado não está descolado das expressões de classes. Não basta um determinado agir no mundo, o agir é reflexo da condição de classe, na mesma medida em que apoia a construção de sua representação.

A religiosidade e, neste caso em particular o cristianismo, implica um código particular de conduta, uma lei interna e natural, que auxilia na forma de agir do ser humano no sentido de alcançar um objetivo metafísico. Ela é, portanto, um elemento que concorre para formar tipos de racionalidade correspondentes à ordem social vigente. Tão antigo quanto a própria sociedade de classes é o papel da religião em assumir a desigualdade social como parte inerente ao mundo material, e que sua superação só é possível em um mundo metafísico.

Nas variações protestantes do cristianismo esse movimento apenas se intensificou. No calvinismo, a riqueza e a pobreza são implicações divinas e se justificam por sua vontade, e ambas as situações devem ser aceitas (Reis, 2016). A pobreza não só aparece naturalizada, como se torna legítima tanto no plano espiritual quanto no plano social, e a riqueza é um presente de Deus para que se possa ter a oportunidade de ajudar o próximo. A equidade divina está na aceitação da desigualdade social, desde que exista a caridade dos ricos. A condição do possuidor implica um dever moral com relação a sua riqueza, pois ela apenas se legitima na medida em que o sujeito renuncia a si mesmo, agindo perante sua riqueza não por si, mas pela vontade divina, e isso se materializa na ação da caridade.

Vale notar que, com a maturação da caridade enquanto doutrina, a prática passa a não se aplicar apenas aos ricos. Mesmo os trabalhadores devem ostentar um coração generoso, porque a riqueza quantitativa é relativa. Assim, devem também doar de acordo com aquilo que possuem. Dessa

maneira, o imperativo da ação individual como solução dos problemas da miséria material se coloca também para as classes despossuídas. A pobreza material, apesar de ser uma determinação divina, não retira do indivíduo sua parcela de responsabilidade. Deve-se elevar a noção de pobreza para sua forma mais íntima e moral.

Aceitar a realidade material aparece no protestantismo como virtude. Assim como a riqueza pode ser interpretada como sinal de salvação e predestinação, a pobreza pode ser colocada como representação da condenação e da insuficiência do indivíduo para exercer a moral cristã. Karl Marx (2013) aponta que a religião cristã, especialmente o protestantismo, é a forma mais apropriada para a sociedade capitalista.

É neste sentido que esse tratamento encontra a tradição teórica liberal, que toma o ser humano como indivíduo isolado e movido por interesses particulares, onde a sua constituição moral afeta diretamente sua condição material (Losurdo, 2005). A conexão entre a moral cristã e o liberalismo é, portanto, essencial para a compreensão da estrutura filantrópica.

E. K. Hunt e Mark Lautzenheiser (2013) retomam o caráter individualista do protestantismo e situam várias formulações teóricas que expõem a justificativa moral da desigualdade social em pensadores seminais para a constituição da tradição liberal. Muitos destes autores atrelavam os fenômenos econômicos e sociais ao aspecto utilitarista individual do ser humano, como Jeremy Bentham, Jean-Baptiste Say, John Stuart Mill e, posteriormente, os marginalistas que iriam efetivamente rejeitar a teoria do valor trabalho e fundamentar as bases que até hoje dominam o pensamento e a prática econômica. Thomas Malthus, por exemplo, que, vale dizer, era pastor anglicano, naturaliza a pobreza a partir de suas leis fundamentais da propriedade privada e da família tradicional, e lança toda a classe trabalhadora desprovida de meios em uma situação de azar: “evidenciou-se que, a partir das leis inevitáveis da nossa natureza, alguns seres humanos devem sofrer por causa da necessidade. Existem pessoas azaradas que na grande loteria da vida tiraram o bilhete em branco” (Malthus, 1996, p. 309-310).

Como ficou conhecido até os dias atuais, Malthus considerava que a população crescia mais do que a capacidade de produzir e ofertar alimentos. Essa lei natural faria com que algumas pessoas estivessem destinadas à pobreza, a não ser que fosse exercido controle sobre a taxa de natalidade. Isso leva a considerar não só as condições de produção, mas essencialmente as ações individuais. Há, nesses

autores, a formulação utilitarista que perpassa a questão moral ao responsabilizar os indivíduos por sua própria condição. Nassau Senior, assim como Malthus, acreditava que a miséria material estava conectada com o caráter moral dos indivíduos, e que o investimento em melhorar os aspectos morais e intelectuais da classe trabalhadora era uma ação estratégica. Manter essa classe em constante medo da escassez seria fundamental para isso (Hunt; Lautzenheiser, 2013, p. 217).

É nesse caminho que a tradição liberal vai se referir sempre ao sacrifício como forma de virtude que deve ser recompensada. O sacrifício dos ricos em negar o consumo que traz felicidade imediata seria a qualidade que permite a eles acumularem suas riquezas, porque poupam para que sejam recompensados com lucros, juros ou rendas. Da mesma maneira que as pessoas que só possuem sua força de trabalho devem sacrificar o seu ócio para serem gratificados com o salário.

Moldar indivíduos com essa mentalidade, bebendo diretamente na fonte religiosa e liberal, assume uma função extremamente importante na articulação junto às classes dominantes, porque se torna um instrumento poderoso de dominação.

1.2. O evangelho da riqueza

Com a transição para a industrialização, um novo mediador das relações sociais é coroado – o capital. E, nessa movimentação, o formato da caridade adquire novas facetas ao fragmentar-se entre a institucionalidade da igreja e a institucionalidade corporativa, sem abandonar seus dogmas constitutivos. A década de 1870 representa o início deste modelo, concomitantemente, e sem coincidências, à ascensão dos impérios de americanos industriais como John D. Rockefeller e Andrew Carnegie, magnatas do petróleo e aço respectivamente, considerados os homens mais ricos do mundo no período. Estes e outros capitalistas alocados majoritariamente nos Estados Unidos, exceto alguns poucos em outros países do mundo, representariam os primeiros filantropos a destinarem parte de sua riqueza a doações com a inauguração das primeiras fundações empresariais.

Em 1889, Andrew Carnegie publicou na revista *North American Review* o famoso artigo intitulado *Wealth* (Riqueza, tradução nossa), que posteriormente recebeu o novo título de *The Gospel of Wealth* (traduzido como *O Evangelho da Riqueza*) quando difundido no jornal londrino *Pall Mall Gazette*. Em suma, nele, Carnegie promove a pitoresca defesa da classe burguesa em uma

declaração que revela não apenas a opinião de um capitalista isolado, mas de uma base teórica e ideológica maior, que sustenta simbolicamente práticas dominantes. A terminologia ‘evangelho’ adicionada na segunda versão da publicação é representativa da função missionária que adquire o texto, e indica novamente sobre a tríade cristianismo, liberalismo e filantropia.

É bom, não, é essencial para o progresso da raça que as casas de alguns sejam lares para tudo o que é mais elevado e melhor na literatura e nas artes, e para todos os refinamentos da civilização, ao invés de ninguém o ser. Muito melhor esta grande irregularidade do que a miséria universal. Sem riqueza, não pode haver mecenas (Carnegie, [1889] 2022, s/p).

Na filosofia que ampara *O Evangelho da Riqueza*, as vantagens sociais ofertadas pela riqueza material dos ricos são tomadas como coletivas, e não individuais. A existência do rico levaria a massa da sociedade em direção ao progresso e à formatação de uma civilização, em contraponto ao oposto disso, representado pela barbárie socialista. A estratificação da sociedade em classes não é negada nesta visão, mas reforçada enquanto necessária para a promoção de um “reinado de harmonia”:

Resta, então, apenas um modo de usar grandes fortunas; mas nisso temos o verdadeiro antídoto para a distribuição desigual temporária da riqueza, a reconciliação dos ricos e dos pobres – um reinado de harmonia – outro ideal, diferindo, na verdade, daquele do comunista por exigir apenas a evolução posterior das condições existentes, não a destruição total de nossa civilização. Baseia-se no mais intenso individualismo atual, e a raça está preparada para colocá-lo em prática gradativamente, sempre que quiser. Sob seu domínio teremos um estado ideal, no qual o excedente de riqueza de poucos se tornará, no melhor sentido, propriedade de muitos, porque administrada para o bem comum, e essa riqueza, passando pelas mãos de poucos, pode ser uma força muito mais potente para a elevação de nossa raça do que se tivesse sido distribuída em pequenas quantias para o próprio povo. Mesmo os mais pobres podem ser levados a ver isso e concordar que grandes somas reunidas por alguns de seus concidadãos e gastas para fins públicos, das quais as massas colhem o principal benefício, são mais valiosas para eles do que se espalhadas entre eles através do curso de muitos anos em quantias insignificantes (Carnegie, [1889] 2022, s/p).

Plenamente mobilizado pelas premissas liberais moralizantes supracitadas, Carnegie celebra as benfeitorias que a ascensão do modelo capitalista industrial ofereceu para a qualidade de vida dos pobres. Defende que o “trabalhador agora tem mais conforto do que o fazendeiro tinha algumas gerações atrás” (Carnegie, [1889] 2022, s/p) e fortifica o racional de um tipo de sociedade que valoriza os que acumulam riqueza individual como merecedores e dignos dos processos de tomada de decisão

sobre a gestão dos recursos que compõem a riqueza humana em sua totalidade. O “excedente de riqueza” pode ser aplicado em ações sociais, mas a riqueza total nunca pode ser redistribuída, o que é considerado por Carnegie e os liberais como um ideário comunista e, portanto, incompatível com seu projeto de civilização e “elevação da raça” em um “estado ideal”.

O cerne desse cenário imaginário reside na habilidade de um reduzido número de cidadãos, dotados de amplos recursos, em articular de forma mais eficaz a alocação de parte de sua riqueza. Esses indivíduos, por mérito próprio, teriam acesso a um vasto conhecimento que os capacita a tomar as melhores decisões. Mesmo que a destinação do “excedente de riqueza”, representado pelas doações, seja menor em montante do que a totalidade de suas riquezas, ele seria aplicado de forma mais “inteligente” e, portanto, mais efetiva, do que se distribuído em supostas pequenas quantidades para os trabalhadores tomados como sujeitos ignorantes, desprovidos da capacidade de construção de seu próprio bem-estar. É interessante notar o uso da noção “excedente de riqueza”, pois a expressão reforça a validação da riqueza individual, sem expor parâmetros claros capazes de mensurar este excedente.

Aceitamos e acolhemos, portanto, como condições às quais devemos nos acomodar, a grande desigualdade de meio ambiente, a concentração dos negócios, industriais e comerciais, nas mãos de poucos, e o direito da concorrência entre estes, como sendo não apenas benéficas, mas essencial para o futuro progresso da raça (Carnegie, [1889] 2022, s/p).

A destruição ambiental e a concentração de renda e poder são admitidas como externalidades necessárias para um bem maior. A formulação de *O Evangelho da Riqueza*, que poderia ser tida como grotesca por tamanha presunção é, ao contrário, precisamente fidedigna ao *modus operandi* da filantropia, e, também, do ideário acerca do próprio capitalismo. Os efeitos de sentidos expressados por Carnegie são facilmente correlacionados a movimentos da atualidade. Para citar um exemplo icônico, em 2010, Bill e Melinda Gates anunciaram a criação do Giving Pledge, acordo idealizado para incentivar as famílias mais ricas do mundo a destinarem parte significativa de suas fortunas para filantropia em vida ou em morte.

- (1) O Giving Pledge é um conceito simples: um convite aberto aos bilionários, ou àqueles que o seriam se não fosse pelas suas doações, a comprometerem-se publicamente a doar a maior parte da sua riqueza à filantropia, quer durante a sua vida, quer nos seus testamentos. É inspirado no exemplo dado por milhões de pessoas, de todos os níveis de rendimento, que

doam generosamente – e muitas vezes com grande sacrifício pessoal – para tornar o mundo melhor (Giving Pledge, tradução nossa).

A doutrina divina e a liberal, com destaque para o sacrifício individual, seguem sustentando firmemente as bases de estruturação da narrativa e da prática filantrópica, ainda mais se tratando do nível mais alto da estratificação dos capitalistas – a dos bilionários.

- (2) Participar do Giving Pledge é mais do que um evento único. Significa fazer parte de uma comunidade energizada de alguns dos filantropos mais empenhados do mundo para discutir desafios, sucessos e fracassos, e para partilhar ideias para se tornarem mais inteligentes na doação. Os signatários estão unidos por um compromisso comum de aprender e doar. A equipe do Giving Pledge oferece oportunidades – tanto especificamente para signatários quanto para famílias e funcionários – de se reunirem ao longo do ano para aprender com especialistas e uns com os outros como aproveitar melhor sua filantropia para enfrentar alguns dos maiores desafios do mundo (Giving Pledge, tradução nossa).

Entre a declaração de *O Evangelho da Riqueza* e do Giving Pledge, pouco ou nada mudou. Aqui, novamente, aos filantropos é destinado o papel de tomar decisões e ações “para tornar o mundo melhor” e “enfrentar alguns dos maiores desafios do mundo”, em uma reprodução sistemática da ideia de que este grupo conta com a aptidão e o conhecimento necessários para garantir o bem-estar coletivo por meio do melhor uso do “excedente de sua riqueza”. Este conhecimento seria compartilhado entre os filantropos por meio de trocas de experiência, de sucessos e fracassos, “para se tornarem mais inteligentes na doação”. Este parece ser um processo que desde Carnegie até Gates está sempre em construção. Os ricos são fundamentais para que amanhã o mundo torne-se um lugar melhor, em uma premissa que nunca reconhece que os problemas basilares da sociedade capitalista resultam justamente do modelo econômico que possibilitou a acumulação de suas riquezas, e mirando um amanhã que nunca chega.

O Giving Pledge opera ainda como um selo que valoriza, por um lado, os bilionários que buscam construir uma imagem benevolente e, por outro, estabelece as condições para que seja cobrada a participação daqueles que não aderem. Até 2023 havia 241 signatários, entre indivíduos e casais. Cada um dos doadores publica uma carta-compromisso, e uma rápida análise dos enunciados (3) e (4) revela a forma como tomam para si a responsabilidade de transformar positivamente o mundo.

- (3) Sentimos uma profunda responsabilidade de tornar o mundo um lugar melhor para as gerações futuras (Mark Zuckerberg e Priscilla Chan – Meta, Giving Pledge, tradução nossa).
- (4) Nosso desafio comum não é necessariamente sobre os dólares arrecadados; trata-se de descobrir o uso mais eficiente e eficaz dos nossos recursos e deixar um legado de esperança para aqueles que virão (Pierre e Pam Omidyar – The Omidyar Group / Luminate, Giving Pledge, tradução nossa).

As cartas revelam, ainda, o aprofundamento do discurso da eficiência na gestão das doações com vistas a resultados de melhor impacto social, visão que passou a ser instrumentalizada na atuação das fundações privadas, com consequências diretas na operação dos projetos recebedores, como abordaremos adiante.

1.3. O controverso estabelecimento das fundações privadas nos Estados Unidos

A filantropia ocidental representa um fragmento constituinte da manutenção de poder e controle (Arnove, 1982) e é impossível desprender a origem das fundações privadas com a figura dos próprios capitalistas e o que representaram em suas sociedades e épocas. Esta história, que teve início há cerca de 140 anos nos Estados Unidos e Europa, não se modificou em termos de estrutura e função, apenas adquiriu novas habilidades adaptativas com as mudanças nas ordens econômicas, políticas e sociais.

Os anos entre 1901 e 1913 foram um marco na multiplicação das fundações privadas, com a criação do Rockefeller Institute of Medical Research e o Carnegie Institution of Washington em 1901, em seguida a formação do General Education Board em 1902, também vinculado aos Rockefeller. Em seguida, nasce a Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching em 1905, a Russell Sage Foundation em 1907, a Rockefeller Sanitary Commission em 1909, a Carnegie Corporation of New York em 1911, e a Rockefeller Foundation em 1913 – maior e mais conhecida até os dias atuais. Vale apontar que em solo europeu houve três instituições fundadas pelo inglês Joseph Rowntree em 1904. Este crescimento está associado ao próprio *boom* da industrialização americana, quando a quantidade de milionários cresceu de 100 em 1880 para 40.000 em 1916 (Heilbroner, 1970 apud Howe, 1982).

Como apontamos no texto introdutório, há uma ausência de estudos críticos sobre a influência e poder das fundações, e Roelofs (2003) entende este silêncio como reflexo direto do financiamento que elas direcionam historicamente para a produção de conhecimento. Para Barbara Howe (1982, p. 25), o modelo americano de fundações filantrópicas “tornou-se uma instituição social autônoma durante um período de vinte anos em que emergiu, cristalizou-se, foi desafiado e sobreviveu na forma que hoje conhecemos” desde 1900 até 1920. O ponto crucial de diferenciação deste novo formato de caridade é o apelo à ciência, segundo Barbara Howe, Rockefeller tornou-se conhecido por implementar os princípios da ‘benevolência científica’. Para Martin Bulmer (2006), as fundações representam a migração do modelo de caridade para o de institucionalização da engenharia social baseada no conhecimento.

Rockefeller defendia que seis aspectos eram essenciais para o ‘progresso da civilização’, sendo (1) os meios de subsistência; (2) governo e lei; (3) literatura e linguagem; (4) ciência e filosofia; (5) arte e requintes; (6) moralidade e religião (Howe, 1982, p. 28), o que de certa forma influenciou a categorização das áreas de atuação de suas diversas fundações e institutos. Foi em 1925, até onde pudemos verificar, que a Fundação Rockefeller realizou sua primeira entrada nas áreas da comunicação, ao menos de forma pública. Foi financiado um projeto para investigar a influência dos filmes na opinião pública, contando com a participação do cineasta escocês John Grierson – figura proeminente na história do cinema documental e adepto das ideias de Walter Lippmann sobre a informação.

O viés cientificista das fundações não se restringia, portanto, às ciências exatas e biológicas, como bem apontou Fisher (1983) em investigação sobre o campo das ciências sociais e a forma como sua expansão está diretamente vinculada aos investimentos do grupo Rockefeller. Para o autor, o financiamento do campo está relacionado à necessidade do capital em empossar intelectuais orgânicos na produção e reprodução da hegemonia social por meio de estratégias de propagação ideológica. Com o avanço da desigualdade de classes decorrente dos processos de acumulação pós-industrialização americana, era necessária a disseminação de porta-vozes com respaldo técnico-científico que fomentassem os ideais dominantes. A contradição se instala na medida em que, de um lado, os pesquisadores estavam comprometidos com a investigação de saberes que corroborassem

para a solução de problemáticas sociais, enquanto de outro o interesse dominante materializado no financiamento das fundações contemplava o esforço por controle social.

Neste contexto, as fundações cresciam exponencialmente, mas não sem chamar atenção pública aos perigos de seu poder econômico e ideológico. Em 1915 foi aberta uma comissão autorizada pelo congresso americano para discutir sua atuação e:

Entre as questões levantadas estavam as relativas à perpetuidade e à *accountability* das fundações, aos mecanismos através dos quais elas funcionariam, aos perigos do conluio de diretores interligados e à concessão de doações em benefício próprio, às implicações para a democracia da concentração desordenada de riqueza e poder nas mãos de um grupo de elite de filantropos profissionais ligados aos interesses industriais corporativos (Howe, 1982, p. 35-36, tradução nossa).

Foram ouvidos depoimentos de representantes das grandes fundações, de milionários até então neutros neste debate – como o próprio Henri Ford que demorou décadas para aderir ao modelo sistematizado de filantropia institucional, e de grupos contrários à sua atuação como sindicatos e partidos socialistas. O relatório final da comissão recomendou maior regulamentação legal do setor; uma profunda investigação financeira das atividades das maiores fundações e uma maior apropriação do Estado nos temas de incidência das fundações, para garantir maior equilíbrio de influência pública ao invés de privada no controle social. Apesar destas recomendações, nenhuma ação foi tomada até cerca de 30 anos após este período. Apenas na década de 1950 foi instaurada uma investigação no Congresso, e apenas em 1969 foi declarada o Tax Reform Act para regulamentar a taxa de fortunas pessoais e empresariais. Para Howe (1982), a ausência de maiores consequências deste processo acabou por legitimar ainda mais a atuação das fundações, com profundos ganhos políticos e alcance social para o modelo da filantropia americana.

1.4. O complexo industrial sem fins lucrativos e a captura da resistência

Relevantes obras, como o compilado de pesquisas organizado por Arnove (1982) e o estudo de Fisher (1983), indicam que as fundações investiram e seguem investindo grandes montantes de recursos em atividades que formatam projetos político-culturais para o mundo globalizado, e o lastro destas práticas reside desde os primórdios do processo de industrialização e urbanização ocidental,

quando sistematicamente foram testados modelos científicos para teorias sociais, tendo como alguns dos claros objetivos a supressão do projeto político socialista. As fundações Rockefeller e Carnegie foram grandes promotoras de instituições de pesquisa e think tanks liberais, assim como abriram acessos a governos e veículos de mídia, influenciando o estabelecimento de uma sociedade *corporate-driven*.

Ainda tratando dos Estados Unidos, o período em que o Tax Reform Act de 1969 foi instaurado também simboliza a consolidação do modelo de mercantilização e privatização das problemáticas sociais e sua sistemática exportação para o resto do mundo, em um processo de estruturação de um complexo industrial sem fins lucrativos (Incite!, 2017). Este conceito, construído a partir de abordagem crítica, traz o capital para a centralidade da discussão ao promover a associação direta a uma estrutura tipicamente capitalista tal qual a indústria. Ele deriva de outros modelos de sistemas privados que servem ao funcionamento da hegemonia econômica a partir da execução de determinada funcionalidade necessária para a manutenção da lógica estabelecida, a exemplo do complexo militar e o armamentício, de grande peso político e econômico nos Estados Unidos. A analogia com estes sistemas de controle, poder e repressão não é à toa. Para Dylan Rodriguez (2007), a instituição de um complexo industrial sem fins lucrativos concomitante à ascensão de um sistema prisional na década de 1960, estruturado sob a opressão racial aos negros e imigrantes, serve tanto à supressão de movimentos sociais radicais de esquerda por meio da política do medo, quanto ao enquadramento de iniciativas progressistas dentro das normas estabelecidas no âmbito do Estado liberal, o que na realidade estadunidense ainda contava com a particularidade do segregacionismo.

Esta cultura é geralmente disciplinada e regida pelo imperativo fundamental de preservar a integridade e coerência da sociedade civil branca dos EUA, e a “classe dominante” das organizações filantrópicas e fundações podem, às vezes, quase unilateralmente determinar se certos compromissos e práticas ativistas são adequados à sua visão consensual de “democracia” americana (Rodriguez, 2007 p. 27, tradução nossa).

Apesar do contexto histórico, político e econômico dos Estados Unidos ter grandes divergências perante a realidade latino-americana e de outras regiões do Sul Global, entender a constituição de um complexo industrial sem fins lucrativos no país é essencial, já que sua capilaridade é global e imperial. Enquanto a constituição das organizações sociais ou de bases comunitárias no

Brasil e nos países vizinhos reflete realidades particulares, vinculadas às problemáticas sociais características da região, o modelo filantrópico – particularmente a forma como operam os doadores filantrópicos em nível global, impactou a formatação deste campo no país desde as suas origens.

Uma das correlações mais frequentemente observadas na literatura ocidental, tanto em países de capitalismo dependente quanto em nações desenvolvidas, é a instrumentalização e o agenciamento gradual de movimentos sociais e populares. Isso se dá por meio da desradicalização, desmobilização e despoltização de suas ações, com o concomitante crescimento da institucionalidade profissionalizante sem fins lucrativos. Esse processo configura um ciclo sistematizado de onguização da ação política, conforme analisado por autores como Virginia Fontes (2010), Aziz Choudry e Dip Kapoor (2013) e Paulo Arantes (2021). A filantropia privada e o formato jurídico sem fins lucrativos estão associados à contenção de lutas sociais e sua conformação para ações mais reformistas e conformadas, em uma expressão de captura das pautas e da própria ação política individual.

Choudry e Kapoor (2013) apontam a emergência de uma economia política das ONGs, caracterizada pela colonização de territórios, da natureza e das culturas, como parte da estratégia de globalização do capital. Independentemente de características ideológicas que mobilizam a atuação de uma organização em nível micropolítico – seja progressista ou conservador em maior ou menor grau, o argumento central da crítica é que a análise do fenômeno expressa um processo de captura em sua totalidade. “As ONG – e o processo de onguização – minam frequentemente os movimentos locais e internacionais em prol da mudança social e da justiça ambiental e/ou de políticas de oposição anticoloniais e anticapitalistas, em cumplicidade com os interesses do Estado e do setor privado” (Choudry; Kapoor, 2013, p. 2, tradução nossa).

O momento histórico de fixação deste modelo, na segunda metade do século passado, é o de ascensão da política-ideológica de diminuição do Estado e conseqüente privatização da gestão de políticas sociais, um dos pilares da razão neoliberal (Peck, 2012). Neste período, as ONGs comunitárias em vários países do mundo expandiram a sua operação como vetores de implementação de projetos filantrópicos globais, materializando a territorialização do capital transnacional, sem que para isso fosse necessária a intervenção dos governos locais. Para Sangeeta Kamat (2004), inclusive, o agenciamento das organizações sem fins lucrativos não é inocente e casual, mas serve a um tipo específico de reformulação da noção de democracia, visando sua melhor adequação à engenharia

privatizante e individualizante da agenda neoliberal. Estes tópicos são retomados em profundidade no Capítulo 2, no qual situamos essa discussão no contexto de análise do imperialismo.

1.5. A questão social e a ideologia do terceiro setor

O campo científico mais próximo do debate de privatização das áreas sociais é, certamente, o da assistência social. José Paulo Netto (2018), inclusive, aponta que as problemáticas sociais são a motivação de sua existência. Não apenas a desigualdade por si, mas ela manifestada na perspectiva da chamada questão social. Para Ednéia Alves de Oliveira (2010, p. 277) “a ‘questão social’ tem sido apresentada como algo ‘novo’ e dissociada da contradição capital/trabalho. Portanto, seu ‘tratamento’ assume uma perspectiva de voluntarismo e comunitarismo, numa ótica despolitizada”. Ela representa um padrão de gestão dos problemas humanos e de seu entorno ambiental, expressivo daquilo de mais inerente no capital: a propriedade privada. A pobreza, a falta de acesso a recursos e informação, a doença são tópicos abordados de modo atomizado, reduzidos ao sujeito individual, tanto na produção do problema quanto na busca por sua resolução. Maria Carmelita Yazbek esclarece que:

Na América Latina a Questão Social vai expressar os traços comuns da longa história de dependência do Continente, que o condiciona: a colonização imposta, a questão indígena, as lutas pela independência, o escravismo, a luta pela terra, o desrespeito aos trabalhadores, a opressão às mulheres, as desigualdades com suas múltiplas faces, as injustiças e principalmente os incontáveis processos de exploração econômica e dominação política das classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada das classes que vivem do trabalho (Yazbek, 2021, p. 20).

Para Marilda V. Yamamoto (2001, p.10), a questão social só pode ser explicada a partir da compreensão das relações sociais mediadas pelo capital, particularmente como resultado do conflito capital e trabalho. Instaura-se uma arena de disputas entre projetos que refletem distintos interesses de classe e que se materializam na condução de políticas econômicas e sociais. Estes projetos passam a ser incorporados no funcionamento institucionalizado dos Estados, e altamente naturalizados no formato de governança democrática. No Brasil, por exemplo, com a promulgação da constituição de 1988 há a previsão de maior participação social nos processos públicos deliberativos, como forma de

envolver a população na tomada de decisão e abrir maior abertura ao diálogo em uma perspectiva do consenso. Todavia, em grande medida, estes espaços constituídos no interior da máquina pública, como comitês, conselhos e comissões, são ocupados pelas organizações sem fins lucrativos em suposta representação do que se denominou, inclusive institucionalmente, de sociedade civil organizada.

A despolitização de movimentos sociais e a crescente privatização da ação social, associados à emergência do capital privado na intermediação destas relações, resultaram no reducionismo do ideário de sociedade civil (Dagnino, 2004; Fontes, 2010), que passou a ser utilizado de forma esvaziada como sinônimo de terceiro setor, conceito igualmente deficitário. Este último, já parte da premissa equivocada de divisão da sociedade em setores, sendo o primeiro o Estado, o segundo o mercado e o terceiro as organizações sem fins lucrativos.

Para Montaña (2004, 2014), a crença no terceiro setor expressa uma visão mistificada da realidade, baseada na suposta construção consensual de promoção de bem-estar por meio da relação harmoniosa e articulada entre os interesses público e privado. Há um apagamento das estruturas sociais e a elevação do indivíduo como agente de transformação. A isso o autor conceitua a ideologia do terceiro setor, como sendo

o conjunto de termos e linguagens, de conceitos teóricos e de valores éticos e políticos, que sustentam a *autorresponsabilização dos sujeitos* por suas próprias condições de vida, e pela solução de seus problemas e satisfação de suas necessidades, *des-responsabilizando o Estado* da ação social e *desonerando o capital* nessa tarefa (Montaña, 2014, p. 41).

O conceito de ideologia em Montaña parte da elaboração cânone de Marx e Engels (2007) sendo representada por uma estratégia de dominação de classe que busca forjar uma representação ideal que obscurece a essência do fenômeno. A aparência do terceiro setor enquanto prática social e teoria acadêmica, e pseudocientífica devemos dizer, indica uma apresentação harmônica das interações sociais e societárias, que oculta o domínio da ordem capitalista, da propriedade privada e da exploração da força de trabalho no aparecimento e manutenção de questões sociais aos quais as ONGs e a filantropia buscam combater. Se considerarmos que a desigualdade e a exploração social e ambiental são ao mesmo tempo motores e resíduos do modo de produção e das lutas de classes, é premissa concluir que enquanto houver relações sociais mediadas pelo capital, haverá serventia para a filantropia e o terceiro setor.

Autores (Montaño, 2002; Fontes, 2010; Dagnino, 2004) argumentam que o fenômeno de terceiro-setorização resulta de uma fusão de valores de projetos de sociedade aparentemente antagônicos, sendo de um lado o neoliberalismo, de caráter privatizador e individualizante, e do outro o projeto da esquerda ‘possibilista’, de viés pós-moderno que, ao reduzir a luta às micro realidades, acaba por igualmente recair na ultra individualização por meio do discurso da identidade.

Com isso, introduzia-se uma cunha entre questões imediatas e problemas estruturais, estes, aliás, na origem das aflições imediatas. Difundia-se a crença na possibilidade de solução de transtornos urgentes, contanto que se postergassem (ou se abandonassem) as questões referentes à própria organização de conjunto da vida social (Fontes, 2010, p. 231-232).

Há em ambos os projetos a responsabilização do sujeito, o que acaba por, contraditoriamente, aproximar a atuação das ONGs da razão neoliberal. Seus projetos e ações sociais acabam produzindo efeitos de cunho meramente individual e, mesmo quando há uma perspectiva de liberdade, ela é resultante da noção liberal que entende o sujeito como livre para exercer sua ação tanto na sociedade civil quanto no mercado.

A isso, Evelina Dagnino (2004) nomeia de confluência perversa. O projeto neoliberal passa despercebido ao ser travestido de progressismo emancipatório, em uma aparência estrategicamente construída por meio da captura discursiva – “a disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia” (Dagnino, 2004, p. 198). Estas expressões, que emergem do bojo da ação popular, retornam para a sociedade de forma reificada. Para James Petras (1999, p. 55) “o retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas não poderia acontecer usando linguagem de auto interesse dos capitalistas”, a comunicação passa a expressar sentidos que aparentam neutralidade política e distanciamento dos interesses de classe. E a ação social passa, cada vez mais, a reproduzir um *modus operandi*, em suas ações e seus discursos, alinhado aos interesses hegemônicos, mesmo quando sua intenção vai, originalmente, de encontro a estes.

1.6. Renovação da filantropia corporativa e a busca por resultados de impacto

Até o ano de 2016, existiam cerca de 90 mil fundações privadas nos Estados Unidos, sendo que 10 mil delas foram criadas até a década de 1970, conforme mostra a Tabela 1.

Apesar de o modelo de fundações remontar ao início do século XX, é na segunda metade que ocorre a sua explosão. Mesmo a Era de Ouro do capitalismo, entre 1945 e 1970, não foi suficiente para dar tração à filantropia empresarial. Pelo contrário, é precisamente com a ascensão do período neoliberal – e sua intensificação nos anos 1990, que vemos o crescimento exponencial das fundações.

Tabela 1: Fundações privadas nos EUA com registro 501(c)(3) classificadas por ano de criação

DATA DE CRIAÇÃO	QUANTIDADE
1969 ou antes	9.927
1970-1979	4.523
1980-1989	9.663
1990-1994	8.338
1995-1999	16.151
2001-2001	8.506
2002-2003	6.491
2004-2005	5.416
2006-2007	6.552
2008	3.179
2009	3.022
2010	2.373
2011	2.208
2012	2.146
2013	2.022
2014	6.236
2015	5.316
2016	3.336

Fonte: Internal Revenue Service Business Master Files, Exempt Organizations, August, 2016.

Ao longo destes mais de cem anos, a filantropia se consolidou e se complexificou, expandindo a noção de filantropocapitalismo. O termo foi atribuído apologeticamente em 2006 por Matthew Bishop na revista *The Economist*, da qual era editor, em artigo intitulado *O nascimento do filantropocapitalismo*, em tradução nossa. Na sequência, o conceito foi aprofundado em livro (Bishop; Green, 2008) a partir do argumento de que há uma nova tendência que consubstancia a relação entre ações filantrópicas e objetivos de negócios em uma visão ainda mais comercial do investimento de caráter social.

Vale salientar que os autores partem, de antemão, de uma premissa bastante equivocada. Em sua visão, os primeiros filantropos não detinham uma abordagem orientada para resultados, característica que seria peculiar à nova geração de multimilionários, a qual reflete o modelo capitalista contemporâneo, altamente racionalizado. Tal perspectiva desconsidera a extensa articulação das maiores fundações globais desde seu surgimento, como evidenciado nos casos de Rockefeller e Carnegie.

Embora seja incorreta a interpretação de que a filantropia de décadas passadas não se focava em resultados, observa-se de fato uma reconfiguração no modelo de gestão das fundações mais contemporâneas. Um dos aspectos distintivos desse novo cenário é a incorporação de estratégias tipicamente corporativas à gestão, visando um maior direcionamento do financiamento de projetos.

Os autores acertam ao destacar a aproximação da nova filantropia com os negócios capitalistas, mas assumem essa convergência de forma acrítica. Nessa perspectiva, o filantropocapitalismo é apresentado como a solução para os males globais. O investimento da fortuna de Bill Gates é reconhecido por sua amplitude em áreas como a saúde, mas os impactos negativos da influência de empresas de tecnologia como a Microsoft não são abordados de forma equilibrada. A benevolência da caridade se personifica na figura do capitalista, enquanto as problemáticas sociais são diluídas e dissociadas da relação de causa e efeito entre práticas corporativas, exploração do trabalho e do meio ambiente, e seus impactos na formação de uma sociedade intrinsecamente desigual.

Este novo filantropocapitalismo se caracteriza pela busca incessante por formas de metrificar seu trabalho. O relatório intitulado *Giving Better, Giving Smarter*⁷ (Barry; Manno, 1997) propõe que a efetividade seja o principal critério para determinar uma doação de recursos. Assim, a partir dos anos 1990 cresce o modelo de filantropia focada em resultados de impacto, em um movimento que busca estabelecer parâmetros de mensuração de mudanças sociais, ambientais, culturais etc. A filantropia incorpora a prática de calcular o retorno sobre o investimento, ROI, típica do universo dos negócios, mas substitui o retorno financeiro por um retorno pretensamente coletivo, avaliado pelo grau de transformação viabilizada por esse recurso. Passa-se a comparar o montante investido a indicadores de resultados qualitativos e quantitativos.

⁷ Doando melhor, doando de maneira mais inteligente (tradução nossa). Organizado pela The National Commission on Philanthropy and Civic Renewal.

A implicação dessa nova padronização tem repercussões significativas na condução das atividades de ONGs e movimentos sociais, visto que o cumprimento das demandas por resultados mensuráveis torna-se mais proeminente do que o próprio resultado alcançado. Nem todas as atividades se traduzem facilmente em números, e intervenções complexas, que lidam com realidades multifacetadas, têm seus efeitos diluídos em métricas simplistas. A lógica da mensuração e da busca por resultados tangíveis iguala a gestão social à lógica de mercado. Há uma clara subversão do trabalho orientado para a questão social, evidenciando-se a crescente transição para o modelo influenciado pela privatização dos problemas sociais, no qual a atividade passa a atender prioritariamente às exigências de investimento. Essa tendência de privatização do social leva a perda de autonomia dos movimentos e grupos, que se veem encurralados a se adaptar a modelos pré-definidos pelos financiadores.

1.7. O caráter normativo dos estudos da filantropia e do terceiro setor

As expressões capitalismo consciente (Sisodia; Sheth; Wolfe, 2014), filantropocapitalismo (Bishop; Green, 2008) e investimento social privado (Perret, 2011) são profetizadas e perpetuadas afirmativamente de forma apologética no mundo corporativo, na prática das relações sociais e no campo científico. Para Joan Roelofs (2003), há uma ausência de conceitos teóricos estabelecidos que partam previamente de abordagens críticas, o que é indicativo da própria falta destes estudos enquanto um campo estruturado.

Tal observação não se refere exclusivamente ao tema da filantropia, mas o mesmo ocorre nos estudos teóricos e práticos sobre organizações sem fins lucrativos de forma ampla, no qual a terminologia terceiro setor foi largamente abraçada sem maiores problematizações acerca de sua origem e significado, o que indica não apenas a anuência ao termo, como também ao próprio fenômeno. Astuciosamente, Montaña (2014) nomeia sua obra *O Canto da Sereia* para tratar da mística do terceiro setor. Assim como Iara, a narrativa da construção de uma sociedade civil organizada e harmoniosa seduz e atrai, para apenas revelar-se predatória nas profundezas das águas. Andres Pablo Falconer (1999) defende que a noção de terceiro setor emerge muito mais como uma ideia-força do que como um conceito rigoroso ou um modelo sólido fundamentado em teoria.

A literatura existente sobre as práticas de fundações privadas e ONGs revela sua ampla aceitação como mediadores da realidade social, em especial na construção de uma visão homogênea e consonante no que tange ao ideário do controle das problemáticas sociais. Há inúmeros manuais e obras técnicas de planejamento e gestão de entidades e projetos sociais, mas a produção acadêmica não se limita a isto como mecanismo de validação das práticas. O que se encontra em abundância são pesquisas teóricas e empíricas que reconhecem o papel das instituições sem fins lucrativos para o desenvolvimento social e operacionalização da democracia, em pé de igualdade a movimentos sociais e outras ações coletivas, sem a promoção anterior de uma reflexão crítica sobre sua origem ou funcionalidade na manutenção do *status quo*. Inclusive, a crítica às estruturas que sustentam o modelo terceiro setor é de difícil construção, já que, em muitas medidas, a classe trabalhadora adotou o formato como tática possível de transformação da realidade, já que o cerceamento burocrático das instituições do Estado burguês faz dele um dos únicos caminhos possíveis de ação – tal qual ocorre com sindicatos e cooperativas, limitantes das lutas dos trabalhadores (Wellen, 2008).

A vasta produção científica de áreas como as ciências sociais aplicadas, tal qual a administração e a comunicação, não apenas assume o terceiro setor como um conceito legítimo, como reafirma sua essência enquanto mecanismo central para o desenvolvimento. A investigação minuciosa do fenômeno revela, contudo, sua gênese liberal enquanto propulsor de uma narrativa individualizante das desigualdades sociais (Montaño, 2002). A caracterização de uma sociedade civil que se organiza em defesa do combate às desigualdades desresponsabiliza o Estado e, principalmente, o capital por problemas por ele gerados.

O que observamos na produção bibliográfica sobre o tema é não apenas a ampla aceitação conceitual desses sentidos, como também a validação de suas práticas, o que Marcelo Calegare e Nelson da Silva Júnior (2009) consideram como sendo uma abordagem dominante. Nesta ótica, o pensamento pseudocientífico e normativo volta-se para sustentar o fenômeno por meio de um olhar otimista e idealizado, que atribui ao terceiro setor e à filantropia a capacidade de uma resolução harmônica das problemáticas sociais e ambientais enquanto estabelece vínculos considerados de parceria ao capital privado e aos órgãos públicos. Vamos nos aprofundar, a seguir, na gênese deste debate a partir do estudo das práticas imperialistas e de promoção de hegemonias.

CAPÍTULO 2

HEGEMONIA ECONÔMICA E CULTURAL, IMPERIALISMO E O PAPEL DA COMUNICAÇÃO

Sem riqueza, não pode haver mecenas.

Andrew Carnegie

Partimos do pressuposto de que a manutenção da hegemonia é apenas possível na medida em que discursos dominantes em circulação impulsionam a prática material. Acreditamos que a hegemonia econômica se consolida, também, por intermédio da hegemonia cultural, sendo a filantropia parte estratégica desta engrenagem. No entanto, essa filantropia não é exercida por práticas estritamente financeiras, do contrário talvez não se sustentasse enquanto mecanismo de controle. Inclusive, mecanismos não monetários de controle podem revelar-se como ainda mais perversos, visto que contribuem para fomentar a aparência de que não há controle envolvido na ação filantrópica.

As reflexões propostas neste capítulo nos auxiliam no sentido de corroborar teoricamente na compreensão da forma pela qual o capital produz as condições objetivas e subjetivas de sua própria reprodução. Ele cria as bases sobre as quais as tendências gerais da acumulação se desenvolvem em cada momento histórico. Nesse ínterim, emergem campos ideológicos que justificam a reprodução dessa base material, ainda que não ao mesmo tempo ou de modo linear.

Inauguramos a discussão na seção 2.1 a partir da exposição do conceito de imperialismo como operacionalização da necessidade de expansão contínua da acumulação. Consideramos este um tema central para melhor compreendermos como a filantropia facilita a territorialização do capital. Em seguida, na seção 2.2, abordamos a noção de hegemonia e suas expressões típicas no modo de produção contemporâneo, bem como apresentamos o conceito de Guerra Fria Cultural e seus efeitos. Com o intuito de adentrar na particularidade de nosso objeto de estudo, expressamos na seção 2.3 o conceito de aparelhos privados de hegemonia, o qual abarca tanto a análise da imprensa quanto das fundações filantrópicas. Isso nos leva ao sobrevoo teórico e histórico na seção 2.4 em torno da ascensão das racionalidades que vão do taylorismo/fordismo ao neoliberalismo contemporâneo, com

o objetivo de demonstrar a forma na qual a hegemonia financeira demanda uma hegemonia cultural que se instala sobre as relações sociais e as produções de subjetividades.

Em seguida, na seção 2.5, contextualizamos historicamente o cenário brasileiro diante dos conceitos até então apresentados, com particular dedicação ao fenômeno de conversão mercantil-filantrópica das lutas sociais no Brasil por intermédio da filantropia internacional de caráter imperialista. Encerramos, na seção 2.6, com a retomada da temática da comunicação e do jornalismo, já com o intuito de promover uma ponte com as discussões propostas no Capítulo 3. Abordamos nesta última discussão como os meios de comunicação devem ser pensados como meios de produção e, conseqüentemente, como aparelhos de reprodução de hegemonias.

2.1. Imperialismo, expropriação e expansão contínua

Em uma sociedade em que a reprodução da vida assume a forma de massiva produção de mercadorias, cujo momento predominante é o valor de troca, e não seu valor de uso, compreender a vida social implica necessariamente em desvelar os mecanismos gerais que regem e coordenam essa produção. O capitalismo é um modo de produção da vida, um metabolismo social vivo que se transforma constantemente. Se é verdade que a análise proposta a partir de Marx nos forneceu os elementos necessários para a melhor compreensão de seus mecanismos essenciais, que se mantêm até hoje, isso não implica a sua manutenção inalterada.

As modificações desse modo de produção acontecem em diversos níveis de abrangência e especificidade. Desde o século XX, autores como Rudolf Hilferding e Lênin apontavam para mudanças qualitativas na estrutura mais geral do capital. A concentração e a centralização de capitais, a interconexão entre as nações no que diz respeito ao comércio e às cadeias produtivas, e as formas de organização das classes dominantes aliadas aos Estados nacionais, encontravam-se em estágios ainda iniciais. Como efeito, a expansão do capital esbarrava em limitações que foram gradativamente superadas com o aprofundamento destes aspectos.

Um dos elementos de discussão que surge a partir disso são as teorias acerca dos processos de imperialismo como uma nova fase do capitalismo. Apoiando-nos na obra de Virgínia Fontes (2010), e das influências de Lênin e Gramsci que a atravessam, acreditamos, que o imperialismo configura

uma forma de ser do capitalismo tomada do ponto de vista de sua universalidade, de um estágio histórico desse modo de produção.

Os traços fundamentais do imperialismo característico do século XX são representados pela formação de monopólios, pela fusão entre os capitais industriais e bancários, e de ambos com os Estados – formatando o capital financeiro e sua predominância. Sobretudo, o imperialismo se impôs como um processo que coloca em um novo patamar o contraste entre países centrais e periféricos, bem como promove uma reordenação nas formas como se expressam as disputas de classes. Em especial no que tange às classes dominantes, há uma perpétua disputa entre suas várias frações, que se realiza nas mais diversas esferas – econômica, política, cultural. Os resultados dessas lutas determinam a ascensão de certas frações de classe à hegemonia, assumindo a liderança das demais e incorporando seus interesses de forma parcial.

Nesse sentido, como lembra Luciana Aliaga, ao refletir a noção de hegemonia em Gramsci:

O conceito de hegemonia possui uma abrangência ampla no pensamento de Gramsci. Os processos de hegemonia se referem tanto às relações de forças no âmbito das concepções de mundo e, portanto, implicados na formação subjetiva dos consensos e dos conformismos, quanto no âmbito das relações objetivas entre as classes, que sustentam o poder político por meio da reprodução da dominação capitalista (Aliaga, 2021, p. 93).

As transformações relacionadas ao imperialismo também englobam as disputas entre os grupos pertencentes às mesmas classes. Essas disputas estão sempre, em maior ou menor grau, articuladas com seus contextos específicos, com os conflitos locais, as condições e o Estado de cada nação. As modificações implicam, portanto, em lutas entre e intraclasses, bem como em um redimensionamento das disputas por controle e hegemonia no cenário das relações internacionais.

É parte da natureza do modo capitalista a necessidade contínua de expansão, o que se expressa tanto do ponto de vista territorial, quanto da forma social de suas relações. Em ambos os casos, a categoria da expropriação é central (Fontes, 2010, p. 89).

No primeiro caso, as invasões militares e formas mais sub-reptícias de intervenção, como as missões internacionais militares de ‘pacificação’, representam algumas das formas nas quais os países centrais abrem possibilidades de domínio territorial para além dos limites estritos de suas fronteiras nacionais. Esse ato de violência direta envolve a expropriação total ou parcial de propriedades e terras.

No segundo caso, a expropriação se expressa de forma diferente. Trata-se de uma expansão do capital por meio da eliminação ou subversão de formas de vida e relações sociais antes não colocadas sob o imperativo da valorização do valor. Podemos citar as modificações forçadas de comunidades originárias, obrigando-as a adaptar seu modo de vida para compatibilizar-se a certos aspectos da relação mercantil-capitalista.

Ademais, como bem destacado por Fontes, há também as formas de expropriações que se dão sob a retirada de direitos adquiridos por meio das lutas sociais, como os trabalhistas, salários indiretos (benefícios), bens e serviços oferecidos às populações via Estado de forma não mercantilizada. Trata-se de uma forma diferente de expropriação, onde não se expropria meios de produção ou terras, mas sim outras esferas da vida social ligadas às condições de vida das classes não proprietárias.

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas à supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua consequente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado de força de trabalho) (Fontes, 2010, p. 89).

A expropriação, portanto, não se restringe à chamada fase de acumulação originária (Marx, 2013), mas está no âmago do capital e permanece como imperativo em contínua atualização conforme as modificações históricas. As mudanças estruturais que marcam a passagem do capitalismo concorrencial ao imperialismo dizem respeito às novas formas de acumulação de capital e aos mecanismos que garantem a sua perpetuação como forma social. Ao mesmo tempo, impõem novos modos de disputa de poder e novos mecanismos de intervenção dos países imperialistas em outros territórios, condicionando-os de acordo com seus próprios interesses.

Isso significa que a dominação imperialista – assim como as disputas por hegemonia entre classes dominantes – se dá tanto por mecanismos econômicos, políticos e culturais, quanto por formas abertas de violência direta:

países imperialistas interferem direta ou indiretamente na consolidação de formas puramente capitalistas de produção nos demais países, bloqueando-as em certos setores ou acelerando-as em outros, segundo suas próprias necessidades e interesses, que nada têm a ver com necessidades ou interesses das populações locais (Fontes, 2010, p. 91).

Um dos efeitos marcantes desse processo é a expansão desigual do capital em cada nação, principalmente na oposição entre centro e periferia. O modo de produção, sob o caráter imperialista, cria as condições para uma divisão territorial global desigual. A existência de países economicamente desenvolvidos e dominantes gera, por sua vez, a sua contraparte: países empobrecidos, vulneráveis e colonizados.

As nações do mundo colonizado tiveram uma inserção própria no sistema global capitalista, que desde o início lhes conferia posição dependente e subalterna em relação aos países centrais. Um conjunto de determinações objetivas criam uma forma específica de capitalismo nessas regiões. Essas determinações não são particulares desses locais, mas apenas neles performam papel preponderante na estruturação das relações capitalistas. Instauram-se mecanismos de distinção entre países centrais e dependentes, com vantagens e benefícios apenas aos primeiros. Tais distinções incluem as diferenças estruturais nas composições orgânicas do capital, a transferência de mais-valor, a tendência à superexploração da força de trabalho, a incapacidade do capital dependente de se autofinanciar e a possível formação peculiar das classes sociais, que não assumiram para si as tarefas históricas desempenhadas por suas análogas dos países centrais (Marini, 2017; Oliveira, 2015).

A condição de dependência implica a posição subalterna dessas nações frente à hegemonia central, o que ocorre também nas formas de consciência, por meio da constante construção, circulação e reconfiguração de sentidos que favoreçam a continuidade desse sistema de sujeição e interferência, tema que aprofundaremos a seguir.

2.2. As formas de hegemonia do capital e a Guerra Fria Cultural

Se as relações sociais se reproduzem a despeito da consciência que se faz delas, isso não significa que a reprodução da vida não dependa, também, das formas de consciência que envolvem um período histórico específico, dando a ele significação, orientações prático-operativas e possibilidades de subjetivação.

Assim, as relações sociais produzem a vida e as formas de vivenciá-la. A produção material da vida, na concepção marxiana, representa a contínua construção simultânea da objetividade e da consciência. O momento ideal e o momento prático da atividade de trabalho – em seu sentido

ontológico, são inseparáveis. Ao mesmo tempo em que o ser humano produz sua vida prática, ele produz suas formas de consciência e de subjetivação. Mas, além disso, o ser social só interage com o mundo prático a partir de sua consciência (Lukács, 2012; Vygotsky, 2005).

O capital, como modo de reprodução social, não produz apenas mercadorias. Produz, de forma mercantil, sujeitos historicamente localizados e, portanto, formas de consciência e subjetividade atravessadas pela lógica histórica do capital, ou seja, formas de racionalidade próprias. Se as relações de dominação se reproduzem por trás da consciência, elas o fazem porque há formas históricas de consciência refletidas junto a essas relações, possibilitando a sua perpetuação.

Ao contrário de outros modos de produção anteriores, como as sociedades onde a estruturação da vida social se dava em torno de relações de escravização ou servidão, no capitalismo, a dominação acontece de modo indireto. Uma vez que a sociedade burguesa se ergue, ela constitui um tipo de noção própria de indivíduo – proprietário, autocentrado, portador de direitos – que o torna isolado, ou seja, sem vínculos pessoais de dominação (Marx, Engels, 2007; Duayer, 2001).

A noção de indivíduo que nasce com o capital (Losurdo, 2005) emerge na prática social específica deste modo de produção, na medida em que o mercado se desenvolve como instituição primordial da mediação social e da expropriação dos produtores, processo este que é contínuo e sempre se atualiza (Fontes, 2010). Por tudo isso, para Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas (Marx, 2013, p. 983).

Virgínia Fontes defende que é um erro grave analisar as formas de subjetividade fora de seu contexto histórico preciso, porque não é possível conceber a individualidade humana “de maneira exterior às formas de sociabilidade que constituem, necessariamente, os seres singulares” (Fontes, 2010, p. 126). Deve-se procurar compreender a produção social em sua totalidade, incluindo aí a “organização das vontades coletivas” e as constantes tentativas de convertê-las em aceitação da dominação (Fontes, 2010, p. 133). O capital mobiliza, assim, não apenas dispositivos estritamente econômicos para criar, exercer e atualizar sua dominação, mas também outros que remetem à política,

à cultura e a hábitos cotidianos, que se revelam fundamentais a atuação do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia.

Por um conjunto amplo de práticas, as classes dominantes perpetuam e defendem seus interesses, construindo assim a sua hegemonia, que é ao mesmo tempo a hegemonia do próprio modo de produção capitalista. Ao se referir à noção de hegemonia a partir de Gramsci, Luciana Aliaga aponta que tal conceito envolve processos que “se referem tanto às relações de forças no âmbito das concepções de mundo e, portanto, implicados na formação subjetiva dos consensos e dos conformismos, quanto no âmbito das relações objetivas entre as classes” (Aliaga, 2021, p. 93).

O capitalismo se apresenta como uma hegemonia incontestada: não há outras formas sociais que o coloquem em tensão (Netto, 1995; Cotrim, 2007). O fim da URSS – a despeito das limitações desta experiência – acabou se transformando em um possível marco da fase incontestada da hegemonia do capital.

Se o capitalismo como um universal se constitui como relação social dominante, ele assumiu, ao longo de sua história, diversas fases e expressões. Essas diferentes fases são definidas a partir das condições históricas concretas da reprodução do valor em cada período, de modo que a hegemonia universal do capital sempre assume formas específicas a partir das condições e possibilidades de acumulação em cada momento, e a depender das mudanças nas relações de poder entre as nações capitalistas dominantes.

Para nosso objeto, importa destacar que a partir de meados do século XX, em especial com o correr e conclusão da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia capitalista se transferiu da Inglaterra para os Estados Unidos, de modo que este se transformou na principal potência imperialista desde então. Isso não significa que as outras nações imperialistas deixaram de exercer influência sobre os destinos do capitalismo global e, especialmente, sobre todas as outras nações consideradas periféricas. Indica apenas que, de modo geral, a influência conjunta das nações imperialistas sobre os outros países passou a ser, em maior ou menor grau, sobredeterminada pelo poder estadunidense.

Durante a Guerra Fria, o capitalismo se viu diante da necessidade de expandir seu raio de influência sobre cada nação, por vias diretas e indiretas. Havia, à época, a premência de provar que o sistema era superior à alternativa soviética. No interior dessa disputa, surgem mecanismos e instituições que se tornam aparelhos da interferência imperialista nos países subalternos, destacando-

se os bancos e fundos de cunho internacional, como o BID e o FMI, organizações multilaterais, como a ONU e as instituições filantrópicas.

Em vez de optar por campanhas militares diretas nos países da América Latina, o que implicaria em interferência direta, os Estados Unidos adotaram a estratégia de financiar diversas ditaduras sangrentas em toda a região. Esse mecanismo indireto de interferência imperialista tinha como objetivo não apenas afastar os países do bloco soviético, mas também integrá-los ainda mais à lógica de funcionamento do capitalismo. Isso incluía as tradicionais amarras econômicas e o aprofundamento da exportação da cultura dos países centrais, tomados sempre como norma e ideal a ser atingido, promovendo uma atualização da condição subalterna e dependente desses países em relação ao centro.

Francis Saunders (2013) analisa meticulosamente como a Agência Central de Inteligência americana, CIA, estruturou uma complexa operação de propagação ideológica com o intuito de combater o comunismo e a União Soviética, no que denominou Guerra Fria Cultural. Para a autora, tamanha mobilização levou a agência a desempenhar um papel semelhante ao de um Ministério da Cultura. A operacionalização prática, especialmente na Europa Ocidental, se instituiu por meio da formação de um consórcio informal, composto por fundações filantrópicas, empresas, outras instituições e pessoas físicas que atuavam conjuntamente à CIA como uma fachada para ocultar os canais de financiamento aos programas secretos.

Por mais de vinte anos, sem ser desafiado e sem ser detectado, o establishment de espionagem dos Estados Unidos operou uma sofisticada frente cultural no Ocidente, para o Ocidente, em nome da liberdade de expressão. Definindo a Guerra Fria como uma "batalha pelas mentes dos homens", ele acumulou um vasto arsenal de armas culturais: revistas, livros, conferências, seminários, exposições de arte, concertos, prêmios (Saunders, 2013, p. 2, tradução nossa).

A intermediação das fundações filantrópicas revelou-se como o mecanismo mais conveniente para a realização das transações financeiras dedicadas aos projetos da CIA, ofuscando os vínculos entre doadores e recebedores. Rockefeller, Ford e Carnegie são mencionadas dentre as principais fundações utilizadas para encobrir os repasses. Saunders explica que no ano de 1976 um comitê designado para investigar a agência relatou que, entre os anos de 1963 e 1966, o financiamento da

CIA esteve envolvido em quase metade das doações empregadas em atividades internacionais por 164 fundações investigadas.

A instrumentalização do Estado americano pelo capital privado se manifesta, nesse tema, pelo profundo envolvimento das grandes fundações e famílias filantropas na máquina pública. Ao longo da história da Fundação Rockefeller, inúmeros de seus membros assumiram posições de destaque no governo do país. Como exemplo, temos John Foster Dulles e Dean Rusk, que transitaram da presidência da Fundação e partiram para cargos de Secretários de Estado. Outro caso de destaque é o de Nelson Rockefeller, cuja posição central na Fundação garantiu a construção de um relacionamento pessoal junto à inteligência americana durante a Segunda Guerra Mundial. No período, Nelson Rockefeller foi designado para chefiar ações de intervenção na América Latina. Mais tarde, já na Guerra Fria, o empresário assumiu a gestão do Museu de Arte Moderna de Nova York, que Francis Saunders (2013) sugere ter tido uma estreita ligação com a CIA na promoção internacional de obras de arte que enfatizavam a cultura americana. Em 1974, Nelson Rockefeller tornou-se vice-presidente dos Estados Unidos.

2.3. Sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia

No que tangencia nosso tema específico, o que compete destacar é que a hegemonia, na medida em que envolve a totalidade das esferas da vida social, implica também a cultura, a construção de narrativas, significados e o modo pelo qual criamos e fazemos circular representações de questões e conflitos reais. Acontece que, embora os campos jornalístico e filantrópico por nós estudado estejam intrinsecamente associados aos aspectos ideológicos dentre as esferas da sociabilidade, a hegemonia cultural não pode se constituir meramente de ideias: ela precisa produzir, por meio de práticas sociais, as noções que vão compor a hegemonia.

Por isso é fundamental voltarmos os olhos não somente para as próprias ideias e noções de mundo que acabam por viabilizar a reprodução do capital. É preciso olhar para as atividades e organizações que, na prática, atuam para elaborar ou disseminar as ideias e práticas hegemônicas. Nesse sentido, há uma necessária convergência entre a crítica da ideologia e da cultura e a análise crítica dos movimentos do mundo do trabalho e da produção.

Ao tomar inspiração nas análises de corte gramsciano de Fontes (2010, 2018) e Aliaga (2021), entendemos que o capital, enquanto sistema totalizador, promove uma divisão entre a comunidade política. Essa é representada pelo Estado, bem como por seus instrumentos e funcionários, e pela sociedade civil, representada por interesses privados, tanto de indivíduos como de grupos com interesses particulares convergentes.

O Estado vai além de suas instituições e aparatos. Ele representa a materialização da organização política antagônica entre as classes sociais, atuando como um órgão crucial para a manutenção e reprodução do capital. No entanto, o Estado também é um espaço que viabiliza o conflito e a disputa entre as classes, tanto internamente quanto na busca pelo controle do poder político. Não obstante, a construção da hegemonia se estende para a sociedade civil e suas instituições. Estas se articulam de acordo com seus interesses políticos, buscando defendê-los e mascará-los como universais, desassociando-os de uma classe específica. Aliaga destaca essa questão, afirmando que

uma ideia, ou um conjunto de ideias somente se torna hegemônico na medida em que deixa de ser percebido como determinado social e historicamente e passa a ser crido como legítimo e universalmente válido. Assim ocorreu com o cristianismo na Idade Média, com o liberalismo na Modernidade e, atualmente, com o neoliberalismo (Aliaga, 2021, p. 95).

Assim, a hegemonia é produzida tanto pelo Estado e pelos órgãos da administração pública quanto pelas organizações provenientes da sociedade civil – os aparelhos privados de hegemonia.

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia (Fontes, 2010, p. 136).

Segundo expõe Fontes, os aparelhos privados de hegemonia compõem a estrutura dorsal da sociedade civil. Eles são instituições das mais variadas: corporações, sindicatos, igrejas, bem como a indústria da comunicação e as fundações filantrópicas. Atuam de modo a incidir na produção coletiva “de visões de mundo, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia)” (Fontes, 2010, p. 133). Nesse aspecto, fica clara a convergência entre a produção de

ideias e a produção da vida. Precisamente porque a produção hegemônica, mesmo do ponto de vista ideal, possui necessariamente uma base material, de modo que a disputa entre visões de mundo “só pode ocorrer por meio dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as” (Aliaga, 2021, p. 109-110).

Muito embora essa conexão seja orgânica, os aparelhos privados de hegemonia aparecem, diversas vezes, como relativamente independentes dos contextos nos quais estão inseridos: “não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social” (Fontes, 2010, p. 134). É verdade que há casos em que a conexão entre esses aparelhos e os interesses conjunturais que representam é mais clara, como em sindicatos patronais ou de trabalhadores. Porém, tomando como exemplo partidos políticos e jornais, diz Fontes que estes: “na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente” (Fontes, 2010, p. 134,).

Esse apagamento, no que tange ao jornalismo e à filantropia, faz parte do próprio modo contemporâneo de organização dessas atividades, conectado com o imperativo da transparência⁸ dos processos e fluxos monetários, como discutiremos nos próximos capítulos.

Os aparelhos de hegemonia se desdobram por todos os poros da vida social. Alguns possuem cunho diretamente econômico, outros culturais, educacionais ou recreativos. Fontes dedica parte significativa da análise em sua obra aos aparelhos filantrópicos e à forma como determinaram a reorganização da luta política no Brasil.

Na atualidade, o volume de entidades civis (e sem fins lucrativos) constituídas sob o patrocínio direto ou indireto de entidades empresariais se agigantou, a partir da generalização do que é apresentado como se fosse “filantropia” empresarial (Medeiros, 2013) cujas figuras mais emblemáticas no cenário internacional são as já antigas fundações Rockefeller (criada em 1913) e Ford (1936), e algumas das atuais são a Fundação Bill e Melinda Gates (criada em 1997) e a Open Society, patrocinada por George Soros desde 1979 (Fontes, 2018, p. 226).

⁸ Sobre o imperativo da transparência e uma forma de justificativa ideológica-cultural, ver: Camargo, Silva e Figaro, 2021.

A autora ainda destaca que tomar tais aparelhos e entidades por seu valor de face, ou seja, pelo modo como se apresentam, implica assumir a desconexão ilusória entre suas atividades e o contexto amplo das lutas de classes, deixando de lado:

os processos de luta que se passam em todos os âmbitos da vida social sob o capitalismo, a começar pela inserção no próprio processo produtivo, pela profunda desigualdade que permeia a capacidade associativa e pelo papel de conversão, de inflexão que os aparelhos privados de hegemonia empresariais assumem ao sustentar (e financiar) associações populares para que se convertam em “apolíticas” e não partidárias. Com isso, a suposição de que nessa “sociedade civil” residiria a possibilidade da autonomização das lutas populares frente ao Estado, construindo desde “abaixo” novas formas de relação social corre o risco de desarmar as massas para a complexidade do enfrentamento (Fontes, 2018, p. 225).

Essa mesma advertência é reforçada por Luciana Aliaga ao indicar que, mesmo que sejam tomados como “uma ‘força dirigente em si mesma, superior aos partidos’ – o que supõe certa ‘isenção ideológica’ – são ‘aparelhos’ de opinião, isto é, desempenham funções políticas na sustentação de certa visão de mundo ligada a determinados grupos sociais” (Aliaga, 2021, p. 130-31).

As classes subalternas são cercadas pela hegemonia dominante, tanto pela atuação dos aparelhos da sociedade civil quanto pela atuação do Estado. Além disso, é preciso destacar que o capital estabelece mecanismos para integrar dentro de si as oposições que nascem dos movimentos originais das classes dominadas. Por isso, destaca Virgínia Fontes mais uma vez, que:

Gramsci observou que o Estado podia agregar em sua própria estrutura elementos oriundos das reivindicações das classes dominadas, ampliando-se também na direção da incorporação de demandas dos grupos subalternos e em peculiar democratização, na qual a incorporação ampliava a política, mas mantinha a subalternização das classes (Fontes, 2010, p. 138-139).

Os aparelhos privados de hegemonia são aspectos, manifestações materiais das ideologias às quais estão conectados. Essas ideologias estão, por sua vez, conectadas necessariamente às classes sociais em conflito e aos seus interesses tanto imediatos quanto gerais. Tais aparelhos, a despeito de sua heterogeneidade, remetem de alguma maneira a formas de produção e relações econômicas específicas e, também, aos componentes político-estatais relativos a eles, embora sua atuação seja bastante cultural (Fontes, 2010, p. 134). Ainda, eles não se constituem de modo homogêneo. Ao contrário, podem divergir justamente porque, de alguma maneira, em sua essência estão conectados

e correspondem às problemáticas reais que surgem dos conflitos sociais, muito embora apareçam como formas de associação entre indivíduos que compartilham interesses comuns.

2.4. Da racionalidade hegemônica taylorista à neoliberal

A construção da hegemonia envolve uma tensão constante entre forças de coerção direta e de construção de consenso, ou seja, de formas ideológicas de aceitação ou, pelo menos, conformação frente à realidade social-econômica vigente. No interior do marco histórico do imperialismo, podemos remeter a duas formas gerais que a acumulação capitalista assumiu nesse período, normalmente conhecidas como fase ou regime taylorista e fordista e, posteriormente, o chamado período toyotista ou de acumulação flexível (Antunes, 1997, 2009). Em ambos os casos, o capitalismo passou por uma reestruturação produtiva de caráter amplo. A acumulação de capital se transformou em sua totalidade, fazendo com que o mundo do trabalho, de modo geral, se modificasse substancialmente.

Com o taylorismo/fordismo, houve uma significativa alteração no universo da classe que produz, inclusive do ponto de vista dos modos de solidariedade e associação, bem como o fim do caráter artesanal que ainda existia em uma série de profissões. As atividades de trabalho foram racionalizadas segundo a lógica da eficiência econômico-produtiva. Isso envolvia a divisão extrema das tarefas, bem como um controle sistemático e pormenorizado de cada um dos momentos do processo produtivo.

Essas mudanças indicavam transformações qualitativas no modo de funcionamento do capital como um todo. O que se confirmou dada a generalização que o modelo estadunidense alcançou em todo o mundo capitalista. A transformação da sociedade nos Estados Unidos a partir do regime fordista implicava necessariamente a elaboração de “um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (Gramsci, 2007, p. 248).

O autor, observando o fenômeno ainda em seu surgimento, identificou acertadamente que as modificações que ocorriam nas formas e técnicas de produção e apropriação do valor criavam a necessidade de uma adaptação total da vida social. Uma mudança com implicações na produção de subjetividades, dos hábitos e culturas coletivas, bem como das estruturas sociais e políticas

correspondentes, o “que modifica essencialmente tanto o homem como a realidade exterior (isto é, a cultura real)” (Gramsci, 2007, p. 254). Não se trata, portanto, de um conjunto de modificações da esfera da produção ou do mundo do trabalho somente. Nas palavras do autor: “a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado” (Gramsci, 2007, p. 258-259).

Ao comentar sobre a implementação de um novo modo de vida, que decorre de necessidades imediatas da acumulação, ou seja, de um novo modo de trabalho, Gramsci salienta a necessidade de aplicar aos indivíduos formas de adaptação para essa transformação. Essa adaptação consiste em conformar, como já dito, um novo tipo de indivíduo, e envolve um duplo movimento: um aparelho coercitivo combinado com métodos de persuasão e consenso.

Trata-se de uma modificação orgânica e que se refere à totalidade em que está inserida, do conjunto interconectado de modificações na base e na superestrutura da sociedade, o que necessariamente implica mudanças na própria formação das individualidades, em especial porque o capital busca de modo ativo e necessário a fabricação de formas específicas de subjetividade, adequadas a cada momento determinado pela acumulação, suas contradições e necessidades.

O fenômeno taylorista/fordista se generalizou e marcou, após as duas Grandes Guerras, a hegemonia dos Estados Unidos como nação predominante e com papel de dirigente frente aos países centrais. Com o fim da Segunda Guerra, o fordismo se encaixou com a necessidade de reconstrução dos países arrasados na Europa e, ao mesmo tempo, com a necessidade de conter as possibilidades revolucionárias por parte das classes trabalhadoras. Era necessário fornecer um outro tipo de modo de vida ao cidadão europeu dos países centrais, como compensação ao esforço de guerra e, em especial, para fazer frente à ameaça crescente do bloco socialista. Emergiram, nesse momento, as políticas de bem-estar social, influenciadas pelo keynesianismo.

Fortaleceu-se, então, uma forma de individualidade na classe trabalhadora de países imperialistas habituada a: reajustes salariais que acompanhavam a produtividade, com consequências na manutenção ou melhoria do padrão de vida; garantias, benefícios e direitos conquistados e; alguma estrutura estatal de suporte. Em outras palavras, havia uma condição de estabilidade econômico-social que emanava do mundo do trabalho e se alastrava ao conjunto da vida social.

Essa conjuntura, bastante específica, forneceu o contexto sobre o qual pode ser construída a chamada era de ouro do capitalismo (Hobsbawm, 1997). Neste breve momento histórico, o mundo viu um período de crescimento econômico considerado até hoje paradigmático. Os marcos foram a maior conexão entre crescimento econômico, emprego, renda, direitos trabalhistas e sociais, bem como relativa estabilidade nas relações entre capital e trabalho, muito em função da força dos sindicatos e associações de trabalhadores.

No entanto, a crise da acumulação desestabilizou esse aparente equilíbrio (Kliman, 2015; Roberts, 2020), com início a uma nova fase de reestruturação produtiva do capital a partir da década de 1970. Agora, o objetivo era modificar, mais uma vez, as técnicas e os modos pelos quais o valor é produzido e apropriado. Esse período envolveu alterações significativas na organização social, como o ataque às entidades de trabalhadores, o progressivo desmonte daquelas funções do Estado que, nos países centrais, se referiam ao bem-estar social, a desregulamentação geral do mundo do trabalho e, em especial, dos fluxos financeiros.

Se, como apontou Gramsci (2007), o taylorismo impunha maior desumanização do trabalho, fazendo com que os trabalhadores retirassem em enorme medida os aspectos criativos-subjetivos dos processos produtivos, no período da reestruturação toyotista ou de acumulação flexível (Antunes, 2009), exigia-se maior integração e envolvimento das particularidades e das subjetividades nos processos de trabalho.

Ao contrário do fordismo, que se caracterizava pela produção padronizada e em massa, este período se distanciou desse modelo. Com o avanço dos estudos sobre os mercados consumidores, o foco se voltou para uma estrutura produtiva por demanda. Essa nova abordagem buscava atender às particularidades de cada segmento dos mercados, com a oferta de produtos e serviços personalizados.

Enquanto o fordismo exigiu uma abstração do trabalhador frente ao processo de trabalho, o período subsequente reorganizou as estruturas produtivas no sentido contrário, incentivando a participação ativa dos trabalhadores. Isso visava o direcionamento para demandas específicas e a capacidade de criar produtos únicos, customizados. Essa racionalização estava intimamente conectada à acentuação da preponderância do capital financeiro-improdutivo sobre o industrial-produtivo (Hobsbawm, 1997; Harvey, 2008), bem como à mundialização das cadeias produtivas após o avanço experimentado no período anterior.

Nesse contexto, as tecnologias de informação e comunicação se destacam, pois foram fundamentais para dar forma e orientação ao processo. Elas tornavam práticas as movimentações instantâneas de informações e as transações financeiras. Além disso, contribuíram para criar, por meio da internet, um novo campo de aplicação para o capital que se agigantou e segue modificando as formas de interação social até hoje.

Toda essa movimentação acirrou o processo que veio a ser compreendido como o período neoliberal. Embora já em curso desde décadas anteriores, foi nos anos 1990 que o neoliberalismo se tornou hegemônico, junto com o esfacelamento do que restava do mundo socialista (Netto, 1995; Antunes, 2009). Essa breve caracterização do momento de acumulação flexível deixa claro que, assim como no caso do taylorismo/fordismo, não foram engendradas apenas modificações restritas ao mundo da produção. Elas envolviam também a articulação, não necessariamente sistemática, de certa orientação política, econômica, social, bem como de formas de manifestação cultural e concepções ideológicas. E, decerto, demandaram a formatação de um novo tipo de indivíduo sob uma subjetivação neoliberal.

Gramsci (2007) indica que o fordismo possuía uma racionalidade própria, e a partir dela promoveu a organização do mundo do trabalho e da vida social. Com a chegada da reestruturação produtiva neoliberal, o ímpeto vital da acumulação persistiu, porém assumiu uma nova configuração, com requisitos para a construção de uma nova forma de individualidade. Isso demandava uma remodelação das instâncias superestruturais que concorrem na formação das concepções ideológicas do mundo.

Para consolidar a nova realidade, era necessário um clima político-cultural que moldasse um campo ideológico adequado. Através desse campo ideológico, as individualidades seriam transformadas no dia a dia da vida prática. Esse novo ambiente ideológico precisava se tornar hegemônico para que a sociedade capitalista normalizasse: a instabilidade de emprego e renda, a falta de representação e poder de barganha da classe trabalhadora, a redução dos direitos conquistados, e a retirada do Estado de funções relacionadas à garantia da estabilidade social e bem-estar.

Dentro desse contexto, é fundamental destacar que se o neoliberalismo promoveu um abalo enorme na estrutura social e nas formas de vida das classes trabalhadoras nos países centrais, a situação só pode ser mais dramática nos países de capitalismo dependente. Nestes, nunca houve estado de

bem-estar social ou a efetiva construção de uma forma de cidadania salarial. Ao contrário, na região, a norma sempre foi a tendência à precarização, superexploração, à instabilidade econômica e a falta de direitos. Nesse sentido, o que o mundo capitalista tem realizado nos últimos anos é aproximar, de certo modo, o centro da periferia (Canetti, 2022), ao mesmo tempo em que aprofunda mais ainda a degradação das condições de vida e das formas de administração da crise do capital no mundo subdesenvolvido (Santos; Feldman, 2021).

Na realidade neoliberal, vivenciamos o acirramento de noções como o individualismo exacerbado, a propagação da responsabilização individual para solução de problemas sociais estruturais e a noção de que o mercado é a instituição da realização humana por excelência, necessária e insubstituível. O capital, novamente, produz formas ideológicas relativamente adequadas às suas necessidades e, por meio delas, influencia a produção das subjetividades. Com isso, efetiva sua hegemonia nas esferas produtiva e ideológica e, por meio de ambas, introduz as ideias hegemônicas nas próprias individualidades. Por isso, aponta Aliaga “o processo hegemônico é um complexo totalizante que articula a política, a economia, a filosofia e a história” (2021, p. 94).

2.5. A conversão mercantil-filantrópica das lutas sociais no Brasil

Como ficou claro, na realidade do Brasil e da América Latina, encontramos-nos em uma posição periférica diante das circunstâncias econômicas globalmente estabelecidas. Isso condicionou um desenvolvimento social dependente e uma dinâmica específica de relações e correlações de forças entre as diferentes camadas sociais e os poderes locais, ambos submetidos às influências impostas pelos interesses do capital transnacional (Fernandes, 1973; Fontes, 2010). Em outras palavras, as condições para superar esse subdesenvolvimento não estão apenas limitadas às possibilidades internas do país e seus vizinhos, como a manutenção desse modelo de dependência revela-se de amplo interesse externo.

Nos tópicos anteriores abordamos a forma como a expansão territorial e a expropriação compõem a natureza da busca por acumulação de capital. Vale reforçar que a incursão de caráter imperial é anterior ao período de industrialização. Desde a colonização, os países dominantes têm buscado remediar os problemas decorrentes da insuficiência ou queda da acumulação através da

influência imperialista no Sul Global. Nesse intermédio, nossos países podem ser considerados de capitalismo tardio (Fernandes, 1973).

A influência imperial se manifesta de diversas formas: inicialmente, assume um caráter predominantemente econômico, comercial e industrial, e, em uma instância mais profunda, adquire também a dimensão sociocultural acima mencionada. Ambos os aspectos refletem o mesmo objetivo comum de promover a continuidade deste sistema de intervenção.

No contexto da Guerra Fria Cultural (Saunders, 2013), com o objetivo de impulsionar uma reestruturação global através da criação de mercados que atendessem às demandas de acumulação e sob a retórica da cooperação internacional como promotora de integração e progresso (Salles, 2015), o grupo de países liderados pelos Estados Unidos começou a criar, com o respaldo das Nações Unidas, uma série de instrumentos para promover o desenvolvimento econômico e social em países subdesenvolvidos. Isso é evidenciado pela criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL, em 1948 e, posteriormente, pelo Programa Aliança para o Progresso em 1961.

Dentre os vários mecanismos de poder, uma das estratégias de intervenção se estabeleceu por meio do financiamento proveniente de organismos internacionais e fundações privadas, e repassado aos países de duas formas: através dos governos locais, o que posteriormente resultou na formação da dívida externa, e por meio de organizações sem fins lucrativos de vínculo comunitário. Nesse período, as ONGs se associavam às causas populares e movimentos sociais, para os quais direcionavam recursos provenientes da cooperação internacional. Isso sugere uma relação sustentada no tripé capital transnacional/ ONGs/ movimentos sociais, que, por um lado, facilitou a realização dos interesses macroeconômicos internacionais e, por outro lado, dos interesses locais de inclinação popular, promovendo de certa forma um desenvolvimento social paradoxal, pois, segundo Carlos Montaña:

responde aos interesses do grande capital de se expandir nos países periféricos, produzir a baixos custos, ampliar seu mercado de consumo, retomando e incrementando o super-lucro, mas também incorpora de forma segmentada e pontual interesses e demandas dos setores populares das nações periféricas (Montaña, 2014, p. 69).

Parte desta história recente tem início na década de 1960, no Brasil, com o estabelecimento de organizações populares ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), impulsionadas pela ala

progressista da Igreja Católica. Essa vinculação conferiu ao movimento popular um caráter contraditório: por um lado, aderiu a práticas orientadas por reflexões críticas sobre as bases sociais de dominação; por outro, essas práticas se desenvolviam dentro de um comunitarismo de viés cristão, influenciado pela Teologia da Libertação. As CEBs engajavam seus membros no fortalecimento de sindicatos e partidos políticos, buscando ampliar a luta em defesa da dignidade dos povos oprimidos, tendo a ditadura como principal inimigo comum da época. Ao mesmo tempo, se constituíam também em disputa às organizações de orientação comunista e socialista, por divergirem de seu projeto político e estratégias de luta.

Nesse momento, as organizações populares passaram, gradativamente, a ajustar-se ao formato sem fins lucrativos. Para Fontes (2010, p. 255), este configurou-se em um “processo complexo de conversão mercantil-filantrópica da militância”. Na década de 1980 as ONGs explodem, ocupando o terreno já largamente disputado entre entidades associativas empresariais de um lado, e Partido dos Trabalhadores, CUT e MST, de outro.

A emergência deste modelo de atuação social institucionalizada sob a forma sem fins lucrativos marca um deslocamento na arena da luta política, trazendo consigo uma mudança significativa nas formas de organização popular. Os movimentos sociais, agora reunidos em entidades jurídicas, passam a depender majoritariamente de fontes de financiamento associadas às fundações privadas e organismos internacionais. Ao mesmo tempo, sua ligação com partidos políticos ou a união em torno de um projeto social e político comum são substituídas por demandas mais específicas (Fontes, 2010, p. 231). As ONGs alçam, discursivamente, a categoria de expoentes mais adequadas da sociedade civil, em uma inversão do conceito gramsciano conforme explora Montaño, (2002), Fontes (2010) e Tarso Cabral Violin (2006). Segundo este último, “atribui-se a Gramsci uma setorialização tripartite, Estado-coerção, estrutura econômica e, entre ambos, a sociedade civil, com vida própria e autonomia” (Violin, 2006, p. 8), o que seria uma interpretação deturpada do conceito.

Observa-se, nesse contexto, uma migração gradual da militância para o campo assistencial. Embora essas áreas preservem uma certa orientação política crítica, o enfrentamento das problemáticas sociais passa a ser interpretado como um serviço a ser prestado. Essa mudança gera uma ruptura no movimento social, com a distinção entre militantes e assessores/técnicos/profissionais se tornando cada vez mais nítida. Além disso, há um aumento na inserção de trabalhadores em entidades

privadas sem fins lucrativos, o que limita a atuação desses indivíduos às restrições inerentes a esse formato – “a expansão das ONGs contribuiria para uma diluição importante do significado do engajamento social e para embaralhar a percepção da real dimensão da luta que se travava” (Fontes, 2010, p. 251). Ainda, destaca a autora:

Pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuia na militância, nesse deslizamento da “luta social” para estar “a serviço de”, *desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade*. Modificava-se a própria forma da política no Brasil, aproximando-se celeremente dos padrões dominantes no cenário internacional, de cunho capital-imperialista (Fontes, 2010, p. 237).

A reconfiguração do terreno de organização política se expressa também nos enunciados em circulação, como pontuamos no capítulo anterior. Além da apropriação de sentidos tradicionais das lutas sociais (Dagnino, 2004), ocorre a subversão de valores associados à emancipação de classe. Um deles discutido na literatura é a noção de autonomia. Edina Oliveira, já no prefácio de *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire, afirma que:

Nesse contexto em que o ideário neoliberal incorpora, dentre outras, a categoria da autonomia, é preciso também atentar para a força de seu discurso ideológico e para as inversões que pode operar no pensamento e na prática pedagógica ao estimular o individualismo e a competitividade (Oliveira, 1996, p. 11).

Fontes (2010) explica que este uso resignificado da noção de autonomia, esvaziado da concepção de classe e associado à defesa de pautas específicas, passa a ser naturalizado tanto nos movimentos sociais quanto na literatura do período. Este debate é relevante ao passo em que a institucionalização das organizações populares passa a implicar necessariamente a demanda por recursos financeiros e, sendo assim, torna-se mais tênue a abordagem para discutir a autonomia frente aos financiadores.

A década de 1990 marca uma nova reestruturação no cenário social e político brasileiro. Com o fim da ditadura militar, a luta pela democracia, que antes unificava os diversos movimentos e entidades, deixou de ser a principal pauta unificadora. Esse período também foi caracterizado pela intensificação de movimentações políticas, corporativas e culturais em direção a uma maior neoliberalização da sociedade.

O formato sem fins lucrativos adentra a máquina política e pública com a instauração das parceiras público-privadas para segmentos como a assistência social e a saúde, e a hegemonização deste modelo adentra a governança nacional. Um marco disso encontra-se no fato de que a própria ex-primeira-dama, Ruth Cardoso, representava uma das grandes expoentes da filantropia e do movimento de ‘profissionalização do terceiro setor’, conforme exemplifica a reportagem retirada da Folha de São Paulo em 29 de setembro de 1995:

Ruth diz que filantropia se profissionalizou: a primeira-dama Ruth Cardoso disse ontem que a atuação de empresários mudou o conceito de filantropia e profissionalizou o trabalho voluntário na área social. Ruth participou ontem em São Paulo do seminário "Empresa e Comunidade - Consolidando esta Aliança", promovido pela Câmara Americana de Comércio. Segundo a primeira-dama, a filantropia era vista como uma atividade desvalorizada, praticada normalmente por mulheres nas horas vagas. "Era uma palavra quase pejorativa", afirmou. Em entrevista coletiva, a primeira-dama afirmou que o Brasil está "longíssimo" de ter uma alta taxa de desemprego. Ruth acrescentou que não é contraditório pedir participação social de empresários que estão demitindo seus empregados (Folha de São Paulo, 1995).

A atividade das ONGs e da filantropia como aparelhos privados de hegemonia, nos anos 1990, impulsionou ainda mais a despolitização e a desradicalização da luta popular. As problemáticas sociais, convertidas em causas, ganham expoente atenção midiática e corporativa, abrindo caminho para o que Fontes (2010) denominou como empresariamento da solidariedade. Nasceram então entidades com o objetivo de organizar o campo destes aparelhos privados sem fins lucrativos, como a Abong, que no período congregava mais de 200 entidades. Essa aproximação com o capital neoliberal se intensifica ao longo dos anos, culminando com o surgimento de instituições organizativas ainda mais vinculadas aos interesses privados, como o Instituto Ethos, fundado em 1998.

Os apontamentos de Virgínia Fontes parecem convergir, como ficará mais claro nos próximos capítulos, com os achados no esmiuçar de nosso objeto. Em especial no que diz respeito ao fato de que esses aparelhos “se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos” (Fontes, 2010, p. 133-134).

2.6. Meios de comunicação como meios de produção e reprodução de hegemonias

Para finalizar este capítulo, faremos uma ponte com o tema que abordaremos em seguida: o financiamento do jornalismo. Essa escolha se justifica pela importância da comunicação na reprodução de ideias dominantes e na promoção do acultramento dos indivíduos à lógica do capital liberal. Ao analisarmos as relações imperialistas e hegemônicas, torna-se evidente como a comunicação opera como um instrumento de poder, reforçando as estruturas de dominação existentes.

Os meios de comunicação configuram uma esfera de produção que envolve principalmente a formulação de ideias e narrativas, não sendo desprovidos de pressupostos teóricos, filosóficos, metodológicos, morais etc. Seus mecanismos que retratam e informam a realidade concorrem na construção de formas de consciência individuais e coletivas. Longe de produzirem meras informações neutras, seu conteúdo carrega consigo, de modo mais ou menos claro e elaborado em diferentes graus de sofisticação, uma certa concepção de mundo completamente ligada ao chão social e histórico no qual se insere (Duayer 1996, 2001; Vaisman, 2010).

Partimos da premissa de Raymond Williams que reconhece os meios de comunicação como meios de produção e, portanto, sujeitos às relações sociais e determinações históricas – “uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção” (Williams, 2011, p. 69).

Para efetuar esse reconhecimento, todavia, Williams identifica a necessidade de desapegarmos de três bloqueios ideológicos que deturpam a visão teórica materialista sobre a comunicação. Em primeiro lugar, temos os meios de comunicação tomados simplesmente como meras mídias, em um processo que reduz a comunicação à transmissão de informação, e anula o sujeito de seu lugar social, transformando-o em sujeito abstrato e desprovido de historicidade. Atualmente já é possível afirmar que essa abordagem perdeu centralidade nos estudos do campo da comunicação, havendo uma intenção ativa na literatura de superá-la.

O segundo bloqueio trata da distinção entre meios de comunicação tidos como naturais, sujeitos à interação face-a-face, e aqueles que derivam de produtos tecnológicos e propiciam a

comunicação de massa. Para o autor, o problema dessa chave de leitura é que ela apaga a comunicação enquanto fruto da linguagem, produtora de sentidos e ideologias. Apaga também a representação da comunicação como forma material pela qual o ser humano dá significação ao mundo, tal qual defendido por autores como Valentin Volóchinov (2017), Lev Vygotsky (2005) e Alexis Leontiev (2004).

Outro problema que ainda deriva do segundo bloqueio é a uniformização dos meios de comunicação. O apagamento de suas distinções faz com que sejam tomados como iguais, quando na verdade representam processos históricos e contextos de produção significativamente distintos. Similarmente ao que ocorre com as suas audiências ou “públicos”, assumidos de forma genérica e abstrata, como um mercado massificado.

O terceiro bloqueio diz respeito a visões que distinguem os meios de comunicação dos meios de produção, retirando deles as suas bases materiais e assumindo o reducionismo do conceito hegemônico e abstrato de comunicação de massa. O que todos os bloqueios têm em comum é que partem de uma ausência de historicidade relativa ao processo de surgimento e manutenção destes meios de comunicação. A retirada destes bloqueios nos ajuda, enquanto cientistas da comunicação, a pensar sua teoria e história como parte integrante do complexo de forças produtivas e das lutas de classes.

É o reconhecimento desse movimento histórico que nos permite compreender a dupla expressão dos meios de comunicação: sua representação enquanto meios de produção no formato de indústria da comunicação; e o entendimento da comunicação, mensagem e informação enquanto linguagem, produtora e reprodutora de discursos, com potencial de influenciar e até mesmo determinar processos ideológicos e culturais.

Particularmente no caso do jornalismo, segundo Adelmo Genro Filho (1987), a intensificação da expansão capitalista na segunda metade do século XIX, aliada ao surgimento de novos meios de transmissão de informação que deram origem aos meios de comunicação de massa, marcam profundas mudanças na produção e prática jornalística. Tal abordagem dialoga com a perspectiva de Williams, que argumenta como a produção histórica dos meios de comunicação está interrelacionada “às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica” (Williams, 2011, p. 69).

Até o período de fixação do jornalismo comercial, os antagonismos de classe eram mais nítidos. No Reino Unido, por exemplo, de um lado havia os jornais radicais, com maior diálogo junto à classe trabalhadora, e do outro os jornais estabelecidos, representados pelo público leitor de empresários e políticos (Atton; Hamilton, 2008). Todavia, se antes havia terreno para o jornalismo enquanto instrumento de luta política, as transformações relacionadas ao aprofundamento do capitalismo lançam “as bases materiais e sociais para um novo tipo de jornalismo” (Genro Filho, 1987, p. 187). A reconfiguração do jornalismo nesse período não ocorreu de forma pacífica, e sim sujeita à repressão autoritária aos jornais radicais.

Neste período, tecnologias como o telégrafo e o aprimoramento da tipografia aceleraram o ritmo de produção jornalística. Isso ocorreu em paralelo à consolidação dos processos de intensificação do capitalismo, que resultaram no crescimento da população urbana, no aumento gradativo da taxa de alfabetização e, conseqüentemente, no maior número de leitores dos jornais. Nesse intermédio, as demandas de funcionamento do próprio capitalismo ostentaram a publicidade como solução financeira ao jornalismo. Para Genro Filho, é o enquadramento do jornalismo aos moldes cada vez mais alinhados com o modo de produção predominante que leva à criação de um tipo de jornalismo hegemônico, considerado como o único possível – o jornalismo por excelência.

Esse novo jornalismo abandona marcas de expressão opinativa e adjetivada, e passa a ser orientado pela apologia à objetividade e à aparente neutralidade do discurso. Somado a isso, o jornal – assim como os demais meios de comunicação, é plenamente incorporado na operação de forças de poder que, além de se apropriarem do jornalismo enquanto indústria, também se valem da oportunidade de seu potencial para transmitir suas ideias particulares e garantir a efetividade de seus interesses comerciais.

O aparecimento do jornal está subordinado ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica. Ou seja, o jornal surge como o instrumento de que o capitalismo financeiro e comercial precisava para fazer que as mercadorias fluíssem mais rapidamente e as informações sobre exportações, importações e movimento do capital chegassem mais depressa e mais diretamente aos componentes do circuito comercial (Marcondes Filho, 1983, p. 76 apud Genro Filho, 1987, p. 188).

O jornalismo, ao se tornar um veículo facilitador da propagação de discursos dominantes, onde os interesses de classe são velados por uma linguagem aparentemente neutra, funciona como

uma ferramenta de dominação poderosa. Isso ocorre porque torna-se mais difícil identificar nesses enunciados as disputas e contradições colocadas entre distintos grupos sociais.

Para Francisco Eduardo Ponte Pierre (1999), a hegemonia da objetividade é intelectual e moral, e se consolida no Brasil – mas não apenas –, nos anos 1990 com a destruição do projeto socialista real “do ponto de vista ideológico desmoraliza-se a principal referência moderna que sustentava uma tomada de posição alternativa ao sistema dominante” (1999, p. 17), com impactos na circulação discursiva comunicacional. A padronização do jornalismo, nesse momento, retrata:

As exigências tecnológicas, a necessidade de padronização industrial, a despolitização de uma imprensa cada vez mais concentrada, e que deveria atender demandas cada vez mais heterogêneas de uma grande massa de leitores que procuram informações abundantes e confiáveis para conduzir sua vida diária, são fatores que contribuem para o fortalecimento do modelo objetivo na imprensa (Pierre, 1999, p. 17).

Pierre esclarece que, nesse momento, o jornalismo militante padeceu do mesmo mal que atingiu a luta política de maneira ampla: o conformismo democrático, deixando “o campo livre à apoteose do mercado” (1999, p. 17). Essa conjuntura favoreceu, inclusive, a ascensão da força das grandes indústrias jornalísticas que, ao menos até a era das plataformas digitais, detiveram a propriedade majoritária da verdade.

As decisões editoriais refletiriam assim a objetividade do mercado, uma resposta a demandas realmente preexistentes onde os meios de comunicação ofereceriam as informações que mais se vendem, pois que seu objetivo é o lucro decorrente da satisfação de seus leitores. Completa-se aqui a corrente de ferro da objetividade onde articulam-se os pressupostos de correspondência entre realidade, conhecimento, linguagem e mercado. A objetividade da informação se entrelaça à objetividade do mercado (Pierre, 1999, p. 18).

Lelo (2022, p. 260) explica que, ainda hoje, a imprensa exerce um significativo papel na consolidação “de uma política de afirmação autoritária da verdade”, fortalecendo um paradigma jornalístico factual no qual o imperativo da verdade representa uma forte expressão de hegemonia. A propriedade dos enunciados em circulação garante a padronização das “bases normativas da realidade social, estabilizando os sentidos disponíveis” (Lelo, 2022, p. 260). Nessa perspectiva, sugere-se o campo jornalístico não somente como um agente fundamental na formação e perpetuação da

hegemonia, mas especialmente como um modelo exemplar de aparelho privado, devido à sua natureza comunicacional e à íntima ligação desta com a noção de verdade.

A produção e circulação de mercadorias costumam ser acompanhadas por discursos de legitimação e propaganda, que conferem tanto validação quanto um senso de necessidade para que os indivíduos se engajem nesses processos de forma naturalizada. Na contemporaneidade, em que a plataformização se faz cada vez mais presente e intensa, não é raro encontrar narrativas que enaltecem as tecnologias de comunicação e informação, destacando seu potencial inovador e impacto positivo na integração de indivíduos e comunidades.

Caso uma corporação esteja fortemente interessada em assegurar uma percepção pública positiva de seus produtos, inevitavelmente precisará recorrer aos setores envolvidos na produção e disseminação de informações e ideias. Para além da publicidade propriamente dita, que estimula diretamente a demanda por produtos, é igualmente crucial estabelecer um ambiente narrativo que promova uma percepção favorável das mercadorias entre os indivíduos (Herman; Chomsky, 1988). Dessa forma, o controle informacional emerge como uma necessidade premente em todas as esferas da reprodução social.

Com isso, entendemos que os diversos setores recorrem ao campo comunicacional e também jornalístico precisamente por sua ligação à disseminação de significados que têm uma conotação de verdade. Já a indústria do jornalismo, considerada em si mesmo, não precisa – do ponto de vista exclusivo da produção de sentidos – recorrer a outros para procurar atender seus interesses por meio da instrumentalização impositiva da verdade.

Portanto, parece-nos plausível interpretar o campo jornalístico como um modelo significativo e paradigmático de aparelho de hegemonia. É inerente à sua operacionalização, ao menos na sua forma atual no capital, contribuir de modo ativo e massificado naquilo que a sociedade irá considerar, coletivamente, como verdade. Nesse sentido, ele representa um aparelho cujos interesses particulares não são evidentes, pois são naturalmente obscurecidos pela noção de objetividade.

O campo jornalístico é um aparato essencial de manutenção de hegemonias porque confere efetividade e circulação social à relação entre as classes e seus intelectuais e representantes ideológicos (Fontes, 2008). Nesse sentido, é constitutiva deste campo uma tensão interna crônica entre a neutralidade que complementa os discursos e o engajamento claro com interesses e causas definidas.

O jornalismo encontra-se sempre em luta interna, especialmente quando as lutas entre as classes dominantes e subordinadas se intensificam, assim como entre as frações internas das classes dominantes, onde cada uma busca fazer valer sua visão e seus interesses como hegemônicos.

A ausência de neutralidade, que é generalizada, uma vez que não existe um discurso verdadeiramente imparcial (Souza, 2021), torna-se mais evidente na produção jornalística considerada engajada. Esta é aquela que assume abertamente uma posição política e/ou ideológica dentro do debate público. Na contemporaneidade, o clima de polarização contribui para que o caráter político dos conteúdos midiáticos possa ser mais facilmente percebido. No entanto, o jornalismo hegemônico frequentemente busca representar-se como neutro, embora suas inclinações ideológicas possam transparecer através, por exemplo, de sua seleção de notícias, das fontes e ângulos de cobertura.

Como um efeito do esforço para a manutenção da legitimidade diante da polarização, a batalha pela propriedade da verdade é também uma batalha por hegemonia. O imperativo da neutralidade surge novamente – inescapavelmente conectado ao discurso da transparência –, precisamente porque reemerge a demanda por um tipo de conteúdo jornalístico capaz de se apresentar como não-polarizado. Não obstante, a hegemonia discursiva compõe a hegemonia financeira, sendo assim, é vital para essas indústrias encontrarem mecanismos de manterem-se economicamente relevantes.

Por fim, o cenário de disputa por espaços e autoridade de fala é um dos aspectos que contribui para o crescimento do jornalismo independente e alternativo nos contextos digitais contemporâneos. Especialmente durante períodos de crise, quando há uma atmosfera mais propícia à circulação de discursos que questionam a ordem hegemônica estabelecida, observa-se uma maior abertura para o surgimento de articulações independentes que buscam se distanciar e se diferenciar das instituições mais poderosas. Isso ocorre porque, nessas circunstâncias, a neutralidade, como padrão hegemônico dominante do campo, tende a ser questionada e contestada.

No entanto, o que veremos adiante é que a propensão à heterogeneidade, justamente por estes não representarem aparelhos hegemônicos consolidados, implica na materialização de múltiplas possibilidades de produção jornalística e abordagens discursivas, aderentes em maior ou menor grau aos padrões tradicionais estabelecidos pela hegemonia consolidada.

Há, pelo menos, dois pontos centrais nos quais as disputas e contradições no âmbito do jornalismo merecem destaque aqui. O primeiro diz respeito à organização da atividade de trabalho, sua institucionalidade e governança, que frequentemente se alinham aos imperativos hegemônicos. O segundo ponto refere-se à abordagem do conteúdo em si. Por vezes, ao abandonar a neutralidade e adotar uma postura engajada na enunciação, também se reproduzem, mesmo sem plena ciência disso, interesses hegemônicos que instrumentalizam o engajamento ou as causas representadas.

CAPÍTULO 3

FINANCIAMENTO FILANTRÓPICO DO JORNALISMO

*A riqueza é como um pomar.
Você tem que compartilhar o fruto, não o pomar.*

Carlos Slim

Diante das profundas mudanças enfrentadas pelo universo jornalístico, com grande impacto financeiro e na sustentabilidade dos tradicionais modelos de negócios, empresas de notícias têm buscado alternativas de investimentos para a manutenção de sua operação. A indústria jornalística não foge à regra de tendência de acumulação monopolista do mercado capitalista e, como resultado, as grandes e médias corporações sobrevivem e reinventam-se, mesmo que a duras penas, enquanto veículos menores persistem em uma luta contra a própria natureza predatória do sistema, e o fazem desde a origem do próprio jornalismo. Existir fora das estruturas dominantes sempre foi um ato de sobrevivência ao jornalista.

A nossa investigação aponta para a hipótese de que está em curso um processo de reconfiguração da esfera de produção jornalística independente e alternativa, encabeçada pelo financiamento filantrópico. Essa produção se articula em diversos tipos de arranjos que contemplam amplo espectro organizativo e editorial, fato que contribui para que se apresente de forma menos homogênea e mais descentralizada. Sua reconfiguração, nesse sentido, se consolida a partir de uma série de mecanismos que atuam de modo conjunto e contraditório.

No que diz respeito ao recorte específico do qual partimos, as grandes fundações internacionais, as grandes plataformas e as instituições do terceiro setor figuram de modo privilegiado como aparelhos privados de hegemonia que tornam possível essa reconfiguração. A análise é inserida na perspectiva histórica que reconhece este processo como fruto de determinações do capital imperialista (Fontes, 2010), que pressupõe uma condição de mundialização da finança e do próprio capital sob sua hegemonia (Chesnais, 2016), com epicentro na dominação estadunidense.

Para dar seguimento às discussões apresentadas até aqui, iniciamos este capítulo com a seção 3.1, na qual partimos da premissa de que o jornalismo enquanto indústria, profissão e produto, perpassa intensas modificações amiúde situadas nos estudos de crise do jornalismo. Um dos aspectos

centrais para a compreensão desta crise é a reorganização dos sistemas produtivos a partir da digitalização dos meios, particularmente com a sua plataformação, discussão da seção 3.2.

É neste cenário que o tema de financiamento adquire prioridade, ao passo que se amplificam as discussões no que concerne ao estabelecimento de novos *modelos de negócios* para o jornalismo, e espera-se destes não apenas uma adaptação a esta nova realidade digital, como sua plena integração a ela. As gigantes corporações de tecnologia, Alphabet e Meta, adentram neste terreno apresentando-se como salvadoras para um dilema originado a partir de sua própria atuação: as empresas de plataforma passam a custear um novo jornalismo plataformizado (seção 3.3).

Mergulhamos então, na seção 3.4, no jornalismo financiado por fundações privadas, e explicamos qual o papel do jornalismo sem fins lucrativos neste novo paradigma. Para melhor entendermos os processos de financiamento, trazemos, na seção 3.5, elementos sobre a autopercepção dos financiadores acerca do mundo do jornalismo. Para encerrar, elucidamos na seção 3.6 a correlação entre esses dois tipos distintos de financiamento e como eles convergem no processo de captura do jornalismo.

3.1. Jornalismo e a crise estrutural do capital

Para o sistema sociometabólico do capital, as crises não são eventos contingentes, mas uma condição necessária inerente ao seu autodesenvolvimento (Grespan, 2012). Ao se reproduzir em escala cada vez maior, o capital se apresenta como uma totalidade formal, um sujeito automático da produção. No entanto, contrariando a aparência superficial, o capital não pode ser conteúdo em si mesmo. Ele precisa extrair sua substância do trabalho. Ao subsumir o trabalho, reduzindo-o a um mero momento interno, o capital cria a ilusão de que se cria e se expande por conta própria, mascarando o caráter fundamental do trabalho como sua fonte de valor.

Representar-se dessa forma é uma consequência da relação contraditória que o capital estabelece com o trabalho, de contínua atração e repulsão: ao mesmo tempo em que é dependente dele, procura excluí-lo. Marx (2013, 2017) explica que essa relação de proximidade e repulsão está diretamente ligada ao desenvolvimento das forças produtivas. O capital busca continuamente expandir a extração de mais-valia relativa, o que o tende a elevar a composição orgânica do capital.

Isso significa que a parte substancial do capital, o trabalho vivo, sofre uma redução relativa em relação à parte fixa, ao capital constante.

Esse é um dos elementos centrais para pensar e compreender as crises do capitalismo: independentemente de sua amplitude e de sua manifestação imediata, de alguma maneira elas são reflexos dessas determinações essenciais intrínsecas ao funcionamento do modo de produção.

No momento da crise, em maior ou menor escala o capital torna-se incapaz de continuar sua autovalorização. Kliman (2015) destaca que, embora as crises sempre tenham feito parte da história do capitalismo, desde a década de 1970 o sistema vive uma condição de crise generalizada e até agora insuperada. Esse período corresponde ao que Mészáros (2002, 2009) identifica como a crise estrutural.

O argumento de que está em vigor uma ampla crise estrutural, que resulta principalmente da lei tendencial da queda da taxa de lucro (Marx, 2017), sustenta-se na observação das sequelas da alta financeirização e do aumento exponencial da concentração de riqueza material, e como essas reverberam tanto na destruição dos ecossistemas ambientais quanto no acirramento das condições de vida vulneráveis e miseráveis em nível global. Trata-se de um momento em que a crise do capital se espalha para todos os poros da vida social a nível mundial, acentuando e tornando visíveis suas contradições.

Uma característica marcante da crise estrutural reside na incapacidade de o capital superar seus próprios efeitos nocivos, sem a possibilidade de retomar ciclos de expansão (Barros, 2022). A crise, em seu aspecto estrutural, faz com que o capital perca completamente suas capacidades de controle, tornando-se incapaz de contornar ou amenizar suas contradições de modo satisfatório. Até as dimensões mais fundamentais que sustentam a operacionalização do capital e são intrinsecamente motivadas pela lógica da autoexpansão – a produção, a circulação e o consumo – encontram entraves ao seu funcionamento (Souza, 2018, p. 63).

Willian Robinson (2019) em análise que reafirma muitos pontos trazidos por Mészáros, corrobora a ideia de que o presente estado de deterioração social e econômica não representa uma crise parcial. Apesar das semelhanças com momentos de instabilidade econômica vivenciados anteriormente, como em 1880, 1930 e 1970, agora vivenciamos uma crise estrutural de escala global firmada em seis âmbitos interrelacionados que “a distinguem das anteriores e sugerem que uma

simples reestruturação do sistema não conduzirá à sua reestabilização” (Robinson, 2019, p. 3, tradução nossa), sendo eles: i) os limites ecológicos de reprodução material; ii) o aumento sem precedentes da desigualdade; iii) o alcance das estratégias de controle social e uso da violência por parte de instituições públicas e privadas, incluído o vigilantismo digital; iv) os limites da expansão do capitalismo em termos territoriais, necessário para a sua reprodução; v) a quantidade de pessoas marginalizadas e apartadas do sistema produtivo “em um ciclo mortal de desapropriação-exploração-exclusão” (Robinson, 2019, p. 4, tradução nossa): e, por fim; vi) a contradição inerente ao sistema entre capital transnacional e as políticas de Estado-nação, dado que ao mesmo tempo em que os países buscam soberania, são extremamente dependentes das economias dominantes. Sobre este último, o autor destaca ainda aspectos análogos aos que trabalhamos no capítulo anterior:

Na era da globalização capitalista, os governos devem atrair para o território nacional o investimento empresarial transnacional, o que exige fornecer ao capital todos os incentivos associados ao neoliberalismo – pressão descendente sobre os salários, desregulamentação, austeridade, e assim por diante – que agravam a desigualdade, empobrecimento e insegurança das classes trabalhadoras. Os Estados-nação enfrentam uma contradição entre a necessidade de promover a acumulação transnacional de capital nos seus territórios e a necessidade de alcançar legitimidade política. Como resultado, Estados em todo o mundo têm vivido crises crescentes de legitimidade. Esta situação gera políticas desconcertantes e aparentemente contraditórias, e também ajuda a explicar o ressurgimento de forças de extrema direita e neofascistas que defendem a retórica do nacionalismo e do protecionismo, ao mesmo tempo que promovem o neoliberalismo (Robinson, 2019, p. 4, tradução nossa).

O contexto brasileiro se revela prontamente aplicável à narrativa delineada acima, dada a sua posição economicamente dependente. A aparente incoerência observada nos discursos políticos, inicialmente percebidos como dissidentes – como o nacionalismo de extrema-direita bolsonarista e sua veneração pelos Estados Unidos – na verdade encontra bases históricas claras. A polarização do debate, por conseguinte, surge como uma consequência da instabilidade que não se restringe a sua natureza econômica, mas também ressoa de forma mais pronunciada à medida que as condições para a reprodução da vida social se tornam mais frágeis. Estes aspectos constitutivos da crise encontram-se interligados em âmbito material e ideal, na medida em que determinados enunciados prosperam e entram em conflito.

Outro exemplo elucidativo, partindo ainda dos aspectos promotores da crise listados por Robinson, é a interrelação entre os limites da exploração ecológica e territorial. A defesa de práticas exploratórias dos recursos naturais, como as vinculadas ao agronegócio no Brasil, busca respaldo discursivo na defesa da soberania nacional frente aos interesses internacionais. Nesse contexto, críticas são dirigidas à atuação de ambientalistas, argumentando que estes atuam como meras marionetes de grupos estrangeiros interessados nos recursos brasileiros – como aqueles representados pelas fundações filantrópicas. Contudo, o que esse enunciado obscurece é a realidade de que o próprio funcionamento do agronegócio, especialmente em um país subalterno como o Brasil, está subordinado às lógicas internacionais que ele mesmo critica, configurando-se como parte intrínseca de um movimento que pouco ou nada contribui para a almejada autonomia nacional.

Dessa forma, as crises e contradições inerentes ao funcionamento do capital demandam uma sustentação ideológica, que se manifesta em enunciados em disputa, mesmo que, por vezes, esses se revelem divergentes ou até mesmo antagônicos em relação às suas próprias práticas materiais. O fato de que a completa desestruturação e instabilidade se manifestam em diferentes níveis, cria um ambiente propício para a reprodução desses discursos, com domínio preponderante daqueles em posição de poder, visando garantir suas condições de sobrevivência diante dos efeitos destrutivos da crise.

A dicotomia delineada entre a busca por autonomia e a correspondente subordinação ao capital impõe sequelas visíveis em diferentes estratos da organização social, afetando, em última instância, o indivíduo em sua subjetividade. Albani Barros (2022), citando Sérgio Lessa, entende que os efeitos nas relações humanas decorrentes deste processo são incorporados de forma naturalizada, tornando os indivíduos indiferentes às ramificações mais violentas da crise, mesmo quando “sua essência destrutiva amadureceu para um estágio ameaçador da própria vida humana” (Barros, 2022, p. 28).

Como discutido no Capítulo 2, as reconfigurações que o capital impõe a si mesmo e, por consequência, ao conjunto da vida social, representam um duplo processo. De um lado, observamos modificações nas formas materiais de condução da acumulação, como a modificação nas formas tecnológicas, métodos de produção e racionalização do trabalho. Do outro lado, essas mudanças materiais são acompanhadas por modificações nas formas ideais, ou seja, nas ideologias, valores e

crenças que sustentam e legitimam o sistema, moldando um ambiente social favorável à acumulação de capital, em um processo de captura da subjetividade (Alves, 2008).

No âmbito da esfera enunciativa, observa-se uma tentativa de reorganização dos sentidos, buscando aliciar os indivíduos como parte de uma dominação imperialista do simbólico. As classes trabalhadoras, ao adotarem expressões e ideologias que reproduzem práticas de dominação, normalizam os efeitos da crise estrutural – “com Gramsci, diríamos que o ‘novo terreno ideológico’ que nasce com o toyotismo é também uma nova ‘atitude psicológica’ que ‘alimenta a afirmação da ‘aparência’ das superestruturas’ (Gramsci, 1984b)” (Alves, 2008, p. 225-226).

Discursos do mérito (Young, 1958), do empreendedorismo (Casaqui, 2017), e os dialetos ilusórios do mundo corporativo – como o que substitui o termo empregado por colaborador – formam um novo léxico que “além de ser produto de uma práxis estranhada, é resposta a um fracasso que não podemos desconsiderar” (Alves, 2008, p. 225-226).

Diante do exposto, o reconhecimento de que está em curso uma crise generalizada e sem precedentes nos ajuda a identificar a decorrente instabilidade experienciada no setor jornalístico, como uma das formas particulares de expressão da crise em seu sentido amplo, bem como os aspectos indicativos deste fenômeno nas três dimensões fundamentais – a produção, a circulação e o consumo de notícias e informações. Adicionalmente, vale lembrar que o jornalismo é assumido por nós como uma peça integrante do aparato de reprodução das ideias dominantes que reforça os processos supracitados, como um típico aparelho privado de hegemonia.

A noção de crise tem sido mobilizada como eixo articulador que contribui para tratar das intensas modificações vivenciadas no mundo do jornalismo. O tema ganhou espaço acadêmico, social e mercadológico com o exponencial crescimento de sua atenção na literatura, em relatórios de organismos multilaterais e instituições representativas dos jornalistas. Robert McChesney e Victor Pickard (2011) clamam o colapso do jornalismo, discurso que ascende com a crise econômica de 2008, com a conseqüente redução maciça dos investimentos em publicidade e seu impacto nas redações do Norte Global.

Conquanto sejam múltiplas as perspectivas acerca do tema, o argumento predominante em torno do conceito de crise é fundamentado nas transformações radicais no ambiente sociotécnico e a digitalização dos meios de comunicação. Apesar de partir dessa perspectiva comum, também é

possível encontrar análises do fenômeno baseadas em concepções que destacam as práticas culturais e de consumo, e que apontam para as implicações da migração dos leitores para a internet. Outras priorizam a compreensão das consequências da instabilidade produtiva no mundo do trabalho dos profissionais da notícia.

A noção de crise suscita questionamentos acerca de qual aspecto do jornalismo é abordado: seria o declínio dos postos de trabalho? As mudanças no fazer jornalístico e o fim das redações convencionais? A queda dos impérios midiáticos? A perda de legitimidade do conteúdo jornalístico diante da crescente onda de desinformação em massa? Ou seria, afinal, a incerteza sobre o que definir como jornalismo nesse novo contexto?

Tantas indagações, altamente pertinentes, tornam o campo de estudos de crise do jornalismo plural e multifacetado. Entre as abordagens possíveis, partimos da discussão proposta por Rafael Bellan R. de Souza (2017, 2018), que situa tais transformações de forma dialética em relação à ordem global sistêmica e a crise estrutural do modo de reprodução social. Isso implica não reduzir o fenômeno atômica e isoladamente a sua realidade particular, mas assumi-lo como produto e reproduzidor de lógicas mais complexas de hegemonia econômica e cultural. O autor diverge do que considera a leitura hegemônica que situa a crise do jornalismo como meramente resultante das modificações tecnológicas.

Um caminho analítico possível é o levantamento dos efeitos da crise em cada uma das três esferas fundamentais. Na dimensão da produção do jornalismo e da notícia, há uma completa reconfiguração do mundo do trabalho e das práticas profissionais, intimamente associadas às metamorfoses dos meios de produção e a um processo abrangente de reestruturação produtiva (Antunes, 1997). A migração para o modelo digital contemporâneo extrai ainda mais a autonomia do trabalhador, cuja prática cotidiana encontra-se cada vez mais dependente das lógicas das plataformas (Barros *et al.*, 2021), em um ciclo de acirramento da alienação do processo produtivo, resultando igualmente em consequências para a forma e o conteúdo jornalístico. Com isso, também, são provocadas as ondas de *passaralhos*⁹ nas redações, com danos irreversíveis para a categoria profissional dos jornalistas.

⁹ Termo utilizado no jargão do mundo do trabalho. Costuma designar processos de demissões em massa.

São cada vez mais nítidas as expressões de uma reestruturação produtiva no trabalho jornalístico. Algo que, na linha toyotista, fragmenta e precariza as atividades laborais, intensificando o estranhamento. O contexto de flexibilização profissional perpassa os conglomerados de mídia, que readéquam suas rotinas produtivas a reestruturação, atribuindo aos jornalistas novas funções que jogam nas suas costas as variações do mercado de informação (Souza, 2018, p. 61).

Ademais, o âmbito da produção pode, ainda, ser analisado nesta chave de leitura pela perspectiva do próprio indivíduo trabalhador, e sua sujeição aos imperativos que moldam sua subjetividade como representação de uma estrutura em declínio. Dois estudos que realizamos no CPCT sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos comunicadores indicaram a estafa física e mental, a pressão sofrida por resultados, a precarização e a flexibilização. Embora esses aspectos tenham sido acentuados pelos impactos do isolamento e da instabilidade econômica durante o período, revelaram-se principalmente como resultado de uma deterioração anterior, de escala maior e mais generalizada, faces da crise estrutural em curso (Figaro *et al.*, 2020, 2021).

As duas demais esferas, a circulação e o consumo da notícia, adentram amplamente o circuito da informação na rede digital com a instauração da web plataformizada (Helmond, 2015), elevada à posição de mediadora elementar das relações sociais nas esferas do trabalho, do consumo e do lazer, como parte desta reestruturação produtiva. A crise jornalística largamente anunciada nessa direção refere-se também à sistemática produção de desinformação, de caráter estruturado e intencional (Rêgo, 2021), como parte de projetos políticos, corporativos e econômicos em direção à maior concentração de poder e capital. Dentre as consequências, o jornalismo perde espaço como principal intermediador entre os sujeitos e os fatos cotidianos – locais e globais, e passa a disputar recursos e audiências, enquanto busca retomar sua credibilidade como fonte de informação indispensável.

John Nerone defende que o jornalismo de modelo informativo enfrenta uma crise de sua hegemonia “isto não significa que os valores e ideias que constituem o jornalismo desapareçam, mas significa que deixam de exercer hegemonia sobre os meios de comunicação social e o ambiente noticioso, e que perdem o seu poder na esfera pública” (Nerone, 2015, p. 324, tradução nossa). O campo do jornalismo como indústria, como processo e como produto viu sua ascensão e, segundo Nerone, a sua queda. Este espaço não fica desocupado e, segundo o autor, abre caminhos para que novos agentes, detentores de poderes, influenciem a instituição de uma nova hegemonia para o jornalismo, apontando para os serviços de tecnologia nessa atribuição.

3.2. Plataformização do jornalismo

Diante deste cenário de crise, as mutações no entorno do ambiente digital em sentido infraestrutural e corporativo resultam de um processo particular alcunhado de plataformização da web. Suas imbricações encontram terreno em processos relacionais humanos, como a plataformização da produção cultural (Nieborg; Poell, 2018) e do trabalho (Casilli; Posada, 2019). No universo jornalístico, representa parte das causas e das consequências de suas modificações.

A plataformização é definida por David B. Nieborg e Thomas Poell “como a penetração de extensões econômicas, governamentais e infraestruturais de plataformas digitais nos ecossistemas da web e de aplicativos, afetando fundamentalmente as operações das indústrias culturais” (2018, p. 4276, tradução nossa). A noção de plataforma, por sua vez, é associada ao posicionamento das empresas e às infraestruturas tecnológicas que possuem, em uma terminologia que tem sido amplamente normalizada no âmbito acadêmico e social.

Há um crescente movimento na literatura científica para estabelecer uma tipologia para as plataformas. Nick Srnicek (2017) propõe uma categorização cujas bases encontram-se nas estratégias de monetização e respectivos modelos de negócio de cada plataforma, a exemplo daquelas que dependem de anúncios publicitários, como o Facebook, das que se apresentam como um produto, como o Spotify, das que prestam serviços, como o Airbnb e Uber, e das que oferecem espaços em *datacenters* privados, como a Amazon Web Services. Há ainda plataformas direcionadas exclusivamente para atender demandas corporativas, como é o caso de operações da General Electric e da Siemens. Diferentes tipologias divergem na medida em que se modificam os critérios para sua categorização – o que define uma plataforma é a sua relação de consumo, sua estratégia financeira ou as suas relações de trabalho? Tais questões não encontram respostas claras, apenas oferecem um direcionamento para identificarmos a amplitude das plataformas em vários, se não todos, os espectros da vida social.

O entranhamento das plataformas na dinâmica relacional em escala global representa muito mais do que a simples adoção de ferramentas tecnológicas para usufruto em tarefas humanas cotidianas. Toda a sistematização necessária para o funcionamento destas infraestruturas, representadas por sua materialidade física e virtual, é direcionada para a acumulação de capital e

institui profundas e imensuráveis alterações nos sistemas econômicos, políticos e socioculturais. Como já é amplamente sabido, tal sistematização opera de forma enigmática sobretudo sob intensos processos de algoritmização (Beer, 2017) e datificação (Cukier; Mayer-Schoenberger, 2013; Sadowski, 2019; Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020), o que inclui a demanda pela produção de dados pelos sujeitos, e a garantia das condições necessárias para a sua livre circulação, coleta e acúmulo, com vistas ao seu posterior tratamento.

A coleta de dados e metadados configura uma das fontes primárias de geração ou apropriação de valor pelas *big techs*, no que Antonio Casilli e Julián Posada (2019) consideram como o paradigma da plataforma. Para os autores, as plataformas não podem ser assumidas meramente como aparatos tecnológicos, mas sim produtos determinados por uma forma de relação social e econômica específica. A transição para uma web plataformizada indica que, se antes a mercadoria das corporações de tecnologia era representada primeiramente pelos serviços e produtos ofertados, com a monetização dos dados, sua identificação torna-se muito mais nebulosa. Ursula Huws afirma “se o valor está visivelmente sendo gerado a partir de alguma atividade, a tendência é buscar pela mercadoria em sua fonte” (2014, p. 18).

Assim, no contexto das plataformas, a mercadoria se manifesta de maneira evidente no produto/serviço comercializado ao usuário final – ouvir música no Spotify, assistir a um filme na Netflix, enviar mensagens no Whatsapp. Já a monetização por meio da datificação e a geração subsequente de informações, contudo, ocorre de forma mais sutil e menos óbvia. O avanço das capacidades produtivas viabiliza, dessa forma, a emergência de modalidades mais avançadas de acumulação, em uma nova expressão de uma sociedade orientada por dados – *data-driven* (Sadowski, 2019).

Para a plena efetivação do ciclo de plataformização e datificação, portanto, não basta a criação de novas tecnologias. É imprescindível às corporações garantirem a aceitação social, cultural, política e institucional de seu modo de funcionamento. O que no caso das *big techs* deriva na violação de protocolos sociais éticos de privacidade individual, por meio do estabelecimento do que Shoshana Zuboff (2021) denomina como capitalismo de vigilância.

A busca por essa anuência leva as corporações a estabelecerem estratégias de incidência política e discursivas que assegurem a formatação social e institucional adequada à sua conduta. Para Tartelon Gillespie,

no contexto dessas exigências financeiras, culturais e regulatórias, essas empresas trabalham não apenas politicamente, mas também discursivamente para moldar seus serviços e tecnologias (Gillespie, 2007; Sterne, 2003). Elas o fazem estrategicamente, posicionando-se para buscar lucros atuais e futuros, encontrar um ponto regulatório favorável entre proteções legislativas que as beneficiam e obrigações que não as prejudicam, e estabelecer um imaginário cultural no qual seu serviço faça sentido (Wyatt, 2004) (Gillespie, 2010, p. 2, tradução nossa).

A propriedade de toda a engenharia necessária para coletar dados confere às empresas de plataforma não apenas uma enorme capacidade financeira, tornando-as parte dos setores mais lucrativos e poderosos do mundo, como a posse destas informações garante uma capilaridade de domínio de cunho ideológico, com implicações sociais e subjetivas sem precedentes. O efeito social da ingerência das plataformas sob os sujeitos é nada menos do que dramático. Casos emblemáticos como o uso de dados dos usuários do Facebook pela empresa Cambridge Analytica para influenciar, ou mesmo manipular, as eleições de Trump nos Estados Unidos e do Brexit no Reino Unido, são indicativos claros dos riscos de tamanho poderio e controle, assim como de seus efeitos na realidade social.

No que tange ao universo jornalístico e informacional neste intermédio, tanto os processos quanto os agentes envolvidos em todas as etapas de produção, distribuição e consumo estão interconectados de forma dinâmica e multidimensional, influenciados pelas lógicas estabelecidas intencionalmente e estrategicamente projetadas pelas plataformas por meio de seus *affordances* e da mediação algorítmica (Siapera, 2013). Para José Van Dijck, Thomas Poell e Martijn de Waal (2018) o jornalismo é um dos setores que mais se modificou devido à atuação das plataformas.

A operacionalização cotidiana deste novo trabalho dos jornalistas sujeita-se, nos mais ínfimos detalhes, ao funcionamento e às demandas de incontáveis e distintas plataformas, desde a verificação dos fatos, produção da notícia e sua distribuição. Aplicativos de mensageria como o Whatsapp configuram as novas redações virtuais (Silva, 2019), epifenômeno acirrado com as decorrências da pandemia de Covid-19 na reorganização de processos produtivos e a ascensão do trabalho no modelo *home office* (Figaro *et al.*, 2021). O fazer noticioso é sobretudo reorganizado a partir das lógicas de

distribuição da informação e busca por acesso à audiência. Para isso, produtos digitais vinculados às *big techs*, como o Google Analytics, são adotados para mensurar acessos a páginas, e tal sistemática impõe demandas por adaptação do conteúdo com o objetivo de aumentar resultados. Para dar um contexto, segundo Alexander Fanta (2018) estima-se que o Facebook e o Google obtenham cerca de 85% da receita total de anúncios que circulam em toda a web, com impactos para toda a indústria do entretenimento e da informação.

Características da notícia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, como a estrutura da chamada de destaque, do lide, do conteúdo e das imagens utilizadas, são moldadas pelas determinações das plataformas de distribuição, levantando questionamentos éticos e/ou teórico-conceituais sobre os princípios fundamentais que atribuem o valor-notícia e os motivos que levam à sua seleção. “Essas transformações desafiam as instituições jornalísticas porque, ao mesmo tempo em que oferecem novas oportunidades para alcance dos públicos, relativizam certa posição privilegiada que as organizações de mídia historicamente ocupam (Nielsen & Ganter, 2018)” (Jurno; D’Andrea, 2020b).

Giulianer Carpes da Silva *et al.* (2020) indicam que a plataformização impulsiona uma ruptura no funcionamento consolidado do jornalismo devido a alterações no modelo de negócios tradicionalmente instituído. Se, antes, o processo convencional perpassava

(1) a criação de conteúdo noticioso; (2) o empacotamento das notícias em uma edição (de jornal, revista, rádio ou telejornal); (3) a reprodução, ou seja, a cópia no caso dos meios impressos ou as reprises no caso da difusão eletrônica; (4) a distribuição e, finalmente, (5) a promoção e a comercialização, que envolvem não apenas os consumidores de notícias, mas também o mercado publicitário, principal financiador da indústria de notícias tradicional (Silva *et al.*, 2020, p.166).

Agora, há um rompimento da cadeia de valor da notícia, o que, para os autores, pode ser representado por três aspectos: a perda a autoridade do jornalista como principal fonte de informação; a dependência das plataformas para alcançar as audiências e; a perda gradual dos anunciantes, que migram para outras mídias – também plataformizadas. Outros autores (Figaro; Silva, 2020; Nicoletti; Figaro, 2024) dão centralidade às mudanças impostas na prática do trabalho, com efeitos no aumento da precarização, dos impactos na saúde física e mental e na desespecialização do jornalista.

Van Dijck, Poell e de Waal (2018) ressaltam que a plataformização do jornalismo ocorre em meio a interligação entre bilhões de usuários, sistemas de anúncio publicitário e os próprios anunciantes, notícias, organizações de checagem de fatos e as plataformas. Essa complexa interação constitui uma cadeia de processos e ações integradas que não podem ser analisadas de maneira isolada.

Amanda Jurno e Carlos D’Andrea (2020a, 2020b) investigam a entrada da Meta no segmento jornalístico, e distinguem este processo em dois momentos. Primeiramente, entre 2014 e 2016 a empresa promove as suas plataformas como infraestruturas para o trabalho jornalístico, no que os autores consideram como um processo impositivo resultante de uma assimetria de poder, já que os jornalistas contam com pouca ou nenhuma alternativa a este modelo. O segundo momento, entre 2017 e 2019, demarca a posição que a empresa toma como coordenadora dos processos relacionados ao fazer jornalístico, financiando treinamentos, capacitações, eventos, entre outros, por meio do Meta Journalism Project.

O crescente envolvimento da Meta e Alphabet no âmbito do jornalismo suscita escrutínio público quanto à sua responsabilidade na facilitação da disseminação de desinformação em suas plataformas. Sua intervenção no setor é, portanto, observada a partir de uma gama de interesses. A busca por sanar as críticas relacionadas à propagação das chamadas *fake news* resultou em um significativo investimento no recém-formado mercado de checagem de fatos ou *fact-checking*, no qual as plataformas exercem considerável influência na configuração do modelo de negócios dessas organizações, em suas parcerias editoriais e na provisão de financiamento (Lelo, 2021). Outro ponto de interesse das *big techs* é a organização do setor em termos de institucionalidade, infraestruturas e adaptação do conteúdo jornalístico para plena conformidade com as lógicas das plataformas.

3.3. Financiamento do jornalismo por plataformas digitais

Conforme evidenciado, a exigência de apresentar respostas e lidar com as demandas sociais concernentes à crescente responsabilização das empresas de plataforma perante a disseminação intencional de desinformação e suas consequências na produção da vida social desencadeou, de maneira invertida, o desenvolvimento de estratégias corporativas voltadas à busca de superação em face das críticas. Nasceram então o Google News Initiative e Meta Journalism Project.

Como mencionado em nossa introdução, Papaevangelou (2023) identificou o Brasil como o segundo maior favorecido destes dois programas, conforme indica a Tabela 2:

Tabela 2: Top 3 países favorecidos por financiamentos de plataformas em projetos de jornalismo

PAÍS	GOOGLE	FACEBOOK	FACEBOOK/GOOGLE	TOTAL
EUA	1455	543	207	2205
Brasil	389	26	9	448
Canadá	211	36	93	422

Fonte: Adaptado de Papaevangelou, 2023.

A investigação é valiosa na medida em que proporciona uma análise inicial abrangente do perfil dos investimentos realizados pelas plataformas. Foi possibilitada por meio do levantamento de dados nos portais oficiais, da revisão de notícias publicadas sobre os programas de doações e da consulta em *websites* de projetos jornalísticos favorecidos pelos recursos. A análise totaliza informações de 6.773 beneficiários¹⁰, identificados entre os anos de 2017 e 2022 em 120 países, e indica maior presença do Google do que da Meta no setor.

Papaevangelou aborda a complexidade em implementar um método para a coleta de dados, uma vez que as informações relativas aos contratos de financiamento não se encontram sistematizadas de maneira pública em nenhuma fonte acessível. A nebulosidade de informações, a exemplo de quem são os beneficiários, qual a quantidade de recurso investido ou quais os objetivos do investimento, é apontada como um obstáculo metodológico. Diante disso, o autor opta por estruturar uma base de dados a partir de informações coletadas de maneira não linear e não sistemática, reconhecendo as limitações da pesquisa e dos resultados encontrados. Todo este trajeto é bastante similar ao que enfrentamos em nossa investigação, conforme explicitaremos no Capítulo 4.

Para além do desafio empírico, a ausência de rastros e a falta de clareza de como estes processos são organizados indicam características estruturantes do próprio fenômeno. A maneira como as empresas de plataforma racionalizam os processos de investimentos, o que esperam atingir, como

¹⁰ A terminologia “beneficiário”, adotada pelo autor, encontra terreno no campo da filantropia e do terceiro setor para tratar de organizações, projetos e pessoas que são entendidas como sendo beneficiadas pelo investimento realizado por grandes doadores em áreas sociais.

mobilizam os recursos financeiros e qual o montante dedicado são informações incertas, tornando custosa a tarefa de responder efetivamente à questão: por que elas investem no jornalismo?

A busca por essa resposta não constitui o cerne da nossa análise, uma vez que nosso enfoque recai especificamente sobre a filantropia de fundações privadas. Contudo, o panorama de financiamento do jornalismo no Brasil está intrinsecamente ligado aos investimentos realizados por plataformas digitais e à própria plataformização do jornalismo. Em uma investigação anterior, constatamos que tanto o GNI quanto O MJP não se limitam a financiar o setor, mas também estabelecem parâmetros para a sistematização de processos e a formatação da produção e do conteúdo, alinhando-os aos modelos de circulação e monetização das referidas plataformas.

Para isso, investem recursos, prioritariamente, em: 1) Formação universitária e bolsas de estudo, exercendo influência nos currículos acadêmicos e na produção científica; 2) Capacitação de “líderes de redação”, promovendo a adequação das altas chefias a modelos de negócio compatíveis às condições, requisitos e exigências das plataformas; 3) Treinamentos para adaptação dos conteúdos jornalísticos aos formatos de cada plataforma, com foco em produtividade e eficiência econômica; 4) Aceleração, com foco em inovação, tanto na produção do conteúdo jornalístico quanto nas formas de obtenção de recursos; 5) Combate à desinformação a partir da checagem de fatos e do estabelecimento de selos de credibilidade (Camargo *et al.*, 2023, p. 14).

Dentre as cinco frentes de investimento, apenas a primeira, relativa à formação universitária, não foi identificada no Brasil no período considerado. Os dados indicam que a maior parte dos veículos contemplados são da grande mídia, de associações de imprensa e de agências de notícias (Camargo *et al.*, 2023). Há um intenso movimento de treinamento e capacitação dos jornalistas e das lideranças das redações. Ao mesmo tempo em que se delineia uma nova configuração para o jornalismo como um aparato privado de hegemonia, formam-se os intelectuais orgânicos habilitados a articular essa operação.

Em ambas as empresas o mote da aceleração e da inovação são o carro-chefe das ações, capitaneadas pelo Programa Acelerador da Meta e pelo Desafio de Inovação do Google. O objetivo destes programas é fomentar o alinhamento entre os modelos de negócio na indústria jornalística às possibilidades existentes no contexto digital e plataformizado, a exemplo de monetização por anúncios baseada em cliques. O Programa de Aceleração da Meta deu prioridade ao jornalismo factual, já o GNI conta com maior variedade de veículos favorecidos, tanto em abordagem editorial

quanto em formato institucional. Mesmo dentre veículos menores e independentes – os arranjos alternativos às corporações de mídia, prevalecem os que contam com maior infraestrutura, a exemplo do Nexo e da Agência Pública (Camargo *et al.*, 2023).

Um elemento peculiar identificado por nós acerca deste emergente formato de incidência das empresas de tecnologia é o fato de que elas adotam as estratégias historicamente consolidadas no âmbito da filantropia como mecanismo de influência no segmento jornalístico. Uma evidência disso é a realização de investimentos por meio de doações, mediante a implementação de programas temáticos, de modo igual às fundações privadas. A gestão do processo de doação, por meio de projetos parametrizados a partir do estabelecimento de indicadores de ‘resultados de impacto’ também simula o padrão filantrópico. Sobre esse tema, um representante da revista AzMina afirmou que a relação de financiamento junto ao Google

não altera nada o nosso processo de trabalho, porque esse tipo de prestação de contas, inclusive auditoria ao final do projeto, é bastante comum com doações, inclusive das fundações internacionais, então a gente tá acostumado. O Google só pede um pouquinho mais de prestação de contas (Representante AzMina segundo Camargo *et al.*, 2023, p.15).

Sob uma perspectiva discursiva, a crise enfrentada pelo jornalismo tradicional, manifestada na obsolescência do jornal impresso em contraste com o surgimento dos meios digitais, é utilizada como uma estratégia enunciativa para legitimar as ações das empresas de plataforma. Essas são apresentadas como redentoras do jornalismo, enquanto o ambiente digital é assumido como o único espaço viável para essa reinvenção, como destacado a seguir:

- (5) Ajudamos a fortalecer o trabalho de redações com poucos recursos, oferecendo **ferramentas digitais**, treinamento e recursos que **auxiliam seus esforços** para encontrar, verificar e contar histórias envolventes (*Website* do Google News Initiative, grifo nosso).
- (6) Colaboramos com editoras de todos os tamanhos à medida que elas **transformam o negócio de notícias**, oferecendo programas e produtos que apoiam o crescimento estratégico, a escalabilidade e a sustentabilidade de receita (*Website* do Google News Initiative, grifo nosso).
- (7) O Meta Journalism Project trabalha com publishers no mundo todo para fortalecer a conexão entre jornalistas e as comunidades em que eles atuam. O programa também **ajuda o setor de notícias a enfrentar os principais desafios de negócios** (*Website* do Meta Journalism Project, grifo nosso).

- (8) Firmamos parcerias com novos editores e organizações sem fins lucrativos para combater a desinformação, promover a literacia midiática, patrocinar novas iniciativas, compartilhar melhores práticas e **aprimorar o jornalismo nas nossas plataformas** (*Website* do Meta Journalism Project, grifo nosso).

Não obstante, a salvação ocorre segundo os parâmetros predefinidos pelas *big techs*, guiados por estratégias cuidadosamente delineadas. Isso visa garantir que a produção e a disseminação de informação transcorram de maneira mais eficiente para as plataformas, adequadas aos seus produtos e *affordances*.

Como conclusão central de sua análise, Papaevangelou reconhece que a prática de financiamento, da forma como está estruturada atualmente, não garante um pleno controle sobre o jornalismo produzido, mas cria as condições necessárias para que só haja um tipo de jornalismo possível: o jornalismo plataformizado. O autor argumenta que as empresas de plataforma implementam estratégias ativas para capturar o jornalismo, concentrando-se especialmente no que denominou ‘intermediários de financiamento’, explicitados como “atores essenciais do ecossistema de notícias que oferecem acesso privilegiado a plataformas por meio de parcerias formadas no âmbito de seus projetos de financiamento” (Papaevangelou, 2023, p. 2, tradução nossa).

Os intermediários são representados por distintos perfis institucionais, categorizados da seguinte forma: (i) associações jornalísticas: definidos como grupos que promovem os interesses do campo do jornalismo, sendo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) citada como um exemplo; (ii) instituições educacionais: principalmente universidades e centros de pesquisa que promovem treinamentos; (iii) organizações de mídia: organizações e veículos de mídia cuja doação está vinculada a um repasse de recursos, práticas e conhecimentos para terceiros, operando como um multiplicador; (iv) instituições filantrópicas: majoritariamente representadas por fundações privadas que repassam recursos para terceiros; (v) organizações sem fins lucrativos: definidas como instituições de interesse público que apoiam a sustentação financeira do jornalismo, a exemplo do European Journalism Centre que firmou parceria com o Facebook em 2020 para repassar fundos relacionados à Covid-19.

Dentre os 6.773 beneficiários totais, 83 foram identificados como intermediários de financiamento. A pesquisa não esclarece se esse número decorre da limitação metodológica em

identificar mais profundamente as características de cada projeto beneficiado, o que poderia resultar em uma subnotificação do número de intermediários em relação à amostra total. Alternativamente, a menor quantidade de intermediários pode refletir efetivamente o papel altamente estratégico que desempenham junto às plataformas, indicando uma seletividade mais rigorosa para este grupo. Independentemente, o conceito de intermediários de financiamento no campo do jornalismo é substancial e digno de destaque.

A experiência brasileira e nossa pesquisa alternam entre contrastar e aprofundar os questionamentos propostos por Papaevangelou, especialmente nas categorias (i), (iv) e (v), aspectos que serão elucidados mais adiante.

3.4. Jornalismo sem fins lucrativos e seu financiamento por fundações privadas

Até o momento, delineamos a discussão acerca do financiamento do jornalismo com foco na exposição do funcionamento das empresas de plataforma. Esta escolha se justifica pela evidência clara e direta da correlação entre esse novo fenômeno e a crise jornalística previamente discutida. Demonstramos que os programas de financiamento para o jornalismo, provenientes dessas corporações tecnológicas seguem um formato essencialmente filantrópico. Agora, procederemos com uma análise mais aprofundada sobre a trajetória da relação entre fundações privadas e jornalismo.

O investimento das grandes filantropias no setor da comunicação remonta ao próprio período de ascensão das fundações corporativas e familiares nos Estados Unidos. Há registros do investimento da Ford Foundation para a transmissão televisiva de caráter educacional no país na década de 1950 e da posterior entrada da Carnegie Corporation para o estabelecimento da Public Broadcasting Service, PBS, e da National Public Radio NPR, nos anos 60 e 70 respectivamente.

As primeiras iniciativas de caráter noticioso com dependência mais direta das fundações foram o Center for Investigative Reporting, fundado em 1977, e o Center for Public Integrity, em 1989. Segundo Magda Konieczna (2022), estes receberam apoio das fundações Ford, MacArthur e Knight, sendo esta última especialmente dedicada à promoção de produção jornalística.

Em 2005, a fundação Carnegie Corporation of New York construiu juntamente a John S. and James L. Knight Foundation a Carnegie-Knight Initiative on the Future of Journalism (Iniciativa Carnegie-Knight sobre o Futuro do Jornalismo, tradução nossa) com o objetivo de “revitalizar a educação em jornalismo por meio do enriquecimento curricular, treinamento de notícias, experimentação e outras inovações necessárias para preparar as futuras gerações de jornalistas.” (Carnegie Corporation of New York, s/d, tradução nossa). Como resultado, mais de 10 faculdades de jornalismo e outros projetos independentes nos Estados Unidos passam a receber recursos advindos de fundações.

Assim, este setor experimenta uma significativa transformação na década de 2000, com o estabelecimento nos Estados Unidos de um novo padrão para o jornalismo centrado no modelo de negócios sem fins lucrativos. Caracterizado por sua natureza digital, esse paradigma inaugura um processo de padronização do formato institucional e mesmo de conteúdo, orientado para a promoção de maior *accountability*¹¹ por parte das instituições, particularmente as de caráter público (Birnbauer, 2019). Esse movimento visava reforçar a legitimidade do jornalismo a partir do reforço à noção de jornalismo investigativo e a consequente carga ideológica que a expressão carrega (van ‘t Hof; Deuze, 2023), conhecido também como *watchdog* ou jornalismo de vigilância.

Para Bill Birnbauer, essa migração reflete um deslocamento do trabalho jornalístico em sua função normativa de disseminação de informação em direção a uma maior intencionalidade na promoção de *advocacy* e defesa de pautas específicas.

Este emergente setor vivenciou uma rápida expansão com a crise econômica de 2008, impulsionada pela desintegração das empresas de jornalismo tradicional, amplamente dependentes de receitas provenientes de anúncios. A devastação resultou na perda significativa de empregos e despertou preocupações em diversos segmentos da sociedade acerca do futuro do jornalismo. Nesse cenário, esses novos veículos passaram a operar como uma extensão da mídia tradicional, uma vez que a produção de reportagens especiais se tornou, por vezes, mais viável em comparação à escassez

¹¹ A expressão *accountability* diz respeito à demanda por maior prestação de contas e transparência na gestão pública e privada, e conta com literatura própria a partir de abordagens normativas ou críticas para a sua explicação e respectiva análise.

de profissionais nas grandes redações. Este fenômeno se manifestou como um processo de terceirização da notícia, muitas vezes disfarçado sob a forma de “parcerias” entre as partes envolvidas.

As organizações jornalísticas sem fins lucrativos americanas emergiram, então, como concorrentes significativos no mercado de notícias, alavancando importantes prêmios e financiamentos em escala. Embora não contassem com a capacidade de absorver todos os profissionais excluídos do mercado convencional, essas entidades representaram uma parcela da migração desses experientes jornalistas. Este fenômeno é igualmente identificado no Brasil, onde os arranjos alternativos às corporações de mídia têm desempenhado um papel semelhante.

Não é coincidência que, neste momento, a filantropia proveniente de fundações e grandes doadores se destaca como um dos elementos primordiais para o estabelecimento deste novo formato (Birnbauer, 2019). Este processo estabelece uma relação de dependência, configurando-se, de forma paradoxal, como um modelo de negócios jornalístico submetido às fundações e, ao mesmo tempo, almejando conquistar maior autonomia em relação a elas, tanto do ponto de vista financeiro quanto editorial.

Como exemplo, Birnbauer (2019) destaca o caso da Fundação John D. and Catherine T. MacArthur, que conta com um histórico de financiamento na comunicação. Entre 2003 e 2015 a fundação destinou US\$36,6 milhões ao segmento de jornalismo sem fins lucrativos e ainda US\$1,7 milhão para organizações de notícias internacionais.

Em 2009, uma reunião no Pocantico Center em Nova York, pertencente ao Rockefeller Brothers Group, agregou 27 organizações de jornalismo sem fins lucrativos americanas para discutir o futuro do jornalismo investigativo, o que deu origem ao Investigative News Network que passou posteriormente a se chamar Institute for Nonprofit News, INN, um consórcio que atualmente reúne mais de 425 organizações com as mesmas características. O INN declara a intenção de moldar o campo do jornalismo sem fins lucrativos, no que entendemos como um movimento de padronização de práticas de trabalho e editoriais, a partir das prioridades listadas a seguir:

- (9) **Elevar o jornalismo como uma causa filantrópica**, criando receitas sustentáveis para os membros; centralizar a diversidade, a equidade e a inclusão como normas do campo; **patrocinar experiências que permitam que modelos de notícias sem fins lucrativos se adaptem e cresçam**; investir no talento e no capital humano que **impulsionam mudanças estruturadas em um campo emergente** (*Website INN*, tradução nossa, grifo nosso).

O INN estrutura seu trabalho por meio de programas de atuação, sendo pertinente destacar o Network Philanthropy Center - Fundraising Hub. Este dedica-se a capacitar as organizações em práticas de captação de recursos filantrópicos, promovendo a normalização do vínculo entre entidade sem fins lucrativos e fundações e grandes doadores. O programa capacita instituições que inicialmente buscam estabelecer um registro sem fins lucrativos, fornecendo, em seguida, ferramentas para a identificação de financiadores. Além disso, oferece treinamento para a escrita de editais e orientação para a prestação de contas conforme as expectativas dos financiadores.

Em 2022, o instituto atingiu US\$8,2 milhões em receitas, sendo que destas, 94% provêm de doações segundo dados de seu relatório fiscal (INN Form 990, 2022)¹². Os financiadores declarados são majoritariamente fundações familiares e corporativas, pessoas físicas, empresas patrocinadoras de eventos específicos, outros veículos de comunicação e o Google News Initiative. Sem dúvida, o INN opera como intermediário segundo o conceito de Papaevangelou (2023), configurando e reconfigurando o campo do jornalismo sem fins lucrativos, orientado primariamente pelas lógicas de financiamento.

Do ponto de vista dos veículos de jornalismo sem fins lucrativos, um exemplo icônico nos Estados Unidos é a ProPublica, reconhecida como uma das principais organizações nesta mais recente configuração, sendo a líder em termos financeiros. Fundada em 2007, a organização declara como missão “expor abusos de poder e traição da confiança pública por parte do governo, das empresas e de outras instituições, utilizando a força moral do jornalismo investigativo para estimular a reforma através da denúncia sustentada de irregularidades” (ProPublica, tradução nossa). Identificamos em seu relatório fiscal (ProPublica Form 990, 2022) que 97% de suas receitas advêm de doações, totalizando mais de US\$44 milhões em 2022, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. Uma rápida análise do documento indica que estes investimentos partem quase integralmente de fundações privadas domésticas, corporativas ou familiares, e pessoas físicas.

O Center for Investigative Reporting, mencionado acima como uma das primeiras organizações de jornalismo sem fins lucrativos, se adaptou a este novo padrão, lançando digitalmente

¹² O relatório apontado é relativo ao Formulário 990, uma exigência da Internal Revenue Service (IRS) - serviço de receita do Governo Federal dos Estados Unidos para organizações sem fins lucrativos. O documento demanda prestação de contas públicas das receitas e gastos da entidade, com a publicação dos investimentos e valores dedicados.

a Reveal News, com missão declarada que também aborda as noções de *accountability* e o denunciamento de dispêndios de recursos públicos:

- (10) Nossa missão é contar histórias que **responsabilizam os poderosos** e revelam informações que de outra forma permaneceriam escondidas do público – desvelando injustiças, expondo ameaças à segurança pública, defendendo os direitos humanos, denunciando a degradação ambiental e **lançando luz sobre a fraude e o desperdício de recursos fundos dos contribuintes** (*Website* Reveal News, tradução nossa, grifo nosso).

O relatório fiscal (Center for Investigative Reporting Form 990, 2021) indica o total de receitas de 13 milhões de dólares em 2021, aproximadamente 60% a mais que no ano anterior. Destes, 11 milhões advêm de doações, porém neste caso o documento não apresenta o nome dos investidores.

De acordo com a última atualização do relatório anual do Institute for Nonprofit News, o INN Index de 2022, 53% da receita das organizações de jornalismo sem fins lucrativos americanas advêm de fundações, 30% de doações de pessoas físicas; 15% de produtos e serviços e 2% de outras doações filantrópicas. Dois terços das instituições aumentaram a receita anual total entre 2018 e 2021, e o crescimento médio foi de 25%. Uma em cada cinco sofreu os impactos da pandemia com quedas nas receitas, enquanto cerca de 15% se mantiveram estáveis. Vale destacar também que desde 2017, 135 novas organizações foram fundadas.

A média de receita anual dentre a amostra é de 373 mil dólares, com uma equipe equivalente em tempo integral de 6 integrantes. O relatório indica que, apesar da consistência destes dados em relação a anos anteriores, a média é cada vez mais atípica, tendo em vista que é extraída de faixas cada vez mais amplas e diversificadas de receitas.

Abaixo, a tabela do INN Index 2022 que indica as maiores organizações, o local em que estão baseadas, o ano de criação e a quantidade de integrantes da equipe considerando o equivalente em tempo integral. Na lista é possível observar veículos inaugurados em períodos variados e com distintos perfis. A escala de tamanho da ProPublica, se compararmos em termos de equipe, é de quase duas vezes mais do que o Mother Jones que figura em segundo lugar, o que indica que seu grande orçamento na casa dos US\$40 milhões anual representa uma exceção à regra no mundo do jornalismo sem fins lucrativos americano.

Tabela 3: Maiores organizações de jornalismo sem fins lucrativos nos Estados Unidos

VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO	INAUGURAÇÃO	INTEGRANTES*
ProPublica	New York	2008	170
Mother Jones	California	1976	87
The Texas Tribune	Texas	2009	79
Chalkbeat	New York	2013	75
The Center For Investigative Reporting	California	1977	70
Grist	Washington	1999	61
CalMatters	California	2015	54
The Intercept	New York	2014	53
YR Media	California	1993	50
The Marshall Project	New York	2014	48
The 19th	Texas	2020	39
Chicago Reader	Illinois	1971	38
OpenSecrets	District of Columbia	1983	36
The Forward	New York	1897	35
The Markup	New York	2020	34
The Conservation US	Massachusetts	2014	33
High Country News	Colorado	1970	32
The City	New York	2019	31
Honolulu Civil Beat	Hawaii	2010	31
VT Digger	Vermont	2009	30

Fonte: Adaptado de Institute for Nonprofit, INN Index 2022.

*Integrantes = (FTE) Total de integrantes equivalente em tempo integral.

Ao abordar os resultados do relatório, é notável a discrepância nas fontes de financiamento ao se compararem organizações de diferentes escalas: 1) local, 2) regional e 3) nacional/global. Nota-se que apenas as últimas concentram majoritariamente os recursos provenientes de fundações filantrópicas, enquanto as organizações menores, com atuação restrita aos seus territórios, enfrentam numerosos obstáculos para acessar tais recursos. Especulamos que essa disparidade ocorre, por um lado, devido ao descompasso em relação aos interesses temáticos e programáticos das fundações e, por outro lado, devido à maior dificuldade das organizações menores em atender aos padrões esperados pelos investidores. Isso nos remete novamente à noção de padronização - quanto mais alinhada a atuação de um veículo aos moldes instituídos nessas relações de financiamento, maior a sua probabilidade de êxito.

Todavia, a despeito destes dados, o relatório destaca que as organizações de caráter local são responsáveis por empregar um quarto da força de trabalho no segmento, e representam 42% do total de organizações. No entanto, elas acessam apenas um décimo do recurso total proveniente das

fundações em comparação com o setor como um todo. Enquanto os veículos de alcance global/nacional empregam um pouco mais da metade da mão de obra do campo, eles recebem 70% do financiamento das fundações. As organizações nacionais dependem em 75% de suas fontes de receita das fundações, ao passo que as organizações locais contam com 40%, necessitando assim buscar outras fontes para se sustentarem. Essa realidade resulta, entre outras consequências, no aumento da disparidade entre as organizações menores e as maiores, tanto em termos de tamanho quanto de estrutura e capacidade financeira.

Para complementar esses dados, apresentamos informações do portal Inside Philanthropy (2021), coletadas entre 2014 e 2018, que destacam a Knight Foundation como a principal fundação investidora em jornalismo nos Estados Unidos, seguida pela Ford. Merece destaque, ainda, o interesse da área de tecnologia, exemplificado pela Silicon Valley Community Foundation. Entre todas as fundações listadas, apenas a Ford foi identificada como uma das financiadoras diretas de projetos no Brasil, evidenciando uma significativa concentração de recursos ainda restritos aos Estados Unidos, um padrão que também se observa em outras áreas de investimento social.

É importante esclarecer que não existe uma metodologia unificada e global que assegure acesso completo aos dados de financiamento provenientes da filantropia. Por esse motivo, as pesquisas mencionadas anteriormente e a seguir se complementam, colaborando para uma tentativa de oferecer uma visão do cenário, mas não devem ser consideradas como representações totalmente fidedignas da realidade.

Tabela 4: Top 10 fundações financiadoras de jornalismo e mídia de interesse público nos EUA

INVESTIDORES	VALOR (US)
John S. and James L. Knight Foundation	\$ 145M
Ford Foundation	\$ 140M
Andrew W. Mellon Foundation	\$ 138M
Silicon Valley Community Foundation	\$ 111M
John D. and Catherine T. MacArthur Foundation	\$ 93M
Bill and Melinda Gates Foundation	\$ 85M
The California Endowment	\$ 74M
William and Flora Hewlett Foundation	\$ 69M
Robert Wood Johnson Foundation	\$ 69M
Lilly Endowment	\$ 52M

Fonte: Adaptado de Inside Philanthropy (2021).

A pesquisa *Journalism and philanthropy: growth, diversity, and potential conflicts of interest*¹³ (NORC *et al.*, 2023) aponta que, nos Estados Unidos, 64% dos financiadores preferem investir em organizações sem fins lucrativos. Além disso, 57% apoiam projetos de instituições que se envolvem em atividades políticas/ de *advocacy* em conjunto com o trabalho jornalístico. Aproximadamente 45% afirmam apoiar o jornalismo com o propósito de fortalecer a imprensa livre e educar o público, independentemente dos *outcomes*¹⁴. Não obstante, 20% afirmam que seu objetivo em relação ao jornalismo é a promoção da agenda estratégica mais ampla da fundação, e 20% têm ambos os objetivos simultaneamente.

Segundo Eric Karstens (2017), em reportagem para a Alliance Magazine e baseado em dados do Foundations Map referentes ao período entre 2011 e 2014, constatou-se que 92% dos recursos filantrópicos destinados ao jornalismo foram direcionados para os Estados Unidos, enquanto 7% foram alocados na Europa. Apenas 1% foi destinado a países em desenvolvimento, e outro 1% foi distribuído para outros países.

Tratando dos dados em nível global, Aisha Majid (2022), em reportagem da PressGazette do Reino Unido¹⁵, revelou que os investimentos do Google em mídia atingiram montantes equivalentes aos aportes das principais fundações filantrópicas, colocando-o em uma posição comparável à Ford (Tabela 5). Entre os financiadores internacionais, destaca-se a Oak Foundation, que também direciona investimentos para projetos no Brasil.

Destacamos a disparidade nos montantes investidos pela Ford Foundation, Google e Knight Center em contraste às demais organizações listadas. A análise dos *rankings* de investimentos e sua comparação a outros segmentos, como a educação, a saúde e o meio ambiente, revela que os recursos destinados ao jornalismo ainda são relativamente escassos, sendo considerados por alguns financiadores como um subproduto do investimento social.

¹³ “Jornalismo e filantropia: crescimento, diversidade e potenciais conflitos de interesses”, tradução nossa. *Survey* conduzida pelo National Opinion Research Center, NORC, da Universidade de Chicago em parceria com o Media Impact Funders e o Lenfest Institute for Journalism com a participação de 129 financiadores e 431 veículos de mídia.

¹⁴ *Outcomes* é a terminologia recorrentemente utilizada na área para se referir aos ‘resultados de impacto social’ das organizações sem fins lucrativos.

¹⁵ A partir de dados da organização sem fins lucrativos Candid e do Media Impact Funders contabilizados entre 2009 e 2022

Tabela 5: Top financiadores filantrópicos globais em projetos de jornalismo

RANK	FINANCIADOR	LOCAL	VALOR (\$M)
1	Ford Foundation	EUA	271
2	Google.org	EUA	267
3	Knight Foundation	EUA	257
4	Gates Foundation	EUA	155
5	MacArthur Foundation	EUA	106
6	Open Society Foundation	EUA	89
7	Silicon Valley Community Foundation	EUA	89
8	Annenberg Foundation	EUA	78
9	The Democracy Fund	EUA	53
10	National Endowment for Democracy	EUA	51
11	Sea Change Foundation	EUA	50
12	Hewlett Foundation	EUA	48
13	Pew Charitable Trusts	EUA	44
14	Arnold Ventures	EUA	44
15	Robert Wood Johnson Foundation	EUA	44
17	Carlos Slim Foundation	México	42
27	Oak Foundation	Suíça	25
28	European Endowment for Democracy	Bélgica (UE)	24

Fonte: Adaptado de Majid (2022).

3.5. Autopercepção dos financiadores filantrópicos

A autopercepção das fundações que financiam o jornalismo foi analisada por Erwin van ‘t Hof e Mark Deuze (2023). A investigação, conduzida no formato de entrevistas junto a representantes de instituições holandesas, trata das considerações e escolhas dos doadores durante a interação junto ao que os autores denominam *atypical newswork*¹⁶. Vale dizer que, apesar da descrição de características representar particularidades da realidade europeia ocidental, as semelhanças ao cenário brasileiro se destacam majoritariamente no que diz respeito ao *modus operandi* dos financiadores e seus efeitos no campo do jornalismo independente e no mundo do trabalho dos jornalistas.

¹⁶ A noção de *atypical* (atípico, tradução nossa) diz respeito à produção noticiosa realizada fora do circuito convencional da mídia hegemônica. Já o conceito de *newswork* é adotado por Deuze (2017) para tratar das condições de produção jornalísticas orientadas para a notícia no contexto contemporâneo de intensas modificações no mundo do trabalho e não deve ser tomado como sinônimo de jornalismo.

No caso particular holandês, parte significativa do financiamento é direcionado ao jornalista individual que atua como *freelancer* para a grande imprensa. Na realidade da Bélgica e da Holanda, três a cada quatro jornalistas investigativos *freelancer* buscam financiamento externo para conseguirem realizar seu trabalho (Pleijter; Opgenhaffen, 2023 apud van 't Hof; Deuze, 2023, p. 2).

Os financiadores entrevistados, ao discutirem o intrincado desta triangulação entre filantropia, jornalismo e grande imprensa, apontam criticamente o fato de estarem operando, mesmo que indiretamente, como subsidiários das empresas jornalísticas ao remunerar os profissionais que as servem. Apesar deste modelo não ser identificado da mesma forma - ou na mesma intensidade - no Brasil, o motivo que leva a terceirização da produção noticiosa é o mesmo: a flexibilização e precarização do trabalho e o enxugamento das redações, fenômeno este que visivelmente não se restringe a realidade dos países de capitalismo dependente.

O estudo de van 't Hof e Deuze trata de fundações de base holandesa, na qual parte significativa opera com recursos governamentais. Essa é uma diferença significativa em relação ao caso brasileiro. Possivelmente, este modelo de financiamento público e nacional minimiza tanto os efeitos decorrentes do interesse tipicamente privado identificado nas fundações por nós estudadas (com exceção da Fundação Heinrich Böll), quanto principalmente dos interesses transnacionais e característicos da disparidade entre Norte e Sul Global.

O principal destaque da investigação, apontado majoritariamente também por outros autores do campo como Scott, Bunce e Wright (2017), trata da complexa relação entre a posição de poder ocupada pelos financiadores em contraste ao sistemático e contraditório reforço à premissa de autonomia editorial dos jornalistas. Há uma intencionalidade dos financiadores em não intervirem no processo editorial, a qual transcende o âmbito discursivo e se concretiza em práticas como o estabelecimento de protocolos visando mitigar os efeitos dessa relação de poder. “Você constantemente precisa checar seu próprio poder” afirma um dos entrevistados de van 't Hof e Deuze (2023, p. 13, tradução nossa).

O que é pouco abordado na literatura e muito menos identificado pelos agentes envolvidos é que os efeitos resultantes desta assimetria de poderes são endêmicos ao processo de financiamento e impossíveis de serem plenamente anulados. Todavia, a mensuração disso é mais visível no campo da estrutura organizacional e das relações de trabalho do que propriamente no material jornalístico, o

que acaba reforçando a percepção tanto de financiadores quanto de jornalistas de que não há intervenção editorial. Como a interferência não vem no formato de uma ordem, ela é muito menos nítida. E por ser de caráter estrutural, ela também promove alterações mais lentas e, portanto, ainda mais difíceis de serem captadas tanto pelos profissionais quanto pela ciência.

Como principal achado da pesquisa, van 't Hof e Deuze (2023) indicam que a relação de financiamento simultaneamente possibilita e restringe a produção jornalística. Possibilita na medida em que viabiliza o investimento em uma multiplicidade de abordagens jornalísticas que, diante do restrito cenário econômico, talvez nunca se concretizassem. Com exceção deste óbvio aspecto, que representa a justificativa universal para a filantropia de forma ampla, não há nenhum outro destaque favorável apontado pelos autores.

Já na lista de restrições impostas ao jornalismo como resultado do financiamento, são evidenciadas: i) a exaltação a um tipo específico de jornalismo, considerado o “bom jornalismo” com claras determinações ideológicas, tradicionais e, porventura, elitistas e; ii) a orientação temática a partir dos interesses particulares das fundações, como já apontado anteriormente por Scott, Bunce e Wright (2017).

3.6. As formas de captura do jornalismo

A noção de captura no campo da comunicação e dos estudos do jornalismo se fundamenta em uma abordagem teórica derivada inicialmente dos estudos econômicos sobre captura regulatória (Stigler, 1971; Peltzman, 1976). Essa abordagem examina os diversos níveis nos quais a captura ocorre, principalmente nas instâncias de regulamentação, sobretudo aquelas de caráter público e político. Trata-se do processo pelo qual órgãos criados com a finalidade de regular um determinado mercado são influenciados por poderosos grupos de interesse, levando ao desvirtuamento de suas funções originais. A principal manifestação dessa dinâmica se dá no âmbito financeiro, por meio da transferência direta de recursos, seja de maneira legal ou ilegal.

Contribuições subsequentes ressaltam modalidades mais complexas de captura, que recaem no nível imaterial, ainda tratando do contexto político-governamental e corporativo. James Kwak (2013) argumenta que a captura em termos materiais está intrinsecamente vinculada à promoção de

uma ideologia que propicia condições específicas para sua concretização, conceituando-a como captura cultural. Nesse cenário, a captura não se restringe apenas às recompensas financeiras, mas envolve a internalização dos valores e interesses dos grupos de influência, e a reprodução dessas ideias como mecanismo garantidor do processo.

Acadêmicos de diversos campos do conhecimento expandiram o conceito de captura regulatória para abranger outros contextos. Sua argumentação sugere que a habilidade de grupos de interesse e corporações para se articular se estende a diversos, se não todos, os níveis da organização social e das instituições, especialmente no que tange à maior capacidade de direcionar organizações formalmente designadas para supervisioná-los ou criticá-los. É nesse sentido que autores passam a considerar a captura dos meios de comunicação, com um foco particular em estudos sobre a forma como governos potencialmente sugestionam organizações de notícias encarregadas de monitorá-los (Besley; Prat, 2006).

Emerge então o conceito de captura midiática (Petrova, 2008) no campo da comunicação, representativo do fenômeno que expressa a direta intervenção de forças político-econômicas na produção da informação. Mais especificamente, é utilizado para representar a influência que lideranças políticas e detentores de poder financeiro exercem junto às corporações de mídia para a elaboração intencional de cobertura noticiosa favorável aos seus mútuos interesses, promovendo um agendamento midiático que, ao que tudo indica, se opõe aos princípios éticos do jornalismo.

A existência dos meios de comunicação cria oportunidades para que os ricos, grupos de interesses, partidos políticos ou governos os utilizem para atingir a opinião pública. Os mecanismos desta influência podem incluir investimentos em empresas de mídia, publicidade política, artigos pagos, subsídios e subornos (Petrova, 2008, p. 121, tradução nossa).

O conceito de captura midiática é, portanto, particularmente utilizado para descrever a maneira pela qual fontes externas de poder têm a capacidade de determinar o conteúdo noticioso produzido. E, apesar de abordar de forma ampla este tipo de intervenção direta por meio de repasses monetários, a literatura não desconsidera as manifestações mais tácitas de captura. Outros estudos sugerem outras terminologias ou discussões para designar fenômenos muito semelhantes, a exemplo de Edward Herman e Noam Chomsky (1988) ao debaterem a forma como os meios de comunicação promovem o agenciamento de pautas de interesses das elites. Os autores oferecem uma análise

argumentando que há uma falsa percepção de independência dos meios de comunicação quando, na verdade, eles são subservientes à busca por lucro por parte de seus proprietários; aos anunciantes e o modelo de propaganda; às fontes estabelecidas, com potencial de enviesamento das pautas; à pressão pública e à internalização de ideologias dominantes.

Efrat Nechushtai (2018) transfere a discussão para o contexto digital ao salientar que a influência das empresas de plataforma sobre o jornalismo configura-se como um tipo de captura denominada infraestrutural, instituída durante o processo de plataformização do jornalismo. Esta se manifesta em uma condição paradoxal de dependência, uma vez que o novo modelo de negócios estabelecido para este jornalismo digital contemporâneo permeia, inerentemente, os serviços dessas corporações. Neste formato, a produção noticiosa está integralmente sujeita às ferramentas ofertadas pelas empresas de tecnologia. Por meio delas o conteúdo é concebido, adaptado e exclusivamente distribuído à audiência. Isto é, se estabelece uma direta subordinação de caráter infraestrutural e material aos seus aparatos.

Para os veículos de notícias, as plataformas digitais como Facebook e Google, fornecem um conjunto variado de ferramentas e recursos. Mas, o mais importante é que atualmente eles fornecem a maior parte da visibilidade e, conseqüentemente, das receitas de publicidade digital. A performance nas plataformas digitais é fundamental para o sucesso das notícias, e a expansão do alcance por meio destas plataformas é considerada a forma mais eficaz de cultivar novas audiências (Nechushtai, 2018, p. 1049, tradução nossa).

Para a autora, a maioria das tipologias de captura supracitadas pode ser encontrada no processo de plataformização do jornalismo, seja por meio da transferência direta de recursos a partir dos programas de financiamento, ou por estratégias ativas de *advocacy*, relações públicas, capacitação e influência ideológica. Vale ressaltar que, embora a captura ideológica e cultural possa encontrar resistência por parte dos jornalistas que atuam nessas organizações, superar a dependência infraestrutural e, conseqüentemente, a plataformização, representa uma tarefa mais improvável. Este é um ponto relevante que merece aprofundamento, uma vez que os profissionais muitas vezes percebem os novos processos de subordinação do trabalho, mas dispõem de poucos artifícios para enfrentar o poder avassalador dessas corporações.

Papaevangelou (2023) complementa essa abordagem ao direcionar sua pesquisa especificamente para os programas Google News Initiative e Meta Journalism Project, conforme

mencionado, através da análise de uma quantidade significativa de dados de financiamento. Seu reforço ao argumento de Nechushtai acrescenta um elemento que consideramos de absoluta relevância – a captura de redes de articulação entre organizações e pessoas, viabilizada por meio do estabelecimento de estratégias de governança destas redes. Ou seja, a captura no setor é facilitada pela interação já existente entre os veículos de jornalismo, aspecto que será discutido em profundidade adiante. É na instituição deste processo de governança que o autor identifica o papel dos intermediários de financiamento na articulação deste campo.

No olhar para este processo de governança de rede, que também entendemos como um processo de agenciamento, identificamos uma correlação entre o financiamento filantrópico advindo das plataformas e das fundações privadas. Rodney Benson (2018) levantou o questionamento sobre uma possível captura do jornalismo por fundações privadas, especialmente no contexto da ascensão do formato sem fins lucrativos e sua padronização. Segundo o autor, esse fenômeno recebeu pouca atenção crítica da academia, com algumas exceções, como os autores já mencionados Browne (2010) e Scott, Bunce e Wright (2017).

Embora Benson não se aprofunde na forma como tal captura ocorre, aspecto este que buscamos endereçar em nossa QP1 (questão de pesquisa 1), sua reflexão apresenta pistas ao indicar que as fundações desviam a atenção de problemas sociais estruturais ao se posicionarem como supostamente neutras em relação a eles, ou ainda, como parte idealizada de sua solução. Ao financiarem projetos de jornalismo, criam a aparência de serem livres de interesses particulares que podem impactar o conteúdo produzido. Nesse contexto, a captura ocorreria de maneira sutil por meio do agendamento de pautas.

Scott, Bunce e Wright (2017) não adotam a categoria de captura, mas percorrem caminho similar ao compararem o modelo de financiamento por doações com os estudos sobre propriedade dos meios de comunicação – *media ownership*. Especialmente adotam a categorização de Benson *et al.* (no prelo), que postula a existência de ao menos quatro formas nas quais os proprietários exercem poder sobre os veículos de mídia, sendo: 1) a forma como moldam a percepção dos jornalistas para atuarem por uma perspectiva orientada para garantir mais resultados relacionados à audiência; seus esforços para promover interesses 2) políticos e/ou 3) econômicos particulares por meio do conteúdo jornalístico produzido pelos trabalhadores; 4) a capacidade de influenciar o nível de

comprometimento aos valores da comunicação de interesse público, ao serem subvertidos pelos interesses privados. Para os autores, este modelo pode ser replicado para equiparar-se ao poder dos doadores/financiadores, conferindo-lhes as mesmas capacidades de influência dos proprietários.

Essas pesquisas, juntamente aos resultados identificados por Scott, Bunce e Wright (2019) que destacam a influência da filantropia na formatação do jornalismo, sugerem que os efeitos do financiamento filantrópico vão além da preocupação com a autonomia editorial – embora essa seja uma questão relevante. Elas abordam, principalmente, as reconfigurações no processo jornalístico, na institucionalidade das organizações de notícias e até mesmo nos valores e práticas jornalísticas de forma mais ampla.

Por último, é importante mencionar que a teoria da captura não tem raízes no materialismo histórico, o que, em última instância, leva à falta de qualquer comprometimento com rupturas radicais ou críticas que envolvam a totalidade social do capital em seu interior. Mesmo assim, oferece valiosas contribuições uma vez que reconhecemos esse fenômeno como parte de um processo mais amplo de busca por garantias para a acumulação de capital. Também reflete as lutas de classes, posto que as instituições que impõem a captura simbolizam forças consideravelmente mais poderosas e tipicamente capitalistas. Tal abordagem apresenta possíveis pontos de contato com aquelas que reconhecem que os mecanismos de dominação se instauram de forma estruturada na operacionalização dos aparelhos privados de hegemonia.

CAPÍTULO 4

O OLHAR DA INVESTIGAÇÃO: A PERSPECTIVA DO OBJETO

A minha sorte foi acentuada por viver num sistema de mercado que por vezes produz resultados distorcidos, embora no geral sirva bem o nosso país.

Warren Buffett

Por compreendermos a realidade social de um ponto de vista crítico, como uma totalidade complexa de relações que, no presente modo de produção, são perpassadas e sobredeterminadas pela lei do valor (Marx, 2013), tomamos como orientação metodológica de maneira ampla o que se convencionou chamar de materialismo histórico, que busca reproduzir o real aparente no plano ideal para desvelar a essência do objeto:

Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de “crítica”, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o “bom” do “mau”. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (Netto, 2009, p. 6).

Partindo das contribuições de Marx, abordamos os fenômenos da realidade empírica como objetividades concretas em sua forma de manifestação. No entanto, essa manifestação não revela sua totalidade de forma imediata. Por isso, o processo de investigação exige que se parta do real tal como se apresenta e, por meio de um processo abstrativo (Assunção, 2014), reconstitua-o idealmente como um concreto pensado. A partir dessa reconstituição, é possível extrair as determinações que o caracterizam.

Por isso, as categorias teóricas que partem dessa perspectiva não são construídas aprioristicamente, mas sim retiradas do próprio real, expressando “formas de ser” e “determinações de existência” (Marx, 2011, p. 85). Além de buscar identificar esses elementos basais, é preciso compreender seu significado histórico e estabelecer as relações entre eles, compreendendo como se afetam, se produzem e se modificam mutuamente. Com esse objetivo em mente, os três primeiros

capítulos da presente tese apresentam, além das principais abordagens teóricas que circunscrevem nosso objeto de estudo, os elementos históricos que o definem. Abordamos a filantropia, a hegemonia de caráter imperialista e o financiamento filantrópico do jornalismo a partir de fatos concretos e das ideias que extraem desses fatos seus fundamentos e esclarecimentos.

A investigação, contudo, alcança maior completude quando se realiza a viagem de volta. As categorias mais gerais e abstratas são gradualmente preenchidas com suas determinações efetivas e particulares, aproximando-se do real. Este, por sua vez, se transforma em um ‘real determinado’, apreendido em sua essência pela abstração.

A investigação, agora amparada por processos convencionalmente conceituados como empíricos, procura alcançar a natureza interna do objeto, que não se apresenta no imediato. Por este caminho, a compreensão dos fenômenos em sua essência significa acessar as principais relações que os originam e que promovem constantes mudanças, e isso inclui também seus modos de representação e manifestação. Conteúdo e forma, embora distintos, jamais devem ser analisados em autonomia completa um do outro. Entre eles existe uma relação intrínseca. A questão central da análise e produção teórica reside em desvendar o complexo de relações que molda o conteúdo de um fenômeno e, simultaneamente, explicar por que e como esse conteúdo assume uma forma específica.

É crucial salientar que o conteúdo já contém, em potência, as determinações que exigem uma forma específica de manifestação. Em outras palavras, o conteúdo não apenas preenche as formas existentes, mas também cria suas próprias formas como uma necessidade interna. Nesse contexto, é importante lembrar com Marx (2013) que a forma valor, por exemplo, é produto de um momento histórico específico. Seu conteúdo reside nas relações de produção que a definem e, em última instância, no trabalho. No entanto, à medida que o capital se consolida como relação social predominante, ele também produz uma forma de manifestação na qual se apresenta como um sujeito automático, com início e fim da produção social.

Ao contrário do que se possa imaginar, o capital não é criador, mas sim o trabalho, a atividade humana. O capital, sob essa perspectiva, configura-se como uma totalidade formal, pois busca negar o trabalho e reduzi-lo a um mero momento interno. Em outras palavras, o capital é uma forma que cria a ilusão de independência total ao negar seu conteúdo, o trabalho, mas ainda permanece dependente dele (Grespan, 2012).

Essas descobertas de Marx, como bem destaca Netto (2011), não foram alcançadas a partir de um processo pré-estabelecido, mas sim por um mergulho no próprio objeto, em sua objetividade particular. A análise parte das características internas do objeto e da observação de como ele se configura na realidade social. Nesta perspectiva, não existe um padrão de procedimentos a ser aplicado a qualquer objeto. A análise é dependente do que se pesquisa, e por isso é fundamental levar em conta as exigências colocadas pelo próprio objeto em sua particularidade e, assim, adequar a investigação de acordo. Em Marx não há um método enquanto manual de procedimentos para a pesquisa, mas sua perspectiva nos lega, antes, uma orientação metodológica, um norte pautado pela prioridade do objeto, por sua investigação imanente e pela articulação entre as relações sociais que o determinam.

Esclarecemos, em consonância com a tradição crítica, que a concepção materialista aqui adotada não exclui as ideias e os discursos como forças motrizes da realidade. As ideias, assim como as teorias, convertem-se em forças materiais quando apropriadas por indivíduos em sua prática. Articuladas em formas de consciência, as ideias permitem que os sujeitos interpretem o mundo e projetem nele suas formas de ação prática.

Embora as concepções ideais originem-se da prática material, nas relações que moldam a produção da vida elas possuem especificidades próprias. A consciência não se configura como um reflexo automático das relações de produção, mas sim como um reflexo mediado por essas relações e pelas formas de consciência pré-existentes. Nesse sentido, as “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas” constituem, entre as “formas ideológicas”, eixos de forças pelos quais os indivíduos tomam consciência dos conflitos e contradições que moldam a realidade social ao seu redor, orientando sua posição e ação diante deles (Marx, 1982, p. 25).

Essas formulações de ideias não se restringem ao imaginário. Elas ganham vida social ao serem exteriorizadas de forma prática, por meio da ação e da linguagem. Esta última “tão antiga quanto a consciência – ela é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo” (Marx; Engels, 2007, p. 34).

Com isso, enfatizamos que os campos da linguagem, do discurso e da comunicação são elementos constitutivos e essenciais dos fenômenos sociais. Não há, portanto, contradição em adotar

uma perspectiva materialista para a análise dos fenômenos ideais. Ao contrário, a tradição marxiana e marxista¹⁷ possibilitou-nos examinar os fenômenos relativos à linguagem e a construção de significados em sua conexão com a produção social em geral. Isso porque a produção do ideal também integra a reprodução da sociedade enquanto totalidade.

Assim, não é possível analisar o real sem compreender, também, as formas como os enunciados incidem sobre ele, qual o papel da linguagem e da produção comunicacional no interior desta formação social específica. Ao mesmo tempo, é impossível analisar qualquer conjunto de discursos apenas a partir de si mesmos, sem conectá-los de algum modo com a totalidade na qual estão inseridos.

E o que é o jornalismo se não um processo circunscrito de forma inerente pela produção e reprodução de enunciados no contexto do modo de produção capitalista?

A produção de ideias, discursos, da prática comunicacional e do jornalismo são parte constitutiva da reprodução social e da reprodução social especificamente capitalista, e sua compreensão é necessária para apreender as metamorfoses deste modo social, bem como as formas de perpetuação da dominação. Figaro (2008) apresenta contribuições teórico-metodológicas neste sentido ao introduzir a abordagem do binômio comunicação e trabalho, entendendo ambos de maneira ontológica como atividades intrínsecas ao homem em seu processo de socialização, mas também atualizando-os frente às dimensões perpassadas pelo modo de produção. Comunicação e trabalho, aqui, não são pensados de forma instrumentalizada, mas em sua interface relacional, que produz o ser social na medida em que produz a si mesmos, e que toma formas particulares e específicas com a ascensão do capitalismo.

Nessa perspectiva, pretendemos contribuir com a tradição do pensamento crítico na medida em que compreendemos o fenômeno da produção comunicacional como um dos eixos motores da vida social. Se as ideias da classe dominante são, também, as ideias dominantes, isso não se dá por força pura das ideias em si mesmas: “a classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao

¹⁷ Ao falarmos em marxismo, referimo-nos ao sistema de pensamento que parte de Karl Marx, e desenvolve-se por outras e outros autores a partir dele. Já o termo marxiano é adotado para referir-se especificamente às obras de Marx.

mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual” (Marx; Engels, 2007, p. 47).

A dominação ideal é dependente de um suporte material que a transforme em força material, social. Nossa contribuição se coloca no sentido de dar continuidade a essa noção fundamental. Trata-se do esforço de sair de um nível de análise válido, mas geral e abstrato, e investigar formas reais, determinadas, por meio das quais esse fenômeno alcança concretude no cotidiano da sociedade contemporânea. É esse olhar que nos permite entender a investigação do jornalismo e da filantropia como parte de processos que perpassam e reproduzem particularmente a sociabilidade capitalista. Propomos, em última análise, uma teorização sobre a sociedade burguesa. Esta que, por sua vez, se fabrica em uma aparência instituída por ideologias dominantes, demanda um mergulho em sua essência na busca pelo fenômeno real.

Neste capítulo, compartilhamos o curso exploratório da investigação em busca do fenômeno real, traçado a partir do sistemático desvelar de métodos e instrumentos que melhor nos ajudam a responder as questões primordiais exteriorizadas na medida em que o próprio objeto se revela. Assim, colocamos luz aos aspectos definidores do objeto na seção 4.1. Seguimos com a exposição dos multimétodos e técnicas que, simultaneamente, germinaram da e na investigação, sendo eles: o mapeamento de informações *online* (seção 4.2), a verificação e análise de dados e informações a partir dos bancos de dados de projetos financiados pelas fundações estudadas (seção 4.3) e os depoimentos de caráter institucional coletados em entrevistas qualitativas junto a representantes de fundações e de instituições favorecidas por doações (seção 4.4). Encerramos, na seção 4.5, com uma discussão analítica sobre os achados de pesquisa que devem ser considerados para os próximos capítulos.

4.1. Objeto de investigação

Nosso objeto, empírico e de conhecimento, é analisado a partir de uma dimensão comunicativa (França, 2016) sob o paradigma da crítica da economia política. Para apresentá-lo em maior profundidade, navegamos pela trajetória de construção do conceito de arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia (seção 4.1.1), pela metodologia adotada para a sua identificação e a atualização de alguns dados importantes para a presente tese (seção 4.1.2). Damos então

continuidade com a apresentação da forma como os arranjos de jornalistas encontram o modelo sem fins lucrativos (seção 4.1.3) e chegamos finalmente ao seu financiamento (seção 4.1.4).

4.1.1. Conceituação dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia

Quando pensamos na escala da mídia hegemônica em termos de poder econômico, político e influência sociocultural, o recorte de investigação na pequena parcela de mídias digitais independentes e alternativas pode parecer diminuto. Afinal, a despeito da utopia da sonhada horizontalidade das redes, o território comunicacional *online* segue sendo conduzido por um complexo industrial formado por poucas e poderosas corporações de mídia e tecnologia. Uma de nossas tarefas, portanto, é a de justificar a relevância do objeto perante a realidade jornalística contemporânea.

O jornalismo produzido fora do circuito tradicional conforma um fenômeno de difícil análise e sistematização por sua própria natureza fluida. De um lado, temos a grande mídia que, desde o surgimento da prensa, materializa o embate de classes e de posições ideológicas, sempre e de forma conveniente posicionada lado a lado aos poderes instituídos. Do outro, o que temos é um movimento histórico de disputa por narrativa, recursos e audiência representados por veículos menores, com um amplo espectro de abordagens editoriais e formas organizativas.

Apesar da categorização teórica e epistemológica da grande mídia não ser uma tarefa fácil, em especial agora com a digitalização dos meios de comunicação, alguns indicadores econômicos, como a escala de distribuição e a maior capacidade financeira, e deontológicos, como as práticas que tradicionalmente demarcam o campo do jornalismo, foram comumente atribuídos para sua determinação e a conformação de suas características.

Já a conceituação das demais formas de mídia jornalística não tradicionais irrompe como um desafio na medida em que nem mesmo características comuns são identificadas em distintas abordagens (Peruzzo, 2009; Silva, 2019; Harlow; Salaverría, 2016). Não apenas pelo fato de o fenômeno representar uma multiplicidade de práticas, como também pelas contrastivas compreensões que resultam em distintas nomenclaturas e conceitos – alternativo, independente, local, popular, comunitário, contra hegemônico, entre outros. Suas diferenciações não são apenas

detalhes, mas retratam realidades, ideologias e trajetórias históricas singulares (Peruzzo, 2009). Ainda, cada uma destas conceituações ressoa distintamente em cada país, região ou continente, tendo em vista por exemplo que “as ideias ocidentais¹⁸ sobre o que é considerado jornalismo cidadão parecem muito diferentes em países onde as pessoas comuns não têm acesso básico à eletricidade, muito menos a um aparelho de televisão ou a um computador.” (Bailey; Cammaerts; Carpentier, p. 10, 2008, tradução nossa).

Algumas destas definições enfatizam a forma e o conteúdo jornalístico produzido, analisando distintas perspectivas editoriais, outras dão luz aos aspectos relativos às condições de produção e trabalho lidas em contraste aos modelos predominantemente instituídos.

A trajetória de pesquisa nos levou a perceber que estas conceituações também são problematizadas pelos próprios jornalistas em suas vivências práticas, algumas delas representando forte aderência ou divergência de posicionamentos políticos e ideológicos. A adjetivação *alternativo*, utilizada por nós no conceito de arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia, encontra pouca ou nenhuma identificação dentre as iniciativas por nós investigadas. Muitos jornalistas, inclusive, reagem categoricamente contrários à denominação.

Na tradição do jornalismo, a palavra *alternativo* remete a uma construção simbólica situada historicamente em contraposição às normas hegemonicamente instituídas, que mistificam e idealizam a hipotética neutralidade e imparcialidade discursiva, política e ideológica da imprensa. Ana Flávia Marques da Silva (2019) discorre em profundidade sobre os significados tradicionais da comunicação e jornalismo alternativo, apontando não apenas para a polissemia do conceito, como também para as distintas práticas históricas associadas a ele.

Em nossa definição e classificação teórica, a terminologia foi adotada em contraste ao modelo econômico dominante. Uma alternativa econômica é uma escapatória a um modelo estabelecido, como revelado no estudo aprofundado sobre as estruturas destas iniciativas jornalísticas (Fígaro, 2018). Muitas são informais ou pouco formalizadas, os contratos de trabalho são inexistentes ou frágeis e a sustentação financeira é o principal desafio em sua maioria.

¹⁸ *Western*, no original, remete a uma visão hegemônica, tanto teórica quanto recorrente no senso comum em países do Norte Global, que considera o *western world* apenas as regiões da América do Norte, Europa e Oceania.

Summer Harlow e Ramón Salaverría (2016) tensionam a forma como as tecnologias digitais estão mudando o olhar social para quem é considerado jornalista ou o que é considerada uma produção jornalística. Identificar, portanto, uma

mídia nativa digital, alternativa, independente e crítica na América Latina [...] requer começar com uma visão ampla de “alternativa” e “mídia” para não excluir potenciais plataformas de notícias que à primeira vista poderiam ter sido eliminadas por ficarem fora das conceitualizações tradicionais (Harlow, Salaverría, p. 1003, 2016, tradução nossa).

Dentre as múltiplas abordagens para classificar estes conceitos, algumas até competem entre si. Olga Bailey, Bart Cammaerts e Nico Carpentier (2008) expressam algumas categorias, realçando a forma como a mídia alternativa pode ser: i) colocada em contraposição à mídia *mainstream*; ii) relativa à cidadania política e engajamento cívico; iii) uma forma de autorrepresentação comunitária; iv) adotada na defesa de causas e; v) no combate às relações de autoridade e controle. Já para Harlow (2022), diferentemente do contexto teórico e histórico do Norte Global analisado pelos autores, as iniciativas alternativas na América Latina têm um recorte majoritariamente identificado i) de contraposição a práticas dominantes ou mesmo imperialistas (Alonso, 2019 apud Harlow, 2022); ii) de construção de uma nova hegemonia (Matta, 1986 apud Harlow, 2022) e/ou iii) mirando em uma reconstrução política (Vinelli; Rodríguez Esperón, 2004 apud Harlow, 2022).

Mesmo este cenário apontado por Harlow (2022) tratando da particularidade latina, ele não representa em totalidade a realidade dos arranjos brasileiros. Ao contrário, parte deles não levanta bandeiras políticas e não adota discursos institucionais ou jornalísticos de contraposição ideológica a normas hegemonicamente instituídas. É por isso que a noção de *alternativo* é polissêmica e, em nosso caso, é empregada como representação da contraposição econômica, e não editorial, à grande mídia.

Assim, muitas são as tentativas teóricas para demarcar uma padronização que se encaixe em cada um dos conceitos de jornalismo alternativo, independente e outros, e para buscar explicar este fenômeno de crescimento de uma mídia não-*mainstream* encontrado, em maior ou menor grau, em todo o mundo. Mas, em nossa visão, são melhor representativas da realidade as abordagens que entendem que há uma hibridização entre alternativo e mídia hegemônica, já que não pode haver uma existência efetivamente *fora do sistema*. Toda iniciativa que foge aos padrões instituídos, seja de forma

intencional ou não, é incapaz de abandonar totalmente as práticas que resultam ou são diretamente determinadas pelas formas dominantes.

A ambiguidade no ‘grau de alternatividade’¹⁹ destas organizações de mídia não apenas levanta questionamentos sobre os seus rótulos (e se deveríamos aceitar a sua autodeclaração), mas, mais importante ainda, levanta também a questão de como a teoria dos meios de comunicação alternativos pode lidar com este tipo de organização (Hájek & Carpentier, p. 355, 2015, tradução nossa).

Assim, alinhados à hipótese de Harlow (2022), mas não sem ressalvas, entendemos que estas iniciativas noticiosas latino-americanas de caráter nativo digital não se enquadram nem unicamente na forma alternativa, nem na tradição formal do jornalismo. Ao contrário, nascem como um híbrido, dialética e dicotomicamente ao mesmo tempo alternativas e convencionais. E, como defendem Roman Hájek & Nico Carpentier (2015), não devemos tomar a sua autodeclaração como axioma sem maiores tensionamentos conceituais.

Nesse sentido, a falta de unificação, prática e terminológica, conduz justamente estas mídias a uma busca por autoidentificação. Tratando dos arranjos alternativos às corporações de mídia, são poucos os que não mencionam o jornalismo como marcador de seu trabalho (Figaro, 2018). Estes atribuem centralidade a palavras como mídia, produção de conteúdo, comunicação e outras, o que demanda inclusive uma reavaliação dos critérios para a sua inclusão como parte desta categoria, desafio que desde 2023 o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho busca enfrentar como parte de um projeto temático vinculado à FAPESP²⁰.

Para a grande maioria dos arranjos alternativos, contudo, a defesa do jornalismo aparece não apenas como uma bandeira, mas uma estratégia de reconhecimento e busca por legitimidade de seu trabalho. Essa busca, inclusive, manifesta-se de maneira particularmente relevante ao passo que a norma social instituída para o presumido jornalismo de qualidade é assumida como equivalente à grande imprensa, ainda mais em tempos de fabricação intencional de desinformação digital em escala, conveniente para os veículos tradicionais reforçarem seu lugar enquanto paladinos da notícia e da

¹⁹ *Alternativeness*, no original, remete a ideia de mensuração do quanto uma iniciativa é mais ou menos alternativa.

²⁰ Projeto “Datificação da atividade de comunicação e trabalho de arranjos de comunicadores: os embates com as determinações das empresas de plataformas” (Processo 22/05714-0) realizado a partir da chamada LinCAr – Abordagens inovadoras na pesquisa em Linguagem, Comunicações e/ou Artes – 2022.

verdade. O que encontramos na prática e no discurso dos profissionais em arranjos alternativos, por conseguinte, é um reforço a várias das práticas normativas do jornalismo - o respeito à ética, a verificação dos fatos, o pluralismo de fontes, não apenas para atenderem expectativas familiares à audiência, mas por serem fiéis a estas condutas.

Onde há, talvez, maior diversidade de perspectivas entre os distintos tipos de arranjos alternativos é na aproximação ou afastamento do reforço à neutralidade e imparcialidade, tendo em vista o amplo espectro de abordagens editoriais que vão do jornalismo opinativo, passando por tendências como o jornalismo baseado em dados, chegando às práticas mais diretamente ativistas, defensoras de causas ou mesmo promotoras de *advocacy*.

Nesta procura por reconhecimento, para além da validação pública da qualidade do trabalho realizado, também emerge a necessidade de construção de imagem e reputação enquanto marca, em um mercado que disputa audiência e recursos, e ainda é plataformizado. Este tema, que merece teses próprias a partir de ricas contribuições críticas que podem partir dos estudos de comunicação, marketing e publicidade, nos ajuda a navegar rapidamente pelos nichos que despontam no setor jornalístico, e que reagem a atravessamentos influenciados por todos estes aspectos - estruturais do mundo do trabalho e do capital, deontológicos do campo jornalísticos, e comunicacionais relativos às demandas de mercado.

Deparamo-nos, então, com algumas classificações que valem menção. Na onda, e não coincidentemente, ao fenômeno em ascensão descrito nos Estados Unidos e observado na Europa, há os destaques para o jornalismo investigativo e o jornalismo sem fins lucrativos. No caso do marcador *investigativo*, há o reforço resultante da operação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Abraji, no qual podemos citar enunciados da Repórter Brasil (11), Agência Pública (12), O Joio e o Trigo (13) e Amazônia Real (14).

(11) Suas reportagens, **investigações jornalísticas**, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de pessoas (*Website* da Repórter Brasil).

(12) Fundada em 2011 por repórteres mulheres, a Pública é a **primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos** do Brasil (*Website* da Agência Pública).

(13) O Joio e o Trigo: **Jornalismo investigativo** sobre alimentação, saúde e poder (*Website* d'O Joio e o Trigo).

(14) A Amazônia Real é uma **agência de jornalismo independente e investigativo** que dá visibilidade às populações e questões da região amazônica (*Website* da Amazônia Real).

E especificamente no recorte de nosso objeto particular, como será aprofundado adiante, é majoritário o posicionamento que demarca a atividade sem fins lucrativos. A exemplo, destacamos a Marco Zero Conteúdo (15), Agência Mural de Jornalismo das Periferias (16), Ponte Jornalismo (17) e Gênero e Número (18).

(15) A Marco Zero Conteúdo é uma **organização da sociedade civil, sem fins lucrativos**, que tem por objetivo qualificar o debate público promovendo o jornalismo investigativo e independente (*Website* da Marco Zero Conteúdo).

(16) **Agência** Mural de Jornalismo das Periferias é uma **organização sem fins lucrativos** que tem como missão ampliar a representatividade de comunidades periféricas na mídia brasileira (*Website* da Agência Mural).

(17) A Ponte Jornalismo é uma **organização sem fins lucrativos** criada para ampliar o debate sobre os direitos humanos por meio do jornalismo (*Website* da Ponte Jornalismo).

(18) A Gênero e Número é uma **associação** que produz e distribui jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade (*Website* da Gênero e Número).

Ainda, alguns arranjos apresentam-se como uma agência de jornalismo, a exemplo da Agência Mural (16), Agência Pública (12), Amazônia Real (14) e Alma Preta (19).

(19) A Alma Preta é uma **agência de notícias e comunicação** especializada na temática étnico-racial no Brasil (*Website* da Alma Preta).

A independência, considerada uma marca jornalística para indicar compromisso público, liberdade editorial sem amarras políticas e financeiras, aparece com frequência. Conceito importado da tradição liberal e hegemônica do jornalismo, é encontrado tanto na mídia tradicional quanto fora dela. É, provavelmente, a terminologia mais comum para referir-se a estas novas iniciativas, amplamente assumida tanto prática quanto teoricamente. Sarah Anne Ganter e Fernando Oliveira Paulino (2020) adotam o conceito de jornalismo digital independente brasileiro para tratar do fenômeno de *ongoing institutionalization* (institucionalização em andamento, tradução nossa) e

crescimento deste formato, equivalente aos arranjos de jornalistas. Para os autores, este tipo de jornalismo é caracterizado pelo objetivo comum de democratização da mídia e ampliação de vozes em relação à representação hegemônica, mesmo em sua ampla diversidade.

A institucionalização em andamento vai ao encontro de nossa hipótese sobre a reconfiguração do ambiente do jornalismo digital – “a institucionalização é um processo contínuo, que entendemos como o estabelecimento de um conjunto de valores, ideias e regras na sociedade através de mudanças no ecossistema noticioso (Ganter; Paulino, 2020, p. 2, tradução nossa). Em virtude da fragilidade desses novos veículos de mídia, de sua constante modificação e instabilidade, consideramos que o fenômeno representa um movimento cujo fim é indeterminado, como se sua plena estruturação fosse inalcançável tendo em vista a sua própria natureza. Estar situado às margens dos processos dominantes de produção do jornalismo relega a estas novas iniciativas uma contínua incompletude, já que a referência instituída é um modelo homogêneo inalcançável em termos de forma, e recusado em termos de conteúdo.

Outro aspecto de destaque é que a institucionalização ocorre em conjunto a partir da formação de redes relacionais entre as diferentes iniciativas jornalísticas e conjuntamente a outros setores da sociedade, e se institui no que os autores denominam ecossistema de notícias. Estas redes são representadas pela interação entre as diferentes iniciativas, o que pode ocorrer em espaços formais (como as associações de jornalismo) e informais, e pelo contato com outros segmentos que atravessam ou são atravessados por este trabalho, no qual são apontados, entre outros exemplos, os financiadores e as empresas de plataforma.

Figura 3: Tipologia de redes de jornalismo independente digital brasileiro



Fonte: Adaptado de Ganter e Paulino (2020), tradução nossa.

Os autores defendem que enquanto algumas interações nas redes são problemáticas, outras tem caráter propositivo em direção ao fortalecimento do trabalho coletivo e, apesar de não negarem que parte destas se configuram em relações de dependência, optam por trabalhar com o conceito de ‘dependência positiva’ – “uma situação em que a dependência de vários colaboradores e parceiros existe, mas a diversidade de conexões distribui dependências e poder entre diferentes detentores de recursos” (Ganter; Paulino, 2020, p. 12, tradução nossa).

Destacamos nosso interesse particular nas redes de poder, de profissionais, de apoio financeiro e de aprimoramento tecnológico e nossa divergência conceitual está no fato de que, para nós, a institucionalização em andamento é definida por processos exteriores que fogem ao controle dos agentes envolvidos, e que formatam este processo e seus modos de funcionamento, tendo raiz calcada, entre outros fatores, na crise estrutural e na plataformização do trabalho e da vida social. E, nesse sentido, a dependência dos financiadores e das tecnologias representa uma manifestação que não deve ser lida como uma externalidade do movimento de institucionalização, mas sim uma de suas causas, e capaz de determinar, ao menos parcialmente, as suas formas.

A leitura de que estas relações podem significar uma dependência positiva atribui um caráter mistificado e idealizado que potencialmente apaga as contradições e implicações destas relações. Apaga também os diferentes níveis de dependência ao colocar em pé de igualdade as diferentes redes, como as de apoio financeiro e voluntárias. As plataformas e as fundações privadas são assumidas, nessa leitura, meramente como parte integrante da engrenagem deste ‘ecossistema’, no qual as relações de poder não são tomadas como decisivas para o seu funcionamento.

Assim, a proposta de Ganter e Paulino apresenta insumos para atualizarmos percepções acerca da realidade e complexidade dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia, não obstante encaminhamos o debate a partir de tensionamentos que reconhecem mais contradições e conflitos neste intermédio.

4.1.2. Identificação dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia

Para a melhor compreensão da manifestação que dá sentido ao conceito de arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia, retomamos o caminho percorrido para a identificação do objeto em sua realidade. Inúmeras perguntas de pesquisa permearam este processo (Figaro, 2018), tais quais: a) quais aspectos constituem um arranjo econômico alternativo e quais os seus diferenciais? b) este jornalismo tem caráter exclusivamente progressista, ou veículos conservadores também se enquadram no fenômeno? c) Como aparecem as diferenças entre alternativo, independente, popular e as outras nomenclaturas do campo? Nosso objetivo, desde 2016²¹, foi identificar categorias de análise que pudessem apontar aspectos comuns entre as diferentes iniciativas jornalísticas, de modo a validar a proposta e garantir sua sustentação na realidade concreta.

Reconhecer que diversas destas perguntas não têm respostas cristalinas é importante para alcançar o fenômeno em sua complexidade e instabilidade, que nos parece intrínseca à sua existência vulnerável perante o contexto de crise e de rápidas modificações tecnológicas, por vezes inalcançáveis no tempo ágil dos produtores de conteúdo jornalístico. Com base neste entendimento, o primeiro

²¹ Data de início da investigação do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho acerca do universo dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia (Figaro, 2018).

passo metodológico foi tomar a pesquisa exploratória como o melhor caminho para a construção do objeto, pois permite maior flexibilidade nas formas de construção teórica e coleta de dados.

O objetivo central foi identificar elementos suficientes para garantir a composição de uma amostra, partindo do levantamento já existente e realizado pela Agência Pública no Mapa do Jornalismo Independente, que tem como critério de inclusão iniciativas que produzem jornalismo independente e nasceram no ambiente digital. A listagem da Pública foi analisada para identificar critérios em comum entre o mapa e a nossa definição de arranjos alternativos, chegando-se, assim, a uma quantidade mais restrita. Além destes, utilizou-se o método *snowball*²² para expandir a amostra, a partir de indicações de outros pesquisadores, outros veículos e buscas na internet.

Foram catalogados 170 arranjos no país e 10 endereços internacionais, com informações levantadas a princípio apenas nos *websites* e perfis em redes sociais – em especial o Twitter e o Facebook.

Figura 4: Mapa de arranjos econômicos alternativos por região



Fonte: Figaro, 2018.

²² “os primeiros participantes contatados na aplicação da pesquisa são as “sementes”, que devem ter conhecimento da sua localidade, do fato acontecido ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo (a “semente”) indicará outra(s) pessoa(s) de seu relacionamento (ou de seu conhecimento) para que também participe(m) da amostra, esses são os “filhos” das “sementes”. Para que se tenha uma amostra considerável, deve-se selecionar um número inicial de pessoas (de “sementes”), que, referencialmente, devem exercer certa liderança no espaço a ser estudado, conhecer muitos membros da localidade e que esses sejam de diversificados ramos de formação e atuação.” (Baldin; Munhoz, 2011, p. 333)

Buscamos, preferencialmente, a descrição nas áreas *quem somos e/ou sobre*, que propiciaram o agrupamento em novos conjuntos de informações como tipo de atuação autodeclarada, formas de sustentação, atividades complementares, fontes de financiamento, status jurídico – este último comparado com informações da receita federal a partir do CNPJ, quando existente. Neste momento, identificamos cadastros de microempresas, de microempreendedores individuais e de associações privadas sem fins lucrativos.

Para a análise, definimos que a percepção sobre o tipo de atuação – jornalística ou não – e sobre o critério de alternativo e/ou independente partiria da autodeclaração destas iniciativas. Tendo em vista a multiplicidade de perspectivas, tanto para a definição teórica do que se considera o fazer jornalístico, quanto para a definição do que é uma produção jornalística alternativa/independente, o critério de autodeclaração se revelou uma possibilidade de saída para o encaminhamento da pesquisa empírica, pois parte de uma compreensão que advém do próprio objeto e que pode ser, posteriormente, comparada com teorias e conceitos preexistentes como exploramos no tópico anterior.

Optamos por fazer um recorte de investigação em profundidade de 70 iniciativas identificadas na região de São Paulo. Averiguamos que destas, quase 50% (33) não se declaram alternativas nem independentes e 64% (46) identificam-se como jornalistas.

A catalogação destes primeiros dados e sua análise, correlacionada à discussão teórica sobre a prática jornalística e sobre os campos do jornalismo independente e alternativo, permitiu a divisão da amostra em núcleos e subnúcleos temáticos com base em marcadores jornalísticos. Toda a construção e reconstrução metodológica apoiou o melhor entendimento do fenômeno, assim como o refinamento do conceito.

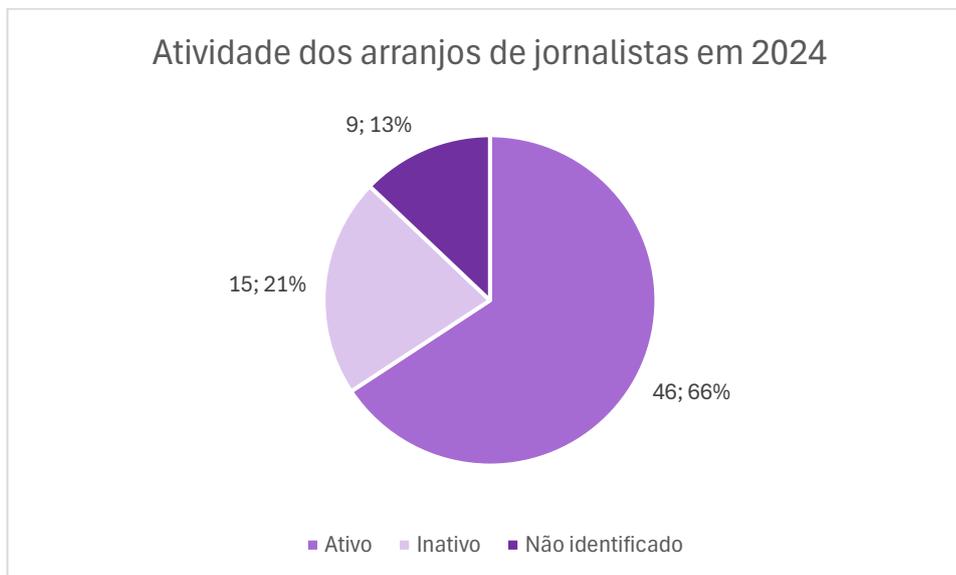
Tabela 6: Núcleos de arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia

NÚCLEOS		ARRANJOS JORNALÍSTICOS
1	Alternativo/Independente + três categorias do fazer jornalístico	Agência Pública, Aos Fatos, AzMina, Calle2, Clichetes, Democratize, Desenrola e não me enrola, Fluxo, Gênero e Número, Independente, Jornalistas Livres, Megafonia, Mídia Ninja, Nexo, Opera Mundi, Periferia em Movimento, Poleiro, Ponte, Pressenza, Quatro V, Repórter Brasil, Vaidapé, Viomundo, Volt Data Lab, Vozes.
2	Alternativo/Independente + uma categoria do fazer jornalístico	Barão de Itararé, Correio da Cidadania, Mamilos, Outras Palavras, Puntero Izquierdo, Candeia, Central 3, CMI, Ciranda, Geledés, Ovelha Mag, Sounds Like Us, Think Olga, Revista Capitolina, Nós, mulheres da Periferia.
3	Uma categoria do fazer jornalístico / sem outra identificação	Agência Mural, Agência Plano, Cidades para pessoas, Conexão Planeta, Escola de Notícias, Envolverde, Farofafá, Justificando, Portal Aprendiz, Pimentaria, Mulher no cinema, Move that Jukebox, Mobilize, Migramundo, Mães de Peito, Las Abuelitas, Lado M.
4	Empreendedores/Inovadores + uma categoria do fazer jornalístico, apenas	É Nós, Formiga.me, Porvir, Projeto Draft, B9, 1 Papo Reto
5	Nada de jornalismo e nada de qualificativo da instituição	Azoofa, Futebol de campo, O Novelo, Oppina, Papo de Homem
6	Alternativo/Independente + nenhuma categoria do fazer jornalístico	Blogueiras Negras, Brasis

Fonte: Adaptado de Figaro (2018).

Com vistas ao avanço de nossa exploração para a presente tese, realizamos um novo mapeamento para identificar quais arranjos sobreviveram aos inúmeros desafios colocados para a sua manutenção, quais deles cresceram e se houve modificações significativas no que diz respeito a sua maior institucionalização. Para isso, empregamos um mapeamento em seus *websites* e perfis em plataformas de redes sociais, e uma busca ativa para verificar a existência de cadastro como pessoa jurídica (CNPJ) e qual sua categoria. Desse modo, averiguamos que, dentre os 70 arranjos estudados, 46 (66%) seguem ativos, 15 (21%) interromperam suas atividades e 9 (13%) não pudemos identificar, conforme sinaliza o Gráfico 1.

Gráfico 1: Atualização dos dados dos arranjos econômicos alternativos em 2024



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os 70, 28 (40%) estão formalmente instituídos e todos esses compõem o grupo dos 46 ativos. Vale esclarecer que não podemos afirmar que os demais não são formalmente instituídos, apenas não pudemos identificar, já que este dado é difuso e nem sempre é público. Uma rápida observação sobre esse aspecto indica que a formalidade jurídica e a maior estabilidade são aspectos correlacionáveis. Na Tabela 7 encontra-se a lista de arranjos ativos e os dados relativos à sua natureza jurídica.

Tabela 7: Arranjos econômicos alternativos ativos em 2024 e sua formalização jurídica

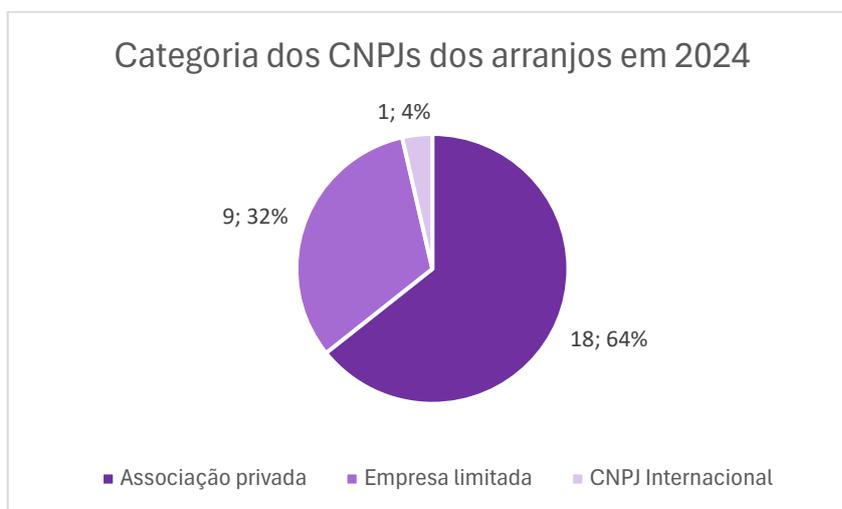
NOME FANTASIA	CNPJ	NATUREZA JURÍDICA
Agência Pública	Sim	Associação Privada
Aos Fatos	Sim	Sociedade limitada
Revista AzMina	Sim	Associação Privada
Calle2	Não identificado	Não identificado
Desenrola e não me enrola	Sim	Associação Privada
Associação Gênero e Número	Sim	Associação Privada
Jornalistas Livres	Não identificado	Não identificado
Mídia Ninja	Não identificado	Não identificado
Nexo	Sim	Sociedade limitada
Opera Mundi	Sim	Sociedade limitada
Periferia em Movimento	Sim	Associação Privada
Ponte	Sim	Associação Privada

Pressenza	Sim	Não identificado
Quatro V	Não identificado	Não identificado
Repórter Brasil	Sim	Associação Privada
Vaidapé	Não identificado	Não identificado
Viomundo	Não identificado	Não identificado
Data Lab	Sim	Associação Privada
Vozes das Periferias	Sim	Associação Privada
Barão de Itararé	Sim	Associação Privada
Correio da Cidadania	Sim	Associação Privada
Mamilos	Sim	Sociedade limitada
Outras Palavras	Sim	Sociedade limitada
Central 3	Sim	Sociedade limitada
Geledés	Sim	Associação Privada
Sounds Like Us	Não identificado	Não identificado
Think Olga	Sim	Associação Privada
Nós, Mulheres da Periferia	Sim	Sociedade limitada
Agência Mural	Sim	Associação Privada
Agência Plano	Não identificado	Não identificado
Conexão Planeta	Não identificado	Não identificado
Escola de Notícias	Sim	Associação Privada
Envolverde	Sim	Associação Privada
Farofafá	Não identificado	Não identificado
Mulher no cinema	Não identificado	Não identificado
Mobilize Brasil	Sim	Sociedade limitada
Migramundo	Não identificado	Não identificado
Mães de Peito	Não identificado	Não identificado
É Nós	Sim	Associação Privada
Formiga.me	Não identificado	Não identificado
Porvir	Sim	Associação Privada
Projeto Draft	Não identificado	Não identificado
B9	Sim	Sociedade limitada
1 Papo Reto	Não identificado	Não identificado
Papo de Homem	Não identificado	Não identificado
Blogueiras Negras	Não identificado	Não identificado

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os 28 arranjos formalmente instituídos, 18 (64%) são associações privadas sem fins lucrativos, 9 (32%) são empresas limitadas e 1 (4%) conta com CNPJ internacional (Gráfico 2).

Gráfico 2: Categoria dos CNPJs dos arranjos econômicos alternativos em 2024



Fonte: Elaboração própria.

Os dados indicam um aumento significativo do formato sem fins lucrativos. Em 2018 havia 10 associações e em 2024 temos quase o dobro (Tabela 8) – antes estas não eram formalizadas ou contavam apenas com registro de Microempreendedor Individual, MEI. Este é um importante elemento que nos ajuda a responder à nossa questão de pesquisa 2 (QP2), pois o processo de formalização sem fins lucrativos é um dos principais elementos que atesta a reconfiguração do jornalismo quando sujeita à influência filantrópica, conforme exemplificamos a partir do caso estadunidense no Capítulo 3.

Tabela 8: Formalização dos arranjos econômicos alternativos como pessoa jurídica comparada entre 2018 e 2024

CATEGORIA (CNPJ)	2018	2024
Empresa limitada (LTDA)	9	9
Empresa individual (MEI e EI)	9	-
Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI)	2	-
Empresa sem identificação	1	-
Associação privada	10	18
CNPJ Internacional	-	1
Não identificado	39	18
TOTAL DE ARRANJOS ATIVOS	70	46

Fonte: Elaboração própria.

Apesar da amostra da pesquisa não ter caráter representativo, estes são dados intrigantes para uma análise do fenômeno em maior escala. O estado de São Paulo conta com características particulares, mas a ampliação da investigação para outros territórios (Figaro; Nonato, 2021) como Minas Gerais, Santa Catarina, Amapá, Rio Grande do Norte e outros, apresenta indícios sobre a existência e expansão dos arranjos de jornalistas em nível nacional.

4.1.3. Associações sem fins lucrativos de comunicação e jornalismo no Brasil

A triangulação entre o associativismo sem fins lucrativos, a filantropia do terceiro setor e a comunicação/jornalismo, abordada no Capítulo 3 a partir da contextualização do cenário estadunidense, é objeto transversal de nossa atenção desde pesquisas anteriores (Camargo, 2018), e ganhou profundidade a partir dos dados coletados na pesquisa sobre os arranjos de jornalistas (Figaro, 2018) e na presente tese.

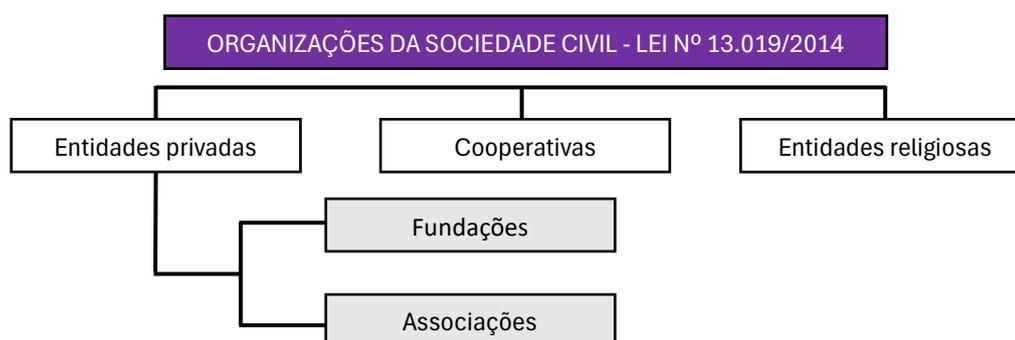
Para relembrar o contexto, vale esclarecer que o campo convencionalmente entendido como terceiro setor é majoritariamente representado por organizações sem fins lucrativos que no Brasil têm a natureza jurídica de associações privadas e retratam o imaginário popular do que é entendido como uma ONG, e pelas fundações filantrópicas. No caso das associações as nomenclaturas são muitas, estabelecidas por convenções sociais ou normas legais e jurídicas. Sua representação pode aparecer no formato de ONG, organização social, organização sem fins lucrativos, entre outras e, para Fontes (2020, p. 23), “essas designações descritivas têm pouca serventia para compreender o Fenômeno em toda a sua complexidade”.

As últimas décadas demarcam o crescimento da noção de que estas instituições são representativas da sociedade civil organizada, o que inclusive adquiriu caráter legal com a implementação há 10 anos da Lei nº 13.019/14 no Brasil, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Uma das justificativas para seu uso é a ideia de que a expressão não-governamental é insuficiente para abarcar todo o espectro de atuação destas entidades, o que abre espaço para a normalização do conceito de sociedade civil como sinônimo de ONG.

Vale relembrar que, conforme explicamos anteriormente, apesar da crescente anuência a este uso do conceito de sociedade civil, seja por profissionais ou acadêmicos, autores de vertente crítica

(Fontes, 2020; Martins, 2008; Violin, 2006) o problematizam como um equívoco, especialmente partindo da concepção de Gramsci sobre sociedade civil, e apontam uma apropriação indébita do conceito. Em sua visão, é arbitrária a redução da sociedade civil às associações de caráter privado, tomadas como representativas do coletivo da sociedade em uma visão idealizada, que apaga o conflito entre público e privado.

Figura 5: Estrutura das organizações da sociedade civil segundo a legislação brasileira



Fonte: Camargo, 2018.

O marco de 2014 abarca como organização da sociedade civil três categorias institucionais: as entidades privadas sem fins lucrativos, que englobam as fundações e associações; as cooperativas e as organizações religiosas dedicadas a atividades de interesse público e cunho social. Como já mencionamos, a referência dominante para este formato é importada dos Estados Unidos, cujo regimento está restrito à seção 501(c)(3) da Internal Revenue Service. Nela estão incluídas três categorias: i) *public charity* que se enquadram no modelo das nossas associações; ii) fundações privadas e; iii) *private operating foundation*, uma tipologia menos comum que opera como um híbrido entre instituições de caridade e fundações privadas.

Publicamos, em 2018, a dissertação de mestrado intitulada *A comunicação do "terceiro setor" como expressão do neoliberalismo: as práticas discursivas e os sentidos do trabalho em ONGs de comunicação* que abriu caminhos para o aprofundamento no fenômeno a partir do objetivo de “compreender como se expressam os sentidos de comunicação e trabalho em ONGs de comunicação - organizações sem fins lucrativos na qual a comunicação se destaca como o principal meio adotado em função de uma causa social” (Camargo, 2018, p. 33). Estas organizações contam com atividades variadas, dentre elas o jornalismo, a educomunicação, o audiovisual, orientadas pela lógica de projetos

e dependentes de financiamentos filantrópicos. Ambas as categorias de ONGs de comunicação e arranjos de jornalistas não apenas têm muito em comum, como efetivamente representam o mesmo grupo quando tratamos de arranjos organizados no formato sem fins lucrativos.

Interessou-nos mapear como se dão os sentidos de comunicação e trabalho nestes espaços; conhecer mais sobre como certas formações discursivas, tanto no âmbito da comunicação institucional das ONGs quanto nos enunciados dos trabalhadores, desvelam sentidos ideológicos; como o contexto sócio histórico específico do campo sem fins lucrativos afeta a visão sobre o trabalho e suas rotinas; e se em alguma medida essas organizações oferecem alternativas às propostas de organização do trabalho vigentes no modelo hegemônico.

Um questionamento inicial que mobilizou o estudo são os motivos que levam a institucionalização sem fins lucrativos, discussão que se revelou norteadora também para esta tese, e que fica mais clara ao longo das discussões aqui propostas. A burocratização das relações de organização social no formato de pessoa jurídica é parte intrínseca do Estado de direito, o que inviabiliza em muitas medidas o reconhecimento da legitimidade de grupos não institucionalizados, como coletivos e movimentos sociais. O formato sem fins lucrativos revela-se como saída para essa institucionalização, e os motivos para isso são diversos e apontam, como já discutido anteriormente, para a privatização da questão social e mercantilização da luta social. E, para além da forma jurídica, este registro também conta com marcadores históricos e sociais que influenciam e são influenciados pelo que estas entidades representam na dinâmica cultural, econômica e política local e internacionalmente.

Alguns conceitos relevantes foram mobilizados para a análise do objeto, com centralidade para uma premissa importante: o fenômeno do terceiro setor – tanto em sua prática quanto em sua majoritária abordagem teórica – é dialético, carregado de contradições. Não raro o terceiro setor é tratado como um bloco homogêneo e coeso cuja função exclusiva é a defesa do bem comum. As linhas conflituosas entre interesse público e privado são obscurecidas ou, pior, são assumidas como polos opostos claramente demarcados, ignorando-se a complexidade e polissemia do próprio conceito de público.

O primeiro passo, portanto, foi o de desconstrução do conceito, que demanda a negação da premissa de uma sociedade segmentada em setores. O reconhecimento do terceiro setor exige assumir

o primeiro setor como a representação do Estado e o segundo das instituições do mercado, em uma fragmentação da realidade social que promove a ilusória dicotomia entre o público e o privado, e de forma contraditória, o posicionamento das entidades sem fins lucrativos em um espectro separado destes dois. Do ponto de vista jurídico-legal, inclusive, esta distinção tampouco se sustenta, já que as associações são instituições de caráter privado, o que implica um contrassenso ao próprio conceito desde sua origem.

Este conceito não está deslocado da realidade, mas constitui práticas sociais determinadas por processos reificados da sociedade capitalista. O que identificamos na empiria é a concreta atribuição de papéis às instituições de cada um destes setores conforme a sua representação, sendo ao terceiro setor imputada a função de promoção de uma série de aspectos positivados em defesa do bem-estar social, e que não deixam vir à tona questões de classe que resultam do papel da propriedade privada na composição das desigualdades.

Dentre os principais achados do estudo, foi atestada a multiplicidade de discursos subsumidos, em maior ou menor grau, à lógica neoliberal de responsabilização do indivíduo. Desde organizações gerenciadas por empresários, até aquelas próximas a universidades ou de base comunitária/periférica, reproduzem em suas narrativas oficiais ou mesmo na fala dos trabalhadores, discursos que flertam com o liberalismo, revelando a ambiguidade dos sentidos quando atribuídos à noção da questão social. Não identificamos práticas de trabalho orientadas por perspectivas transformadoras das bases produtivas ou mais diretamente anticapitalistas, ao contrário, a precarização e o trabalho excessivo são recorrentes, mesmo porque o financiamento das organizações é diretamente dependente do capital privado.

As retóricas do empreendedorismo, da criatividade, da autonomia e do protagonismo se evidenciam como primordiais ao serem representativas dos interesses dominantes, mas se revelam mascaradas em enunciados supostamente emancipatórios.

os discursos hegemônicos se perpetuam de forma sutilmente construída por meio do uso de referências comuns como parte da *confluência perversa*, no qual o deciframento dos reais interesses torna-se verdadeiramente custoso, em especial para os próprios agentes da “sociedade civil organizada”, que muitas vezes não percebem a dissemelhança de sentidos destes vocábulos, quando empregado à serviço da lógica dominante, por lhes serem tão familiares (Camargo, 2018, p. 149).

Os resultados desta investigação apresentam elementos para melhor situar a ambientação dos arranjos de jornalistas organizados no formato de associação sem fins lucrativos, como seguiremos apresentando adiante.

4.1.4. Financiamento dos arranjos econômicos alternativos

Ambas as pesquisas junto aos arranjos de jornalistas (Figaro, 2018) e às ONGs de comunicação (Camargo, 2018) apontaram para a existência de múltiplas fontes de recursos aos quais essas iniciativas recorrem, tais como as doações advindas de editais públicos e privados, o *crowdfunding*²³, os anúncios, as assinaturas, e os investimentos provenientes de empresas de plataforma e das fundações filantrópicas privadas.

Com a investigação sobre as estruturas de financiamento nestas iniciativas, e seu impacto no trabalho produtivo, notamos alguns pontos de destaque: i) as inúmeras fontes possíveis não garantem a efetividade do financiamento, de tal forma que muitas iniciativas padecem de falta de recursos; ii) as fontes de financiamento privadas e editais são compartilhadas com a mídia tradicional, que também adere, cada vez mais, a este formato; iii) a importação do modelo de captação de recursos por doações, já amplamente instituído no terceiro setor, corrobora com a hipótese (Camargo, 2018) - de que se forma um novo campo onde a comunicação passa a ser tratada como uma questão social (Yazbek, 2018; Montaña, 2002; Netto, 2018).

Em ambas as pesquisas, deparamo-nos com a evidente contradição entre a circulação de interesses do grande capital representados pelas fundações privadas, e o vínculo intrinsecamente estabelecido com as iniciativas alternativas por meio dos contratos de financiamento.

É neste cenário que a escolha teórica para esta tese foi por promover uma costura entre as possibilidades ofertadas pela linha crítica ao fenômeno da filantropia e do terceiro setor e o universo da comunicação, tanto enquanto objeto quanto campo teórico. A imbricação entre comunicação e trabalho em um binômio teórico-metodológico permite navegar em distintos objetos de pesquisa que, mesmo em sua variedade, revelam como pontos comuns o efeito identificado a partir das

²³ Estratégia de financiamento coletivo em plataformas de redes digitais.

condições de produção e de relações de comunicação na realidade social. Assim, em seguida serão apresentados os métodos e técnicas que colaboram para essa composição.

4.2. Mapeamento *online*

Nosso primeiro método em destaque, iniciado de forma estruturada em 2019²⁴, mas que de certa forma evolui gradativamente das pesquisas anteriores, é o mapeamento *online*, configurado na procura digital de dados e informações com o apoio de buscadores. Para isso, utilizamos palavras-chaves que nos levaram aos *sites* de notícias e perfis de redes sociais dos arranjos jornalísticos, aos *sites* institucionais das fundações filantrópicas, aos portais do Google News Initiative e Meta Journalism Project, aos *sites* institucionais de associações como a Ajor e a Abraji, a documentos, guias, manuais, pesquisas e relatórios públicos de todas estas organizações e a notícias que abordam informações relativas ao objeto. Também recorreremos ao Foundation Maps, uma ferramenta de busca global de financiamento filantrópico criada pela organização sem fins lucrativos estadunidense Candid.

Este grande e inicial mapeamento, de caráter exploratório, apresentou os primeiros indícios acerca das relações de financiamento. Nosso ímpeto, neste momento, foi de identificar aspectos como: se é possível distinguir quais fundações, corporações e outras instituições estão financiando o jornalismo alternativo; se há financiadores que aparecem com maior recorrência; se é possível apontar quais arranjos jornalísticos recebem financiamento e se há disparidades entre eles; como (e se) ambos, financiadores e jornalistas, expressam publicamente as relações de financiamento. Vale lembrar que parte destas questões vinham sendo levantadas desde o início dos estudos sobre os arranjos jornalísticos em 2016, e que tanto algumas dúvidas quanto algumas respostas remetem aos métodos anteriormente aplicados, dentre eles as próprias entrevistas previamente realizadas junto a integrantes das iniciativas (Figaro, 2018).

²⁴ Durante a construção do projeto preparatório para ingresso no Programa de Pós-Graduação.

4.2.1. Identificação dos financiadores

Como resultado inaugural deste processo, atestamos que o primeiro e mais visivelmente identificável indício do estabelecimento de relações – financeiras ou não – entre arranjos jornalísticos e entidades filantrópicas é a declaração pública no *site* do veículo, por meio de exposição de logomarca ou esclarecimento em texto. Essa informação pode estar explícita na *homepage*, área nobre de um *website* por contar com maior destaque e visibilidade em potencial, ou em páginas internas, tais quais as áreas *quem somos*, *transparência* ou similares. Conquanto, não há um padrão de apresentação destes vínculos, e nem sempre eles são públicos.

Com este recurso pudemos atestar quais são as filantropias internacionais com maior recorrência em diversos arranjos e outras instituições jornalísticas, como as associações de classe e eventos dedicados ao tema. Foram elas, em maior grau a Open Society Foundations e a Ford do lado das fundações, e o Google News Initiative representando as empresas de plataforma. Em seguida, em menor escala, mas ainda bastante significativo ao setor, representando as fundações, a Luminate e a Oak Foundation, e o Meta Journalism Project representando as plataformas. Por fim, com o encaminhamento da pesquisa, notamos a entrada da Fundação Heinrich Böll no setor, assim como os primeiros investimentos realizados diretamente pelo International Fund for Public Interest Media, IFPIM, que anteriormente – ao menos até onde pudemos verificar – investia de forma indireta por intermédio das fundações.

Com essas informações em mãos, partimos ao banco de dados da plataforma Foundations Map. A partir do uso da palavra-chave *jornalismo* e a delimitação temporal entre os anos de 2013 e 2023, identificamos que, efetivamente, a Ford Foundation, a Oak Foundation e a Foundation to Promote Open Society (que integra a Open Society Foundations) figuram entre as três maiores financiadoras de jornalismo no Brasil.

Assim, partindo do recorte da investigação dedicado às fundações internacionais, as demais etapas são circunscritas às cinco fundações destacadas, enquanto as discussões acerca do financiamento advindo de plataformas ou outras instituições, como as filantrópicas nacionais, fundos internacionais e outros, aparecem tangencialmente durante as análises e discussões – pois

seguem relevantes para a compreensão do objeto e a busca por respostas às questões de pesquisa QP1 e QP2.

Situamos, brevemente, características das cinco fundações estudadas pertinentes ao melhor entendimento do objeto. Tais informações foram coletadas majoritariamente durante o mapeamento *online* e eventualmente complementadas com esclarecimentos obtidos por meio de depoimentos institucionais que serão descritos adiante.

Open Society Foundations

Fundada pelo conhecido bilionário húngaro-americano George Soros em 1979, a Open Society Foundations, OSF, investiu US\$21 bilhões desde a sua inauguração, sendo que destes, US\$1,3 bilhões representam os dados mais recentes de 2022. De acordo com reportagens da imprensa internacional datadas de junho de 2023, Soros estava em processo de transferência da gestão de seu império financeiro e de caridade ao seu filho Alexander Soros. A fortuna de Soros foi estimada, em janeiro de 2024, em US\$6,4 bilhões pela Forbes. A OSF é uma organização guarda-chuva que abriga várias instituições e marcas e, por isso, seu nome é descrito no plural *foundations*.

Ao longo dos anos desta investigação, observamos mudanças sistemáticas nos padrões de financiamento e distribuição de linhas programáticas da fundação, informação que foi corroborada em depoimento informal de integrante da instituição, que sinalizou uma recente mudança na estruturação das doações. Quando realizamos os primeiros registros em 2020, identificamos a existência de onze programas temáticos, sendo que um deles era dedicado exclusivamente ao jornalismo, com investimento de US\$23 milhões naquele ano e, também, um dedicado a disseminação de informação em contextos digitais, com o investimento de US\$27 milhões.

Em 2024, contudo, os onze programas foram reorganizados em quatro grandes temas, sendo: justiça climática, equidade, justiça e expressão (tradução nossa). Este último abarca três subtemas, sendo um deles intitulado jornalismo independente.

- (20) Orgulhamo-nos de estar entre os financiadores de iniciativas midiáticas e organizações que expuseram repetidamente a corrupção política e a prevaricação profundamente enraizadas. Apoiamos a procura de novos modelos de investimento e financiamento nos meios de comunicação que preservem a independência editorial. E trabalhamos com grupos em todo

o mundo que ajudam a proteger jornalistas contra ameaças de violência e intimidação legal (*Website* da Open Society Foundations).

A atuação da fundação na América Latina teve início nos anos 1990, quando estabeleceu escritórios locais no Brasil, na Colômbia e no México. No ano de 2020, dos US\$1,1 bilhão investidos, US\$80 milhões foram direcionados para a região, representando cerca de 7% do total. Dessas alocações, 10% dizem respeito a temas como informação, direitos digitais e jornalismo. Destaca-se que o tema de práticas democráticas recebeu a maior parcela de atenção, representando 32% do montante total investido. É relevante ressaltar que o ano de 2020 marcou o início da pandemia de Covid-19, que concentrou os recursos de muitos financiadores, incluindo a OSF.

Ford Foundation

Fundada em 1936 por Edsel Bryant Ford, filho de Henry Ford, investiu US\$715 milhões em 2022 em 1.470 projetos, com uma média de US\$250 mil por doação. Entre 2006 e 2024 a fundação registrou publicamente o investimento em 28.118 projetos vinculados a 8.019 entidades, o que indica que as mesmas entidades podem ter recebido doações mais de uma vez. É apontada em inúmeros *rankings* como uma das maiores fundações do mundo e, de acordo com informações da plataforma Foundations Map, é uma das fundações internacionais que mais aporta recursos no Brasil.

Nos últimos anos deste estudo, assim como no caso observado da Open Society, também notamos alterações na estrutura organizativa das linhas de financiamento. Atualmente, a fundação conta com nove programas temáticos e nenhum dedicado especificamente para o jornalismo ou para a comunicação.

São listados onze territórios de atuação da fundação, entre países e/ou grupos de países. Com exceção dos Estados Unidos, os demais territórios são compostos por países em desenvolvimento. O Brasil aparece em destaque como um território próprio. Na América Latina ainda consta a Região Andina e em outro grupo, juntos, México e América Central.

A Ford Foundation inaugurou sua atuação no Brasil em 1962 com reiteradas alterações de rotas no que diz respeito às suas estratégias de incidência, a depender das modificações políticas e socioculturais vivenciadas no país. Atualmente, destaca que “tem se concentrado em abordar

desigualdades nas áreas de direitos humanos, justiça racial, direitos de propriedade de terra, recursos naturais e mídia e liberdade de expressão.” (*Website* da Ford Foundation, tradução nossa), distribuídos em três programas: engajamento cívico e governo; justiça de gênero, racial e étnica e; recursos naturais e mudanças climáticas (tradução nossa).

Atualmente, conta com uma sede no Brasil, com 6 pessoas fixas alocadas no Rio de Janeiro (dado de 2022 extraídos do *website* oficial).

Luminate

Fundada em 2004 por Pierre Omidyar, idealizador da *big tech* Ebay, e sua esposa Pam Omidyar, a Luminate é uma das marcas pertencentes ao Omidyar Group, que representa a união de diversas marcas inauguradas pelo casal com foco em geração de impacto social, seja com ou sem fins lucrativos. Outras iniciativas do Omidyar Group são o Democracy Fund, Humanity United e o Hope Lab. Segundo o balanço fiscal da fundação²⁵, foram destinados para doações quase US\$35 milhões em 2022 - uma escala significativamente menor do que as duas anteriores.

As regiões de atuação estão segmentadas, segundo o *website*, da seguinte forma: Global, África, Europa Central e Oriental, América Latina, Sudeste da Ásia, Estados Unidos e Europa Ocidental. Todavia, em depoimento formal, um representante esclareceu que a fundação redirecionou sua estratégia majoritariamente para os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com a justificativa de maior necessidade destes por recursos financeiros.

Em 2022, as linhas de investimento da Luminate foram redesenhadas, o que foi confirmado pelo informante. Até então, havia quatro programas, sendo: empoderamento cívico; dados e direitos digitais; transparência financeira e mídia independente. Hoje, os programas foram reduzidos para dois: ecossistemas de informações e participação e dissenso. O primeiro mira o jornalismo independente, e é descrito como:

- (21) Construimos e apoiamos ecossistemas de informação saudáveis, onde a informação que molda os pontos de vista das pessoas é mais precisa, independente e inclusiva. Queremos que o debate público seja mais informado e menos polarizado. Apoiamos o jornalismo

²⁵ Disponível em: <https://www.luminategroup.com/storage/1873/2022-Luminate-Foundation-Final-FS-with-Opinion.pdf>

investigativo, o combate à disseminação de desinformação, a proteção da liberdade de expressão e a responsabilização das plataformas digitais (*Website* da Luminare).

A Luminare conta com escritório no Brasil, que também atende demandas de outros países da América Latina.

Oak Foundation

A primeira da nossa lista de fundações a contar com sua sede situada fora dos Estados Unidos, a Oak Foundation foi inaugurada em 1983 com recursos advindos dos negócios de Alan Parker, bilionário inglês que fez sua fortuna com a construção das lojas Duty Free. Sua sede administrativa é em Genebra, na Suíça, com escritórios em cinco outros países: Dinamarca, Índia, Reino Unido, Estados Unidos e Zimbábue.

Suas áreas temáticas são distribuídas em sete programas globais e quatro programas nacionais, sendo eles Brasil, Dinamarca, Índia e Zimbábue. O foco prioritário da fundação foram historicamente os projetos de caráter ambiental, tendo sido expandidos para outras áreas como moradia, direitos humanos e prevenção ao abuso sexual infantil. No programa Brasil há três frentes de atuação, sendo uma delas o combate à desinformação e à polarização, o que justifica um dos interesses da fundação na temática de jornalismo independente. Os demais programas são dedicados à revisão da política de drogas e à mitigação de problemas relacionados ao uso da terra.

Até recentemente o portal institucional da Oak não contava com um banco de dados público, mas em 2023 ele foi lançado e observamos que as atualizações acerca das doações estão sendo incluídas gradativamente.

Em 2022, programa dedicado ao Brasil realizou 12 doações totalizando US\$4.43 milhões, mas, vale destacar, em depoimento institucional formal, um representante explicou que há também recursos dos programas temáticos globais, como por exemplo meio ambiente, que também são enviados para projetos brasileiros, o que aumenta o montante total investido no país. A fundação conta ainda com escritório no Brasil.

O jornalismo ou a comunicação em outros formatos não aparecem como áreas de atuação. Um informante oficial nos explicou que a Oak não tem interesse em financiar nem a comunicação

enquanto uma causa, nem projetos de caráter audiovisual devidos aos seus altos custos. Assim, quando perguntado o motivo de financiarem projetos jornalísticos no Brasil, foi nos explicado que estes são vistos como potencializadores para o fortalecimento das demais causas, como a democracia e os direitos dos indígenas.

Fundação Heinrich Böll

Com as características mais distintas em relação às fundações anteriores, particularmente quando comparada às estadunidenses, a Fundação Heinrich Böll é uma organização política vinculada ao Partido Verde alemão, e nasceu oficialmente em 1996 com a fusão de fundações estatais e federais existentes desde a década de 1980 no país. Pautas culturalmente progressistas como o movimento feminista, a democracia de gênero e o combate à discriminação sexual foram consideradas prioridades pela fundação em sua inauguração.

Sua distribuição programática é ampla. Democracia, direitos humanos, justiça socioambiental, gênero, política internacional e tecnopolítica são destacados como *temas em foco*, e há uma lista incontável de subtemas de interesse, desde agricultura até segurança pública. Assim como no caso da Oak Foundation, o jornalismo ou a comunicação não são consideradas áreas de atuação direta, mas também são compreendidos como transversais, segundo depoimento institucional de representantes, na medida em que agem como multiplicadores das causas e pautas defendidas pelos beneficiários de seus projetos.

A Heinrich Böll atua há 21 anos no Brasil e conta com um escritório no Rio de Janeiro. Suas informações financeiras não estão disponíveis publicamente, não havendo um banco de dados de projetos financiados em seu *website*. Assim, é a única dentre as cinco fundações cuja análise com cruzamentos entre projetos financiados e valores não foi realizada. Por esse motivo também não conhecemos a escala de tamanho de seus investimentos globais e locais, podemos apenas inferir que seja considerada uma instituição de menor porte quando comparada às estadunidenses Open Society Foundations e Ford Foundation devido analogias realizadas por seus representantes durante os depoimentos.

4.3. Banco de dados

O mapeamento *online* nos levou aos bancos de dados públicos das fundações filantrópicas – quando existentes, e seu cruzamento junto à plataforma Foundations Map. Desde o início da investigação estes bancos sofreram inúmeras modificações em suas estruturas e em relação à quantidade de dados disponíveis. Vale destacar que ainda não há, no Brasil, pesquisa publicada com evidências concretas sobre a quantidade de recursos filantrópicos mobilizados anualmente no setor do jornalismo independente e alternativo.

O banco de dados das doações ou *grants database*, no original em inglês, pode ser encontrado até a data de publicação desta tese nos portais da Ford Foundation, Open Society Foundations, Luminate e Oak Foundation. A Fundação Heinrich Böll não conta com um banco de dados público, apenas uma lista de parceiros no qual podem ser identificados algumas das instituições favorecidas.

Todas as informações dos bancos de dados são publicadas em inglês, sem exceção, e não podemos verificar se os projetos devem ser submetidos em inglês, ou se são traduzidos para publicação no banco global. A barreira de linguagem representa, de antemão, uma restrição de acesso a recursos internacionais. Instituições com equipe habilitada para articular negociações e prospecções em idiomas estrangeiros potencialmente já contam com maior estruturação do que a grande maioria das iniciativas sem fins lucrativos do país.

Os bancos de dados disponibilizam informações em maior ou menor grau, mas, em geral, os aspectos que conseguimos extrair em todos eles são: nome do favorecido; programa temático ou linha de financiamento; ano²⁶ e descrição do projeto. Eles contemplam projetos de todos os temas, vinculados a distintos programas e linhas de financiamento. Nosso desafio, portanto, diz respeito ao estabelecimento de critérios para a inclusão de determinado projeto na amostra. Se, em um primeiro momento, o mapeamento de informações estava restrito aos arranjos alternativos, a trajetória da investigação nos levou a compreensão de que há em curso um processo de reconfiguração do ambiente jornalístico digital, no qual o financiamento filantrópico exerce papel crucial, e que indica a função de outros agentes nesse entremeio – a exemplo dos intermediários conforme aponta

²⁶ Informações em relação ao ano são difusas em cada banco de dados. Alguns remetem ao início do projeto, outros ao fim, outros remetem a data de aprovação do contrato e muitos não informam a que especificamente o ano se refere.

Papaevangelou (2023). Outro exemplo que vale menção são as instituições de combate à desinformação digital, pois apesar de não atuarem com a produção noticiosa diretamente, agem sobre um dos principais aspectos que permeiam este campo. Estes outros agentes exercem atividades correlatas em uma articulação que se estabelece como uma malha de interrelações e, na mesma medida em que estes influenciam a produção do jornalismo, também se reconfiguram neste processo.

Por esse motivo, selecionamos na amostra as organizações que:

(A) atendem aos critérios de classificação dos arranjos alternativos às corporações de mídia segundo Figaro (2018);

(B) atendem aos critérios de intermediários da categoria (i) *associações jornalísticas* segundo Papaevangelou (2023);

(C) atuam direta ou indiretamente com jornalismo, notícia e informação por meio de campanhas, pesquisas e outros projetos, mas cujo foco principal de trabalho não é a produção de notícias.

Vale esclarecer que estas categorias são fluidas devido ao caráter plurifacetado de diversas das organizações estudadas. Muitas delas desenvolvem projetos jornalísticos e outros correlatos, como de educação, educomunicação, direitos humanos, combate à desinformação, defesa do direito à informação e à comunicação, entre outros. Conforme discutido por nós anteriormente (Camargo, 2018), tal pluralidade, tipicamente encontrada no segmento sem fins lucrativos, relaciona-se a incorporação de um funcionamento orientado por projetos com forte influência das lógicas de financiamento.

Assim, optamos pela realização de um rastreio manual, visto que além de nossos critérios particulares, os bancos de dados por vezes não contam com filtros temáticos, e nem toda fundação logra de linhas de financiamento específicas ao jornalismo. A busca foi empregada a partir da leitura das descrições dos projetos, da identificação das instituições já mapeadas em etapas anteriores e da checagem das linhas de financiamento.

Desconsideramos ao máximo os projetos de cunho comunicacional que não contém minimamente aspectos jornalísticos, como produtos audiovisuais de caráter cultural e de comunicação organizacional. Mantivemos projetos que abordam problemáticas de combate a desinformação em contextos digitais, mesmo quando não apresentam descrição diretamente

associada ao jornalismo, pois estão contemplados no mesmo universo temático conforme explicado acima. O recorte temporal final selecionado para análise foram os anos de 2020 a 2023, com variação de dados disponibilizados por ano em cada fundação.

4.3.1. Destaques dos bancos de dados

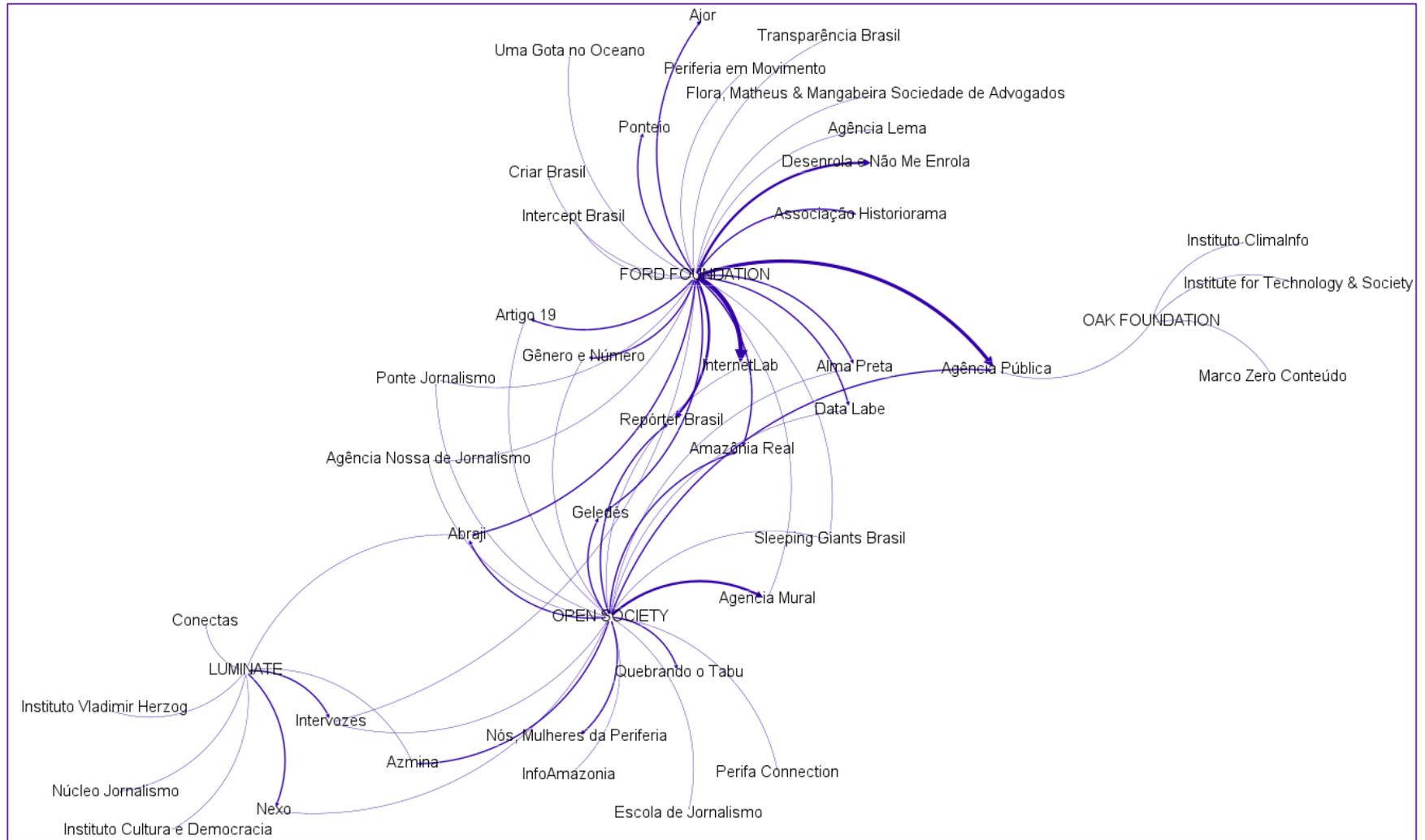
Conforme ilustra a Tabela 9, 40 organizações compõem a seleção final de favorecidos, totalizando 93 projetos. Os valores numéricos referem-se à quantidade de projetos identificados juntamente a cada fundação ao longo dos anos. 26 (65%) favorecidos atendem aos critérios de determinação dos arranjos alternativos às corporações de mídia (A), 2 (5%) – Abraji e Ajor entram como intermediários (B) e 12 (30%) integram a categoria (C) – as instituições em que o jornalismo e a informação são temas de atuação, mas não necessariamente são produtoras de notícias, como o Instituto Vladimir Herzog, o Intervezes e o Instituto de Tecnologia e Sociedade. Destacamos aqui também o Flora, Matheus & Mangabeira Advogados, incluído por contar com um projeto de defesa jurídica de jornalistas, e as instituições focadas em ações e campanhas sobre desinformação, como o InternetLab.

Tabela 9: Projetos de jornalismo digital vinculados a fundações categorizados por organização entre 2020 e 2023

INSTITUIÇÃO FAVORECIDA	CATEGORIA	FORD	OPEN S.	LUMINATE	OAK	TOTAL
Agência Pública	A	4	2		1	7
InternetLab	C	5	1			6
Abraji	B	2	2	1		5
Repórter Brasil	A	3	2			5
Agência Mural de Jornalismo das Periferias	A	1	3			4
Amazônia Real	A	2	2			4
Geledés	A	2	2			4
Intervozes	C	1	1	2		4
Alma Preta	A	2	1			3
Artigo 19	C	2	1			3
Azmina	A		2	1		3
Desenrola e Não Me Enrola	A	3				3
Gênero e Número	A	2	1			3
Nexo	A		1	2		3
Data Labe	A	2	1			3
Agência Nossa de Jornalismo	A	1	1			2
Ajor	B	2				2
Associação Historiorama	A	2				2
Nós, Mulheres da Periferia	A		2			2
Ponte Jornalismo	A	1	1			2
Ponteio Comunicação, Informação e Cultura	A	2				2
Quebrando o Tabu	A		2			2
Sleeping Giants Brasil	C	1	1			2
Agência Lema	C	1				1
Conectas	C			1		1
Criar Brasil	A	1				1
Escola de Jornalismo	A		1			1
Flora, Matheus & Mangabeira Advogados	C	1				1
InfoAmazonia	A		1			1
Instituto de Tecnologia e Sociedade	C				1	1
Instituto ClimaInfo	A				1	1
Instituto Cultura e Democracia	C			1		1
Instituto Vladimir Herzog	C			1		1
Intercept Brasil	A	1				1
Marco Zero Conteúdo	A				1	1
Núcleo Jornalismo	A			1		1
Perifa Connection	A		1			1
Periferia em Movimento	A	1				1
Transparência Brasil	C	1				1
Uma Gota no Oceano	C	1				1
Total Geral	-	47	32	10	4	93

Fonte: Elaboração própria

Figura 6: Grafo de interrelações de financiamento das fundações privadas

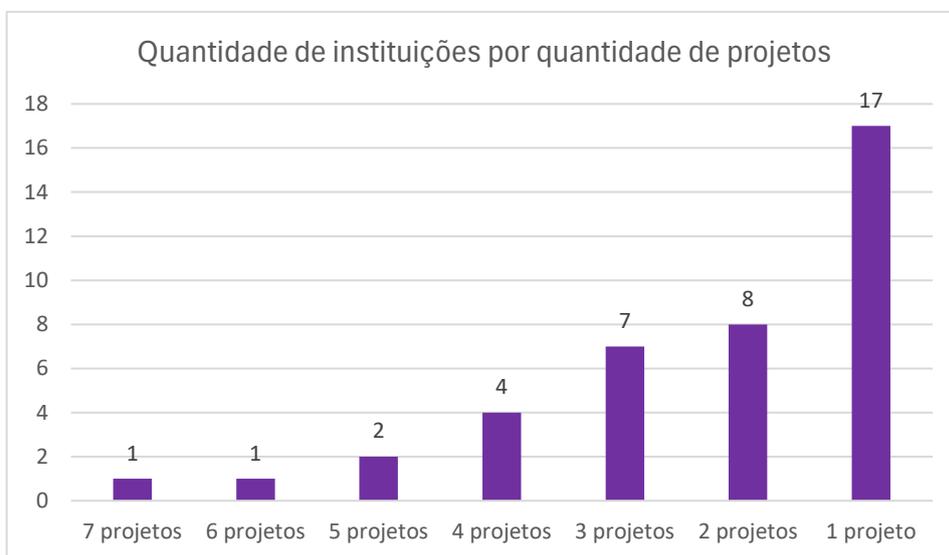


Fonte: Elaboração própria

A Figura 6, acima, ilustra a distribuição de financiamento, e a espessura das setas se modifica conforme aumenta a quantidade de projetos financiados por uma fundação a um mesmo favorecido, o que pode ser observado comparativamente à Tabela 9.

Dentre as 40 instituições favorecidas, 23 (57,5%) obtiveram financiamento mais de uma vez no período retratado, com um ou mais financiadores distintos, e 17 (42,5%) apenas uma vez (Gráfico 3). A Agência Pública obteve sete projetos, totalizando cerca de US\$1,3 milhões, conforme indica a Tabela 10. Em seguida o InternetLab conta com seis projetos que somam US\$1,2 milhões.

Gráfico 3: Quantidade de instituições por quantidade de projetos financiados entre 2020 e 2023



Fonte: Elaboração própria

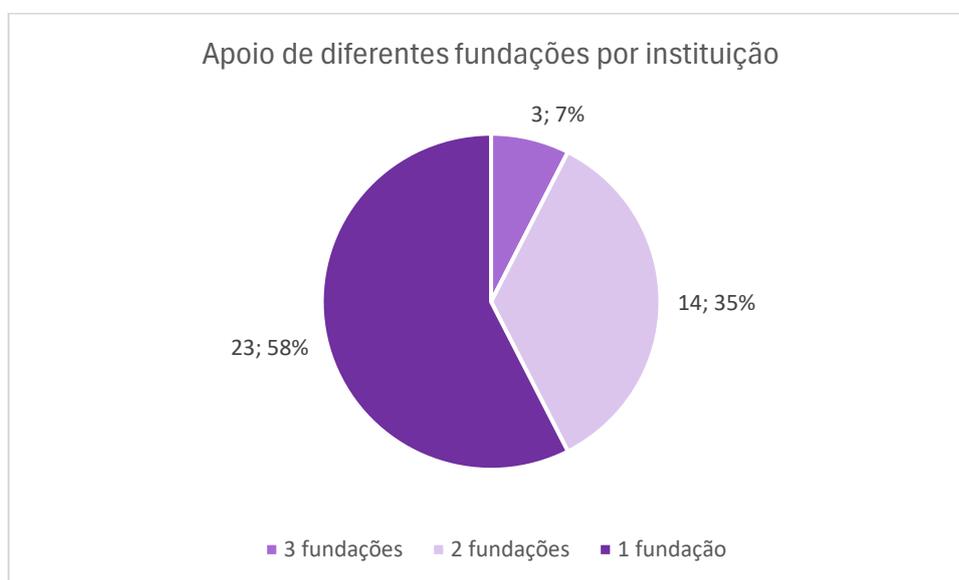
Conforme o Gráfico 4, 20 (50%) renovaram apoio ao menos uma vez com o mesmo financiador. E, segundo mostra o Gráfico 5, 3 (7%) instituições obtiveram patrocínio de três fundações distintas – a Agência Pública, a Abraji e o Intervozes, 14 (35%) de duas fundações distintas, e 23 (58%) de apenas uma fundação.

Gráfico 4: Quantidade de instituições que renovaram o apoio com o mesmo financiador entre 2020 e 2023



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5: Quantidade de instituições que receberam apoio de diferentes financiadores entre 2020 e 2023



Fonte: Elaboração própria

Há, portanto, um padrão de renovação dos contratos de financiamento entre favorecidos e fundações, identificados pela reincidência de determinadas instituições em diferentes anos. A partir

da descrição dos projetos, verifica-se que tais renovações representam a continuidade de projetos já existentes ou a criação de novos. Casos como da Agência Mural e Agência Pública indicam um aumento do valor investido, conforme Tabela 10.

Tabela 10: Valores investidos em projetos de jornalismo por fundações, categorizados por favorecidos entre 2020 e 2023

FAVORECIDO	FUNDAÇÃO	ANO	VALOR (US)	VALOR (US) TOTAL POR FAVORECIDO
Abraji	Luminate	2020	\$ 230.000,00	\$ 491.000,00
	Open Society Foundations	2021	\$ 100.000,00	
	Open Society Foundations	2020	\$ 5.500,00	
	Ford Foundation	2023	\$ 150.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 5.500,00	
Agência Lema	Ford Foundation	2022	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00
Agência Mural de Jornalismo das Periferias	Open Society Foundations	2022	\$ 500.000,00	\$ 805.000,00
	Open Society Foundations	2021	\$ 200.000,00	
	Open Society Foundations	2020	\$ 55.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 50.000,00	
Agência Nossa de Jornalismo	Open Society Foundations	2020	\$ 25.000,00	\$ 50.000,00
	Ford Foundation	2020	\$ 25.000,00	
Agência Pública	Open Society Foundations	2021	\$ 100.000,00	\$ 1.330.802,00
	Open Society Foundations	2020	\$ 27.000,00	
	Oak Foundation	2020	\$ 446.802,00	
	Ford Foundation	2023	\$ 400.000,00	
	Ford Foundation	2022	\$ 300.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 50.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 7.000,00	
Ajor	Ford Foundation	2023	\$ 30.000,00	\$ 130.000,00
	Ford Foundation	2022	\$ 100.000,00	
Alma Preta	Open Society Foundations	2021	\$ 250.000,00	\$ 475.000,00
	Ford Foundation	2023	\$ 75.000,00	
	Ford Foundation	2021	\$ 150.000,00	
Amazônia Real	Open Society Foundations	2022	\$ 50.000,00	\$ 900.000,00
	Open Society Foundations	2020	\$ 100.000,00	
	Ford Foundation	2023	\$ 250.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 500.000,00	

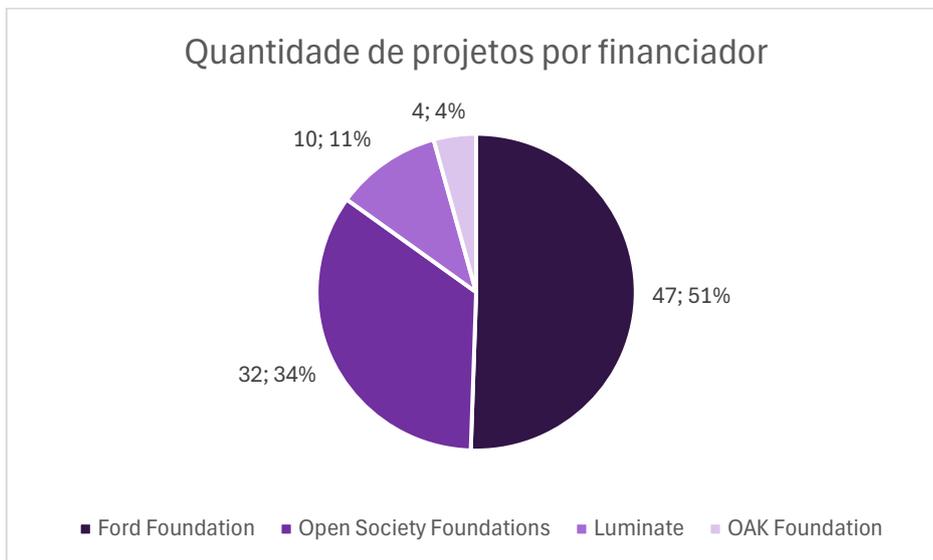
Artigo 19	Open Society Foundations	2021	\$ 400.000,00	\$ 1.100.000,00
	Ford Foundation	2023	\$ 350.000,00	
	Ford Foundation	2021	\$ 350.000,00	
Associação Historiorama	Ford Foundation	2022	\$ 25.000,00	\$ 50.000,00
	Ford Foundation	2020	\$ 25.000,00	
Azmina	Luminate	2023	\$ 406.000,00	\$ 502.147,00
	Open Society Foundations	2021	\$ 75.000,00	
	Open Society Foundations	2020	\$ 21.147,00	
Conectas	Luminate	2023	\$ 980.000,00	\$ 980.000,00
Criar Brasil	Ford Foundation	2022	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00
Data Labe	Ford Foundation	2023	\$ 200.000,00	\$ 707.000,00
	Open Society Foundations	2020	\$ 307.000,00	
	Ford Foundation	2021	\$ 200.000,00	
Desenrola e Não Me Enrola	Ford Foundation	2023	\$ 50.000,00	\$ 100.000,00
	Ford Foundation	2022	\$ 25.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 25.000,00	
Escola de Jornalismo	Open Society Foundations	2022	\$ 200.000,00	\$ 200.000,00
Flora, Matheus & Mangabeira Sociedade de Advogados	Ford Foundation	2023	\$ 50.000,00	\$ 50.000,00
Geledés	Open Society Foundations	2021	\$ 150.000,00	\$ 880.000,00
	Open Society Foundations	2020	\$ 150.000,00	
	Ford Foundation	2023	\$ 450.000,00	
	Ford Foundation	2021	\$ 300.000,00	
Gênero e Número	Open Society Foundations	2022	\$ 200.000,00	\$ 730.000,00
	Ford Foundation	2022	\$ 150.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 250.000,00	
	Open Society Foundations	2022	\$ 130.000,00	
Instituto de Tecnologia e Sociedade	Oak Foundation	2020	\$ 401.380,00	\$ 401.380,00
Instituto ClimaInfo	Oak Foundation	2020	\$ 500.000,00	\$ 500.000,00
Instituto Cultura e Democracia	Luminate	2022	\$ 210.000,00	\$ 210.000,00
Instituto Vladimir Herzog	Luminate	2020	\$ 200.000,00	\$ 200.000,00
Intercept Brasil	Ford Foundation	2022	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00
InternetLab	Open Society Foundations	2020	\$ 70.000,00	\$ 1.208.000,00
	Ford Foundation	2023	\$ 215.000,00	
	Ford Foundation	2023	\$ 53.000,00	
	Ford Foundation	2021	\$ 300.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 70.000,00	
	Ford Foundation	2020	\$ 500.000,00	
Intervozes	Luminate	2023	\$ 290.000,00	\$ 1.153.000,00
	Luminate	2020	\$ 110.000,00	
	Open Society Foundations	2021	\$ 338.000,00	
	Ford Foundation	2023	\$ 415.000,00	
Marco Zero Conteúdo	Oak Foundation	2021	\$ 433.354,00	\$ 433.354,00

Nexo	Luminate	2022	\$ 250.000,00	\$ 270.000,00
	Luminate	2021	Não reportado	
	Open Society Foundations	2021	\$ 20.000,00	
Nós, Mulheres da Periferia	Open Society Foundations	2022	\$ 100.000,00	\$135.000,00
	Open Society Foundations	2020	\$ 35.000,00	
Núcleo Jornalismo	Luminate	2023	\$ 190.000,00	\$ 190.000,00
Perifa Connection	Open Society Foundations	2020	\$ 18.000,00	\$ 18.000,00
Periferia em Movimento	Ford Foundation	2022	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00
Ponte Jornalismo	Open Society Foundations	2020	\$ 214.000,00	\$ 414.000,00
	Ford Foundation	2022	\$ 200.000,00	
Ponteio Comunicação, Informação e Cultura	Ford Foundation	2022	\$ 150.000,00	\$ 250.000,00
	Ford Foundation	2021	\$ 100.000,00	
Quebrando o Tabu	Open Society Foundations	2021	\$ 100.000,00	\$ 200.000,00
	Open Society Foundations	2020	\$ 100.000,00	
Repórter Brasil	Open Society Foundations	2021	\$ 60.000,00	\$ 870.000,00
	Open Society Foundations	2020	\$ 60.000,00	
	Ford Foundation	2023	\$ 250.000,00	
	Ford Foundation	2021	\$ 200.000,00	
	Ford Foundation	2021	\$ 300.000,00	
Sleeping Giants Brasil	Open Society Foundations	2022	\$ 400.000,00	\$ 500.000,00
	Ford Foundation	2023	\$ 100.000,00	
Transparência Brasil	Ford Foundation	2022	\$ 200.000,00	\$ 200.000,00
Uma Gota no Oceano	Ford Foundation	2022	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00

Fonte: Elaboração própria

Dentre os 93 projetos levantados, 47 (51%) provém da Ford, 32 (34%) da Open Society, 10 (11%) da Luminare e 4 (4%) da Oak (Gráfico 6).

Gráfico 6: Quantidade de projetos por financiador entre 2020 e 2023



Fonte: Elaboração própria

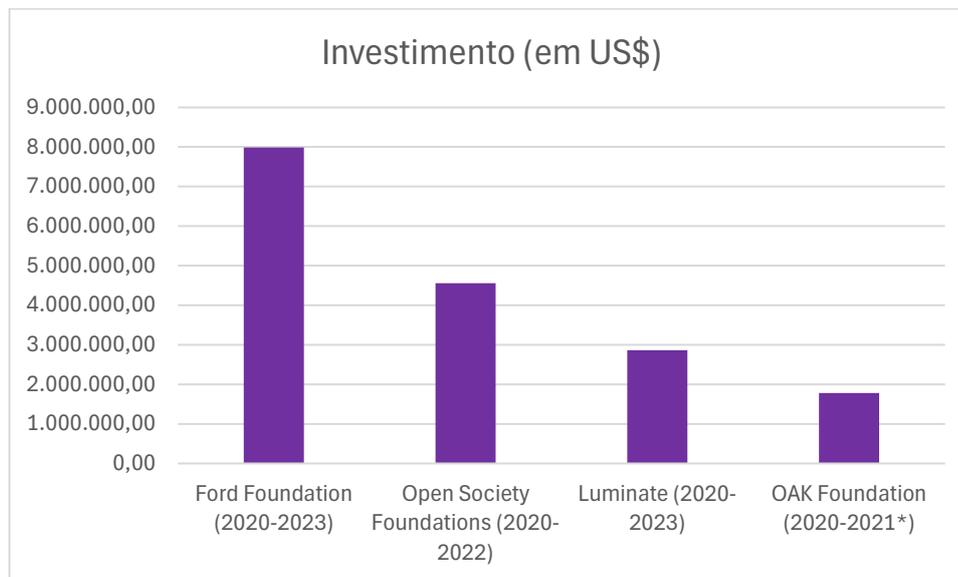
A Ford Foundation registrou o maior valor investido (Tabela 11 e Gráfico 7), todavia, vale esclarecer que seus dados são atualizados até o ano de 2023, enquanto o banco da Open Society, que figura em segundo lugar, apresenta os dados até 2022, o que justifica tamanha discrepância, já que ambas investem anualmente valores similares. Se tomarmos apenas o ano de 2022 como exemplo, verificamos que ambas investiram cerca de US\$1,5 milhões.

Tabela 11: Valores totais investidos por fundações em projetos de jornalismo digital entre 2020 e 2023

FUNDAÇÃO	INVESTIMENTO (EM US\$)
Ford Foundation (2020-2023)	\$ 7.985.500,00
Open Society Foundations (2020-2022)	\$ 4.560.647,00
Luminare (2020-2023)	\$ 2.866.000,00
Oak Foundation (2020-2021*)	\$ 1.781.536,00
TOTAL	\$ 17.193.683,00

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 7: Valores totais investidos por fundações em projetos de jornalismo digital entre 2020 e 2023



Fonte: Elaboração própria

Em seguida, detalhamos exemplos da descrição de projetos selecionados em cada uma das fundações. Adotamos um critério aleatório para expor projetos de caráter e valores variados ao longo dos anos. A Tabela 12 apresenta os dados da Ford, a Tabela 13 da Open Society, a Tabela 14 da Luminate e a Tabela 15 da Oak.

Tabela 12: Destaques de financiamento da Ford Foundation entre 2020 e 2023

MÍDIA	ANO	VALOR (US)	DESCRIÇÃO (TRADUÇÃO NOSSA)
Flora, Matheus & Mangabeira Sociedade de Advogados	2023	U\$ 50.000,00	Para a defesa legal de jornalistas ameaçados por assédio judicial que enfraquecem a liberdade de expressão.
Artigo 19	2023	U\$ 350.000,00	Apoio geral para promover a liberdade de expressão, o acesso à informação, os direitos digitais e a proteção dos defensores ambientais, jornalistas e comunicadores.
Intercept Brasil	2022	U\$ 100.000,00	Para o Intercept Brasil por reportar violações de direitos humanos, violência e justiça racial no Brasil.
Agência Lema	2022	U\$ 100.000,00	Rastrear, salvaguardar e disseminar informações sobre a agenda e políticas socioambientais no Brasil, aumentando a capacidade de jornalistas locais e subnacionais da Amazônia e outros atores.
Ajor	2022	U\$ 100.000,00	Promover a coordenação de redes entre uma ampla gama de grupos de jornalistas digitais e fortalecer a justiça racial e a diversidade regional no ecossistema do jornalismo digital.
Ponte Jornalismo	2022	U\$ 200.000,00	Apoio geral para ampliar o debate sobre direitos humanos através do jornalismo profissional independente e promover as vozes das comunidades desfavorecidas para melhorar a democracia no Brasil.
Agência Pública	2022	U\$ 300.000,00	Apoio geral para fomentar o jornalismo investigativo independente no Brasil.
Associação Periferia em Movimento	2022	U\$ 25.000,00	Ampliar a iniciativa coletiva Território da Notícia produzida por integrantes da Rede Jornalistas das Periferias de São Paulo (Alma Preta, Periferia em Movimento, Desenrola, Embarque no Direito/Historiorama).
Repórter Brasil	2021	U\$ 300.000,00	Apoio geral ao jornalismo investigativo de impacto que abrange os direitos fundiários, trabalhistas e socioambientais dos povos tradicionais.
Alma Preta	2021	U\$ 150.000,00	Produzir cobertura jornalística sobre segurança pública no Brasil
Agência Mural de Jornalismo das Periferias	2020	U\$ 50.000,00	Melhorar e ampliar a cobertura da Mural sobre o impacto da crise sanitária e econômica do COVID19 nas áreas desfavorecidas da grande São Paulo.
Abraji	2020	U\$ 5.500,00	Monitorar e divulgar o bloqueio de jornalistas nas redes sociais.
Amazônia Real	2020	U\$ 500.000,00	Apoio central ao fortalecimento da gestão e ao desenvolvimento institucional, e apoio a projetos de jornalismo investigativo com foco nos direitos indígenas, quilombolas e dos povos tradicionais, reforçando narrativas sobre seu papel na proteção das florestas.
InternetLab	2020	U\$ 500.000,00	Apoio geral à realização de pesquisas sobre desinformação, transparência algorítmica e tomada de decisões, e sobre como elas afetam as populações mais vulneráveis, com uma perspectiva regional e global.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13: Destaques de financiamento da Open Society Foundations entre 2020 e 2022*

MÍDIA	ANO	VALOR (US)	DESCRIÇÃO (TRADUÇÃO NOSSA)
Associação InfoAmazonia	2022	U\$ 130.000,00	Apoiar o trabalho do beneficiário na investigação de segurança cidadã na Amazônia
Gênero e Número	2022	U\$ 200.000,00	Apoiar o trabalho do Beneficiário sobre justiça de gênero no Brasil
Nós, Mulheres da Periferia	2022	U\$ 100.000,00	Apoiar o trabalho do beneficiário no jornalismo independente
Escola de Jornalismo	2022	U\$ 200.000,00	Para fornecer suporte geral
Alma Preta	2021	U\$ 250.000,00	Apoiar o trabalho do beneficiário sobre jornalismo independente e direitos humanos da população afro-brasileira
Artigo 19	2021	U\$ 400.000,00	Para fornecer suporte geral
Nexo	2021	U\$ 20.000,00	Para apoiar o trabalho do beneficiário no combate à discriminação racial
Quebrando o Tabu	2021	U\$ 100.000,00	Apoiar o trabalho do Beneficiário em campanhas de direitos humanos no Brasil
Repórter Brasil	2021	U\$ 60.000,00	Apoiar o trabalho do beneficiário em jornalismo investigativo sobre violações dos direitos humanos
Associação Azmina	2020	U\$ 21.147,00	Apoiar as reportagens investigativas feministas do beneficiário e divulgar notícias e materiais educacionais relacionados à igualdade de gênero
Agência Pública	2020	U\$ 27.000,00	Apoiar o jornalismo investigativo da Agência Pública sobre a desinformação em torno da crise da Covid-19
Ponte Jornalismo	2020	U\$ 214.000,00	Apoiar o trabalho da Ponte Jornalismo para defender os direitos humanos através do jornalismo independente, expandir suas reportagens sobre abusos de direitos humanos durante a crise da COVID-19 e apoiar o Festival FALA em Salvador 2021, organizado em colaboração com Alma Preta, Marco Zero e 1 Papo Reto.
Geledés	2020	U\$ 150.000,00	Para fornecer suporte geral

Fonte: Elaboração própria

(*) Até a data de publicação da presente tese a Open Society Foundations havia publicado dados apenas até o ano de 2022.

Tabela 14: Destaques de financiamento da Luminate entre 2020 e 2023

MÍDIA	ANO	VALOR (US)	DESCRIÇÃO (TRADUÇÃO NOSSA)
Associação Azmina	2023	U\$ 406.000,00	O investimento da Luminate na AzMina apoiará os seus principais projetos tecnológicos e o seu fortalecimento institucional para melhorar os processos políticos, estratégias, governança e gestão, proporcionando maior sustentabilidade às atividades da organização no longo prazo.
Intervezes	2023	U\$ 290.000,00	Este projeto apoiará a missão geral da Intervezes de promover um ecossistema informacional livre e diversificado no Brasil, especificamente apoiando sua capacidade de a) realizar projetos de pesquisa; b) implementar campanhas de envolvimento público e estratégias de <i>advocacy</i> tanto a nível nacional como internacional; c) realizar cursos de formação destinados a ativistas e organizações de base.
Núcleo Jornalismo	2023	U\$ 190.000,00	O financiamento será aplicado no desenvolvimento institucional (capacidade administrativa, de RH e comercial), na construção de comunidades e no aprimoramento da tecnologia e da inteligência artificial.
Instituto Cultura e Democracia	2022	U\$ 210.000,00	Este acordo de projeto buscará fortalecer o Desinformante como plataforma e iniciativas específicas conectadas que têm um papel complementar no monitoramento e responsabilização das plataformas de mídia social nas eleições de 2022 no Brasil e nos primeiros meses do novo governo.
Nexo	2022	U\$ 250.000,00	Nexo é uma premiada organização de mídia independente exclusivamente digital brasileira.
Nexo	2021	*Não reportado	Apoiar a Nexo, uma organização de mídia que produz jornalismo analítico e de dados, fornecendo conteúdo de alta qualidade a uma infinidade de públicos e, ao mesmo tempo, testando diferentes abordagens para o desenvolvimento de negócios.
Abraji	2020	U\$ 230.000,00	Apoiar a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji, instituição sem fins lucrativos composta e dirigida por jornalistas, dedicada a melhorar o jornalismo brasileiro e a defender a liberdade de expressão.
Instituto Vladimir Herzog	2020	U\$ 200.000,00	Apoiar o Instituto Vladimir Herzog (IVH), organização da sociedade civil brasileira fundada em 2010, que busca defender os valores da Democracia, dos Direitos Humanos e da Liberdade de Expressão.
Intervezes	2020	U\$ 110.000,00	Apoiar o Intervezes, organização da sociedade civil sem fins lucrativos criada em 2003 para garantir e melhorar o direito humano à comunicação, incluindo a liberdade de expressão e de procurar, receber e transmitir informações e ideias, a privacidade e a proteção de dados.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 15: Destaques de financiamento da Oak Foundation entre 2020 e 2021*

MÍDIA	ANO	VALOR (US)	DESCRIÇÃO (TRADUÇÃO NOSSA)
Marco Zero Conteúdo	2021	\$ 433.354,00	Fortalecer o jornalismo independente no Nordeste do Brasil e sua cobertura de violência, direitos humanos e direitos socioambientais.
Instituto de Tecnologia e Sociedade	2020	\$ 401.380,00	Combater a desinformação promovendo a alfabetização midiática e melhorando as regulamentações de plataformas baseadas na web no Brasil.
Agência Pública	2020	\$ 446.802,00	Apoiar a produção e divulgação de jornalismo investigativo independente e de alta qualidade com foco em direitos humanos no Brasil.
Instituto ClimaInfo	2020	\$ 500.000,00	Para melhorar a estratégia, mensagens e esforços de comunicação entre organizações da sociedade civil engajadas na sociedade civil ambiental no Brasil. Isso será feito trabalhando como agência de criação e como centro de conexão de organizações e líderes emergentes no país.

Fonte: Elaboração própria

(*) O banco de dados da Oak Foundation sofreu alteração e as datas de início dos projetos foram retiradas da informação pública. Por esse motivo temos registros apenas relativos aos anos de 2020 e 2021.

4.4. Depoimentos institucionais

Com os dados acerca dos projetos financiados em mãos, optamos por coletar depoimentos de caráter institucional, visando a complementariedade das informações, tanto junto a representantes das fundações quanto das instituições favorecidas. Este trabalho foi guiado a partir do método *snowball* ou bola de neve (Handcock; Gile, 2011), no qual os informantes abrem caminhos para o diálogo com novos contatos por meio de indicações, o que se revelou particularmente interessante em nosso caso, pois tais indicações apontam para a clara interrelação dos diferentes agentes.

Acessar estes públicos se revelou uma tarefa particularmente desafiadora. Encontramos dificuldades para identificar representantes específicos das instituições que desfrutam de conhecimentos acerca do tema abordado e, mesmo quando identificados, foi ainda necessário contar com a disponibilidade ou mesmo autorização para a participação. Há também instituições que seguem como diretriz o não envolvimento em projetos de pesquisas científicas, por serem abordadas com muita frequência ou outros motivos particulares. Vale ressaltar que, indubitavelmente, a

sensibilidade do tema abordado é um dos fatores primordiais para a dificuldade em acessarmos os informantes ou, mesmo quando acessados, de efetivamente extrair informações satisfatórias.

Diante deste cenário, deparamo-nos com distintas possibilidades de participação dos públicos na pesquisa. Por meio de depoimentos formais e gravados, com autorização para a divulgação do nome da instituição, e por meio de depoimentos informais, cujos valiosos relatos compõem o *corpus* como complementação, mas não foram registrados e, portanto, não são utilizados em análises. Optamos por não descartar estas informações coletadas em caráter informal, pois compreendemos que parte dos esclarecimentos mais relevantes potencialmente viria de forma extraoficial, novamente devido a delicadeza do tema em questão. Ressaltamos que em ambos os casos os nomes dos informantes são preservados, e referimo-nos a eles genericamente como “representantes”, “depoentes”, “informantes”, sem especificação de gênero.

No caso dos depoimentos formais, a técnica adotada para essa etapa foi a entrevista com roteiro semiestruturado, realizada virtualmente e gravada com o apoio da ferramenta Google Meet. As entrevistas têm duração de cerca de 1 hora cada. A seguir, apresentaremos detalhes da coleta para ambos os públicos – fundações e instituições favorecidas.

4.4.1. Depoimentos das fundações

Sabíamos que a coleta de depoimentos por parte de integrantes das fundações seria uma das etapas mais árduas. Todas as fundações estudadas contam com sedes internacionais e escritórios no Brasil e detectamos, ao longo da investigação, que os projetos executados no Brasil podem ser financiados diretamente pelas equipes locais ou por escritórios internacionais. Como os projetos de jornalismo, informação e comunicação não estão necessariamente concentrados em um programa unificado em cada fundação, e como os projetos podem estar ligados a outras linhas temáticas – como meio ambiente, por exemplo, cada um dos diferentes contratos de financiamento pode estar relacionado a diferentes departamentos e escritórios dentro de cada fundação.

Os principais instrumentos utilizados para acessar os representantes foram as informações de contato nos *websites* institucionais, a interação por meio da plataforma de rede social profissional LinkedIn, e as indicações por meio do *snowball*. Dessa forma, logramos acesso a depoimentos

institucionais formais da Oak Foundation, a partir de representante alocado no escritório de Londres, no Reino Unido, e de representantes locais da Luminare e da Fundação Heinrich Böll. Não obtivemos depoimentos formais da Open Society e da Ford.

O roteiro de perguntas semiestruturadas foi ordenado em blocos, cuja primeira parte conta com questões relativas à fundação de maneira ampla, como seu histórico, suas estratégias de investimento global, sua trajetória de atuação no Brasil e os motivos que levam ao financiamento de projetos no país. E, o segundo bloco, aborda questões específicas acerca do investimento em jornalismo independente e alternativo, tais quais: O que motivou a fundação a investir em projetos de jornalismo independente no Brasil? Que tipo de conteúdo informativo/jornalístico a fundação busca estimular? Como acontece o vínculo de financiamento, são abertos editais? São realizados convites? Quais os critérios de seleção? Quais são os aspectos diferenciais nos projetos de jornalismo que a fundação apoia? Quais são as métricas de resultados utilizadas? E, por fim, há parcerias com outras fundações que investem no mesmo tema?

4.4.2. Depoimentos das instituições favorecidas

Os depoimentos institucionais por parte dos favorecidos visam a complementação de informações, inclusive somadas a dados secundários colhidos a partir das demais pesquisas realizadas pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (Figaro, 2018; Camargo, 2018; Camargo *et al.*, 2023) que já haviam abordado o tema de financiamento em entrevistas junto aos arranjos de jornalistas. Assim, nossos dados primários contam com depoimentos formais da Associação de Jornalismo Digital, Ajour, e dos arranjos de jornalistas Marco Zero Conteúdo, Saiba Mais, Amazônia Real e O Joio e O Trigo.

Tabela 16: Detalhamento sobre o financiamento de instituições favorecidas que concederam depoimentos formais

FAVORECIDA	CATEGORIA	NATUREZA JURÍDICA	TIPO DE FINANCIAMENTO
Ajor	B	Associação privada	Banco de dados indica financiamento da Ford.
Marco Zero	A	Associação privada	Banco de dados indica financiamento da Oak.
Saiba Mais	A	Sociedade limitada	Banco de dados não indica financiamento.
Amazônia Real	A	Associação privada	Banco de dados indica financiamento da Ford e da Open Society.
O Joio e O Trigo	A	Associação privada	Banco de dados não indica financiamento.

Fonte: Elaboração própria

A Ajor conta com um projeto financiado pela Ford Foundation em 2022 no valor de US\$100 mil, com um acréscimo de US\$30 mil ao mesmo projeto em 2023, o que contabilizamos como dois projetos. É, ainda, a realizadora do Festival 3i – Jornalismo Inovador, Inspirador e Independente, que será abordado adiante, e que já contou com o apoio de outras fundações, como a Luminate e a Heinrich Böll, e recebeu patrocínio de ambas as empresas de plataforma Google e Meta. Vale destacar que a atual presidente do conselho da Ajor, Carolina Monteiro, é cofundadora da Marco Zero Conteúdo.

A Marco Zero, iniciativa jornalística com atuação focada em Recife, conta com um projeto financiado pela Oak no valor de US\$433 mil e, em 2023, foi uma das 10 selecionadas globalmente em edital do International Fund for Public Interest Media, IFPIM, juntamente ao Nexo no Brasil.

A agência Saiba Mais, com atuação no Rio Grande do Norte, não consta nos bancos de dados e integrou a categoria de depoimentos de instituições que nunca receberam financiamento, mas tem interesse.

A Amazônia Real, estabelecida em 2013 em Manaus, recebeu US\$750 mil da Ford, distribuídos em dois projetos, e US\$150 mil da Open Society também em dois projetos, segundo os bancos de dados. Ademais, a partir de informações coletadas em seu *website*, identificamos também o recebimento de recursos da Fundação Heinrich Böll para a cobertura das eleições de 2022, do Google News Initiative por meio do Fundo de Auxílio Emergencial ao Jornalismo para a cobertura de Covid-19 na região amazônica, e de outros financiadores.

O Joio e O Trigo, que atua na temática alimentar, não consta nos bancos de dados das fundações estudadas, todavia, identificamos em seu *website* que é financiado por outras instituições filantrópicas, dentre as quais destacamos o Instituto Clima e Sociedade, que atua como intermediário

de financiamentos internacionais e recebe recursos de outras instituições, dentre elas a Oak e a Open Society.

Assim, iniciamos o roteiro de perguntas semiestruturadas com questões gerais sobre a instituição, sua história e estrutura. Partimos então para as estratégias de busca por financiamento e quais são as principais fontes de recurso. A partir de então dividimos o questionário para estes dois perfis distintos: aqueles que já recebem financiamento e aqueles que não recebem.

Dentre as instituições que são ou já foram favorecidas por investimentos advindos da filantropia, questionamos: Como foi o processo de negociação para conseguir o aporte dos recursos? Qual o impacto na organização do trabalho, capacidade produtiva, contratação de pessoal e recursos materiais? Qual o impacto na qualidade do conteúdo jornalístico produzido? Como você avalia o processo de prestação de contas do recurso utilizado? De que forma a doação ou patrocínio advindo de fundação internacional impactou o jornalismo que é produzido? Quais os principais pontos positivos no desenvolvimento de projetos e/ou ações junto a fundações internacionais? Quais os principais desafios enfrentados no desenvolvimento de projetos e/ou ações junto a fundações internacionais? Há regras para a prestação de contas do trabalho no que diz respeito à mensuração de resultados de impacto? Se sim, quais?

Quando a instituição não recebeu financiamento especificamente de fundações internacionais, partimos para as perguntas: Sua organização alguma vez já tentou levantar recursos com fundações internacionais? Em caso afirmativo, por que não deu certo? Em caso afirmativo, descreva brevemente sobre o projeto negociado/submetido para patrocínio. Em caso negativo, há interesse nesse modelo de financiamento?

4.5. Considerações sobre os métodos e técnicas

O estudo dos bancos de dados e seu cruzamento junto ao mapeamento *online* e aos depoimentos institucionais indica algumas considerações analíticas relevantes para os próximos passos da pesquisa, e acrescenta uma camada de complexidade ao debate já iniciado. Destacamos algumas destas na Tabela 17.

Tabela 17: Considerações acerca dos dados de financiamento do jornalismo por fundações

DESTAQUE	DESCRIÇÃO
1. Lacunas de informações	1.1. Em alguns <i>websites</i> e documentos de iniciativas jornalísticas é possível encontrar a descrição de parceria, apoio ou patrocínio de determinadas fundações, mas a informação por vezes não encontra equivalência nos bancos de dados.
	1.2. Informantes tanto de fundações quanto de iniciativas favorecidas citaram em depoimentos alguns vínculos de financiamento que não puderam ser encontrados nos bancos de dados.
2. Perda do rastro por meio dos intermediários	2.1. Instituições intermediárias recebem recursos que são, posteriormente, redistribuídos. Este mecanismo impossibilita o pleno rastreamento da aplicação dos recursos com a utilização apenas dos bancos de dados.
3. Transparência sem detalhamento	3.1. A premissa da publicação dos bancos de dados como prática de transparência, governança e <i>accountability</i> corporativa obscurece o fato de que estes dados são difusos e incompletos.

Fonte: Elaboração própria

Ao mesmo tempo em que o mergulho nos bancos de dados abre portas para melhor identificarmos os tipos de projetos financiados, quais iniciativas recebem recursos e uma estimativa dos valores investidos, ele também aponta para uma incompletude dessas informações na medida em que os dados vão sendo cruzados aos demais métodos de investigação. O item 1. da Tabela 17 trata das lacunas resultantes do desencontro de informações quando os bancos de dados são comparados ao mapeamento *online* e aos depoimentos. Podemos citar, como exemplo, que a Luminate figura como patrocinadora do Festival 3i realizado pela Ajor no ano de 2023, mas essa informação não foi localizada no banco de dados.

O item 2. refere-se à perda do rastro de informações de financiamento devido às relações de intermediação, ou seja, quando organizações recebem recursos e repassam parte deles adiante, com o objetivo de reinvestir em seus campos de atuação, fomentar projetos específicos, parcerias colaborativas, entre outros. Os bancos de dados não apresentam, portanto, as informações relativas aos projetos situados na ponta da cadeia. Este repasse pode acontecer em menor escala, como identificamos em um caso da Marco Zero Conteúdo, que reinvestiu em projetos de outras iniciativas jornalísticas visando fomentar o jornalismo local no Nordeste, mas também em grande escala, como no caso do Instituto Clima e Sociedade, ICS.

O ICS, organização sem fins lucrativos que investe na agenda climática, desponta, segundo dados do Foundation Maps, como o maior favorecido de recursos advindos da filantropia

internacional no Brasil. Não à toa, sua influência no debate ambiental no país é imensurável. Com a mudança de governo e a nova gestão do presidente Lula em 2023, a ex-diretora executiva do ICS, Ana Toni, assumiu a Secretaria Nacional de Mudança do Clima no Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, um indicativo da capilaridade relacional da organização.

Segundo informações de seu relatório de atividades relativas ao ano de 2022, o ICS repassou mais de R\$100 milhões para 192 projetos no período. Uma de suas linhas de investimento é dedicada à comunicação e engajamento, que abarcou 23% do total de recursos aplicados. Um cruzamento junto ao banco de dados da Open Society indica que, em 2017, o ICS recebeu US\$25 mil em um projeto específico relacionado a uma “aliança para aprimorar o jornalismo no Brasil”.

Empregamos um levantamento em seu banco de dados público e identificamos que, além d’O Joio e O Trigo mencionado acima, dezenas de outras organizações de comunicação e jornalismo recebem ou já receberam financiamento por seu intermédio ao longo dos últimos anos, entre elas citamos o Nexo, Agência Pública, Intervezes, Território da Notícia, Alma Preta, Instituto Vladimir Herzog, ClimaInfo, É Nós, ANDI – Comunicação e Direitos, Tapajós de Fato, Rádio Novelo, O Mundo Que Queremos e Artigo 19. Várias destas figuram em nosso banco de dados como favorecidas por recursos das fundações estudadas, todavia, os recursos intermediados pelo ICS não são contabilizados nos bancos, o que revela que nossa estimativa de valores de investimento no campo do jornalismo independente e alternativo por fundações internacionais é subestimada em relação ao investimento real. Em outras palavras, uma iniciativa pode receber recursos diretamente de uma fundação, por meio de um intermediário, ou de ambas as formas. Discutiremos mais sobre este fluxo em nosso último capítulo.

Por último destacamos o item 3., relativo à transparência destes processos. Sem dúvida, a publicização destas informações é relevante, mas além de ter se revelado incompleta, não garante a plena compreensão de como os recursos são aplicados e, conseqüentemente, da amplitude das redes de influência destas fundações. Esse fato expressa a aparente dicotomia criada quando se espera maior transparência da filantropia. Ao mesmo tempo em que há uma crescente cobrança por maior *accountability* e responsabilização por parte das fundações, o que as levam a sistematizar publicamente as informações sobre a aplicação de seus recursos, há uma nebulosidade característica

de seu funcionamento, que carrega a perpétua contradição do conflito entre o interesse privado e sua interferência nos interesses coletivos.

Nesse sentido, a associação entre a filantropia privada e as chamadas causas sociais expressa disputas narrativas que, a princípio, tomam aparências antagônicas. E, como resultado desta dicotomia, o financiamento filantrópico recebe críticas que busca solucionar, entre outras estratégias, por meio dos instrumentos de gestão e *compliance*.

Em nossa visão, essa aparente dicotomia é colocada em questionamento na medida em que a noção hegemônica da questão social e do terceiro setor é desconstruída para revelar a sua essência e sua natureza endemicamente privada e alinhada às lógicas liberais de reprodução do capital. Ou seja, nessa perspectiva, não há contradição real na relação de financiamento de causas, já que estas foram criadas e se perpetuam enquanto mecanismos constitutivos de uma lógica dominante de reprodução do capital perpassada pelo neoliberalismo. Tomada a questão social por sua raiz, como um mecanismo que se operacionaliza como parte da racionalidade neoliberal, desaparece a oposição entre o interesse privado que impulsiona o investimento das fundações e o interesse coletivo representado pelas causas sociais, porque estas últimas podem ser compreendidas não como os problemas sociais que são, mas sim como a instrumentalização neoliberal desses problemas reais.

Mas, como essa essência não é revelada na dinâmica social imediata e nos discursos em circulação, o financiamento filantrópico recebe críticas que apontam essa contradição entre coletivo e privado, o que potencialmente coloca em questionamento o senso de que o capital privado financiador está puramente interessado em questões de cunho coletivo e, mais ainda, abre-se espaço narrativo para questionar qual possível interesse particular é atendido por meio da agenda da questão social. Por sua vez, busca-se solucionar os problemas suscitados por tais críticas via ampliação e aprimoramento dos instrumentos de governança corporativa, como a transparência. Neste cenário, a primeira pergunta a ser levantada é: podemos esperar plena transparência da filantropia, tendo em vista sua própria essência?

Para um exemplo de como tais expressões se verificam na prática, citamos que as atividades filantrópicas levantam críticas de todos os lados do espectro ideológico, padecendo dos efeitos da polarização do debate político. Elas chamam atenção crescente dos movimentos conservadores, negacionistas e nacionalistas, que criminalizam movimentos sociais e organizações sem fins lucrativos

e os assumem como marionetes de grandes capitalistas. A perseguição do ex-presidente Jair Bolsonaro à George Soros e às ONGs ambientalistas é um dos muitos casos ilustrativos desse fenômeno. Tais difamações, de caráter fantasioso e conspiracionista, levam as organizações e movimentos sociais a buscarem legitimidade e credibilidade em suas ações. Contraditoriamente, essa busca também envolve construir a ideia de que há separação e independência entre os interesses particulares dos financiadores e a causa social em si. Vale enfatizar que os ataques advindos da extrema-direita nada têm em comum com a análise aqui empregada. As críticas de figuras como Bolsonaro buscam silenciar movimentos de busca por direitos em favor da valorização de seus interesses particulares ou de seus grupos próximos. Nossa interpretação, ao contrário, visa justamente dar luz às estruturas sistêmicas que minam a emancipação popular em favor dos interesses particulares.

Uma importante contradição identificada neste fenômeno está no fato de que, ao mesmo tempo em que é exigido das fundações privadas a transparência sobre seus processos de financiamento, há uma necessidade discursiva dos movimentos em defesa de causas sociais em se demonstrarem isentos de influências particulares, similarmente ao que acontece no próprio campo do jornalismo. Tal polarização se reflete na prática filantrópica, com efeitos claros na prática jornalística aqui estudada. A filantropia coloca-se como neutra e livre de interesses, assim como o jornalismo. Os financiadores, então, passam a atuar também nos bastidores das causas sociais, já que a sua associação direta pode escancarar as contradições destas relações. A adoção de uma estratégia de ocultamento das relações de financiamento é considerada, por vezes, uma saída possível em defesa da legitimidade de determinada ação social, fato comum, por exemplo, em campanhas de *advocacy* e ativismo. A necessidade de atuar nos bastidores se dá, pois, a associação direta entre uma fundação privada e uma causa social estabelece um vínculo direto entre o interesse privado e o interesse coletivo – mesmo que a defesa de causas alocada no terceiro setor, como observamos, seja ambígua por natureza.

Diferentemente de muitas iniciativas de jornalismo no Brasil, por exemplo, nos Estados Unidos os veículos sem fins lucrativos de jornalismo investigativo não publicam nas páginas de destaques de seus *websites* os logotipos ou nomes de seus financiadores. Para encontrar essa informação, quando está disponível, é necessário levantar seus documentos fiscais. Por aqui, tanto as organizações sociais de outros segmentos quanto as de jornalismo, parecem estar tateando os limites

relacionados à exposição dessas relações. Publicizar um logotipo de patrocínio pode, de um lado, trazer credibilidade e, de outro, chamar atenção negativamente para esse conflito em potencial. Como não há solução lógica para um problema inerente, o resultado é uma multiplicidade de possibilidades.

Colocadas estas considerações, inauguramos, a partir de agora, a imersão nas características que delineiam ainda mais particularmente o objeto, levando os apontamentos aqui iniciados como premissas analíticas. Assim, adentramos no Capítulo 5 – perspectiva dos doadores.

CAPÍTULO 5

O OLHAR DE QUEM DOA: A PERSPECTIVA DAS FUNDAÇÕES

Podemos fazer com que as forças de mercado funcionem melhor para os pobres se conseguirmos desenvolver um capitalismo mais criativo.

Bill Gates

Em seu estudo de caso sobre a Fundação de Bill Gates, Adam Fejerskov (2018) propõe uma abordagem teórica que reconhece a crítica – em geral de viés gramsciano, ao papel hegemônico das fundações na manutenção do capital, sem deixar de considerar a complexa e, por vezes, conflitante característica interna dessas instituições. Em sua visão, “amplas generalizações ou simplificações excessivas da natureza e das missões dessas organizações não fazem jus às suas disposições desiguais e diversas” (p. 22, tradução nossa).

Caminhar no difícil trajeto entre a crítica de caráter estrutural e o estudo específico destas instituições é um desafio. Afinal, é importante que não se perca de vista as particularidades, ao mesmo tempo em que não podemos deixar que elas nos impeçam de compreender a totalidade em sua complexa dinâmica. Nesse sentido, a obra de Fejerskov inspira, pois a busca por melhor compreender o universo particular de cada fundação revela justamente os elementos de contradição tão característicos da conversão mercantil-filantrópica das lutas sociais.

Deste modo, cada uma das fundações estudadas conta com distintas trajetórias e singularidades, e esses aspectos não devem ser desconsiderados em uma análise macroestrutural. Ao contrário, é por meio da observação do particular a partir do todo que podemos extrair do primeiro o que lhe é próprio, entendendo assim as motivações que mobilizam essas instituições, suas formas de racionalização e organização do trabalho, interesses e forças que atuam sobre e sob seus discursos e ideias. Todos esses elementos são formas específicas de mediação entre cada fundação e o movimento geral da totalidade na qual se inserem.

Aprofundar o conhecimento a respeito desse processo histórico nos permite compreender como o poder dos grandes doadores molda a institucionalidade e o modo de operar não apenas das instituições favorecidas, mas também dos doadores menores. A cadeia de influências é permeada por

um jogo de forças estabelecido, inclusive, entre os próprios capitalistas. As fundações, de certo modo, efetuam uma mímica daquilo que acontece no âmbito da concorrência intercapitalista (Marx, 2017), de modo que os diversos ramos de aplicação do capital são moldados, em grande medida, pelos resultados dessas forças em luta.

Vale lembrar que, em nossa investigação específica, estamos lidando com um universo consideravelmente menor do que o porte de investimentos habituais dessas organizações. Os recursos repassados ao jornalismo brasileiro são escassos, bem como diminutos perante o montante total mobilizado por estas fundações. Não obstante, o que pode parecer pouco em termos absolutos, representa uma quantia significativa em termos relativos para o campo do jornalismo digital independente e alternativo. Em que pese a importância de considerarmos o tamanho dessas instituições, outros fatores passam a ser conjuntamente determinantes para a sua capacidade de impactar o jornalismo. Sendo assim, nosso intuito, neste capítulo, é discutir o pensamento e o posicionamento das fundações investigadas para compreender como esses aspectos influenciam a forma pela qual exercem impacto no campo jornalístico. Abordamos aspectos estruturantes relativos ao *modus operandi* dessas instituições, para situar de forma mais clara seu investimento particular em comunicação e jornalismo independente.

Iniciamos a discussão na seção 5.1, explorando as tensões em torno das inclinações ideológicas das fundações dentro do espectro político, bem como seus impactos nos discursos e práticas relacionados às doações. Em seguida, na seção 5.2, discutimos como a perspectiva internacional e hegemônica sobre a imagem do Brasil influencia a alocação dos investimentos filantrópicos e seus efeitos no cenário social.

Na seção 5.3, introduzimos um novo ponto de reflexão sobre como a filantropia molda a organização e racionalização de seu trabalho, seguindo o fluxo hierárquico entre o Norte e o Sul Global e reproduzindo lógicas de hegemonia mesmo em suas práticas internas. Nesse contexto, destacam-se as abordagens dos funcionários dedicados ao jornalismo em termos de articulação e interação com os veículos de mídia independente.

Este tópico estabelece uma ligação com o seguinte, onde examinamos na seção 5.4 as perspectivas das fundações sobre o conteúdo jornalístico e como elas perpetuam percepções

normativas sobre o que constitui um bom jornalismo. Discutimos o contraste evidenciado entre o jornalismo tradicional e formas mais ativistas, engajadas ou posicionadas.

Finalizamos o capítulo com a seção 5.5 ao explorar a relação e o tensionamento entre as fundações e as corporações de tecnologia, utilizando como exemplo as atividades relacionadas à tramitação do Projeto de Lei Federal nº 2630/2020, o PL das Fake News, que contou com a participação ativa dos arranjos de jornalismo.

5.1. O posicionamento no espectro político-ideológico

Motivados pelo método de Fejerskov (2018), iniciaremos a discussão a partir das características organizacionais internas que pudemos levantar durante a investigação. Por vezes, diretrizes e práticas de gestão são determinantes na racionalização do trabalho e na produção discursiva, tanto no que diz respeito aos enunciados institucionais oficiais, quanto a forma como os trabalhadores assimilam estes enunciados e estas práticas.

Um dos aspectos de investigação mais desafiadores reside na reflexão acerca da orientação político-ideológica das fundações, que frequentemente constitui o cerne do debate analítico nos estudos críticos. Isso se deve à heterogeneidade de posições assumidas por elas uma vez que não se configuram como um bloco único dotado de posicionamentos padronizados. Analogamente ao universo das ONGs, que abrange um espectro de posições políticas que variam da esquerda à direita, do fundamentalismo ao progressismo, o mesmo se observa entre os financiadores. A barreira interpretativa na produção científica decorre, em grande medida, da propensão analítica na qual instituições com visões mais progressistas e democráticas são consideradas como menos imbricadas nos processos de dominação de classe. Frequentemente, essas instituições se propõem inclusive a financiar iniciativas que consideram mais radicais em termos de posicionamento político, o que torna a crítica a elas mais complexa.

Desde os capítulos anteriores, nossa investigação se debruça sobre a insuficiência da mera adoção de discursos progressistas quando as práticas filantrópicas se encontram intrinsecamente atreladas à hegemonia do capital e suas implicações. As estruturas de poder têm sempre se beneficiado da oscilação própria da filantropia entre a hegemonia e sua resistência, em um movimento sistemático

que assimila e neutraliza as possibilidades de contestação. É importante reconhecer essa contradição, sem desconsiderar a ambiguidade do fato de que parte das fundações e seus trabalhadores por vezes se posicionam como aliados na luta política.

O grupo de fundações internacionais que investe em jornalismo no Brasil é simbólico dessa heterogeneidade. A Ford Foundation é a única diretamente vinculada a uma corporação, e junto com a Open Society Foundations representam as maiores e mais ricas instituições analisadas. Elas incidem em praticamente todas as áreas relacionadas ao desenvolvimento social, e em inúmeros países. O impacto global de ambas é objeto de investigação há décadas, tanto por abordagens críticas quanto pela literatura apologética que reforça, de forma positivada, seu trabalho.

A Luminate, fundada por Pierre Omidyar, bilionário do ramo tecnológico, é menor do que as primeiras. Sua atuação é restrita à temática da informação, com linhas programáticas dedicadas inteiramente ao jornalismo. Mais recentemente, a fundação modificou a sua estratégia para atuar exclusivamente na África, Ásia e América Latina.

A Oak Foundation e a Fundação Heinrich Böll representam as únicas situadas fora dos Estados Unidos, e ambas centralizam a sua atuação no segmento ambiental. A Oak foi igualmente fundada a partir do investimento de um empresário bilionário, Alan Parker. E a Heinrich Böll diverge do grupo ao ser a única autointitulada como uma organização política e cujos recursos são públicos.

Inclusive, vale dizer, a comparação da Fundação Heinrich Böll com as demais instituições congêneres deve ser contextualizada e historicizada, considerando a singularidade do passado alemão. O histórico da Alemanha no século XX, marcado pelas Guerras Mundiais e pela divisão do território entre o mundo capitalista e o soviético, confere um caráter particular às suas atividades filantrópicas. Segundo dados da Association of German Foundations, o país se destaca como um dos maiores investidores em filantropia globalmente, com mais de 25 mil fundações em constante crescimento – quase 700 foram inauguradas apenas em 2022. A distribuição dessas instituições revela a discrepância regional resultante da divisão do país, com mais de 22 mil delas concentradas nos estados do oeste – a antiga Alemanha Ocidental, capitalista. O total de recursos das fundações alemãs soma cerca de € 110 bilhões, dos quais € 5,4 bilhões foram destinados em doações em 2021.

A história das fundações políticas alemãs remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial, conforme destaca Alexander Mohr (2010), quando os partidos se encontravam em processo de

reconstrução. Até 2010, seis fundações partidárias existiam no país, abrangendo todo o espectro político, da direita à esquerda. Enquadrar essas organizações de maneira simplista na mesma categoria que as instituições filantrópicas tradicionais, muitas vezes corporativas e americanizadas, seria negar sua singularidade histórica.

Ainda há muito a ser pesquisado sobre as discrepâncias entre as fundações políticas e a filantropia hegemônica. No entanto, podemos afirmar que a filantropia, tal qual se estabeleceu em grande escala, com suas lógicas imperialistas de atuação, tende a absorver instituições com práticas semelhantes. Em outras palavras, mesmo possuindo histórias próprias, assim como tendências políticas e ideológicas distintas, as fundações políticas acabam incorporando parte do *modus operandi* da filantropia dominante. Essa absorção pode ser vista na adoção de práticas como a segmentação do investimento em projetos guiados por resultados, a profissionalização da gestão e a focalização em áreas específicas de atuação.

A história das fundações políticas não deve ser apagada. É importante reconhecer suas origens e os diferentes projetos políticos que representam. No entanto, também não podemos ignorar que elas se inserem no contexto do capital neoliberal e imperialista, o que impacta suas práticas e discursos. Nesse sentido, inclusive, Mohr (2010) destaca que as fundações políticas surgem como complemento à política para incidência internacional, com apoio direto de ministérios alemães. Essa perspectiva reforça a necessidade de analisar as relações de poder e os interesses que permeiam a atuação dessas instituições, já que mesmo as fundações públicas alemãs reproduzem práticas expansionistas atreladas ao projeto político governamental do país.

A afiliação aos partidos políticos é baseada no compartilhamento ideológico e na orientação dos partidos no que diz respeito a visões de mundo. Atualmente, as fundações têm uma presença global com o objetivo de estabelecer redes junto a organizações da sociedade civil e um foco do diálogo político com as elites políticas e econômicas internacionais (Mohr, 2010, p. 25, tradução nossa).

Essas considerações, que confrontam a origem das fundações políticas em contraste à sua inserção prática real e histórica, reafirmam de forma clara que a filantropia emerge como uma esfera específica de atividade social no capitalismo contemporâneo. Mais ainda, trata-se de um campo particular de aplicação de capital. Apesar das características distintivas das fundações políticas alemãs, ao adentrar no universo da prática filantrópica, foi necessária a reconfiguração de sua

institucionalidade. Isso se deve ao fato de que a filantropia não existe enquanto movimento de vontades particulares e isoladas, mas como um campo socialmente constituído e, portanto, coletivamente definido a partir de uma forma média de atuação.

Apesar das diferenças entre todas as fundações estudadas, um dos aspectos comuns identificados é que elas se posicionam, em diferentes graus, no campo liberal progressista do espectro político. Essa conclusão se baseia na análise da linguagem utilizada em seus textos institucionais, nas falas dos depoentes e na análise do conteúdo dos projetos financiados. Como resultado desse posicionamento, não há veículos de comunicação abertamente conservadores ou de extrema-direita entre os favorecidos pelo financiamento.

Os textos institucionais das fundações frequentemente apresentam um discurso progressista, discorrendo sobre temas como injustiça social, desigualdade econômica, de gênero, raça e etnia, defesa da diversidade e da pluralidade democrática, conforme exemplificamos nos excertos (22) e (23).

(22) Acreditamos que a desigualdade está na raiz de quase todas as injustiças (*Website* da Ford Foundation, tradução nossa).

(23) Na Oak, estamos comprometidos em abraçar a diversidade em todas as suas formas (por exemplo, etnia, raça, gênero, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, origem nacional, tribo, casta, nível socioeconômico, idade, entre outros) e respeitar diferentes ideias, abordagens e pontos de vista (*Website* da Oak Foundation, tradução nossa).

Esse interesse das fundações em promover agendas progressistas tem chamado a atenção dos movimentos conservadores, especialmente neste momento de intensa polarização no debate público. Institutos fundamentalistas têm conduzido pesquisas sobre estes financiamentos, a exemplo de publicações já realizadas sobre o trabalho da Open Society e da Oak, e seus resultados têm sido divulgados pela imprensa conservadora. A Gazeta do Povo, que se consolidou como uma voz do bolsonarismo nos últimos anos, tem veiculado reportagens investigativas sobre os investimentos filantrópicos de George Soros, difundindo ideologias contrárias às agendas de esquerda e até mesmo às agendas liberais (Castro, 2023).

A figura de George Soros e a Open Society personificam a ambiguidade que a filantropia desperta na opinião pública. A fundação e seu fundador se tornaram alvos constantes da extrema-direita, que tende a desconsiderar por completo a histórica batalha pessoal de Soros contra o

comunismo e em defesa da expansão territorial e cultural do capitalismo. As críticas fundamentalistas, de características conspiratórias, promovem um revisionismo histórico para ajustar os fatos às suas narrativas.

No entremeio de tamanha dicotomia, a Open Society foi apontada por seus pares como uma instituição altamente progressista, conforme expressa o representante da Oak Foundation no excerto abaixo:

- (24) Há alguns que são mais progressistas do que nós, por exemplo, a Full Circle Foundation ou a Open Society Foundation provavelmente também (Representante da Oak Foundation, tradução nossa).

A fala em questão aprofunda o debate sobre o posicionamento da Oak em temas controversos e polarizadores, principalmente no que diz respeito ao financiamento de projetos no Brasil durante o governo Bolsonaro. A fundação vem sendo perseguida por grupos de extrema-direita, que distorcem e invertem seus discursos e práticas. Exemplo disso são as postagens em páginas extremistas que interpretam o programa da Oak para uma nova política de drogas e combate à violência como "promoção da legalização das drogas e enfraquecimento da polícia". Cabe destacar que os projetos da fundação nesse tema estão mais alinhados às novas estratégias da política antidrogas da gestão Lula, o que explica parcialmente os ataques sofridos por parte da oposição.

- (25) Nós não somos a fundação mais progressista, mas estamos no espectro das mais progressistas. [...] Como qualquer organização, **há a cultura que cada fundação** tem, seus valores. E isso normalmente afeta diretamente os temas que elas têm mais propensão para trabalhar. [...] Há várias fundações que são corporativas e tem uma visão claramente mais capitalista (Representante da Oak Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

- (26) Se você é uma fundação com sede nos EUA, sua relação com o capitalismo, a riqueza e as desigualdades é muito diferente de uma fundação com sede na Dinamarca, que é um país social-democrata. Então, acho que tem a ver com **aquela cultura inata de onde as pessoas estão baseadas** (Representante da Oak Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

O representante deixa claro, nos segmentos (25) e (26), sua percepção de que a maior proximidade ao imaginário daquilo que é tido como tipicamente capitalista influencia a posição política das fundações. Aquelas de origem americana e corporativa teriam sua cultura interna moldada a partir destes aspectos, o que determinaria inclusive a orientação de como os funcionários devem se portar no ambiente de trabalho – “onde as pessoas são tratadas como banqueiros e recebem

muito dinheiro e usam terno, sabe? Eu, por exemplo, estou usando um moletom para trabalhar” (Representante da Oak, tradução nossa).

(27) Mas, não é perfeito. Acho que a política pessoal da equipe é mais progressista do que a da fundação em geral (Representante da Oak Foundation, tradução nossa).

O representante não deixa de observar que os trabalhadores das fundações frequentemente assumem posturas políticas mais progressistas do que as próprias instituições (27). As raízes históricas disso podem estar na forma como o terceiro setor e a filantropia se apropriam das lutas dos trabalhadores, inclusive em nível individual. Outras conversas, depoimentos e a pesquisa *online* revelam uma clara inclinação progressista entre os trabalhadores das fundações, por vezes associada à militância política ou ao engajamento em pautas sociais. Alguns profissionais contam com experiência de trabalho prévia em ONGs que atuam em áreas semelhantes às das fundações. Isso demonstra o interesse das instituições em contratar profissionais com conhecimento específico e capacidade de mobilizar suas redes de contato, absorvendo para si o seu capital relacional.

Com o cenário político recente do Brasil, se expressam ainda mais claramente as inclinações políticas dos financiadores. Diversos projetos em todas as fundações se associam aos efeitos do bolsonarismo, com consequências na maior incidência do discurso de defesa da democracia e a nova demanda por estratégias de combate à desinformação nos projetos mais recentemente financiados. Quando Bolsonaro foi eleito, a Oak mudou a estratégia de atuação no Brasil e incluiu a defesa da democracia como uma das linhas de financiamento.

Um representante da Fundação Heinrich Böll considera que essa conjuntura influenciou a maior articulação dos financiadores, tendo em vista o “inimigo comum” e o risco de serem impactados pelas ações do governo Bolsonaro, como se vê abaixo:

(28) A pandemia gerou, e o processo também, no Brasil, dos atos antidemocráticos, de as organizações - **as fundações e organizações financiadoras, elas ficaram em risco também, né?** Nesses quatro anos, de alguma forma, **isso criou alguns diálogos que você não via** na verdade. Você não tinha né? Meio que ‘bom, temos um inimigo comum’ que pode chegar. A água pode chegar até nós, né? Então isso gerou algumas sinergias, algumas conversas, algumas reuniões, alguns agrupamentos, assim, que foram acontecendo (Representante da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

Em outras palavras, o avanço da extrema direita tem impulsionado uma maior integração entre os financiadores. Por um lado, surge um interesse compartilhado na proteção das estruturas democráticas no Brasil; por outro, há uma determinação desse grupo em assegurar a continuidade de suas próprias atividades no país, levando em conta as ameaças e os ataques sistemáticos enfrentados pelas ONGs e pelos filantropos no contexto bolsonarista. Nesse contexto, o respaldo ao jornalismo independente surgiu como uma das principais estratégias, não apenas para promover a democracia e a pluralidade de opiniões, mas também motivado por interesses particulares dos financiadores: a propagação, falsamente naturalizada, da crença de que o apoio filantrópico é crucial e necessário para a vitalidade e a sustentação da democracia.

A análise do histórico das fundações revela que sua postura progressista coexiste com interesses e agendas privadas. Tais agendas nem sempre se alinham às dos grupos e comunidades que elas pretendem beneficiar. Ao abordar temáticas como injustiça social e desigualdade em seus projetos de financiamento, as fundações alçam, além da interferência na realidade social, outros objetivos como: a legitimação de suas ações; a construção de uma autoimagem positiva, bem como das estruturas do capital; e o ocultamento das contradições e limitações de sua atuação.

5.2. Sob a lente externa: os discursos sobre o Brasil

"Por que investir no Brasil? Por que apoiar o jornalismo independente no Brasil?" foram indagações que nortearam a pesquisa desde o início e foram incluídas no questionário aplicado aos representantes dos financiadores, visando entender suas percepções sobre o tema. As reflexões oriundas dessa análise forneceram *insights* para outra questão subjacente às anteriores: na perspectiva desses financiadores, qual é a visão que têm do Brasil? De maneira não surpreendente, os resultados indicam a perpetuação de uma imagem do país moldada externamente, concebida e propagada com base em representações predominantes do Norte Global.

No âmbito da filantropia, a concentração de recursos em áreas sociais específicas aumenta a visibilidade e a urgência atribuídas a essas "causas", exercendo uma influência significativa na percepção do que é considerado importante para uma determinada região em relação aos desafios que enfrenta. Isso tem uma implicação clara – se o financiamento é um mecanismo importante para

aumentar a relevância atribuída a uma determinada área, ele não apenas atua como facilitador, mas também como promotor, podendo inflar causas específicas. Como resultado, a agenda em questão torna-se potencialmente mais atraente para receber mais recursos.

O financiamento é simultaneamente uma forma de intervenção que possibilita criar um senso de urgência e destacar determinadas agendas em uma região específica. Esse fenômeno está inserido no ciclo de reconfiguração observado pela nossa pesquisa. A partir da percepção de demandas reais – filtrada pela visão hegemônica dos países centrais sobre o Brasil – o financiamento eleva o perfil de pautas específicas, o que atrai tanto mais agentes dispostos a apoiar a causa quanto indivíduos e instituições interessados em receber financiamento. Conseqüentemente, estes últimos se reestruturam para se alinhar às exigências necessárias ao recebimento dos recursos.

Dessa forma, o campo como um todo se transforma a partir da cadeia de eventos desencadeada pelo financiamento provido pelas fundações. Por sua vez, o próprio financiamento é expressão de um fenômeno anterior: a apropriação privada das pautas sociais sob a ideologia da filantropia e do terceiro setor.

Na particularidade do caso brasileiro, observa-se nos discursos das fundações estudadas uma representação do Brasil reforçada a partir de estereótipos, além de uma conseqüente padronização das principais áreas temáticas financiadas por essas instituições.

Na Figura 7, ressaltamos as áreas que emergem em destaque, em maior ou menor grau, dentre as fundações por nós investigadas. A proeminência de determinados temas reflete movimentações históricas, não implicando necessariamente que tenham sido sempre as prioridades máximas dessas instituições. A maior visibilidade da pauta ambiental e de defesa da democracia, por exemplo, reflete o panorama atual e encontra suas origens nos debates contemporâneos. Importa esclarecer que nossa análise repousa principalmente na produção discursiva institucional das fundações, não havendo, pois, evidências conclusivas de que tais temas recebam mais financiamento. Podemos tão somente inferir que são empregados como estratégia enunciativa para influenciar a agenda dessas instituições em relação ao que concebem como prioridades para o Brasil. Cumpre salientar que observamos projetos jornalísticos com uma abrangência que atravessa praticamente todas as áreas prioritárias dos financiadores.

Figura 7: Temas de financiamento no Brasil em maior destaque nas fundações estudadas



Fonte: Elaboração própria

Reconhecer que tais temas são pautados por um olhar externo não implica negar a relevância dos problemas que eles abordam. Mas, revela o poder internacional no direcionamento da orientação da luta política e, conseqüentemente, na formatação da atuação de movimentos e organizações sociais. Essa influência se traduz na maior visibilidade de certos assuntos em detrimento de outros, configurando um cenário em que a importância e a priorização de determinadas áreas de investimento social são definidas por interesses externos e difusos.

A destacada importância internacional atribuída à preservação da Amazônia confere ao Brasil uma posição proeminente nas discussões globais sobre questões ambientais e climáticas, e essa relevância se reflete por sua vez nas formas de priorização da agenda filantrópica. Paralelamente a essa temática, está a defesa dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que caminha em consonância com a proteção ambiental.

A questão ambiental no Brasil se configura como um intrincado nó de contradições, onde as expectativas de organismos internacionais para o maior rigor na proteção ambiental se chocam com a realidade de um país subalterno, com déficits significativos em termos de industrialização e complexificação da cadeia produtiva. Ao mesmo tempo em que os países dominantes cobram do Brasil medidas mais contundentes para conter o desmatamento, as queimadas ilegais, o garimpo e a má utilização da terra, eles alimentam o ciclo de dependência econômica, de caráter colonial, que impõe ao país a sujeição à agricultura intensiva destinada massivamente à exportação. Esse

antagonismo não é novo, mas reforça que os rumos da gestão neoliberal da questão climática não são apenas contingentes, relacionados a certas esferas de decisão, mas sim estruturais. Mais ainda: o emprego político que esses países fazem, pressionando o Brasil a adotar ações efetivas de combate, também é decorrente da relação estrutural de dependência.

Na Tabela 18, apontamos alguns dos projetos identificados no contexto ambiental. Enquanto as iniciativas da Amazônia Real, Repórter Brasil e Agência Lema, apoiadas pela Ford e pela Open Society, se concentram especificamente na produção jornalística, o financiamento concedido pela Oak para o Instituto ClimaInfo é direcionado à promoção da articulação no campo, desempenhando, nesse sentido, um papel como intermediário. Os projetos vinculados à Ford tendem a priorizar produções de caráter investigativo que denunciam os impactos da exploração ambiental para as principais comunidades tradicionais afetadas.

Tabela 18: Exemplos de projetos financiados na temática ambiental, climática e indígena

FUNDAÇÃO	FAVORECIDO	DESCRIÇÃO
Ford Foundation	Amazônia Real	Apoio institucional para o fortalecimento organizacional e apoio a projetos de jornalismo investigativo focados em direitos humanos e territoriais de povos indígenas , quilombolas e outras comunidades tradicionais da Amazônia.
Ford Foundation	Repórter Brasil	Apoio geral ao jornalismo investigativo sobre injustiças climáticas e ambientais que afetam povos indígenas , quilombolas e outras comunidades tradicionais.
Ford Foundation	Agência Lema	Rastrear, salvaguardar e disseminar informações sobre a agenda e políticas socioambientais no Brasil , aumentando a capacidade de jornalistas locais e subnacionais da Amazônia e outros atores.
Oak Foundation	Instituto ClimaInfo	Para melhorar a estratégia , mensagens e esforços de comunicação entre organizações da sociedade civil engajadas na sociedade civil ambiental no Brasil . Isso será feito trabalhando como agência de criação e como centro de conexão de organizações e líderes emergentes no país.
Open Society Foundations	Amazônia Real	Para apoiar o trabalho do beneficiário no jornalismo liderado por mulheres indígenas que trabalham na Amazônia.

Fonte: Elaboração própria, grifo nosso.

O representante da Oak Foundation salienta que a organização não possui uma estratégia específica de investimentos direcionada ao jornalismo, mesmo em nível global. Em vez disso, a fundação seleciona projetos de comunicação como ferramentas para potencializar os temas que

apoia, além de favorecerem-se da interação entre diferentes organizações sem fins lucrativos e movimentos sociais que atuam em suas áreas de interesse. Para exemplificar, o depoente aponta, como pode ser visto no trecho (29), o projeto de articulação realizado pelo ClimaInfo acima mencionado:

(29) **Estou procurando um trabalho de comunicação estratégica que tenha um melhor custo-benefício para nós e que também possa reforçar os movimentos que já estamos financiando.** Para mim, o ClimaInfo cumpre esse requisito, pois eles trabalham muito próximos dos movimentos, e a justiça climática está incorporada em todas as suas abordagens, o que é muito importante para nós (Representante da Oak Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

Ao tratar do ‘custo-benefício’ do projeto, o representante reconhece como vantajoso investir em iniciativas que articulam diferentes agentes, pois isso amplia o potencial de atuação da fundação por meio da dinâmica de intermediação estabelecida. Em outras palavras, um único investimento desempenha o papel de promover a agenda da fundação para outras instituições e comunidades de maneira abrangente e em escala, uma estratégia cada vez mais adotada no contexto filantrópico.

Como mencionado anteriormente, o amplo interesse internacional nas questões ambientais brasileiras elevou o Instituto Clima e Sociedade ao *status* de principal intermediário de financiamento no país. O ICS mobiliza significativa parte dos processos de articulação intra e intersetorial relacionados à questão climática, seja diretamente ou por meio de seus favorecidos, incluindo diversos veículos de mídia independente. O representante da Oak Foundation explicou que a maior parte do investimento da fundação dedicado ao Brasil é destinado ao ICS, que então redireciona o investimento seguindo as estratégias construídas a partir de diálogo próximo à fundação. Além da Oak, dentre as instituições que investigamos, o ICS também é financiado pela Open Society.

A Fundação Heinrich Böll, embora não possua um banco de dados público e, conseqüentemente, não esteja presente na Tabela 18, é relevante nessa análise devido ao seu foco na área ambiental. Diversos projetos da fundação são direcionados ao tema, inclusive os de comunicação e jornalismo. Similarmente à Oak Foundation, a Fundação Heinrich Böll não possui um direcionamento estrategicamente construído para o jornalismo e os investimentos em mídia independente operam como suporte aos demais programas, conforme um representante expressa o enunciado abaixo:

- (30) Eu acho que não é uma motivação única em relação a um objetivo de apoiar mídia alternativa, né? Mas **dentro de cada objetivo dos programas se encaixava muito bem a gente fortalecer projetos e processos e organizações de uma comunicação independente**. Por vários motivos, assim, pelo fato de democratizar a informação e para fortalecer o que que a gente estava buscando (Representante da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

No excerto (31), vemos o representante destacar os veículos Repórter Brasil e O Joio e o Trigo como exemplos do papel que o jornalismo independente exerce no fortalecimento das pautas de interesse da fundação. Reforça-se a ideia de que o fomento à mídia independente é fundamental para dar visibilidade e voz a temas que, geralmente, não são abordados pela grande imprensa. Essa ação é vista pelos financiadores como um processo de democratização da informação, pois abre espaço para que diferentes perspectivas e realidades sejam representadas no cenário midiático.

- (31) São muitas que a gente apoia. **A Repórter Brasil é uma organização de jornalistas muito competente que faz um jornalismo investigativo de setores da parte da justiça ambiental que muitas vezes não estão na grande imprensa**, e que isso tem muita relação com os objetivos que a gente tem lá na nossa área de justiça socioambiental. Por exemplo, é pensar na transição energética, é pensar que comer é um ato político, e aí casa com O Joio e o Trigo. Então assim, **esse universo de mídia independente, jornalismo independente, muitas vezes é o caminho para que a gente consiga alcançar determinadas áreas e objetivos que a gente tá defendendo** (Representante da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

Em conformidade ao exposto no tópico anterior, a abordagem das fundações para tratar o tema ambiental parte de uma visão progressista de caráter crítico em relação à atuação exploratória de corporações e do agronegócio. Como um exemplo, vemos nos segmentos (32) e (33) que o discurso institucional da Ford Foundation ostenta uma tonalidade crítica em relação à hegemonia do interesse privado e seu consequente impacto na exploração dos recursos naturais no Sul Global.

- (32) Com a expansão da extração de recursos naturais no Sul Global, **os interesses privados geralmente se sobrepõem ao bem público**, gerando desigualdade, injustiça e mudanças climáticas. Trabalhamos globalmente para **garantir que a governança dos recursos naturais** sirva ao interesse público e reflita as aspirações das comunidades rurais, de baixa renda e indígenas que reivindicam direitos costumeiros sobre suas terras ou conquistaram direitos fundiários (*Website* da Ford Foundation, tradução nossa, grifo nosso).
- (33) Empresas multinacionais e outros atores **poderosos se aproveitam das fragilidades na governança** para obter uma parcela desproporcional dos benefícios da extração de recursos naturais (*Website* da Ford Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

(34) Com uma **governança justa**, o setor de recursos naturais pode contribuir para a redução da desigualdade no Sul Global (*Website* da Ford Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

Notavelmente ausente do discurso é o reconhecimento do papel dos próprios financiadores na produção da realidade que sustenta a exploração. No caso da Ford, temos a inegável afiliação da fundação com a indústria automobilística e sua consequente implicação nas mudanças climáticas. A solução proposta para os desafios ambientais se faz mediante uma abordagem genérica que preconiza a aprimoração da ‘governança justa dos recursos naturais’, uma narrativa em que a própria instituição se autoproclama integrante e impulsionadora.

A Ford Foundation é uma instituição diretamente derivada da corporação correspondente. Porém, à medida em que se separam, também se tornam relativamente autônomas entre si, e por isso podem se apresentar como possuidoras de interesses distintos. Ocorre que, devido à natureza peculiar do campo filantrópico, a Ford Foundation assume de forma mais pronunciada a aparência de que não apenas seus interesses não se alinham aos da sua corporação de origem, mas também adota a máscara do interesse universal e público.

As fundações constroem para si a narrativa de serem porta-vozes dos interesses públicos que se chocam aos interesses privados de grupos específicos. Nessa perspectiva, o Estado não pode resolver diretamente as questões sociais, mas deve desenvolver meios para gerenciá-las. Igualmente, o terceiro setor também se restringe a encontrar maneiras de lidar com os problemas que ativamente representam. Em ambos os casos, o objetivo nunca se trata de superar as determinações reais que geram os problemas sociais, mas sim aprimorar a capacidade de administração sobre eles.

Isso se evidencia claramente no fato de que as diferentes fundações estão constantemente envolvidas em um jogo narrativo centrado na imperfeição ou inadequação da administração pública. Isso cria um contexto discursivo onde o foco se desloca dos problemas reais para a necessidade de aprimorar a governança. Destaca-se a urgência de tornar os mecanismos de gestão adequados para que possam, enfim, atender ao interesse público, mas somente por meio da intervenção da sociedade civil privada.

Por último, a noção de justiça coroa a enunciação. Aqui, está implícita a ideia de que a justiça se relaciona essencialmente à distribuição equitativa dos benefícios das atividades econômicas para o conjunto da sociedade. Essa concepção alinha-se ao que é defendido no pensamento econômico

hegemônico, que preconiza a remuneração proporcional aos fatores de produção, no qual os salários seriam considerados como uma remuneração justa, visto que o trabalhador contribui apenas com seu trabalho individual, enquanto os proprietários das empresas recebem altos lucros devido à sua suposta contribuição com toda a estrutura e o capital necessário para impulsionar a produção.

Testemunhamos igualmente a emergência do discurso em defesa da democracia, exacerbado no Brasil com a ascensão de Bolsonaro ao poder. Mesmo em tempos anteriores, considerando o legado de períodos antidemocráticos na América Latina durante o século passado, o tema já se destacava como uma área de atuação proeminente para as fundações.

(35) Na América Latina e no Caribe, a Open Society Foundations busca **contribuir para a mudança democrática transformando a crescente preocupação pública** com a desigualdade, a corrupção, a violência e a crise climática **em iniciativas e alianças poderosas para construir uma sociedade aberta** e segura (*Website* da Open Society, tradução nossa, grifo nosso).

Conforme vemos no trecho (35), a Open Society advoga por uma “mudança democrática” na América Latina, partindo de um princípio tido como naturalizado de que é imperativa a reestruturação da maneira como experimentamos a democracia nestes países. Existe uma ênfase na percepção de que a região está impregnada pela corrupção e a solução proposta para os problemas decorrentes residiria na formação de “alianças poderosas” visando à construção do que a Open Society concebe como a sociedade ideal: a “sociedade aberta”. Este conceito, que inspira o nome da fundação, tem suas raízes na interpretação de George Soros das obras de Henri Bergson (1932) e Karl Popper (1945). A sociedade aberta, para os autores, configura-se em uma organização social liberal e distintamente capitalista, com fortes críticas ao socialismo e ao autoritarismo. O enunciado reforça, portanto, a crença na incompetência do Estado, sugerindo que a intervenção privada, por meio da vinculação entre diferentes entidades particulares, é necessária como solução para a construção da democracia conforme idealizada na abordagem hegemônica.

A Ford Foundation segue uma abordagem semelhante, conforme evidenciado no segmento (36), ao sustentar a narrativa de que a desigualdade decorre das lacunas institucionais em nosso sistema de governança democrática.

(36) **A consolidação da democracia tem orientado as prioridades da fundação.** Mas a democracia eleitoral não é suficiente para que o Brasil alcance seu potencial pleno. **O maior**

desafio do Brasil é superar as profundas desigualdades perpetuadas pelos principais sistemas e instituições, bem como realizar a plena implementação dos direitos e princípios estabelecidos na constituição de 1988. (*Webside* da Ford Foundation, tradução nossa, grifo nosso)

Mais uma vez, observa-se a ideia de aprimoramento como o cerne da questão. Essa concepção desempenha um papel duplo. Por um lado, abraça a possibilidade de atuação junto aos Estados e da sociedade civil sobre eles, de modo a melhorá-los. Por outro lado, também sugere que o aparato estatal e a esfera política sempre se mostram inadequados para promover as melhorias necessárias, tornando a ação privada indispensável.

A despeito da inegável importância da defesa da democracia nas instâncias políticas e estatais brasileiras, especialmente no contexto atual, é crucial ponderar que os financiadores filantrópicos frequentemente abordam o tema com base em percepções normativas, homogêneas e dominantes, fazendo-o por meio de uma aparente neutralidade do discurso ao tomar a sua visão como a universalidade. Essas percepções, oriundas da experiência do Norte Global, delimitam quais práticas são consideradas mais ou menos democráticas, restringindo-as à concepção liberal de sociedade.

Embora o imperativo democrático seja frequentemente invocado por essas instituições, ele obscurece o papel que o financiamento internacional exerceu na perpetuação de regimes autoritários na América Latina durante a segunda metade do século XX. A intervenção imperialista, com seus efeitos perversos, historicamente minou a autonomia das nações latinas. A noção de democracia se apresenta nestes enunciados como um ideal universal de representação de justiça e igualdade. No entanto, os problemas engendrados pela crise estrutural anteriormente mencionada – a exploração do trabalho, a financeirização, a racionalidade neoliberal – são omitidos nestes discursos, obscurecendo as contradições e as raízes das desigualdades que assolam as sociedades contemporâneas, especialmente em territórios de capitalismo dependente.

As fundações, ao reproduzirem as narrativas imperialistas, acabam por promover formas de enunciação que tratam superficialmente a relação entre centro e periferia. Em vez de ressaltarem o processo dinâmico no qual o centro produz a periferia, ou seja, compreender o atraso como parte integrante da modernização (Marini, 2017), elas apenas identificam sintomas. A fragilidade das instituições de Estado e a falta de participação social são consideradas defeitos crônicos que, assim

como qualquer outro, podem ser resolvidos por meio do aprimoramento dos mecanismos adequados.

(37) **A radicalização da democracia** e o fortalecimento de seus mecanismos são grandes **desafios para a sociedade brasileira**. Nesse sentido, apoiamos iniciativas de promoção e capacitação de grupos autônomos da sociedade civil para a participação social. Disponibilizamos também estudos e promovemos debates em torno das transformações sociais que impactam os processos democráticos (*Website* da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

A Fundação Heinrich Böll, com a peculiaridade de ser a única dentre as fundações que se reconhece como uma entidade política, tem como princípio central “o apoio e a promoção de processos de democratização” (Fundação Heinrich Böll, *website*). Seus discursos institucionais e os depoimentos de seus representantes apontam para um posicionamento político mais incisivo do que das demais fundações nos temas que atuam, a exemplo da terminologia “radicalização da democracia” adotada no excerto (37). A origem da corrente política verde, da qual deriva a Heinrich Böll, se desenvolveu em meados dos anos 1970 “como uma resposta às tradicionais políticas socialista, liberal e conservadora” (*Website* da Fundação Heinrich Böll), apresentando-se como uma solução no entremeio das demais correntes.

(38) **A gente acredita muito que uma mídia independente é fundamental para que a gente defenda a democracia brasileira**. E a democracia brasileira tem uma mídia muito oligarca, né, pouquíssimos setores, e quando a gente vai para os interiores do Brasil, sai desse eixo Rio-São Paulo, a gente vê as famílias se reproduzindo ali, é muito conluio com quem tá governando as localidades. **E a mídia alternativa tá ali, nadando contra a maré e fazendo os questionamentos todos** (Representante da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

A preocupação com a democracia se materializa na promoção de mídias independentes como contraponto aos grupos que dominam o setor no Brasil, os quais são identificados como uma oligarquia restrita. Essa narrativa de fortalecimento da democracia através do estímulo à maior pluralidade no setor midiático oferece mais um bom exemplo de como a ideologia e a prática se articulam no financiamento jornalístico.

Os discursos convergem para pautas relevantes e justificadas, como o caso da democracia e seus problemas na América Latina, por exemplo. Essas falas, no entanto, retiram a região de seu contexto maior, desconsiderando o peso do imperialismo nos problemas que procuram denunciar.

Além disso, esse posicionamento eleva as fundações a se apresentarem como se não representassem uma forma de intervenção dos países centrais. Ao defenderem a “radicalização da democracia”, elas se colocam como defensoras dos interesses das populações locais, considerando a democracia como um valor universal presumido.

Adicionalmente, essa postura contribui para a representação das fundações como entidades dissociadas da intervenção dos países centrais. Ao advogarem pela “radicalização da democracia”, assumem o papel de defensoras dos interesses das populações locais, visto que a democracia é tida como valor universal pressuposto.

Como consequência dos efeitos das discussões sobre democracia, emergem temas correlatos, com destaque para a desinformação e a polarização política. É, inclusive, neste sentido que cresce o financiamento para o ambiente digital, com projetos financiados nestes temas em todas as cinco fundações. Destacamos na Tabela 19 exemplos de projetos que visam combater a disseminação de notícias falsas na rede. Estes não representam exclusivamente projetos jornalísticos, com exceção do projeto da Agência Pública financiado pela Open Society. Todavia, como mencionamos no Capítulo 4, eles estão diretamente interrelacionados ao tema e por isso foram considerados na amostra.

Tabela 19: Exemplos de projetos financiados no tema de combate à desinformação e polarização política

FUNDAÇÃO	FAVORECIDO	DESCRIÇÃO
Luminate	Conectas	Esta doação apoiará a Conectas no estabelecimento de um novo e inovador fluxo de trabalho dedicado ao combate à desinformação e ao discurso de ódio no Brasil, bem como garantirá que as perspectivas da América Latina sejam levadas em consideração nos debates globais em torno da regulamentação das plataformas digitais.
Oak Foundation	Instituto de Tecnologia e Sociedade	Combater a desinformação promovendo a alfabetização midiática e melhorando as regulamentações de plataformas baseadas na web no Brasil.
Ford Foundation	Sleeping Giants Brasil	Promover a responsabilidade do setor privado no combate à desinformação , às notícias falsas e ao discurso de ódio nas plataformas digitais.
Open Society Foundations	Agência Pública	Apoiar o jornalismo investigativo da Agência Pública sobre a desinformação em torno da crise da Covid-19

Fonte: Elaboração própria

A enunciação analisada de forma geral reforça concepções hegemônicas relativas ao Sul Global e busca articular um discurso que dilua quaisquer interesses particulares na suposta universalidade das agendas financiadas. Questões como acesso à informação, redução das desigualdades e fortalecimento da democracia são tratadas como direitos fundamentais e valores universais. Assim, sua defesa é desprovida de qualquer viés particularista, sendo apresentada narrativamente como uma aliança solidária em torno de princípios universalmente aceitos.

Além da abordagem universalista no discurso, os posicionamentos também evidenciam que as mudanças sociais são concebidas e ao mesmo tempo são delimitadas pela chave do aprimoramento dos mecanismos existentes. Em outras palavras, o discurso sugere que a prática adotada pelas fundações se posiciona como uma força modernizadora, buscando alcançar certos objetivos sociais já atingidos pelos países centrais, porém ainda não alcançados pelas regiões periféricas.

5.3. Organização e racionalização do trabalho

A compreensão do funcionamento das fundações exige um exame de sua estrutura. Apesar da mencionada heterogeneidade, tanto em termos estruturais quanto de recursos, o número de funcionários no Brasil tende a ser baixo, mesmo nas fundações de maior porte. Para lançar luz sobre essa questão, utilizamos dados públicos da plataforma LinkedIn, que fornecem estimativas do número de integrantes declaradamente alocados no país. Ressaltamos que tais dados consistem em mera aproximação, mas oferecem subsídios para uma primeira discussão sobre o fenômeno.

Tabela 20: Quantidade de funcionários alocados no Brasil em cada fundação segundo dados do LinkedIn

FUNDAÇÃO	PORTE	BRASIL
Open Society Foundations	1 mil-5 mil funcionários	10
Ford Foundation	201-500 funcionários	9
Fundação Heinrich Böll	201-500 funcionários	7
Luminate	51-200 funcionários	5
Oak Foundation	51-200 funcionários	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma LinkedIn.

Nossas investigações apontaram que, do total de funcionários no Brasil, por vezes apenas um – ou mesmo nenhum, dedica-se especialmente ao jornalismo. Na Luminare, Oak, Open Society e Heinrich Böll identificamos profissionais que conhecem em profundidade o tema e o campo das mídias independentes, e estão articulados entre si e conjuntamente aos veículos de mídia. Não obstante, eles se dividem entre essas e outras atividades. Na Ford não tivemos acesso a essa informação.

O número reduzido de profissionais atuando nas unidades locais das fundações filantrópicas constitui uma característica recorrente no setor. Observa-se uma pressão sistêmica para que as organizações não incorram em gastos excessivos com sua estrutura administrativa. Em consonância com o imperativo da transparência e na tentativa de apagar os interesses privados, as instituições prestam contas públicas da alocação de seus recursos. Nesse contexto, considera-se de bom-tom a destinação da maior parte dos recursos diretamente aos projetos apoiados, evitando, assim, críticas à filantropia de forma mais ampla. Como consequência dessa priorização, os funcionários se veem sobrecarregados, tendo que gerir um volume considerável de projetos sob suas responsabilidades.

A estruturação de uma equipe com atuação local é considerada vantajosa pelos financiadores internacionais, mesmo quando reduzida, pois os trabalhadores brasileiros agregam uma vivência ímpar às necessidades institucionais. O representante da Oak Foundation, por exemplo, justificou a maior dependência do Instituto Clima e Sociedade como intermediário de suas doações pela ausência de equipe local própria. Apesar de contar com funcionários no Brasil, a Oak Foundation não os tem para todos os programas de investimentos no país, exigindo que alguns projetos sejam coordenados por equipes no exterior, conforme vemos no trecho (39).

(39) Sempre fizemos a maior parte [das doações] pela ICS, só porque, sabe como é, faz sentido para nós. **E estou cada vez mais repassando dinheiro por eles porque não sou fluente em português.** Meu nível é intermediário, enquanto o meu antecessor, como era do Brasil, conseguia encontrar muito mais beneficiários locais. [...] Normalmente, as pessoas que trabalham nos programas são do país, mas agora não conseguiram encontrar outro brasileiro para a minha posição (Representante da Oak Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

A análise dos depoimentos demonstra que a estrutura de controle e poder, mesmo no âmbito interno, mantém características da hegemonia estrangeira. Observa-se que os escritórios locais, em graus distintos, respondem às sedes internacionais no que concerne a decisões relevantes sobre a

gestão das doações, as estratégias de seleção de projetos e outras atividades junto às instituições favorecidas. O representante da Luminate esclarece que, em virtude da estrutura hierárquica, a equipe local possui autonomia para buscar projetos alinhados aos objetivos da fundação, porém a aprovação final dos projetos cabe exclusivamente ao Norte Global, como se vê no trecho (40).

(40) É esse papel mais de mediador do que é fato e do que não é o que se espera **a partir desse olhar do Norte Global que ainda aprova os recursos**, né? (Representante da Luminate, grifo nosso).

O depoimento evidencia a concepção do Norte Global, segundo a qual o jornalismo deve representar o papel de “mediador do que é fato e do que não é” em um reforço à propriedade da verdade conforme explica Lelo (2022). Essa perspectiva tem implicações diretas na alocação de recursos destinados ao jornalismo brasileiro. Ao atribuir aos países centrais a autoridade para determinar o que é factual (portanto, verdadeiro) ou não, transparece a ideia de que somente o Norte possui o discernimento necessário para interpretar a realidade objetiva. Esta, por sua vez, deve ser externalizada ao Sul, que, em sua suposta fragilidade, é retratado como incapaz de compreender a verdadeira natureza de sua condição, ou, no mínimo, carece de capacidade interna para identificar os mecanismos mais eficazes para lidar com seus próprios desafios, necessitando, assim, da intervenção externa.

O tópico seguinte explorará, com maior profundidade, o tipo de jornalismo que desperta particular interesse entre os financiadores. No presente momento, importa ressaltar o dilema enfrentado pelos funcionários brasileiros. O depoente nutre reservas acerca da otimização do direcionamento financeiro pela equipe internacional, porém, desprovido de autonomia decisória, deve se subordinar à lógica externa. A equipe brasileira das fundações se configura como uma representação simbólica da dualidade inerente à hegemonia e à resistência. Isso se deve à sua percepção mais próxima da realidade local, a qual, muitas vezes, se traduz em colaboração direta com os projetos.

Este é um aspecto revelador do *modus operandi* das fundações, que não é exclusivo da Luminate. A disparidade entre o Norte e o Sul se reflete internamente na gestão corporativa de diversos processos e na tomada de decisões das fundações em geral. Mesmo quando as equipes locais têm autonomia para negociar projetos, é comum que a aprovação das doações seja reservada às sedes internacionais. Em conversas informais, o constrangimento dessa condição às vezes se torna evidente,

como em casos em que as equipes nacionais avançaram em negociações de projetos que foram vetados na decisão final pela direção estrangeira.

Para evitar tais eventualidades, as equipes locais frequentemente internalizam os discursos, práticas e processos decorrentes das diretrizes internacionais, reproduzindo-os mesmo quando identificam contradições ou discordâncias evidentes. Um representante explicou estar profundamente familiarizado com as orientações que regem a aprovação ou rejeição de projetos pela diretoria da fundação em que está inserido, no entanto, já foi surpreendido por negativas inexplicáveis de projetos submetidos.

Observa-se, a partir dos depoimentos da equipe da Fundação Heinrich Böll, uma maior autonomia na gestão das doações quando comparado ao exemplo da Luminate, com a seleção de seus projetos realizada localmente. A direção na Alemanha acompanha a construção dos programas temáticos em conjunto com os coordenadores no Brasil, os quais detêm a responsabilidade pelas decisões de financiamento. Há, não obstante, uma diretriz clara quanto a necessidade de alinhamento dos programas aos princípios institucionais, que defendem a justiça ambiental, os direitos humanos e os direitos das mulheres e minorias. Já os detalhes da atuação ficam a critério de cada localidade, indicando, talvez, mais uma vez uma peculiaridade das fundações públicas em contraste às privadas.

A organização do trabalho das fundações de modo amplo reflete, possivelmente devido à sua natureza intrinsecamente relacionada ao aspecto financeiro direto, as dinâmicas hierárquicas estabelecidas. A dicotomia entre Norte e Sul é claramente evidenciada, sendo que o Norte representa o ideal a ser alcançado e desempenha o papel de benfeitor que possibilita ao Sul, considerado atrasado, reduzir a disparidade entre ambos.

Também se evidencia a busca por uma racionalização máxima do trabalho, caracterizada pela redução do número de funcionários e pela implementação de uma lógica de otimização por meio da sinergia entre as equipes locais e os favorecidos. Embora essas equipes possam desfrutar de diferentes níveis de autonomia, as decisões orçamentárias estão sob a responsabilidade do Norte.

5.4. Jornalismo tradicional x jornalismo ativista

Evidencia-se, como já demonstramos, a nítida divisão do grupo de financiadores em duas vertentes distintas. A primeira, composta por entidades como a Open Society e a Luminate, as quais detêm programas específicos direcionados ao jornalismo, busca fortalecer e influenciar o campo jornalístico de maneira abrangente. A Ford Foundation, embora não possua um programa específico para o jornalismo, demonstra seu interesse no setor através do investimento em diversos projetos que tem no próprio campo do jornalismo seu objetivo-fim.

Em contraposição, a segunda vertente, composta principalmente pelas fundações Oak e Heinrich Böll, prioriza o apoio a pautas específicas, como o meio ambiente. Tais fundações utilizam o jornalismo e a comunicação como ferramentas estratégicas para potencializar a visibilidade e o debate sobre temas de seu interesse, incorporando-os de forma transversal em suas diversas iniciativas.

Tratando, primeiramente, da primeira vertente, retomamos um ponto crucial para a discussão: a discrepância econômica, política e cultural entre Norte e Sul Global. Essa distinção é fundamental para entendermos como os financiadores definem suas estratégias e revela sobre os mecanismos de enquadramento da mídia local, servindo como base para a construção do caminho para atender às Questões de Pesquisa 1 e 2. A percepção estrangeira e dominante determina quais projetos são considerados merecedores de financiamento, bem como estabelece dualidades na distinção do perfil do jornalismo em si, especialmente suas considerações sobre o campo de veículos independentes e alternativos.

Conforme nos aprofundamos no Capítulo 3, o papel de *watchdog* e a exaltação do jornalismo de compromisso público e viés investigativo são características predominantes e prestigiadas no jornalismo independente estadunidense e europeu. A estratégia de financiamento da Luminate, por exemplo, opera por meio da seleção de projetos que se amoldam a essa visão normativa e tradicional do que se concebe como bom jornalismo. Apesar do reconhecimento da equipe local de que tal visão se origina de uma construção hegemônica, a qual não necessariamente reflete a realidade dos veículos locais, há certa adesão à essa referida diretriz.

(41) **A Luminare é mais avessa a financiar o jornalismo que tem compromisso com causas.**

Eu tenho mais dificuldade em aprovar esses apoios aqui. [...] Jornalismo que partem já de um olhar de um compromisso com uma causa, isso eu tenho mais dificuldade de financiar. **Aqui no Brasil a oferta desse tipo de jornalismo é muito maior do que a oferta que os meus colegas americanos viram quando a gente ainda financiava nos Estados Unidos** (Representante da Luminare, grifo nosso).

O representante da fundação sustenta nos enunciados (41) e (42) que o jornalismo independente no Brasil exibe características de identidade distintas. Estas são marcadas pela defesa de pautas específicas, engajamento e ativismo, diferenciando-se do modelo tradicional de jornalismo que favorece a neutralidade discursiva. É possível observar uma analogia entre a produção jornalística local e o trabalho de uma ONG, o qual, no imaginário social, representaria uma ação engajada, desviando-se do papel habitualmente atribuído à imprensa, o de mero observador neutro dos acontecimentos.

(42) **É um jornalismo que já parte de uma conclusão inicial.** A escolha das pautas, o tom, a forma como eles colocam as informações. **Eles não abrem margem para o tipo de jornalismo que alguém do Norte Global, que parte da importância do jornalismo, valoriza.** Ele é quase uma ONG, é uma ONG denunciando (Representante da Luminare, grifo nosso).

O argumento apresentado destaca que o jornalismo alternativo se distingue por adotar um viés pré-estabelecido na escolha das pautas e na abordagem das notícias, partindo de uma "conclusão inicial". Conseqüentemente, ocorre um desalinhamento com as expectativas dos financiadores, o que dificulta diretamente a obtenção de financiamento. A visão tradicional do jornalismo não abre espaço para a modalidade que prioriza servir como porta-voz dos interesses de suas comunidades, tampouco para experimentar novas abordagens narrativas. Tal perspectiva tradicional tende à massificação, ignorando as particularidades das realidades locais. Enquanto os veículos alternativos procuram estabelecer um novo paradigma jornalístico e resistir a diversas formas de dominação, a penalização frequentemente se manifesta na negação do acesso aos recursos.

Ao contrastar o cenário brasileiro com as iniciativas de jornalismo investigativo sem fins lucrativos nos Estados Unidos, o enunciado (43) expõe a visão do representante da Luminare sobre as discrepâncias entre os dois contextos. Segundo ele, as iniciativas nos Estados Unidos demonstram uma capacidade mais aprimorada na obtenção de recursos e um compromisso mais firme com os princípios da democracia liberal e o papel de vigilância atribuído ao jornalismo. Esse papel consiste

em monitorar o desempenho dos governos, das empresas e da própria sociedade. O depoente entende que, no Brasil, esse modelo ainda está em estágios iniciais, embora ele acredite que nosso país, assim como o México, apresente mais iniciativas com essas características do que outros países latino-americanos.

(43)[...] iniciativas que são criativas em captar, que tem um **certo compromisso com um jornalismo com um olhar mais liberal**, né da democracia liberal, assim, do **papel de jornalista como a pessoa que monitora governos e sociedade** e que pensa desde um ponto de vista mais da **busca por um bom jornalismo**, menos do que pelo lado mais ativista, ou pelo um recorte social. Ao contrário, né? Eu já estou contrastando com que eu encontro mais aqui, **se você pega os veículos no Brasil, assim, não existem vários assim**, eu acho que essa oferta é mais limitada no Brasil. Talvez seja um dos melhores da América Latina, se não for o melhor país para isso. No México também tem lá um cenário bom, assim, de veículos independentes (Representante da Luminare, grifo nosso).

O que é identificado pelo representante como uma maior criatividade na captação de recursos pode ser interpretado como um maior alinhamento aos interesses dos financiadores. Conforme discutido no Capítulo 3, o jornalismo sem fins lucrativos nos Estados Unidos já está passando há mais tempo por um processo de padronização, enquanto, no Brasil, argumentamos que esse processo ainda está em ascensão.

Vemos, no trecho (44), a reprodução de uma perspectiva que atribui aos jornalistas a responsabilidade pela sua própria sustentabilidade financeira, a partir do que seria tido como um esforço em manter-se relevante perante as suas audiências. Não obstante, é importante lembrar que essa interação com o público é inteiramente mediada e racionalizada pelas grandes plataformas. Consequentemente, conclui-se do discurso que esse novo paradigma jornalístico está sujeito, de forma naturalizada, ao imperativo das corporações de tecnologia.

Segundo o depoente, tanto a Luminare quanto o Google compartilham a expectativa de que o sucesso do jornalismo depende da sua capacidade de se manter fiel ao formato tradicional, normativo, ao mesmo tempo em que deve se adaptar às demandas contemporâneas de um cenário caracterizado pela predominância da interação virtual e centrado nas plataformas digitais. Isso implica afirmar que o financiamento da fundação caminha na direção de validar a criação de conteúdos voltados para garantir acessos, cliques e a fidelização da audiência sempre sujeita à direcionamentos que são externos ao veículo e suas premissas institucionais.

(44) Em uma das conversas com uma pessoa do Google, eu escutei algo que eu concordo muito, que os meios [de comunicação] **eles têm uma responsabilidade ampliada de pensar sua própria sustentabilidade a partir da sua própria relevância**. E então a gente se conecta, **a Luminare pelo menos se conecta com o Google nesse nível**, de entender isso, né? **Essa visão um pouco normativa do que deve ser o futuro do jornalismo** (Representante da Luminare, grifo nosso).

É particularmente interessante destacar que, de acordo com o representante entrevistado, existe uma significativa convergência entre uma grande fundação, diretamente implicada no financiamento do jornalismo, e o capital privado, representado por uma das maiores corporações contemporâneas que, além de sua magnitude, compõe o grupo daquelas que estão à frente na plataforma digital. Ambas compartilham uma visão comum sobre “o que deve ser o futuro do jornalismo”.

A reconfiguração que temos destacado revela-se no discurso. Se agentes tão influentes, situados no ápice das hierarquias que moldam o campo jornalístico independente, estão alinhados ideologicamente, isso sugere que o “futuro do jornalismo” não é uma questão em aberto, sujeita a construção coletiva pelos profissionais do setor, mas sim algo já determinado de cima para baixo. Esse direcionamento é delineado pelos interesses dos grandes capitais envolvidos, fortemente vinculados à plataforma digital, e profundamente permeados pelas concepções hegemônicas do Norte Global em relação ao Sul.

Adicionalmente, é relevante observar que se instituições como Luminare e Google, dotadas de considerável capacidade para influenciar o campo jornalístico, estão alinhadas ideologicamente, isso implica que cada uma delas provavelmente buscará estratégias práticas para agir de acordo com tal alinhamento. Isso sugere que a cooperação e a sinergia entre ambas tendem a se manifestar, mesmo que não de forma explícita, formal e direta. Dado que compartilham algumas concepções gerais, não é necessário que estabeleçam parcerias diretas para colaborar com o mesmo propósito. No entanto, isso não descarta a possibilidade de tais parcerias ocorrerem caso se mostrem estrategicamente vantajosas.

Entre os veículos brasileiros que mais se aproximam do formato idealizado pela Luminare, destaca-se o Nexo, com ao menos dois projetos financiados pela fundação no período analisado. Essa convergência com o modelo jornalístico americano rendeu ao Nexo uma parceria com o New York Times, firmada em 2019 e vigente até hoje.

(45) Desde a sua fundação, o Nexo tem como principal motivação **produzir um jornalismo que contribua para um debate público qualificado e plural**, e que seja **capaz de fortalecer a democracia brasileira** (*Website* do Nexo, grifo nosso).

Outro financiamento da Luminare de destaque é da iniciativa MonitorA – Observatório de Violência Política. Neste caso, exemplifica-se seu incentivo a projetos que promovem a conexão entre informação e defesa dos princípios da democracia liberal. Em 2022, uma edição dessa iniciativa, realizada por meio de uma parceria entre a Revista AzMina, InternetLab e Núcleo Jornalismo, concentrou-se na análise da violência de gênero durante o processo eleitoral. Apesar de não se enquadrar unicamente como um projeto de jornalismo, dado o interesse da fundação no financiamento de iniciativas relacionadas à disseminação de informação, sua condução por veículos de comunicação adere aos princípios esperados em seu “papel de jornalista como a pessoa que monitora governos e sociedade” (43). Como fruto do monitoramento, foram produzidas reportagens especiais sobre os resultados encontrados.

Harlow (2022) argumenta que o jornalismo alternativo latino-americano se encontra justamente em uma posição híbrida, combinando a defesa de causas com elementos do jornalismo tradicional. Essa mescla resulta em uma diversidade de formatos estruturais e narrativos. Em contraposição à Luminare, a Fundação Heinrich Böll e a Oak direcionam seus investimentos para iniciativas de jornalismo, mídia e comunicação em função do papel que estas desempenham na promoção de “causas”. Nesse contexto, o jornalismo assume, de forma mais naturalizada, seu papel como propagador de narrativas e histórias pessoais e de comunidades.

É possível inferir que os projetos, mesmo na segunda vertente, detêm a capacidade de influenciar o campo de forma ampla. Um exemplo ilustrativo é o trecho (46), no qual o representante da Oak Foundation detalha a estratégia de financiar projetos que visam influenciar o trabalho dos jornalistas nas redações, com foco em ações de capacitação e direcionamento de pautas alinhadas aos interesses da fundação.

(46) **“Não financiamos diretamente o jornalismo, por exemplo.** Trabalhamos com o GSCC, o Global Strategic Communications Council (Conselho Global de Comunicação Estratégica). Eles, obviamente, lidam com questões de mídia. Eles ‘brifam’ jornalistas e auxiliam nas redações. Então, **eles definitivamente influenciam o jornalismo climático, mas não é a mesma coisa que financiarmos diretamente projetos jornalísticos.**” (Representante da Oak Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

Em outras palavras, investir no jornalismo, mesmo entendendo-o como um passo intermediário no alcance de um objetivo institucional maior, resulta em um impacto na estruturação da produção jornalística, e é dessa forma, sempre muito mediada, que se observa o movimento de reconfiguração do ambiente jornalístico.

No âmbito da padronização dos financiamentos baseados em projetos, há um consenso entre financiadores e organizações favorecidas de que esse modelo impõe obstáculos à garantia da robustez da estrutura de gestão dessas instituições, devido à sua inerente fragilidade. Tamaña instabilidade representa um empecilho também para os objetivos estratégicos dos próprios financiadores, os quais têm interesse em assegurar a continuidade desses empreendimentos.

Na percepção do representante da Luminare (47), uma abordagem mais eficaz do que simplesmente financiar projetos jornalísticos seria investir em consultoria de gestão, abrangendo áreas como governança e captação de recursos. A fundação já possui grupos de consultores pré-contratados, cujos serviços são disponibilizados sob demanda às iniciativas. Alternativamente, as próprias iniciativas podem solicitar recursos para contratar consultorias independentes.

(47) **Eu vejo isso pipocar em conversas com outras pessoas, financiadores da filantropia, é o financiamento da infraestrutura.** Ela é muito mais importante [do que o financiamento do conteúdo jornalístico]. É aqui que a gente deveria ter um papel. E a outra coisa é empurrar para o campo maior responsabilidade em pensar o futuro do seu próprio financiamento (Representante da Luminare, grifo nosso).

Nesse sentido, é possível observar claramente como os investidores têm interesse e capacidade para influenciar os processos produtivos, sob a justificativa da profissionalização. O representante ainda enfatiza que o debate sobre a necessidade de ampliar os recursos destinados à infraestrutura desses veículos é tema de discussões entre as diversas instituições filantrópicas. No entanto, ele também reitera a responsabilidade dos jornalistas em garantir sua própria sustentabilidade financeira. Isso revela sua convicção de que cabe à filantropia fomentar essa mentalidade.

(48) Eu acho que tem aqui uma **discussão de como a filantropia pode fazer algo**, como ela pode ser o começo de algo muito maior em termos de financiamento e **não se encerra em si mesmo nas suas próprias estratégias individuais**, porque elas não dão conta (Representante da Luminare, grifo nosso).

No fragmento (48), reforça-se a ideia de que a filantropia possui o potencial de iniciar ou, pelo menos, incentivar uma modificação mais abrangente em seu campo de atuação, buscando reconfigurar suas práticas de forma menos localizada e individual e mais estruturada e coletiva. Existe uma percepção da necessidade de ultrapassar a relação limitada entre financiadores e favorecidos diretos. Essa necessidade emana da percepção sobre os desafios enfrentados pelo campo no que diz respeito à crise do jornalismo, sugerindo que essa reconfiguração em direção a algo “muito maior em termos de financiamento” é vista como um caminho necessário para gerar impacto efetivo. Isso ocorre porque as estratégias formuladas individualmente não são vistas como suficientes para atender às expectativas em relação ao impacto de suas atividades.

5.5. O que as fundações pensam sobre as corporações de tecnologia

As grandes corporações de tecnologia são pauta no universo da filantropia para o jornalismo atualmente ao menos por dois grandes motivos, interconectados entre si. Por um lado, como explicamos, as *big techs* atuam como financiadoras, injetando recursos em iniciativas jornalísticas. Por outro, são objeto de debate em relação à regulação de suas plataformas digitais. O campo da mídia independente está profundamente envolvido em ações políticas relacionadas à tramitação do chamado PL das Fake News - o Projeto de Lei Federal nº 2630/2020 que Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei (Projeto de Lei nº 2630, de 2020).

O impacto das plataformas e das tecnologias na sociedade como um todo foi destacado em todas as entrevistas junto às fundações, em diferentes graus. Os financiadores filantrópicos do jornalismo estão atentos a esse tema, por vezes envolvidos diretamente no investimento em projetos relacionados. Como evidenciado na Tabela 21, a Ford e a Luminate financiam iniciativas que incorporam atividades de *advocacy* na temática da informação do InternetLab, Ponteio e Intervozes.

É interessante observar que esses mesmos projetos também abrangem a dimensão da pesquisa, da comunicação pública e da formação como etapas correlacionadas no processo de incidência política.

Tabela 21: Exemplos de projetos financiados para a realização de advocacy na temática da informação

FUNDAÇÃO	FAVORECIDO	DESCRIÇÃO
Ford Foundation	InternetLab	Apoio geral à pesquisa e advocacy sobre desinformação e o agravamento da vulnerabilidade de mulheres e grupos sub representados em ambientes digitais.
Ford Foundation	Ponteio Comunicação, Informação e Cultura	Para pesquisa , monitoramento, educação pública e advocacy sobre desinformação e polarização na esfera digital.
Luminate	Intervozes	Este projeto apoiará a missão geral da Intervozes de promover um ecossistema informacional livre e diversificado no Brasil , especificamente apoiando sua capacidade de a) realizar projetos de pesquisa ; b) implementar campanhas de envolvimento público e estratégias de advocacy tanto a nível nacional como internacional; c) realizar cursos de formação destinados a ativistas e organizações de base.

Fonte: Elaboração própria

Em dezembro de 2023, o Intervozes, conjuntamente com a Coalizão Direitos na Rede (CDR) e o Fórum sobre Informação e Democracia, promoveu o “I Seminário Big Techs, Informação e Democracia na América Latina”. O evento foi articulado com o apoio da Luminate e a participação de um representante institucional da fundação na abertura. A regulação das plataformas digitais constituiu o tema central do seminário, com destaque para a discussão acerca do PL. Outras organizações identificadas por nós como favorecidas por doações das fundações estiveram presentes nas mesas de debate do seminário, a saber, a Artigo 19 e o InternetLab.

Em relação ao assunto, o representante da Luminate observa no enunciado (49) que o envolvimento da fundação com o PL levou a um distanciamento das empresas de plataforma, sugerindo que anteriormente havia uma relação mais próxima.

(49)Eu acho que depois do que aconteceu na batalha do [Projeto de Lei] 2630, a gente se afastou um pouco, né assim. Acho que **os ânimos se acirraram um pouco** (Representante da Luminate, grifo nosso).

Conforme uma reportagem da Agência Pública (Fonseca, 2023), em maio de 2023, o Google emergiu como o principal anunciante político nas plataformas do Facebook e Instagram. A gigante

tecnológica investiu mais de R\$ 670 mil em anúncios contrários ao projeto nº 2630. Ainda segundo a reportagem, o público-alvo das campanhas foram “donos de empresas, diretores, chefes de marketing, profissionais de relações públicas, advogados, defensores públicos, juízes, vereadores e servidores públicos”. A empresa ainda infringiu a legislação nacional ao veicular os anúncios sem o devido rótulo de conteúdo político.

A questão tecnológica adquire *status* central na narrativa e nas linhas de financiamento de quase todas as fundações analisadas, com exceção da Oak, na qual o tema aparece, mas em menor escala. Vemos, no segmento (50), o posicionamento institucional da Luminate, apesar de seu vínculo inato ao setor.

(50) Muitas vezes, **a tecnologia é um obstáculo à participação política e ao debate público livre** e amplo. Governos repressivos a utilizam para promover seus interesses, enquanto as Big Techs e as plataformas de mídias sociais ampliam a disparidade entre as pessoas. Por outro lado, **a tecnologia também pode fornecer soluções**, permitindo maior engajamento, organização e influência nas decisões que impactam diretamente suas vidas. Em todo o nosso trabalho, queremos que a tecnologia trabalhe a favor, não contra a democracia (*Website* da Luminate, grifo nosso).

O trecho em questão reafirma uma lógica de causalidade que retoma a noção de aperfeiçoamento: as tecnologias são prejudiciais quando mal utilizadas, portanto, é essencial reverter seu uso – com a fundação assumindo o papel de agente dessa mudança. Ao examinar mais detalhadamente, percebemos que a crítica, na verdade, perpetua a idealização das tecnologias digitais. A imagem construída é de que estas, embora sejam a causa subjacente dos problemas democráticos contemporâneos, poderiam, na verdade, ser a solução se fossem utilizadas de forma mais eficaz.

Conforme análise anterior, vemos a manutenção da defesa dos princípios da democracia liberal como marca distintiva do discurso institucional da Luminate. Discursivamente, as fundações se atribuem o papel de agentes engajados em extrair a potência positiva latente de todas as esferas e processos identificados como falhos, corruptos ou incompletos.

Verifica-se uma visão dual e, por vezes, moralizadora da realidade social. No fragmento (50), em particular, aborda-se a tecnologia e seu uso. A questão é tomada a partir de uma dicotomia que também se manifesta em outros temas mobilizados pelas fundações. Expressam-se dois lados da tecnologia, o bom e o mau, vistos como isolados e opostos entre si. Isso implica em conservar o lado

bom, eliminando o lado mau, como se ambos existissem separadamente e não como resultado conjunto de um fenômeno social dinâmico.

Ao observar os discursos institucionais da Open Society e da Ford, vemos exatamente a mesma abordagem assumida pela Luminate:

(51)A Open Society apoia esforços para fortalecer a liberdade de expressão, privacidade e acesso à informação — em um cenário de **constante evolução do ambiente digital, que ampliou a capacidade do poder estatal e corporativo de influenciar e afetar nossas vidas privadas**. Trabalhamos para tornar o uso da tecnologia digital mais responsável perante a sociedade (*Website* da Open Society Foundations, tradução nossa, grifo nosso).

(52)**Um punhado de empresas privadas de tecnologia exerce enorme poder sobre nossa vida cotidiana, mas sem nenhuma responsabilidade genuína** — ao mesmo tempo que fornece aos governos novas tecnologias de vigilância que podem reprimir a dissidência e reforçar a discriminação contra grupos vulneráveis. **A Open Society apoia a criação de padrões e regras globais para o comportamento das plataformas digitais corporativas** existentes — incluindo medidas para proteger a privacidade do usuário e combater o discurso de ódio e a desinformação (*Website* da Open Society Foundations, tradução nossa, grifo nosso).

Nos enunciados (50), (51) e (52), observamos os governos sendo equiparados às corporações – ou mesmo sendo vistos de forma pior, quando utilizam tecnologias de maneira repressiva. Existe uma generalização de que a vigilância tecnológica seria de interesse apenas de governos antidemocráticos, enquanto as fundações presumivelmente “trabalhariam” para proteger a democracia, exigindo uma maior responsabilidade no uso das tecnologias e se apresentando como paladinas dos direitos dos cidadãos.

Ao defender a “criação de padrões e regras globais para o comportamento das plataformas digitais corporativas”, a Open Society sinaliza para a defesa da regulação legal, evidenciando a relação contraditória das fundações com as corporações. O solucionismo defendido pela filantropia perpassa, necessariamente, a intervenção governamental e do sistema jurídico, enquanto para as empresas de plataforma, o discurso defendido é de autorregulação. Seu argumento é de que seriam plenamente capazes de tomarem as decisões garantidoras do bem-estar coletivo – mesmo que não o tenham feito até hoje.

Ainda que a luta pela regulação seja crucial, ela não se mostra suficiente para enfrentar os riscos de perpetuação do poder das grandes corporações, da concentração tecnológica no Vale do

Silício e da manutenção das relações de dependência, especialmente para os países do Sul Global que carecem de infraestruturas próprias. Sobre isso, não é de modo algum negligenciável a dificuldade resultante dos limites inerentes aos Estados nacionais e seus regimes políticos e jurídicos. A plataformização é um fenômeno mundial, impondo entraves à capacidade de atuação dos governos e, ainda, aumenta as chances de articulação e *lobby* das corporações em contextos locais.

(53) As tecnologias de comunicação digital transformaram a maneira como nos conectamos e interagimos com o mundo ao nosso redor, **criando oportunidades** em todas as áreas da vida contemporânea. Porém, assim como essas tecnologias são usadas para fomentar o aprendizado e promover a justiça, **elas também têm sido utilizadas de maneiras que ampliam a desigualdade** (*Website* da Ford Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

(54) Para **garantir que a tecnologia se desenvolva para atender às necessidades do público**, apoiamos o crescimento de organizações tecnicamente sofisticadas e diversificadas, dedicadas a promover espaços e sistemas digitais equitativos e inclusivos. Buscamos, ainda, **desenvolver a capacidade tecnológica de organizações de justiça social**, o que é fundamental para fortalecer o impacto do trabalho vital que desempenham no ambiente atual (*Website* da Ford Foundation, tradução nossa, grifo nosso).

Observa-se uma adesão ao solucionismo tecnológico que transcende o âmbito das fundações, encontrando raízes nos discursos hegemônicos emanados do Vale do Silício. Para Morozov (2018), o solucionismo configura-se como estratégia utilizada pelas corporações de tecnologia para propagar a crença na capacidade da inovação disruptiva de solucionar os principais problemas sociais do mundo, desde que aplicada de maneira correta e racional.

Um exame dos excertos (53) e (54), retirados do *website* da Ford Foundation, revela uma postura marcadamente solucionista e idealizada em relação às tecnologias. A fundação postula que o desenvolvimento da “capacidade tecnológica de organizações” constituiria a chave para a resolução dos problemas sociais, configurando-se como um investimento essencial para “fortalecer o impacto” do trabalho dessas instituições. Em outras palavras, o argumento da Ford Foundation é que a carência de acesso à tecnologia impede a superação das mazelas sociais, as quais seriam combatidas por meio de parcerias privadas entre filantropia, tecnologia e organizações sem fins lucrativos.

A Fundação Heinrich Böll igualmente se integra ao debate, mantendo presença no Brasil por meio do programa de financiamento intitulado Tecnopolítica. A gênese do programa se encontra no

apoio concedido ao podcast homônimo, sob a liderança do Professor Sérgio Amadeu, docente da Universidade Federal do ABC.

(55) A Fundação Heinrich Böll é uma organização política, né? Então a gente acredita junto a parceiros de que **as tecnologias não são neutras**, né? Elas estão aí influenciando mudanças de comportamentos sociais (Representante da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

O solucionismo não aparece como alternativa ao problema nos principais enunciados institucionais identificados nos materiais da Fundação Heinrich Böll. Em 2022, a fundação lançou publicação intitulada “A democracia aceita os termos e condições? Eleições 2022 e a política com algoritmos” e contou com artigos de representantes de arranjos de jornalismo, como a Agência Lupa e a AzMina. Por situar-se mais distante do âmbito corporativo tipicamente estadunidense, sua posição lhe concede um *status* singular. Isso, talvez, possibilite à fundação um posicionamento mais crítico diante de tópicos que intensificam o conflito entre os interesses públicos e privados.

No próximo capítulo trataremos da percepção dos jornalistas acerca dos processos e efeitos das relações de financiamento.

CAPÍTULO 6

O OLHAR DE QUEM RECEBE: A PERSPECTIVA DOS JORNALISTAS

Não é pela quantidade de dinheiro. Para mim e para meus colegas, o mais importante é criar um fluxo de informação aberto para as pessoas. Ter empresas de mídia controladas por conglomerados simplesmente não me atrai.

Mark Zuckerberg em 2007

Neste ponto, já foram apresentados elementos cruciais que sustentam a hipótese de uma reconfiguração do jornalismo independente e alternativo. Agora, buscamos discutir as diversas maneiras pelas quais esse processo permeia a realidade dos profissionais. Aqui, procuramos elucidar os elementos que contribuem para uma reflexão sobre a percepção dos próprios jornalistas no que diz respeito às suas estruturas organizacionais e em relação ao movimento de transformação em curso. Ao longo deste capítulo, destacamos aspectos que demonstram que os profissionais reconhecem as mudanças que afetam suas práticas de trabalho, gestão, governança, institucionalização e até mesmo o conteúdo produzido. Entretanto, também é evidenciado que tais percepções tendem a reproduzir discursos em circulação que respondem aos interesses colocados pelos financiadores, bem como outros alinhados às ideologias da filantropia, da plataformização, e uma combinação de ambas.

A gênese da maioria dos arranjos alternativos às corporações de mídia apresenta características semelhantes. Em geral, nascem da iniciativa de um jornalista experiente ou de um grupo com trajetórias profissionais consolidadas na grande imprensa. Impulsionados pela reestruturação que marca o setor, esses profissionais idealizam, informalmente, um novo projeto de mídia. Outro formato deriva das iniciativas capitaneadas por jovens jornalistas que nunca sequer integraram o mercado formal de grandes veículos. Graduados em um cenário já dominado pela crise do sistema tradicional, esses jovens buscam construir sua carreira desde o início nesse novo panorama (Figaro, 2018).

Neste momento, o jornalista, muitas vezes sem experiência administrativa ou de gestão, percebe que sua nova rotina envolve mais do que a produção da notícia. Agora, ele se vê na posição de “empreendedor”, exigindo habilidades adicionais como gerenciamento de orçamentos, equipes e

processos. É nesse cenário que os profissionais se deparam com o encantamento do financiamento filantrópico, bem como as dores decorrentes.

O debate se inicia na seção 6.1 ao explorar a maneira como se evidencia na prática dos arranjos de jornalistas a naturalização do modelo sem fins lucrativos como uma forma institucionalizada de gestão, não apenas em termos jurídicos, mas também na produção e na comunicação do trabalho. Em seguida, na seção 6.2, abordamos como emerge uma padronização na organização destes veículos por meio da propagação de modelos de negócios específicos que atendem à operacionalização da filantropia e da plataformização. Tendo em vista o amplo processo de reconfiguração do campo do jornalismo digital independente e alternativo, tratamos na seção 6.3 dos efeitos decorrentes dos conflitos de interesses que emergem a partir das diferentes exigências entre os financiadores das empresas de plataformas e das fundações privadas, cada qual atendendo às normas discursivas e práticas de seus respectivos campos de atuação privada. Por fim, na seção 6.4, discutimos as percepções dos jornalistas sobre as influências editoriais que resultam das relações de financiamento.

6.1. O processo de naturalização da forma sem fins lucrativos

Conforme detalhado no Capítulo 4, é notável o aumento da quantidade de veículos de jornalismo registrados como associações sem fins lucrativos, praticamente dobrando na comparação da amostra dos dados da pesquisa do CPCT entre os anos de 2018 e 2023. A título comparativo, temos os dados do último relatório de atividades da Ajor, referente ao ano de 2023, que revela que 32,5% (44) do total de seus veículos associados conta com registro sem fins lucrativos.

Tornou-se evidente até o momento que essa formalização não ocorre de maneira aleatória. Por um lado, há o histórico de onguização vivenciado em países como o Brasil desde meados do século passado. Por outro, há a influência do modelo do jornalismo investigativo estadunidense, que há mais tempo vivencia processo similar. Ambas as trajetórias são, em grande medida, determinadas pela sistemática da filantropia capitalista.

A reflexão sobre a dinâmica organizacional emergente no jornalismo não deve ser restrita a uma abordagem puramente burocrática ou normativa em relação às escolhas individuais entre diferentes estruturas jurídicas. Pelo contrário, a tendência à terceiro-setorização está enraizada em

processos sócio-históricos que refletem lógicas de poder, contribuindo para a manutenção de hegemonias. O engajamento em uma ONG como forma de “empreendedorismo” no exercício da cidadania e da defesa dos direitos irrompe em uma aparência naturalizada para estes jornalistas, refletindo a construção paulatina de uma percepção que limita o campo de disputas sociais ao setor sem fins lucrativos.

Nesse ínterim, o jornalismo também se modifica. A contraditória aproximação entre as ONGs e os movimentos populares confere à parte desse novo jornalismo sem fins lucrativos, no Brasil, a caracterização de atributos anteriormente mencionados, como o ativismo e o engajamento. Mesmo quando mantém marcas tradicionais do jornalismo, com o intuito de garantir legitimidade diante da audiência, esses veículos não raro são acusados de viés. O posicionamento político, quando não corresponde claramente à hegemonia, tem sempre o potencial de causar desconforto. Em reportagem à Rede de Jornalistas Internacionais, IJNet, João Peres, editor e um dos fundadores d’O Joio e o Trigo não tem problema em afirmar que a missão do veículo é realizar um “jornalismo posicionado” (Gloria, 2023).

A institucionalização é muito do que simboliza a distinção entre os movimentos sociais e as ONGs. Não pelo registro em um papel em si, mas por todo o histórico de mercantilização das lutas populares. O depoente da Fundação Heinrich Böll, por exemplo, observa com empolgação no trecho (56) a movimentação que se faz necessária ao grupo de jovens engajados e criadores do Tapajós de Fato, autointitulado como um veículo de comunicação popular, alternativa e independente com atuação no Pará, para adequar-se às expectativas de financiamento.

(56)O Tapajós de Fato, por exemplo. A gente teve uma primeira reunião com eles há pouco tempo, a gente nunca fez apoio a eles, né? Então depois de encontro naturalmente teve essa aproximação e foi impressionante, assim, que é um grupo que inicialmente eram quatro jovens, agora são uns treze, o mais velho tem 26 anos. E, assim, eles estão num território muito complexo de violações de direitos humanos e o agro é muito forte. Assim, tão lá, esses jovens, cheio de vontade e muito organizados. Eu acho que lá o interessante, assim, que me despertou curiosidade, é essa nova geração das organizações, né? Eles são nativos digitais. **Eles estão numa nova geração de organizações, mas eles também foram para o caminho da institucionalização. Porque como eles precisam sobreviver, eles fizeram questão, nessa call com a gente, de mostrar pra gente como eles estavam organizados assim “a gente tem setor financeiro, essa aqui é a nossa instituição”.** E aí a coordenadora financeira falou, teve espaço na *call*. Então eu acho superinteressante ver como é que essas organizações de comunicação estão fazendo pra sobreviver, ainda nesses territórios complicadíssimos (Representante da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

Revela-se de forma cristalina o fenômeno de deslocamento do militante para transformar-se em gestor, conforme discutido no Capítulo 2. O representante da fundação vê como positivo o processo de ‘profissionalização’ destes jovens “cheios de vontade e muito organizados”, que substituem a horizontalidade pela racionalização do trabalho – “tem setor financeiro” afirmam. Essa movimentação, evidentemente, busca atender às exigências e critérios de financiamento, percebida de forma naturalizada pelo depoente, pois “eles precisam sobreviver” reforça.

Um depoente com experiência em diversas iniciativas jornalísticas identifica, no trecho (57), um movimento que descreve como “sequestro”, no qual aponta como as pessoas envolvidas em trabalhos voluntários são sistematicamente absorvidas por lógicas que passam a moldar sua atuação de acordo com práticas e discursos dominantes. Nesse processo, são elevadas, mesmo que involuntariamente, ao status de “empreendedores sociais”. Existe uma pressão para que esses indivíduos ajustem sua linguagem e postura para se adaptarem à gramática esperada. Um trabalho de cunho social específico deve ser apresentado como um “resultado de impacto” para conquistar legitimidade nesses espaços, nos quais os financiadores simultaneamente obtêm visibilidade por associação.

(57) De repente eu comecei a ver que amigos e amigas minhas que fazem um trabalho voluntário estavam sendo lançados a condição de empreendedor social, sendo cobrados por isso. Eram colocados em eventos dizendo “vai lá, fala como que você gera impacto. [...] **Então todo mundo era muito sequestrado por aquilo**” (Jornalista, grifo nosso).

Vale dizer que, para a forma sem fins lucrativos firmar-se enquanto viabilidade quase que exclusiva do campo social, outras foram gradativamente sendo apagadas. Um contraste interessante de pontuar é relativo ao sistema de cooperativas de trabalhadores. Paul Singer (2002), um dos maiores expoentes brasileiros da chamada economia solidária, reconhece no cooperativismo uma estratégia para driblar a força do capital. Apesar das contundentes críticas ao modelo (Germer, 2006; Wellen, 2008), devido a sua incapacidade de efetivamente romper com os mecanismos de exploração, é fato que o cooperativismo se configurou ao longo da história como uma proposta mais radical do que a economia sem fins lucrativos jamais propôs-se a ser já que ao menos fazia-se presente, em sua gênese, a noção de oposição ao capital e à forma capitalista de exploração do trabalho.

A proximidade organizativa do terceiro setor para com o padrão de um complexo industrial diretamente alinhado ao funcionamento do capital concedeu a ele o domínio sobre as disputas sociais, enquanto o cooperativismo foi distribuído em frações de setores. A principal segmentação das cooperativas no Brasil atualmente é: crédito, agropecuárias, transporte, produção de bens e serviços, saúde, consumo e infraestrutura. Nota-se que elas disputam majoritariamente o território da iniciativa privada com fins lucrativos, enquanto os serviços sociais e outros semelhantes são ocupados pelas associações. Apesar de que, vale destacar, o peso de recursos e postos de trabalho das associações e fundações também está concentrado majoritariamente na área de serviços de saúde, como em hospitais tais quais o Albert Einstein, Santa Marcelina e outros.

Segundo o Anuário Coop 2022, da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, até 2021 havia cerca de 4.880 cooperativas registradas no país. Mesmo representando uma quantidade significativamente menor do que a de ONGs²⁷, as cooperativas empregam muito mais. São quase 19 milhões de cooperados no Brasil, comparado a 2 milhões de cargos formais em associações e fundações verificados pela pesquisa FASFIL (IBGE, 2016), e 6 milhões totais estimados pela FIPE em 2023, contando contratos formais e informais.

No Brasil, identificamos três cooperativas de jornalismo. As duas primeiras, a Cooperativa Comunicacional Sul, que publica o Portal Desacato, e a Cooperativa de Jornalismo Mídia Caeté, atendem aos critérios de classificação dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. A terceira, a Jorgraf, responsável pela publicação da Tribuna Hoje, surgiu em decorrência da falência do jornal Tribuna de Alagoas, em 2007, quando os trabalhadores ocuparam a sede da empresa devido à falta de pagamento de salários pelos proprietários. O Portal Desacato afirma institucionalmente que o intuito de operar enquanto uma cooperativa responde a um posicionamento político socialista, inclusive em oposição às ONGs. Não identificamos financiamento filantrópico direto direcionado a nenhuma das três cooperativas, no entanto, a Mídia Caeté foi apoiada com recursos advindos do Google News Initiative por meio da intermediação de projeto coordenado pela Marco Zero Conteúdo.

²⁷ De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA, até 2020 havia cerca de 815 mil organizações da sociedade civil no Brasil, sendo que, destas, 80,9% representam associações privadas, 17,4% fundações, 1,5% organizações religiosas e 0,2% organizações sociais. Quase 90% do total não conta com vínculos formais de trabalho.

O representante d'O Joio e o Trigo, que se reconhece no campo crítico como “um projeto jornalístico que afirma a necessidade de construirmos um novo sistema econômico” (*website* de O Joio e o Trigo), declarou (58) que o formato jurídico de cooperativa representava aquele com melhor integração aos valores da iniciativa e de seus fundadores, e que em sua origem foi estudado como uma das alternativas legais para a sua institucionalização.

(58)A gente não conhecia muito quais eram os modelos, as figuras jurídicas possíveis. O nosso sonho, o que a gente sempre gostou como princípio seria uma cooperativa. Isso é o que a gente via como ideal (Representante d'O Joio e o Trigo).

Contudo, ao avançarem no processo sob a tutela de um financiador filantrópico nacional, o Instituto Ibirapitanga, depararam-se com a proposta do estabelecimento de uma associação sem fins lucrativos (59). Antes, não disponibilizavam de conhecimentos profundos acerca dos modelos de negócios e das figuras jurídicas, uma vez que os profissionais jornalistas se dedicavam sobretudo à notícia. O atual contexto de reconfiguração do trabalho, todavia, impõe aos profissionais uma adaptação e a necessidade de performar multitarefas, em especial relacionadas à gestão.

(59)Nas primeiras conversas com o Ibirapitanga veio essa questão de “olha, a gente gostaria também de prever nesse apoio a criação da figura jurídica”. E aí pesquisar um pouco o modelo de outros veículos. Então dois modelos que a gente seguiu tanto do ponto de vista jurídico como de projetos foram da Pública e da Repórter Brasil (Representante d'O Joio e o Trigo).

O motivo da opção final pelo modelo sem fins lucrativos, explicado pelo jornalista, reside na intrincada burocracia relativa ao tratamento dos trabalhadores quando estes atuam como cooperados. No contexto das associações sem fins lucrativos, a ausência dessa burocracia resulta na prevalência do fenômeno conhecido como pejetização do trabalho, onde os trabalhadores são predominantemente contratados como prestadores de serviços por tempo determinado.

Embora os jornalistas e os gestores de ONGs em geral não estejam de acordo com a prática da pejetização, a realidade prática é que, para garantir a sobrevivência dentro do modelo de contratos baseados em doações por projetos com recursos limitados, a formalização do emprego segundo as leis trabalhistas (CLT) ou como cooperado, que serviria como medida importante contra a precarização e a flexibilização do trabalho, frequentemente se torna inviável. Seria significativamente mais

desafiador garantir os direitos trabalhistas tendo em vista a dependência quase exclusiva de contratos de financiamento por projetos.

Isso nos leva a perceber que o cooperativismo não apenas enfrenta resistência ideológica, mas também tem sua viabilidade reduzida devido à consolidação da forma capitalista típica enquanto sistema predominante. Mais especificamente em relação ao caso d'O Joio e o Trigo, observamos que, ao mesmo tempo em que o financiamento filantrópico do Instituto Ibirapitanga alavanca sua atuação, também representa o fenômeno de enquadramento do veículo e padronização de seus processos que resulta na institucionalização sem fins lucrativos.

Vale dizer que a necessidade de adequação às expectativas de financiamento por meio da forma sem fins lucrativos deixa rastros nos processos produtivos e comunicacionais desses arranjos de jornalistas, resultando em outros efeitos de padronização, como podem ser vistos na linguagem e nas práticas de trabalho. Um aspecto nitidamente observável no mapeamento *online* retrata a maneira como as iniciativas passam a racionalizar sua comunicação de caráter institucional e a organização interna de suas atividades muito mais próxima à tradição das ONGs do que dos veículos jornalísticos.

Ao longo dos anos de análise pelos quais essa pesquisa transcorreu, percebe-se o processo de adaptação e modificação experimentado por esses grupos. Inicialmente concebidas como veículos de jornalismo, diversas iniciativas ampliam suas atividades para abranger projetos relacionados a outras áreas temáticas, como educação e formação. Este movimento é especialmente significativo no contexto da terceiro-setorização, e atende, em grande medida, às demandas por captação de recursos. Ou seja, a expansão do escopo de atuação não apenas diversifica as fontes de financiamento, mas também impulsiona uma reestruturação dos veículos, deslocando-os para o âmbito das organizações não governamentais. Uma estratégia comum incorporada nesse processo é a adoção de uma nova marca, muitas vezes utilizando o termo 'instituto', embora seja importante ressaltar que tal designação não possui conotações jurídicas específicas no Brasil. Trata-se, essencialmente, de uma estratégia de posicionamento que frequentemente associa as entidades a esferas relacionadas à produção do conhecimento ou a causas sociais.

Nesta categoria, destacam-se exemplos como o Instituto Envolverde, Instituto AzMina, Instituto ClimaInfo, Instituto Vozes das Periferias, Instituto Alma Preta Jornalismo e Instituto O Joio e o Trigo. O ponto comum entre eles é que todos inicialmente estabeleceram suas marcas com

enfoque exclusivamente jornalístico, sendo a adoção do termo ‘instituto’ uma estratégia destinada a promover uma percepção diferenciada de suas atividades. Em observância a esses casos, destaca-se que a nova identificação nem sempre é evidente para o público em geral. Em muitas ocasiões, essa designação é reservada para a comunicação institucional direcionada a públicos específicos, tais como os financiadores. O que não é contraditório, visto que as opções lexicais são realizadas e utilizadas a partir das decisões estratégicas que levam em conta os diferentes interlocutores envolvidos.

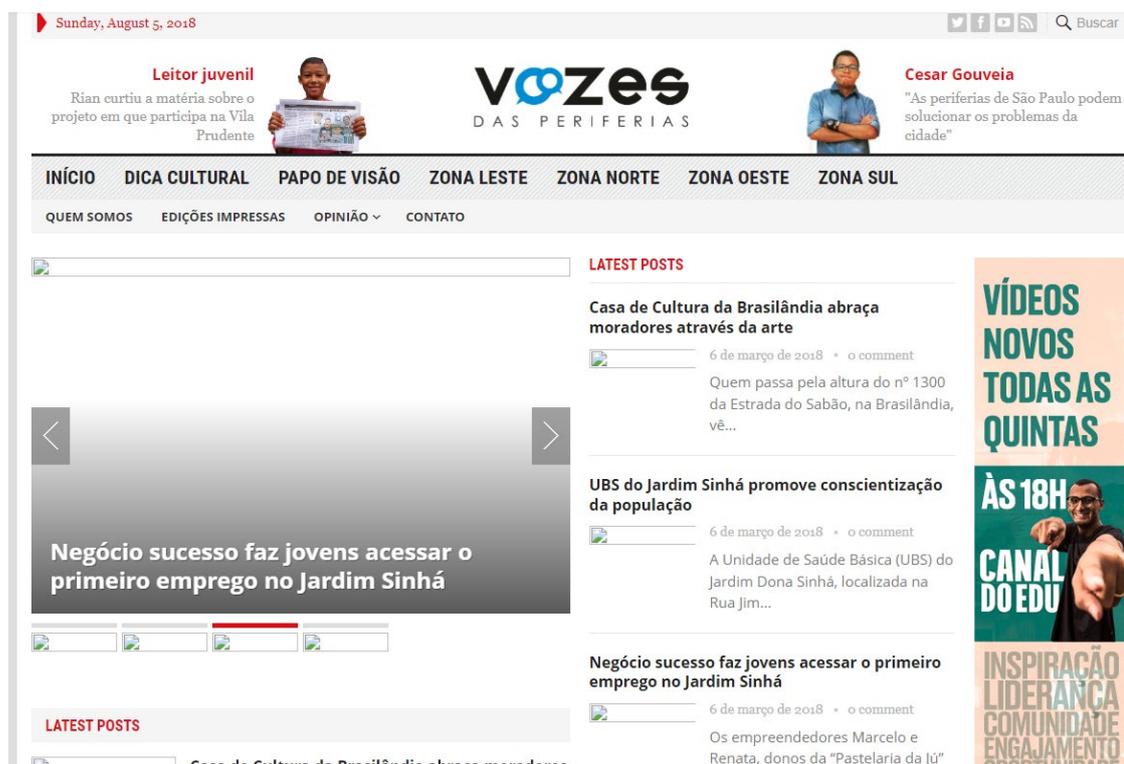
Em certos casos, o instituto é estabelecido como uma estrutura mais abrangente, abarcando o portal de notícias como um dos projetos conduzidos por ele, como exemplificado no caso do Vozes das Periferias (60) e AzMina (61). Este último faz questão de enfatizar a manutenção da independência editorial do veículo diante dessa nova configuração.

(60)O Instituto Vozes das Periferias trabalha para democratizar as grandes oportunidades nas favelas da Vila Prudente e Jd. Sinhá, com atividades de comunicação, esporte, cultura, qualificação profissional e geração de renda (*Website* do Vozes das Periferias).

(61)Em 2017, diante da expansão de nossas atividades, **a Revista AzMina passou a ser parte do Instituto AzMina, uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a igualdade de gênero.** [...] A fim assegurar sua independência editorial, a Revista AzMina trabalha sem a interferência do Instituto e de seus doadores, seja nas pautas jornalísticas, edição ou publicação de conteúdo (*Website* da Revista AzMina, grifo nosso).

O Vozes das Periferias foi estabelecido em 2013 por Cesar Gouveia, à época estudante de jornalismo, e inicialmente operou como um portal de comunicação focado na região da Vila Prudente, em São Paulo. Progressivamente, expandiu suas atividades, ainda dentro do âmbito da comunicação comunitária, estendendo o projeto para outras localidades. Além disso, o jornal passou a ser distribuído também em formato impresso. Na Figura 8, apresentamos uma captura de tela do portal de notícias datada de 2018, obtida através do sistema do Internet Archive. Nesta imagem, é possível examinar a estética e a organização das seções editoriais, que se assemelham àquelas de um veículo de notícias digital convencional.

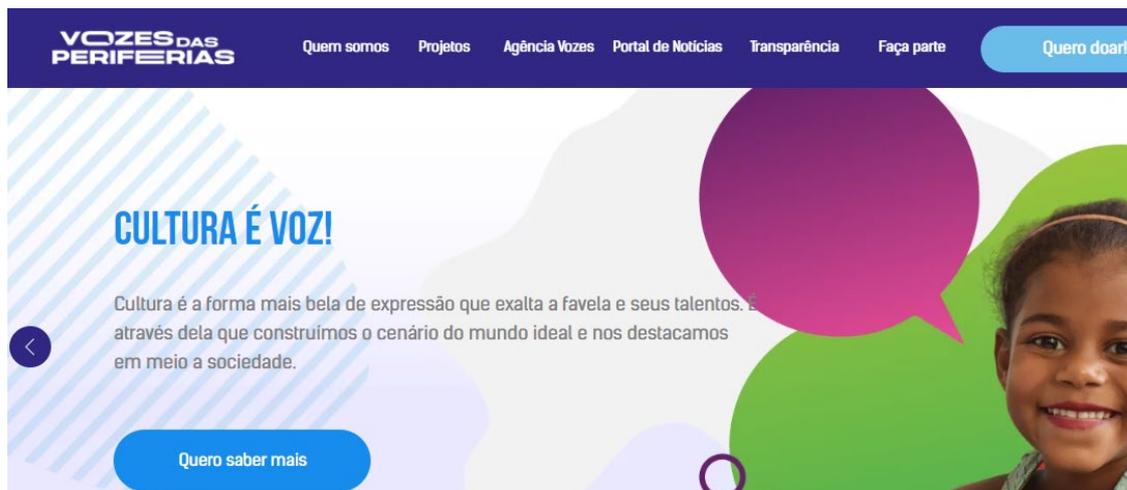
Figura 8: Portal de Notícias do Vozes das Periferias em 2018



Fonte: Internet Archive, 2024.

Com a aproximação do Vozes à Rede Gerando Falcões, uma das ONGs de atendimento social com maior capacidade de mobilização de recursos financeiros do Brasil na atualidade, a iniciativa passa a se apresentar como Instituto Vozes das Periferias, deslocando sua atuação exclusiva do jornalismo para outras áreas de atendimento direto ao público, como educação, qualificação profissional e geração de renda. Vemos o lançamento de um novo *website*, muito mais focado em divulgar as atividades do agora Instituto Vozes das Periferias. O portal de notícias passa a ser uma página interna com menor destaque (Figura 9).

Figura 9: Página institucional do Vozes das Periferias em 2024



Fonte: *Website* Vozes das Periferias, 2024.

Com a reformulação das estratégias discursivas, observa-se também a inclusão de botões de destaques nos *websites* para uma página frequentemente denominada como “transparência”. Dentro desta seção, encontram-se informações dedicadas à prestação de contas públicas das relações de patrocínio, geralmente apresentando políticas de financiamento, logotipos ou nomes dos investidores, bem como valores referentes às receitas e despesas. Trazemos, abaixo, exemplos da Amazônia Real (Figura 10) e da Ponte Jornalismo (Figura 11).

Figura 10: Cabeçalho do *website* da Amazônia Real



Fonte: Amazônia Real, 2022, grifo nosso.

Figura 11: Área “quem financia” da Ponte Jornalismo



Fonte: Ponte Jornalismo, 2024.

A inclusão da página dedicada à prestação de contas públicas atende ao imperativo da transparência, tal qual retratamos acerca das expectativas públicas perante o comportamento da filantropia e dos financiadores. No caso dos jornalistas, existe uma pressão adicional para justificar a independência editorial diante das relações financeiras. À medida que aumenta o influxo de recursos e a visibilidade dos acordos, cresce proporcionalmente a exigência de uma prestação de contas adequada. Esse imperativo se destaca no encontro entre o campo do jornalismo e o terceiro setor, uma vez que ambas as esferas buscam se apresentar como desprovidas de interesses privados.

Essa pressão é, em grande medida, expressão de um processo social e institucional de controle. Procura-se, por meio da prestação de contas pública, tornar claros os agentes que financiam e

viabilizam os projetos. Do ponto de vista da articulação e percepção dos interesses e correlações de forças, a transparência pauta-se na noção de que uma instituição que divulga amplamente seus meios de financiamento não tem nada a esconder, transmitindo honestidade quanto aos seus alinhamentos de interesses.

De certo modo, a transparência e o respaldo de fundações renomadas são interpretados como mecanismos de validação da independência e da legitimidade do jornalismo praticado nestes veículos não-hegemônicos. O selo de aprovação proveniente de uma instituição como a Ford Foundation passa a conferir credibilidade ao trabalho jornalístico. Dada a difícil trajetória dos veículos fora da mídia convencional para se estabelecerem, revelar vínculos de financiamento passa agora a ser considerado uma vantagem, e não um motivo de descrédito. Isso contrasta com a prática do jornalismo tradicional, que mascara relações comerciais por trás de estratégias de marketing de conteúdo e outras formas de publicidade.

Torna-se implícito o pressuposto que todos os indivíduos e organizações têm obrigações financeiras a cumprir e, portanto, naturaliza-se o financiamento, desde que o processo seja transparente. Sendo fundamental tão somente resguardar-se contra a possibilidade de que o financiamento comprometa a integridade da atividade financiada ao favorecer exclusivamente os interesses dos financiadores. Em outras palavras, o financiamento não deve corromper a finalidade da ação que busca beneficiar.

No âmbito das organizações sem fins lucrativos, esse argumento se configura como um recurso persuasivo de grande influência. Tais entidades, ao se definirem pela ausência de objetivos lucrativos, são posicionadas como agentes que operam à margem das dinâmicas mercantis e privadas. Ao não almejarem lucratividade e, conseqüentemente, não proporcionarem retornos financeiros diretos aos seus financiadores, servem como uma validação de que aqueles que as apoiam o fazem desprovidos de motivações particulares.

Desse modo, as organizações sem fins lucrativos no âmbito do jornalismo contribuem para legitimar as doações provenientes de fundações e alinhar o campo aos princípios da filantropia, assumindo-as como expressões de vontade direcionadas não para o lucro, mas para a promoção do bem público. A transparência é, portanto, dentro dessa lógica, um modo de operacionalizar o processo de legitimação, bem como é a manifestação da noção de que é possível separar dinheiro e

poder de decisão. Como se o dinheiro pudesse carregar por si mesmo um potencial realizador que se desprende dos interesses daqueles que o fornecem.

6.2. A reprodução do modelo de negócios

A demanda pela institucionalização é a forma preliminar de materialização deste novo formato de trabalho. Como afirma o representante da Amazônia Real “a primeira coisa que nós fizemos foi transformar a Amazônia Real em um CNPJ”.

O informante d’O Joio e o Trigo explica durante o diálogo exposto no fragmento (59), ainda no tópico anterior, que o processo de institucionalização se inicia com a busca por modelos de inspiração. Nesse sentido, a construção de um modelo de negócios considerado sólido, baseado na multiplicidade de fontes de recursos e a consequente minimização da dependência de um único financiador ou fonte, é a máxima ambição no cenário das organizações sem fins lucrativos.

É nesse contexto que a Agência Pública surge indiscutivelmente como a mais citada como fonte de inspiração bem-sucedida para outros veículos, especialmente aqueles registrados como associações sem fins lucrativos. A Repórter Brasil, como vimos, também se destaca como uma referência relevante.

Autodenominada como a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, a Agência Pública possui quase 50 membros em sua equipe. Em 2022, seu orçamento foi de 6 milhões de reais, sendo que 50% desse montante provém de fundações internacionais, 22% de empresas privadas, 14% de fundações nacionais, 8,5% de pessoas físicas e 5% de cooperação internacional. Os parceiros institucionais declarados no ano de 2023 foram: Oak Foundation, Ford Foundation, Open Society Foundations, Instituto Serrapilheira, Instituto Ibirapitanga, Climate and Land Use Alliance, Instituto Galo da Manhã e The Reva and David Logan Foundation. Os apoiadores declarados de 2023 foram: Instituto Clima e Sociedade, Fundação Porticus, Climate and Land Use Alliance, Instituto Ibirapitanga, WWF, Report For The Word, Google News Initiative, Desinformante, Conectas e Instituto ProBono. Não fica claro publicamente qual a distinção entre as categorias de parceiros institucionais e apoio.

O representante da Marco Zero Conteúdo enxerga que o modelo da Agência Pública reproduz formatos estrangeiros da Europa e dos Estados Unidos – “a gente começou a ver também que existe uma série de outros movimentos acontecendo, outras iniciativas na Europa, nos Estados Unidos, começando a aparecer aqui no Brasil, como a Agência Pública em 2011”.

Ele explica que, após iniciar o estudo de viabilidade dos diferentes modelos de negócios, agendou uma conversa com representante da Pública. Além do diálogo junto aos pares, partiu também para a aproximação com os financiadores. Ele menciona no enunciado (62) visita realizada à Fundación Gabo, na Colômbia, fundada pelo escritor Gabriel José García Márquez, que se concentra no fomento ao jornalismo.

(62) **E a gente começou a estudar**, a fazer um estudo de caso do que estava acontecendo tanto da **forma do modelo de negócio**, que a gente viu e começou a **achar interessantíssimo esse modelo de jornalismo sem fins de lucro**, e começou também a ver formas de narrativa. Eu cheguei até visitar a Fundación Gabo, em Cartagena (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

É relevante também mencionar que o representante da Marco Zero esclarece, adicionalmente, que seu estudo sobre linhas editoriais e construção narrativa foi conduzido por meio do relacionamento estabelecido com a Universidad de Navarra e a University of Texas at Austin, esta última abrigando o Knight Center for Journalism in the Americas.

O que vemos materializar-se é uma rede de influências para a configuração do modelo de negócios, bem como do produto jornalístico produzido por esses novos arranjos. Para elucidar no que se configura o referido modelo de negócios, primeiramente, elencamos a formalização jurídica sem fins lucrativos, seguindo as normas relativas a essa categoria, como a constituição de uma assembleia, um conselho voluntário etc. Em seguida, o cerne reside na estruturação das formas de financiamento, idealmente sustentadas por uma diversificação de estratégias e fontes de recursos.

Na Marco Zero, a equipe de jornalistas percebeu, como vemos no excerto (63), que o acesso aos recursos dos grandes financiadores requer uma estruturação específica que atenda às suas exigências. O depoente ressalta que o mero desejo de diversificar fontes de recursos é insuficiente quando o veículo não conta com os requisitos esperados. Isso desencadeia um esforço em direção ao enquadramento – a comprovação da experiência, a publicação de balanços fiscais e relatórios de atividades foram mencionados. O grupo percebeu, ainda, a necessidade de investir no

“fortalecimento da marca”, pois a maior reputação perante a audiência e aos pares garantiria mais legitimidade para atrair financiadores.

(63)A estratégia inicial era diversificar as fontes de recurso, mas que não estava compensando. Mas a gente tinha dentro do nosso horizonte e tinha pesquisado que organizações sem fins lucrativos levavam mais ou menos dois anos para conseguir um financiamento desses grandes financiadores, dessas fundações. **Você precisava ter uma experiência já comprovada, você precisava ter pelo menos um ou dois anos de existência, você precisava ter balanço já publicado. Então a nossa estratégia era foco no que estávamos fazendo e fortalecimento da marca** (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

Os primeiros recursos adquiridos pela Marco Zero foram de montantes modestos e resultaram de parcerias estabelecidas com iniciativas de maior escala, como a Agência Pública. Posteriormente, ao obter financiamentos diretamente de fundações internacionais, a Marco Zero começou a repassar recursos para veículos de menor porte, como a Mídia Caeté citada anteriormente, e a Saiba Mais, que atualmente segue uma trajetória semelhante, almejando, eventualmente, a obtenção de financiamentos diretos – “nós não temos ainda, não conseguimos acessar esse recurso ainda. A gente tá se estruturando” afirma seu depoente. Em outras palavras, observamos uma replicação do modelo em uma abordagem que se multiplica do maior para o menor, sempre impulsionados pelos investimentos filantrópicos que definem os critérios médios para a transferência de recursos.

Destaca-se, portanto, que não se requer uma sistematização rígida por parte das fundações filantrópicas em relação aos meios de comunicação que podem receber recursos, nem uma intervenção direta sobre os mesmos. O dinheiro e a perspectiva de sua obtenção por si só estabelecem as condições para a internalização dos critérios por parte dos profissionais. A hierarquia emerge a partir da distribuição de poder que inevitavelmente decorre do fluxo financeiro.

O ponto de inflexão para a Marco Zero ocorreu com a chegada da Oak Foundation, que os abordou em 2016 “eles estavam insatisfeitos com a cobertura que a mídia fazia das pautas deles, das pautas das organizações que eles financiavam” explica o representante. Então, torna-se evidente, em seu depoimento (64), o direcionamento advindo da fundação para que o veículo se estruturasse de acordo com as tradicionais demandas do campo filantrópico – precisariam “evoluir na governança, na gestão” para apenas então conquistarem o financiamento. Nesse momento a Marco Zero decide

inaugurar o CNPJ de associação sem fins lucrativos, com apoio inclusive de uma consultoria especializada nessa formatação.

(64) Eles fizeram diagnóstico de que, realmente, “o conteúdo jornalista que vocês fazem é muito bom, vocês têm o que acrescentar, mas **vocês precisam evoluir na governança, na gestão.** Então não tem como financiar vocês ainda no estágio que estão.” Aí começou a imersão nesse processo então. **Começamos a correr atrás, estudar, todo o processo de se tornar uma ONG,** contratamos uma consultoria (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

O depoente da Amazônia Real também explica um processo similar desde a fundação do veículo e ao longo de seu crescimento:

(65) Nós começamos a bater na porta de fundações, mas também outras começaram a nos procurar [...] aí batemos na porta da Fundação Ford [...] eles ficaram analisando nosso projeto por seis meses (Representante Amazônia Real).

(66) Até hoje nós somos financiados pela Fundação Ford. A cada dois anos a gente renova o financiamento. **E aí vamos aprendendo a lidar com as fundações, com os relatórios, com as pressões de contas, né, com os orçamentos bem enxutos** (Representante da Amazônia Real, grifo nosso).

A partir do segmento (66), percebe-se que o processo de formatação continua em andamento mesmo após a obtenção do financiamento. Para cumprir os acordos estabelecidos no projeto, inicia-se um novo ciclo de tentativa e erro na elaboração de relatórios e na prestação de contas, visando atender às expectativas. Tudo isso é realizado com “orçamentos bem enxutos”, ou seja, mesmo que um projeto tenha acesso a determinados recursos, isso não garante a cobertura de todos os custos operacionais necessários para sua execução – o que reforça a tendência já identificada da precarização como norma sistêmica, estruturante, desse tipo de modelo jornalístico.

Para o informante da Saiba Mais, é a participação do veículo durante o processo de fundação da Ajor que eleva a escala das possibilidades de financiamento (67). Vemos aqui consolidar-se o processo de intermediação de articulação e de financiamento, e a forma pela qual esse processo influencia a conformação dos modelos de negócios, estratégias de financiamento e estruturação de projetos jornalísticos dos veículos.

(67) E aí o grande divisor de águas, também, pra gente, mais uma vez **por intermédio do Marco Zero.** Ele fez um convite pra gente “olha a gente tá organizando, algumas empresas, algumas organizações, que vão fundar uma associação de jornalismo”. E aí gente participa de uma

reunião que é ali o prenuncio do que viria a ser a Ajour. **E a gente funda a Ajour [...] com toda a estrutura que se desenhou, e com a organização muito bem assentada**, vamos dizer assim. E aí **muda de patamar**. Porque aí começa a vir uns projetos, né, coletivos. Acho que o primeiro foi da Web Stories do Google, vem alguns projetos da Meta (Representante da Saiba Mais, grifo nosso).

Fica evidente o modo pelo qual a ascensão desse modelo e o processo de reconfiguração em geral dependem de uma intensa articulação entre os próprios veículos, seja institucional ou interpessoal. A percepção do depoente reforça o fenômeno identificado por nós da formação de redes de trabalho colaborativo entre os arranjos, que será apresentado de forma mais sistemática no próximo capítulo.

É relevante ressaltar que todo esse processo foi desenvolvido com a participação ativa do Google e da Ajour. Conforme explicado pelo representante da associação no trecho (68), o projeto Web Stories foi uma estratégia da empresa para atrair os veículos de menor porte, financiando-os pela produção. Em sua análise, além de observar que os veículos não estavam sendo devidamente remunerados, ele também destaca que o projeto beneficiava principalmente a empresa, que se beneficia do conteúdo circulando exclusivamente em suas plataformas.

(68)A gente teve ano passado **um projeto lá do Web Stories, que era tipo o *showcase* pros menores**, que eles fizeram, que pagava super pouco na minha avaliação, **mas que era um dinheiro que fazia muita diferença no final do mês das organizações menores** e que isso significava que eles tinham que postar no Web Stories com uma certa frequência para poder receber essa remuneração que era, enfim, **total uma ferramenta que é só do Google** que só dá para ver no Google News (Representante da Ajour, grifo nosso).

No que tange a almejada diversificação das fontes de recursos, a composição do financiamento dos veículos analisados em nossa amostra evidencia uma clara combinação entre o modelo filantrópico e os efeitos da plataformização no jornalismo. Alguns dos arranjos de jornalistas que participaram de programas de financiamento do Google News Initiative incorporaram métodos indicados pela empresa de tecnologia, como o *crowdfunding*, ilustrado na Figura 12, ou a sistematização das assinaturas ou denominadas *membresias* de pessoas físicas. No entanto, os depoentes ressaltam que, mesmo nesse contexto, enfrentam dificuldades significativas em garantir a sobrevivência por meio de assinaturas, devido à necessidade de assegurarem um grande número de apoiadores e uma estratégia eficaz de atração e retenção.

Figura 12: Campanha de financiamento da Agência Mural



Fonte: Agência Mural, 2024.

Conforme indicado por seu representante no fragmento (69), a Luminate transfere a responsabilidade pela solução para o problema de financiamento para os próprios veículos. O aporte da fundação é percebido pelo interlocutor como insuficiente em comparação com as necessidades do campo, e é caracterizado como representativo de um investimento de escala inferior em relação a outras instituições filantrópicas. A incapacidade do financiamento filantrópico de abranger todo o setor do jornalismo independente torna naturalizada a concepção de que a solução deve derivar de iniciativas “criativas” e de estratégias de gestão eficazes. Mais uma vez, o ônus da precarização é transferido para os profissionais, que se encontram obrigados a buscar soluções altamente profissionalizadas para o problema estrutural enfrentado pelo jornalismo.

(69) Nosso recurso é muito pequeno perto do que o campo precisa e perto de outras filantropias. Mas mesmo que a gente some a nossa iniciativa a outras, de onde a Luminate vê, ela fala “não, assim não adianta, a gente não vai conseguir alimentar esse campo”, podem convocar a gente o quanto for, mas **em algum momento o campo tem que se pensar de maneira mais a longo prazo, e assumir essa responsabilidade.** Como? **Pensando criativamente, tendo compromisso com infraestrutura, com times de captação, com modelos novos de captação, derrubando alguns tabus sobre *paid content*** [conteúdo pago, tradução nossa], vendo onde é que o valor tá no seu meio em relação à comunidade que busca servir, **sendo muito muito claro em relação a quais são as audiências que você quer atingir e não achar que você produz o jornalismo e ele é um produto que ele se lança no vácuo - ele tem que ter aderência e essa aderência é o que pode virar depois relevância, que pode virar monetização e que pode virar sustentabilidade.** Essa cadeia ainda não é tão

pensada, sabe? Assim a filantropia tem provocado isso, mas hoje a gente tá querendo provocar ainda mais essa discussão (Representante da Luminare, grifo nosso).

O enunciado reproduz uma expectativa de que “novos modelos de captação” teriam a capacidade de superar os problemas de financiamento destas iniciativas. Dentre estes modelos, exemplifica-se o estabelecimento de conteúdos exclusivos para assinantes como uma das possibilidades, considerada pelo depoente como representativa de um conceito tabu para os jornalistas da mídia independente. É perceptível, também, o alinhamento discursivo à abordagem das empresas de tecnologia, que contam com programas de aceleração do jornalismo para estimular supostas inovações de gestão e captação de recursos. Todas as soluções sugeridas são, evidentemente, perfeitamente adequadas ao jornalismo plataformizado.

Do ponto de vista da operacionalização das fundações e do discurso proferido por seus representantes, é evidente a maneira como percebem e abordam o campo de atuação como se fosse um negócio. Parece sintomático que os padrões indiretos expressem claramente essa abordagem, ainda que o enunciado se camufle ao recorrerem às noções de criatividade, relevância social dos temas e sustentabilidade holística das iniciativas. O próprio discurso de responsabilização carrega consigo a naturalização de uma visão positivada associada à saúde e à independência financeira, uma visão amplamente difundida pelo neoliberalismo, tanto em relação aos indivíduos quanto às instituições.

Os profissionais do jornalismo criticam a restrição de conteúdos pagos porque ela tende a elitizar o acesso à informação. O Joio e o Trigo, por exemplo, estipulou em diretriz institucional a proibição do sistema de *paywall* por uma razão de caráter ideológico, conforme se vê abaixo:

(70) É uma discussão antiga que a gente tinha, de ter olhado para várias memberships por aí, no Brasil a fora, e entender que era algo a se estabelecer. Por exemplo, o pessoal do Outras Palavras lá atrás já se financiava bastante por isso, né? Mas com limitação. O Intercept e tal. **Então a gente queria criar também, esse nosso programa de membros. Está expresso no nosso documento institucional de não colocar *paywall* em nada.** [...] também não sei o quanto seria efetivo, **além de ideologicamente a gente não concordar** nesse caso, né? Pelo menos no nosso modelo de produção, o quanto que seria útil do ponto de vista arrecadatório. Então a gente foi mais por essa via de fortalecer o diálogo com as pessoas, da importância de apoiar o veículo e tal, e oferecer algumas coisas exclusivas pros membros. Como o livro, a gratuidade de coisas da lojinha (Representante d’O Joio e o Trigo, grifo nosso).

As declarações dos representantes d'O Joio e o Trigo e da Marco Zero indicam que já há, na verdade, um grande esforço dedicado à busca por inovações visando à sustentabilidade financeira. Contrariando a percepção do financiador expressa no trecho (69), não há evidências de ausência de criatividade nesse sentido. O que se observa é um ambiente no qual os profissionais estão sobrecarregados, tendo que equilibrar a produção de notícias com as demandas de gestão. Além disso, o mercado é extremamente restrito, limitado às plataformas, oferecendo pouco espaço para a tão esperada inovação.

Como mencionado pelo representante d'O Joio e o Trigo (70), não há garantias de que um sistema de assinaturas seria eficaz na geração de receita. Diante desse cenário, o veículo adota de maneira inventiva o programa intitulado Sementeira para incentivar apoiadores por meio de outras vantagens que não a exclusividade das notícias, como brindes da loja virtual. No entanto, mesmo essa alternativa se mostra limitada em termos de arrecadação de recursos. Persistindo, então, a dependência financeira da filantropia.

Em um ciclo contraditório, a filantropia oferece uma solução financeira aos jornalistas que, por sua vez, buscam superá-la, reconhecendo de alguma forma a insustentabilidade resultante do precário modelo de financiamento por projetos. Ao mesmo tempo, os próprios financiadores incentivam essa superação, especialmente por meio da ampliação das possibilidades de arrecadação ou mesmo da mercantilização de certos produtos ou serviços.

No excerto (71), vemos mais uma vez a tentativa dos profissionais de buscar soluções, agora coletivas, para o desafio financeiro comum. O representante da Amazônia Real explica que o veículo aderiu à Black Adnetwork, uma iniciativa liderada pela agência de notícias Alma Preta para estimular a mídia programática em veículos de jornalismo independente voltados para a temática racial. O depoente, inclusive, vê o retorno da busca de financiamento por meio de receitas publicitárias como uma “volta ao tempo”, indicando a crença de que esse formato estava gradualmente sendo substituído.

(71)Hoje nós estamos entrando no projeto do Black Adnet que é da Alma Preta. Enfim, **estamos voltando ao tempo, estamos buscando a publicidade** através da Alma Preta, que é uma parceria que nós fizemos. **A Alma Preta acredita que através dessa publicidade, é, possa dar uma sustentabilidade, né, ao jornalismo independente.** A gente acredita nisso também, pra gente garantir outras formas, né de recurso (Representante da Amazônia Real, grifo nosso).

Desperta interesse observar que o reaparecimento da publicidade nos discursos, anteriormente vista como uma grande vilã da independência jornalística, ressurgiu aqui como uma alternativa eficaz de sustentabilidade financeira para o jornalismo. Isso ocorre, talvez, devido ao fato de que a publicidade é um mecanismo altamente aderente e, portanto, funcional, à dinâmica do capital. Apesar de a filantropia ser considerada uma possível solução para a sobrevivência do jornalismo, o prazo de validade sempre incerto dos projetos torna o futuro do trabalho inseguro. O que esses jornalistas buscam é uma alternativa duradoura para a manutenção de suas organizações.

Os profissionais, que enfrentam cotidianamente as dificuldades perante a instabilidade financeira, percebem que há obstáculos de sustentação mesmo quando há acesso ao recurso filantrópico. Desmotivado diante do cenário, o depoente da Marco Zero Conteúdo afirma “a gente tá chegando à conclusão que não existe modelo de negócio rentável”.

(72) Eu acho que o jornalismo ele tem que começar a ser visto pelas fundações como elas veem os direitos humanos, a democracia, a defesa da liberdade de expressão, o meio ambiente. Então o jornalismo tem que ser uma bandeira, uma causa, dessa que você apoia. **Quem tem que sustentar esse jornalismo não é um modelo de negócio comercial. É a sociedade, ou através de fundos ou através de pessoas físicas, jurídicas e através de financiamento dessas grandes organizações, dessas grandes fundações, nos moldes que elas financiam direitos humanos. Elas não financiam direitos humanos buscando conteúdo, modelo de negócio, audiência. Elas medem impacto.** Então, você tem que começar a pensar o modelo de negócios que sustente o jornalismo independente (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

O entrevistado compara o financiamento filantrópico do jornalismo a outras esferas de intervenção social, como os direitos humanos, a democracia, a promoção da liberdade de expressão e a proteção do meio ambiente, defendendo a perspectiva de que o jornalismo seja reconhecido como uma causa independente de interesses comerciais. Ele expressa desconforto em relação à ênfase na produtividade, à produção de conteúdos específicos e à busca pela audiência.

A monetização direta ou qualquer forma de mercantilização são vistas com desconfiança dentro do escopo ideológico ao qual este tipo de jornalismo busca aderir. Ao abordar outros tópicos do campo social, o representante reforça a ideia geral de que são áreas reconhecidas de interesse universal (72). Ao serem reconhecidas dessa maneira, estimula-se um movimento mais amplo no qual

tais temas receberiam amplo financiamento por diversas fontes, incluindo o conjunto da sociedade seja na forma de empresas, indivíduos, políticas públicas governamentais ou fundações.

Não se questiona o tipo de lógica que orienta a alocação de recursos nessas outras áreas, como direitos humanos, nem como esses financiamentos são efetivamente operacionalizados na prática, considerando as especificidades de cada caso. Além disso, observa-se um movimento que estabelece uma oposição entre as noções de modelo de negócios guiados por uma lógica comercial e a ideia de mensurabilidade de resultados de impacto. Esta última seria considerada moralmente superior à primeira, pois prioriza uma análise dos efeitos das ações financiadas. Desse modo, se estabeleceria uma correlação entre impacto social e aporte de recursos, sem dar importância à adequação mercadológica do modo de realização do projeto financiado.

Essa visão não reconhece dois importantes aspectos. Primeiro, o fato de que o modo pelo qual se efetua a mensuração do impacto já imprime à ação um direcionamento próprio. Além disso, a própria forma-valor que rege a sociedade capitalista cria, como consequência do impulso da valorização, uma compulsão por tornar todos os fenômenos quantitativamente mensuráveis. Segundo, essa visão, por naturalizar a mensuração de impactos partindo de critérios metodológicos e epistêmicos hegemonicamente estabelecidos acaba por reproduzir outra lógica acentuada pelo neoliberalismo: a da eficiência operacional. Se há formas de mensuração, as ações mais eficientes em causar impacto segundo tais parâmetros serão consideradas mais eficientes e, assim, as mais merecedoras de aportes de recursos. Com isso, pretendemos apontar que mesmo quando surgem perspectivas críticas ou reticentes quanto à lógica mercantil subjacente ao modelo, isso se dá ao mesmo tempo em que esses críticos caem em outras armadilhas e reproduzem lógicas neoliberais por outras vias.

6.3. Conflito de interesses entre as exigências das plataformas e das fundações

A discussão supracitada acerca do modelo de negócios exigido para o novo jornalismo independente contemporâneo inevitavelmente perpassa as empresas de plataforma, suas estratégias para incidir no jornalismo, e os produtos e serviços que ofertam.

A entrada impositiva das corporações de tecnologia no campo do jornalismo, especialmente a Alphabet, não passa despercebida pelos profissionais. Apesar das múltiplas e frequentemente divergentes opiniões sobre essa incursão, os arranjos dos jornalistas muitas vezes levantam uma avaliação crítica das investidas das plataformas. Não é incomum que os profissionais se sintam cercados e compelidos a interagir com elas. Essa interação pode ocorrer diretamente por meio de contratos de doações ou indiretamente, através da participação em eventos ou parcerias com outros veículos que mantêm essa conexão. Ao passo em que essas relações não representam casos individuais, mas sim um fenômeno da reconfiguração geral, é praticamente impossível para um veículo manter-se apartado.

Embora conte com financiamento do Google para projetos específicos, o informante da Amazônia Real explica que a organização atualmente não tem interesse em participar do programa de aceleração da plataforma (73).

(73) Nunca quisemos entrar no projeto de aceleração do Google, porque lá é muito pesado pra gente, a gente é muito ligado à produção jornalística, né? [...] O que a gente quer mesmo é o dinheiro da **taxação do Google**, entendeu? (Representante da Amazônia Real, grifo nosso).

Existe uma astuta percepção de que o programa desvia o foco de atenção dos profissionais do conteúdo jornalístico em si, transferindo-o para a gestão do negócio. O depoente revela um posicionamento político crítico, sugerindo que o que seria realmente vantajoso é a “taxação do Google”. Essa ideia está ganhando força entre os jornalistas da mídia independente, que defendem que as plataformas devem ser tributadas e que esses impostos devem ser revertidos para o jornalismo. No entanto, a dificuldade de governança de um fundo público divide a opinião entre os profissionais e foi pauta de intensas discussões durante a incidência política no PL das Fake News. Alguns grupos temem que os recursos sejam predominantemente direcionados aos grandes veículos de imprensa, mantendo lógicas dominantes de sua distribuição.

O representante da Marco Zero Conteúdo testemunha que “as plataformas, Google e Facebook, ficam lhe oferecendo dinheiro”. O acesso ampliado aos recursos das empresas de tecnologia exerce uma forte pressão e atratividade sobre os profissionais, especialmente diante dos desafios financeiros que enfrentam. O custo do envolvimento, contudo, é alto.

(74) Porque senão você acaba tendo que ir atrás da audiência, aí **para você ter audiência, você tem que seguir a carteira do Google**, de SEO, você tem que fazer títulos mais sensacionalista, você tem que botar pautas mais superficiais ou mais, digamos, clicáveis (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

Em maior ou menor medida, os profissionais estão conscientes dos efeitos da plataformização do jornalismo. No excerto (74), observa-se um tom crítico em relação às modificações impostas ao conteúdo jornalístico para garantir sua sobrevivência e relevância no ambiente digital. O profissional reconhece que a manutenção da audiência é tão somente possível mediante a adesão às lógicas das plataformas. Essas lógicas, todavia, frequentemente entram em conflito com princípios valorizados pelos jornalistas, como a recusa à abordagem sensacionalista e superficial, que contam com maior capacidade de atrair cliques.

A necessidade de conservar a audiência é uma preocupação frequente nas entrevistas, tanto por parte dos jornalistas quanto dos financiadores filantrópicos. Apesar da ausência de uma pressão direta por resultados publicitários, já que aqui a lógica não implica necessariamente a busca por retorno financeiro para os investidores, persiste a demanda por atração e retenção de leitores, agora sob o discurso de busca por geração de impacto social.

O representante da Marco Zero reconhece que o desejo é não depender mais dos recursos das plataformas – “a gente queria mesmo era não pegar” expressa. Ele também admite no trecho (75) a preocupação ao identificar que o campo da mídia independente tem sobrevivido à custa dos investimentos das plataformas, não apenas em sua produção jornalística, mas também em eventos, cursos e capacitações.

(75) Tudo que você vai participar, quando você vê é apoio deles [...] é preocupante, sabe. Hoje, se **Google e Facebook resolvessem não apoiar mais, quebrava a mídia independente** (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

Na percepção do depoente revelada no fragmento (76), a interferência das plataformas na produção jornalística ainda não afeta diretamente a independência editorial dos veículos. Entretanto, ele reconhece que essa influência não necessita ser explícita. A sutileza reside no direcionamento das pautas por meio de financiamentos temáticos, os quais orientam a produção das reportagens de acordo com os interesses dos financiadores.

(76) Eu acho que eles não afetam nem tanto a independência, pelo menos a gente e com quem a gente conversa, eles não veem uma coisa assim “quer saber o que a gente tá publicando”, não. Eles não se preocupam tanto com isso, ainda. Mas **eles norteiam a pauta. Você acaba adequando aquilo que você vai produzir ao edital** (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

O depoente da Ajor reforça também a intervenção que resulta dos efeitos da plataformação. Há uma clareza para estes profissionais de que o Google tem interesse em que os jornalistas utilizem as suas ferramentas. No entanto, o investimento que a Meta realizou em um projeto de formação de líderes e produtos não é reconhecido pelo interlocutor como uma forma de influência, como vemos abaixo:

(77) Eu acho que existem dois tipos diferentes de pressão, assim. Um é o fato de que hoje **a gente precisa de fato se adaptar às ferramentas que estão disponíveis**, que são ferramentas majoritariamente, por exemplo, do Google. **Então tem muita coisa que o Google faz que tem a ver com os produtos deles, sem dúvida.** E aí você precisa se adaptar [...] No caso do projeto, por exemplo, que a gente teve com a Meta, que foi esse que foi em parceria com a ICFJ, ele não foi assim, ele não foi voltado para ferramentas, ele era um projeto de formação mesmo, para gestão modelos de desenvolvimento, produto, liderança (Representante da Ajor, grifo nosso).

Ao deixar de apontar que os projetos de formação também representam uma forma de influência, o representante parece endossar a ideia de os cursos são considerados apenas em seu aspecto técnico, como se estivessem isentos da influência de outros interesses.

A despeito da notável aproximação entre as empresas de plataforma e a filantropia, observa-se que essa dinâmica expõe os conflitos inerentes à contradição na relação público-privada característica do terceiro setor, assim como os embates entre diferentes interesses privados representados pelas corporações de tecnologia e pelas fundações. Um exemplo desse embate reside nas distintas visões sobre o que cada grupo de financiadores considera um resultado de impacto adequado. Enquanto as *big techs* buscam promover a mensuração da audiência através do volume de acesso, os financiadores filantrópicos são percebidos pelos favorecidos como mais exigentes em relação ao conteúdo das matérias.

(78) A gente tem um exercício aqui, a gente pensa se a gente botasse esse título aqui essa matéria ia bombar, mas aí a gente não pode, que a gente vai tá desinformando. A gente tem um compromisso, porque também, **se a gente começar a ter audiência e não cumprir a função social, a Fundação Oak vai ser a primeira a deixar, e o IFPIM.** Então a gente

tem que começar a refletir. Essa dependência do modelo das plataformas passa muito por esse modelo de negócio (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

Ou seja, evidencia-se um claro conflito de interesses quando o padrão de busca por resultados exigido pelas plataformas confronta o discurso histórico da filantropia. A mensuração da audiência por meio de cliques e o quanto essa prática é considerada prejudicial aos valores tradicionais do jornalismo são notórios no enunciado. Manchetes sensacionalistas são historicamente condenadas na prática normativa do jornalismo, um formato que foi transformado em *clickbait*, caça-cliques, na era da mídia plataformizada. Assim, as redações e iniciativas de mídia enfrentam a contradição de buscar audiência, mas não a qualquer custo, pois isso feriria os princípios éticos do jornalismo de interesse público e, conseqüentemente, os valores propagados discursivamente pelos financiadores filantrópicos.

Para o representante da Marco Zero (78) seus financiadores filantrópicos, exemplificados na Oak Foundation e no International Fund for Public Interest Media, deixariam de investir em um produto com impacto social potencialmente negativo, como a propagação de desinformação, por exemplo, o que seria o oposto à proposta dessas instituições.

Da forma como são vistas e percebidas, empresas de plataformas e fundações filantrópicas teriam, então, inúmeras divergências no que diz respeito às suas práticas de investimentos, aos seus posicionamentos e modos de influência na realidade social. Google e Meta, com um investimento em jornalismo que mira na manutenção de sua própria existência, um interesse predominantemente privado, enquanto fundações filantrópicas seriam guiadas pela defesa do interesse público, coletivo e de benfeitoria social. O interesse privado da filantropia, mesmo que simbolizado na defesa de uma causa em detrimento de outra, é ofuscado pela mistificação de sua atuação, lida como benevolente e, acima de tudo, necessária para o bem comum.

Aqui, consideramos relevante indicar a necessidade de aprofundamento teórico nas análises que se debruçam sobre os meandros da relação entre fundações e plataformas. Em especial, para compreender se os conflitos quanto ao campo do jornalismo se traduzem efetivamente em conflitos ou meros percalços de uma parceria que se mantém colaborativa. Também para definir melhor em que termos se dão essas disputas visto que, a nosso ver, o campo do jornalismo como um todo já se encontra submetido à lógica definida pelas plataformas.

Ressalte-se que, por fim, muito embora os choques entre os interesses particulares relativos a cada um desses setores possa reduzir a aderência e a aproximação entre ambos, prevalece, a nosso ver, a convergência mútua rumo a um interesse médio comum, que se manifesta no fato de que ambos acreditam ser vantajoso o financiamento dos arranjos de jornalistas. Esses conflitos de interesses ocasionam desencontros entre fundações e plataformas. No entanto, nesta altura, o que nos interessa reforçar é que esses conflitos não passam despercebidos pelos arranjos. Ao que parece, porém, são analisados majoritariamente segundo uma lógica que termina por valorizar a atuação filantrópica como mais neutra e defensora de interesses universais, enquanto as plataformas são mais comumente atreladas à lógica de mercado e interesses particulares.

6.4. Percepções sobre influências editoriais

Conforme indicado por Scott, Bunce e Wright (2019) em suas análises sobre o fenômeno do financiamento filantrópico do jornalismo no Norte Global, as influências editoriais resultantes das relações de financiamento não se manifestam por meio de intervenções diretas. Este mesmo padrão é observado no contexto brasileiro. Como destacado anteriormente pelo depoimento registrado no fragmento (76) referente às empresas de plataforma, não há um interesse direto por parte desse grupo em controlar o conteúdo editorial dos jornalistas. No entanto, como bem apontado pelo representante, as instituições exercem significativa influência ao nortear as pautas.

(79) **Aí você vai ver, todas as organizações sempre estão fazendo a mesma coisa.** Na época que o Bolsonaro foi eleito era tudo para segurança. Depois todo mundo fazendo alguma coisa a ver com Covid. Depois é todo mundo fazendo alguma coisa com inteligência artificial. É todo mundo fazendo alguma coisa para gênero. Então de certa forma eles estão determinando a agenda. **Eles não dizem aquilo que você vai escrever, mas você acaba se adequando** (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

Ainda no contexto específico das empresas de plataforma, conforme evidenciado no item (79), o depoente observa que os veículos de mídia independente passam a incorporar em sua produção jornalística os assuntos relacionados aos editais temáticos de financiamento. Observa-se que os exemplos mencionados giram em torno de tópicos relativos a determinados debates contemporâneos em destaque. São abordadas questões como a segurança pública no contexto dos

impactos do bolsonarismo, seguida pela pandemia de Covid-19. Além disso, são citadas discussões sobre inteligência artificial e gênero como outros temas exemplificados.

O jornalista reconhece que não precisa receber uma orientação explícita dos financiadores para determinar a abordagem a ser adotada na redação desses textos. Tal direcionamento se torna desnecessário, uma vez que a linguagem empregada no edital de investimento já é suficiente para delinear o escopo desejado. O profissional possui plena consciência do contexto ideológico no qual esses veículos de comunicação estão inseridos e compreende claramente as expectativas em termos de produção narrativa.

O representante da Marco Zero enfatiza ainda que “a gente já deixou de se inscrever para editais porque falamos assim ‘peraí, isso aí não tem nada a ver com a nossa estratégia’”, corroborando com o posicionamento do representante da Amazônia Real, que indica que a organização segue uma diretriz institucional clara para recusar determinados financiamentos. Neste contexto, o critério adotado pela Amazônia Real está principalmente relacionado a conflitos com a política local do território, bem como à franca oposição a empresas extrativistas, poluidoras e ambientalmente irresponsáveis.

Entretanto, dadas as condições precárias enfrentadas, é improvável que os veículos tenham a liberdade de escolher seu financiamento com base em critérios editoriais e ideológicos. Após optar por critérios restritivos de financiamento, a Amazônia Real enfrentou maior dificuldade para assegurar seus recursos financeiros – “a gente foi dizendo não não não, e aí ficou apertado. Aí batemos na porta da Fundação Ford”. Sem encontrar obstáculos explícitos para receber financiamento de fontes filantrópicas internacionais, o veículo recorre à Ford Foundation, o que reforça a percepção de que as fundações passam em grande parte isentas, como se estivessem mais distantes dos conflitos de interesse público-privado.

Em outras palavras, há uma percepção de que as fundações existem em uma esfera autônoma e completamente separada do capital que as originou, bem como de seus interesses particulares. A filantropia possui um caráter mistificador, pois parece ter a capacidade mágica de obscurecer ou reescrever a origem do capital que a sustenta, bem como a conexão que mantém com ele. Não se questiona quais foram os interesses que motivaram a transformação do capital privado em

investimento social, nem se questiona de que maneira a estrutura filantrópica das fundações serve aos interesses que já estavam presentes na forma privada.

A delimitação temática não é, como já esclarecemos, exclusividade das plataformas. As análises dos bancos de dados, dos materiais, e as reiteradas entrevistas, dão substrato empírico à percepção teórica de que há uma orientação temática que parte, primordialmente, da relação de financiamento. No fragmento (80) observa-se a percepção do representante da Ajor, que pontua diferenças entre a relação estabelecida junto às plataformas e às fundações.

(80) **É diferente, eu não diria que a relação é a mesma [...] por exemplo, os projetos que a gente desenvolve com o Google, eles são muito mais abertos**, tem muito mais maleabilidade, assim, é uma verba que é uma doação que a gente recebe que a gente tem mais autonomia para delimitar exatamente o que a gente vai ou não vai fazer. A maior parte, enfim. E já as filantropias, **o que eu vejo é que no Brasil a gente ainda tá num contexto em que as filantropias estão mais focadas em temas**, né? (Representante da Ajor, grifo nosso).

(81) Eu acho das fundações, também, é eu acho que tem dois problemas. Acho que tem um que é **sempre tem um recorte temático**, então nunca é para o jornalismo, é sempre para o jornalismo sobre x y z. E **também tem a forma de prestação de contas, que é supercomplexa**. Em geral completamente diferente uma da outra, então você nunca consegue aprender 100% (Representante da Ajor, grifo nosso).

Na perspectiva do entrevistado, os recursos provenientes do Google são percebidos como mais “abertos” e “maleáveis” quanto ao seu uso em comparação aos provenientes de fundações, devido à menor exigência e complexidade dos editais e sistemas de prestação de contas. Como observado anteriormente no excerto (77), o interlocutor da Ajor reconhece a intervenção indireta do Google para promover seus interesses específicos, guiando os jornalistas a utilizarem seus produtos e serviços. No entanto, no que concerne às doações diretas, essa intervenção é menos evidente, uma vez que a corporação impõe menos demandas contratuais. Essa flexibilidade decorre do fato de que a *big tech* alcança seus objetivos de intervenção por meio de mecanismos sofisticados de dominação indireta, limitando o trabalho dos jornalistas às oportunidades disponibilizadas exclusivamente por suas plataformas.

Já as fundações dispõem de menos mecanismos de intervenção, bem como seus interesses são mais difusos e menos estrategicamente delineados, se comparados aos de uma corporação como o Google. Elas passam a depender muito mais dos dispositivos contratuais, da demanda por indicadores de resultados e ferramentas claras de aferição, consideradas complexas pelos favorecidos. O nível de

detalhamento passa a ser tão específico entre cada entidade, que o representante da Ajor considera que “você nunca consegue aprender 100%”. Isso aponta para uma eterna incompletude do processo de reconfiguração desse campo, que se mostra sempre em movimento. Adicionalmente, também reforça a concepção de que os métodos pelos quais se definem os critérios de análise de impacto, bem como sua aplicação, são pouco claros, ou mesmo subjetivos, relativos às vontades daqueles que os conduzem.

Isso, por sua vez, implica nos próprios arranjos jornalísticos, já subordinados via financiamento às fundações, passando a defender e agir para que haja maior sistematização e racionalização do campo. O objetivo seria simplificar qualquer tipo de obstáculo na captação de recursos e prestação de contas via padronização dos processos. Com isso, uma vez mais os profissionais acabam interiorizando essa mentalidade e contribuindo para a generalização efetiva de mecanismos que afirmam ou até mesmo aumentam o controle ao qual estão submetidos.

Adentraremos, no próximo capítulo, nas principais características que indicam o processo de reconfiguração interacional no âmbito do jornalismo digital independente e alternativo.

CAPÍTULO 7

A RECONFIGURAÇÃO DO JORNALISMO INDEPENDENTE E ALTERNATIVO

*A verdade é: você pode criar um grande legado e inspirar
outros doando para organizações filantrópicas.*

Michael Bloomberg

A jornada para validar nossa hipótese revelou-se extensa, complexa e repleta de imbricações. O caráter exploratório do percurso nos conduziu por diversas vias, fornecendo *insights* sobre a dinâmica dos veículos de jornalismo independente e alternativo, dos financiadores filantrópicos, e das relações estabelecidas entre eles. Durante essa trajetória, identificamos aspectos cruciais que contribuem para uma compreensão mais profunda do objeto em questão e consideramos pertinente abordá-los no prelúdio deste capítulo.

Percebemos que as práticas filantrópicas não podem ser concebidas isoladamente ou de maneira genérica e abstrata. Elas estão profundamente enraizadas historicamente e devem ser sempre consideradas como parte integrante de um processo social mais amplo. Como observamos, esse contexto carrega intrinsecamente uma economia orientada para a acumulação, com características imperialistas e de disputas por hegemonia. Acreditamos que o processo em curso se trata de um intrincado conjunto formado pela interação de diversos elementos que permeiam a prática jornalística e suas contradições. Este fenômeno, por sua vez, constitui uma expressão específica de movimentos mais abrangentes, relacionados à crise estrutural do capitalismo contemporâneo e à crescente influência da plataformação – estes fatores determinam o sentido para o qual a captura e a reconfiguração se direcionam.

Outro elemento crucial a ser considerado é que os vínculos de financiamento junto aos arranjos de jornalistas não devem ser analisados caso a caso. Apesar das particularidades que refletem a natureza heterogênea desses veículos, estamos lidando com um fenômeno que sugere uma padronização dos processos e das formas de trabalho do jornalismo independente e alternativo. Um acordo específico de financiamento não revela a história por completo. É por meio de uma análise abrangente que podemos chegar a conclusões de caráter mais geral.

A imersão nesses dois aspectos nos leva à reflexão sobre como não apenas os veículos de jornalismo são mobilizados na relação com a filantropia, mas sim toda uma cadeia de instituições é ativada para a operacionalização desse trabalho, formando uma rede de interações. Essa rede não se baseia em relações horizontais ou homogêneas. São as influências das estruturas de poder mais amplas que moldam, ao menos parcialmente, a forma como esse campo opera e como as relações de comunicação e trabalho são organizadas.

A reconfiguração que buscamos comprovar reflete um ciclo, no qual, faz crer, a única maneira possível para o jornalismo alternativo prosperar é adaptar-se a um formato certo de racionalização do trabalho, de modelo de negócios e de produção de conteúdo. Essa adaptação emana como uma solução para os desafios enfrentados no mundo do jornalismo, ao mesmo tempo em que cria uma relação de dependência. Dessa maneira, em sua especificidade, é necessário compreender esse como um processo simultâneo de reconfiguração e captura, no qual à medida que a captura ocorre, ela ajuda a produzir a reconfiguração. Concomitantemente, conforme a reconfiguração se materializa em seus diversos aspectos, inevitavelmente incorpora a dimensão da captura. Em outras palavras, o processo de captura é ao mesmo tempo causa e efeito de um processo complementar, identificado como a reconfiguração em sentido mais amplo do campo, suas condições de realização, suas práticas e sua influência nas interações relacionais.

Assim, na seção 7.1 tensionamos a normalização do conceito de ‘ecossistemas’ e suas implicações teóricas e práticas no contexto de trabalho e produção jornalística independente. Esta problematização é relevante para uma compreensão mais aprofundada da lógica apresentada na seção 7.2, onde é apresentado o fluxograma resultante da análise das interações de financiamento e de articulação entre a rede de poder, intermediários e instituições favorecidas. A seção 7.3 reitera a interação entre os participantes da rede de poder, e introduz informações sobre agentes até então não detalhados – os institutos nacionais de financiamento. Em seguida, na seção 7.4, empregamos o caso da criação da Ajor e do Festival 3i para exemplificar o papel desempenhado pelos intermediários no processo de reconfiguração. Na seção 7.5 são fornecidos exemplos de como redes de trabalho colaborativo entre diferentes iniciativas de jornalistas se formam quando incentivadas por financiadores. O capítulo é concluído com uma discussão, na seção 7.6, sobre a criação do primeiro fundo nacional de financiamento filantrópico para o jornalismo.

7.1. A normalização do conceito de ecossistemas de mídia e suas implicações

“É muito importante um *ecossistema de mídia* independente no Brasil. Em todos os lugares do mundo, onde a imprensa dominou de forma monopolista, isso não foi bom para a democracia”. Essa é uma afirmação de Leandro Demori, ex-diretor do Intercept Brasil, durante o 4º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação em 2019. Quatro anos depois, devido às negociações durante a tramitação do PL das Fake News, Izabela Moi, cofundadora da Agência Mural, e Nina Weingrill, cofundadora do É Nóis Conteúdo – dois arranjos alternativos de jornalismo, indagam, em ensaio para o jornal Nexo: “O que seria, afinal, um *ecossistema* saudável *de informação*, suportado por políticas públicas, que torna os cidadãos suficientemente equipados para participar do processo democrático?”.

As convergências entre os dois enunciados transcendem percepções individuais sobre a relação entre mídia e democracia. O que estes profissionais, líderes em veículos da mídia independente, compartilham é também o campo ideológico, visível no léxico que reproduz sentidos em ascensão no meio jornalístico, materializado aqui pela noção de ecossistema de mídia ou de informação.

Kostovska *et al.* (2021, p. 2) salientam a carência de “uma explicação clara do que constitui um ecossistema de mídia”, atribuindo essa lacuna à “elasticidade científica do conceito”. Os autores reconhecem a crescente popularidade do termo tanto na academia quanto na prática social, mas alertam para a falta de consenso sobre seu significado. Observa-se uma aplicação genérica e naturalizada, sem maiores questionamentos sobre suas implicações teóricas.

A visão sistêmica da realidade social, importada das ciências duras com fortes correlações à Teoria Geral dos Sistemas, foi apropriada pelas ciências sociais aplicadas, particularmente no âmbito da administração e negócios. Entre as aplicações mais notáveis das teorias sociais fundadas no argumento dos sistemas, destaca-se a controversa literatura do sociólogo Niklas Luhmann (2009), que encontra forte ressonância no campo das ciências da comunicação e da informação. Uma significativa implicação dos pressupostos gerais de Luhmann é que em sua construção de uma sociedade fragmentada em sistemas, não há espaço para a totalidade. Para o autor, os sistemas são

fechados e produzem a si próprios e, por isso, seriam passíveis de serem analisados isoladamente. Como efeito dessa abordagem, nega-se a capacidade de um sistema influenciar e interferir em outro.

João Paulo Bachur (2020, p. 88) entende que “nota-se o compromisso de Luhmann com a tradição sociológica em oferecer uma narrativa para a modernidade que diminua o peso de uma teoria social centrada no diagnóstico do capitalismo, tal como fizera Marx” e complementa que o diagnóstico luhmanniano reforça a oposição ao marxismo ao relativizar “o papel do capitalismo na conformação da modernidade”. Encarar o constructo social pela ótica que atribui centralidade à formação de sistemas isolados e independentes anula interpretações que assumem a relação de causalidade mútua entre fenômenos, bem como entre eles e o todo, central em uma abordagem materialista e histórica de análise do real. Particularmente, limita a observação aos fatos mais diretamente perceptíveis e coloca tudo que excede em um campo externo e desconectado, levando a supor, ilusoriamente, a ausência de efeitos derivados da interrelação de processos de caráter determinante.

Nas teorias dos ecossistemas sociais, as metáforas biológicas são tomadas como representativas das dinâmicas interacionais humanas e, como efeitos, vê-se que estruturas organizacionais passam a ser reconhecidas a partir de noções provenientes das relações ecológicas, como “mutualismo”, “relação harmônica”, “protocooperação”. Seria possível importar outras noções igualmente biológicas, como a de “predatismo” ou mesmo “parasitismo”. No entanto, é comum optar pelas anteriores, dada a sequência lógica informada pela visão de mundo subjacente: o ser humano é visto como naturalmente individualista e competitivo, de modo que um ambiente social saudável seria aquele em que, em meio a essa competitividade inata, criaria mecanismos capazes de estabelecer a cooperação, de modo a controlar e moldar a competição individual para que ela se traduza em uma rede de benefícios mútuos.

No campo da administração, as corporações dentro de um ecossistema são assumidas em relações idealizadas, que devem partir da competição e da caça para a cooperação mútua (Moore, 1993), bem como a interação interna entre trabalhadores é assumida na mesma chave de leitura. Presume-se, então, que o ápice interacional sucede o equilíbrio no sistema, capaz de ser satisfatoriamente atingido por meio da aplicação de estratégias inovadoras de gestão.

A normalização da expressão para tratar dos fenômenos midiáticos não é força do acaso e seu significado não deve ser negligenciado como desprovido de sentido específico. O entranhamento da visão sistêmica da realidade nas teorias sociais caminha em paralelo ao apagamento das abordagens que reconhecem os conflitos resultantes de relações de dominação do homem pelo homem, sendo a mídia e os meios de comunicação um forte instrumento de classe, e não uma simples ferramenta aplicada horizontalmente dentro de cada sistema social.

Mesmo autores com quais dialogamos devido a análises correlatas do objeto, como Papaevangelou (2023) e Ganter e Paulino (2020), partem da abordagem dos ecossistemas para tratar de elementos que apontam para o fenômeno de reconfiguração do universo do jornalismo. Novamente, não vemos uma problematização do conceito, não há sequer espaço para a sua construção. Ele é adotado como premissa naturalizada – o ecossistema de notícias, nessa ótica, simplesmente existiria como concretude dada da realidade. No mínimo, há lacunas a serem preenchidas no que diz respeito ao entendimento de quais aspectos compõem o ecossistema, se ele trata dos atores envolvidos, do ambiente virtual no qual as notícias emergem, ou um misto de ambos.

Não negamos que há uma dinâmica particular observada na interação entre os veículos de jornalismo independente e alternativo, seus trabalhadores e o produto de seu trabalho – a notícia. Essa análise, contudo, não desmerece a confluência de fatores estruturais que fazem com que o fenômeno se conforme segundo uma forma específica, e não outra. Perspectiva que não teria espaço em um olhar sistêmico do real.

Mas tão interessante quanto o reconhecimento de que a literatura tem se apropriado acriticamente desse dispositivo teórico, é observar seu crescimento no campo dos veículos de jornalismo alternativo como fruto dos efeitos das lógicas de financiamento. Não foi surpresa identificar a construção discursiva que parte dos principais financiadores filantrópicos para tratar do tema. O ecossistema de mídia/ notícias/ informações aparece como um espaço em desequilíbrio, cuja salvação demanda a intervenção destas instituições que chegam para “colaborar”, “promover”, “fortalecer”. Não é absurdo inferir que o próprio emprego acadêmico-científico dessas compreensões resulta da força discursiva que se propaga em cadeia a partir da sua adoção por parte da hegemonia. Vejamos os fragmentos abaixo:

(82) Em colaboração com editores e jornalistas, a Iniciativa Google Notícias busca combater a desinformação, compartilhar recursos e **criar um ecossistema de notícias diverso e inovador** (*Website* do Google News Initiative, grifo nosso).

(83) Temos por objetivo ajudar a **promover um ecossistema de informações mais saudável**, fortalecendo [sic] a integridade dos meios de comunicação digital (*Website* da Luminare, grifo nosso).

O impacto material observado é a massificação não apenas do uso da noção de ecossistema, como da naturalização do papel heroico dos financiadores. O que não se restringe a mero artifício discursivo, mas se expande na organização prática do trabalho e interacional do jornalismo independente e alternativo. Vê-se no exemplo (84) a oferta de programa de treinamento e financiamento para jornalistas a partir de uma união entre o Meta Journalism Project com dois intermediários – a Abraji e o ICFJ, que seria resultado do “compromisso” dessas instituições com o “ecossistema de notícias” brasileiro. O papel das corporações de tecnologia na promoção do que seria, na verdade, um desequilíbrio constante e inerente a esse sistema é, claro, omitido do discurso.

(84) **Mantendo o compromisso com o ecossistema de notícias no Brasil**, o Meta Journalism Project e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com o International Center for Journalists (ICFJ), abrem as inscrições para o programa Acelerando a Transformação Digital, que oferecerá mentoria e apoio financeiro para jornalistas de todo o Brasil (*Website* do ICFJ, grifo nosso).

Os efeitos de discurso ressoam, como uma cebola em camadas, em um ciclo entre financiadores, intermediários e os arranjos de jornalismo. A Ajor é fundada e auto-organizada inteiramente sob essa ótica. Sua missão institucional declarada é reunir as iniciativas de jornalismo integrantes desse ecossistema e seus representantes reconhecem que as atividades da associação já reverberam em sua formatação, como vemos no segmento (86). A associação reforça, ainda, a narrativa de que o setor demanda uma reinvenção, reproduzindo a máxima propagada pelos financiadores.

(85) O que foi foco para a Ajor em 2023: Consolidar a identidade pública da Ajor como **ator relevante no fomento do ecossistema de jornalismo** no Brasil e como **catalisador da reinvenção do setor** com uma perspectiva diversa e plural (Relatório de atividades da Ajor de 2023, grifo nosso).

(86) **É um ecossistema muito vibrante**, assim, é impressionante o que nasce de organização em um ano. E é legal que a gente já tá **vendo reverberar ações da Ajor na criação de novas iniciativas** (Representante da Ajor, grifo nosso).

A associação fortalece, também, a percepção de que é possível negociar o equilíbrio no sistema diante da força das imposições das plataformas. Um exemplo concreto é a palestra proposta durante o Festival 3i de 2023 intitulada “*big tech* e o futuro do jornalismo digital” (87). No resumo de apresentação, são pautadas as principais mudanças vivenciadas pelo universo do jornalismo nesse novo cenário, e questiona-se ao final “como garantir o equilíbrio do ecossistema de comunicação frente a tantas questões?”.

(87) O que ainda não é tão transparente é a relação dessas Big Techs com as organizações que produzem as notícias disseminadas por elas. Qual é o papel dessas grandes corporações no trabalho exercido pelo jornalismo profissional? Como essa relação é pautada? Quais são as assimetrias? Quais as ferramentas para promover a transparência? **E como garantir o equilíbrio do ecossistema de comunicação frente a tantas questões?** (Programação do Festival 3i, Ajor, 2023, grifo nosso)

Novamente o imperativo da transparência é enfatizado como uma resposta à assimetria de poder entre os que pagam a conta e os que fazem o trabalho. A noção de equilíbrio emana como solução possível frente a essa assimetria. Seja em textos institucionais, na literatura ou em falas de representantes e trabalhadores, o ideário da transparência é reiteradamente abordado, especialmente quando há um reconhecimento da disparidade de poder entre as partes envolvidas. No entanto, em vez de examinar as implicações estruturais dessa disparidade, muitas vezes há um salto para noções propositivas ou normativas acerca dos mecanismos para conter ou remediar o problema. A transparência é frequentemente utilizada como um desses remédios ou, pelo menos, como dispositivo de auxílio a eles.

Abordagens correlatas igualmente aparecem em textos institucionais, reportagens e depoimentos de entrevistados dos veículos. É interessante notar, todavia, que falas como a do representante da Marco Zero Conteúdo, evidente no trecho (88), apontam para a percepção crítica dos jornalistas sobre o fenômeno, no qual, mesmo quando reproduzem o léxico dominante, ainda há centelhas de resistência.

(88) **O ecossistema vai amadurecer e vai precisar entender que nem todo mundo precisa ser grande**, você não precisa crescer, crescer, crescer, que é a lógica do Vale do Silício, das *startups*, de dar escala (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

O representante percebe o processo de reconfiguração com cautela, e critica a influência do financiamento que direciona os veículos de jornalismo para uma convergência padronizada, na qual se espera que todos alcancem crescimento, resultados de impacto e um alto volume de audiência. A exigência de que essas iniciativas se comportem como *startups* não é facilmente aceita pelos profissionais, que percebem com ressalvas essa movimentação. Apesar desse resquício crítico, a fala reforça a noção que toma o ecossistema em questão como campo separado e isolado, visto que há a expectativa de alternativa para o campo rejeitar a ‘lógica das *startups*’, ou seja, do capital privado, em especial no ramo das tecnologias de inovação.

Por fim, considerar este como um ecossistema fechado implica a convicção de que seus desafios podem ser resolvidos através da autorregulação, de maneira harmoniosa e equilibrada. Isso exclui quaisquer análises que atribuam a instabilidade e a precariedade do trabalho à crise estrutural, do contrário torna-se mais complexa a idealização de sua superação.

E é justamente essa chave de leitura que abre espaço para crenças de auto responsabilização dos jornalistas por encontrar soluções inovadoras de financiamento para a garantia de sua sustentabilidade, como vimos anteriormente na fala (44) do representante da Luminare.

7.2. Lógicas interacionais do jornalismo independente e alternativo financiado filantropicamente

A discussão crítica das teorias dos ecossistemas deriva, para nós, da necessidade de analisar o processo de reconfiguração do jornalismo independente e alternativo. Partimos do reconhecimento de que há, efetivamente, redes de relacionamento e influência. Todavia, estas são lidas a partir de uma chave que assume causas e efeitos diante de fenômenos macroestruturais e socialmente determinados sobretudo pelas lógicas do capital.

Na Figura 13, apresentamos a sistematização das lógicas interacionais que caracterizam o processo de financiamento filantrópico do jornalismo. A estrutura do fluxograma se baseia em três

camadas distintas, as quais representam os grupos envolvidos: financiadores, intermediários e arranjos de jornalismo e instituições correlatas.

Inspirados na tipologia de redes de jornalismo independente digital brasileiro proposta por Ganter e Paulino (2020), com adaptações, destacamos prioritariamente duas redes em nossa análise: a rede de poder, composta pelas instituições financiadoras, e a rede de trabalho colaborativo, na qual interagem os arranjos de jornalismo entre si e com as instituições correlatas. Ressaltamos que esta escolha não implica a inexistência de outras configurações relacionais, especialmente aquelas que envolvem os grupos de intermediários. Optamos por focar nestas duas redes por sua relevância para o presente estudo, pois materializam agrupamentos diametralmente opostos: de um lado, os detentores de recursos e poder; do outro, o principal grupo impactado por eles, que se tornam submetidos ao seu poder na medida em que passam a receber e depender de seus recursos.

Não é casual que compreendamos a organização dessas diversas instituições no formato de rede. Tanto na rede de poder quanto na de trabalho colaborativo, pressupõe-se a interação entre os agentes, sendo que alguns aspectos determinam a forma como essa interação se estabelece. Primeiramente, é importante destacar que as relações dentro das redes não são exclusivamente horizontais, bem como não necessariamente configuram uma via de mão dupla. Justamente por haver diferentes correlações de força, a relação pode se estabelecer por um caráter de influência de um agente em direção a outro ou outros. Por fim, as relações não se formam necessariamente de maneira direta. Ou seja, não é um imperativo que as diferentes organizações estejam em contato entre si, embora este aspecto seja primordial e recorrente. No entanto, a interação pode se consolidar de forma indireta, justamente pela capacidade de influência cruzada de algumas instituições ou sobre o campo como um todo, e por isso também em relação às demais.

As instituições que compõem a rede de poder representam os principais agentes financiadores, com algumas se destacando pela maior capacidade financeira. Os recursos por elas direcionados são destinados diretamente às duas camadas subsequentes: aos diversos perfis de intermediários (categorizados em (B), conforme Tabela 9) e aos arranjos de jornalismo e instituições correlatas (categorias (A) e (C), respectivamente).

A rede de poder é composta por fundações internacionais de grande porte (Ford Foundation, Open Society Foundations), fundações internacionais de menor porte (Luminate, Oak Foundation,

Fundação Heinrich Böll), instituições filantrópicas nacionais (Instituto Ibirapitanga, Instituto Serrapilheira) e empresas de plataforma (Google, Meta). O TikTok também foi recentemente identificado como um ator emergente na rede, com o financiamento ao Festival 3i realizado pela Ajor. Ressalta-se a potencial existência de outras instituições ainda não mapeadas compondo a rede. Para além da identificação dos agentes envolvidos, é crucial compreender a dinâmica de operacionalização da rede como um todo, mapeando os fluxos interacionais e de recursos, os mecanismos de decisão e os critérios de seleção de projetos.

A camada dos intermediários é constituída por dois tipos: os de financiamento e os de articulação. Os intermediários de financiamento têm como função agregar recursos provenientes do exterior para sua redistribuição no Brasil. O exemplo nacional significativo é o Instituto Clima e Sociedade. Embora não tenhamos identificado intermediários internacionais de financiamento até o momento, é possível que eles existam.

O segundo perfil, composto pelos intermediários de articulação, desempenha diversas funções na organização do campo. Estas incluem a oferta de conteúdo e capacitação, bem como a facilitação das interações entre diferentes redes, promovendo, assim, a conexão entre diversos agentes. Identificamos tanto intermediários de articulação nacionais quanto internacionais, cada um desempenhando funções distintas. Os exemplos proeminentes de intermediários internacionais são o Knight Center for Journalism in the Americas e o International Center for Journalists, cujas principais capacidades residem na normatização de práticas mediante diretrizes predominantemente hegemônicas. Por seu caráter internacional – e estadunidense, importante dizer – os intermediários internacionais mantêm uma proximidade maior com a rede de poder, desempenhando um papel relevante na perpetuação de práticas e discursos dominantes. Por outro lado, os intermediários nacionais têm uma forte ligação com os veículos locais e exercem um alto poder de articulação entre eles. A Ajor e a Abraji são os exemplos notáveis nessa categoria, mas também não se descarta a possibilidade de haver outros.

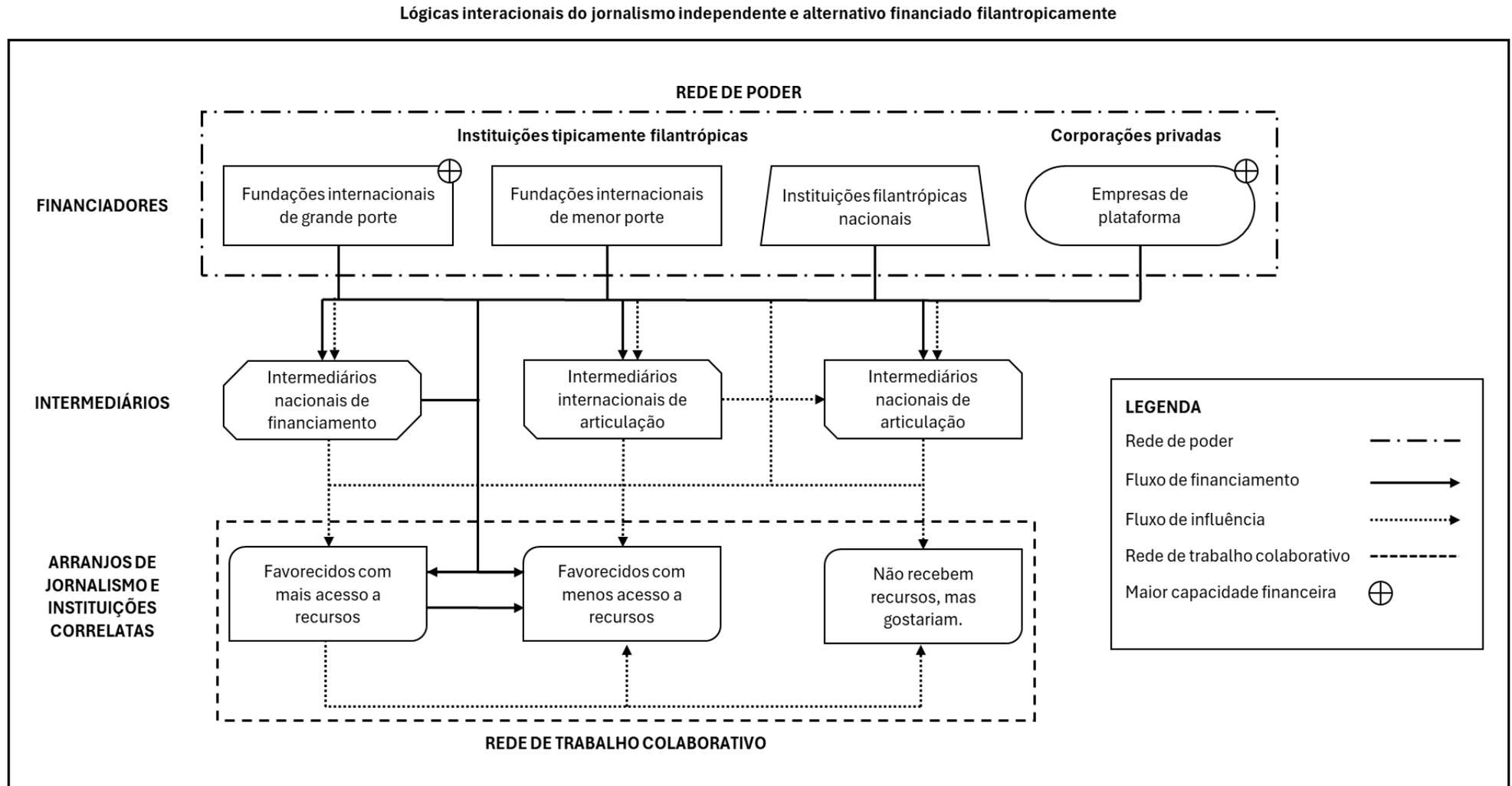
Na rede de trabalho colaborativo temos os arranjos de jornalismo e instituições correlatas que recebem recursos, e aquelas que não recebem, mas tem interesse. Primeiramente, destacam-se as instituições favorecidas que possuem maior acesso a recursos, seguidas pelas instituições com acesso mais limitado. A distinção entre esses dois perfis foi principalmente estabelecida a partir da análise

das informações coletadas nos bancos de dados, complementada pelo mapeamento *online* e os depoimentos. Quando nos referimos às instituições com maior acesso, levamos em consideração não apenas o volume financeiro disponível, mas também a capacidade de obter financiamento para múltiplos projetos e o envolvimento com mais de um financiador, conforme evidenciado pelos dados apresentados no Capítulo 4. Em terceiro lugar, temos as instituições que não recebem recursos financeiros e a identificação desse perfil foi realizada principalmente com base nos depoimentos coletados, tanto de financiadores quanto de jornalistas.

É importante mencionar que, ao analisar os perfis dos arranjos de jornalismo, identificamos a existência de grupos e/ou veículos progressistas que não recebem doações da filantropia, tampouco demonstram interesse em recebê-las. Essa postura está relacionada principalmente a razões ideológicas de cunho crítico, alinhadas aos temas abordados nesta tese. Consideramos a possibilidade de incluí-los no fluxograma, mas não dispúnhamos de informações suficientes para compreender seu papel interrelacional e como eles influenciam ou são influenciados por essa cadeia. Essa descoberta é relevante e merece pesquisas futuras mais aprofundadas.

Nosso mapa também revela o direcionamento dos fluxos de financiamento por meio das setas. As instituições que compõem a rede de poder financiam diretamente todos os tipos de intermediários, arranjos de jornalismo e instituições correlatas. Os intermediários, por sua vez, também repassam recursos aos veículos. Identificamos que a posição de uma instituição favorecida pode, em alguns casos, assemelhar-se à dos intermediários em seu nicho de atuação. Favorecidos, por vezes, articulam projetos que visam estimular o trabalho de outros veículos menores, podendo envolver o repasse de recursos financeiros nesse processo.

Figura 13: Lógicas interacionais do jornalismo independente e alternativo financiado filantropicamente



Fonte: Elaboração própria

7.3. Rede de poder

Um significativo achado da investigação sinaliza a atuação articulada, em maior ou menor grau, entre os financiadores. Isto significa que, além de guiados por estratégias particulares de investimento, os financiadores também discutem e incidem no universo do jornalismo de forma integrada – em uma união de esforços com potencial ainda maior de determinação de processos, práticas e discursos. A rede de poder, na Figura 13, é representada por um circuito tracejado que simboliza a interação entre os agentes, e a nomenclatura rede é adotada justamente para simbolizar o emaranhado de relações.

Ao tratar de nosso objeto de pesquisa, o representante da Luminare explicou “aqui no Brasil essas organizações que você falou tão juntas, assim, conversando” referindo-se às fundações internacionais, institutos nacionais e empresas de plataforma, e complementa “esses fóruns foram formados mais informalmente”. Isto é, o grupo articulado da rede de poder não tem institucionalidade formal, o que não significa que sua capilaridade não tenha efeitos concretos e diretos na realidade do jornalismo.

Apesar dos representantes destas instituições interagirem entre si, e este ser um fator muito relevante, vale dizer que não é exclusivamente a relação de caráter interpessoal que garante o estabelecimento de uma rede de poder. Isso porque consideramos que atentar-nos a essa movimentação é importante, mas esse olhar não pode desconectar-se das estruturas que estes sujeitos representam e integram. A capilaridade do poder é estrutural e sistêmica, com assimetrias de forças e conflitos de interesses, inclusive, entre distintos financiadores. O fato de que há interação entre grupos de representantes dessas instituições não pode apagar as determinações estruturais que situam cada uma delas em determinado espaço no jogo econômico, político e cultural. Isso fica ainda mais claro quando pensamos que instituições de tamanho impacto na realidade social, tal qual o Google, compõem essa rede, e que é ilógica a comparação entre as forças de uma corporação como o Google e uma fundação de menor porte e orientação ideológica à esquerda, como a Fundação Heinrich Böll, por exemplo.

Não obstante tamanha discrepância, ainda assim é inegável a capacidade de influência que tais instituições financiadoras, sejam de maior ou menor porte, desfrutam sobre o jornalismo, em

especial quando se unem. Mesmo que o recurso aplicado neste campo seja diminuto perante os investimentos filantrópicos totais das grandes fundações, ou perante toda a maquinaria das empresas de plataforma, ele representa muito para o campo do jornalismo independente, tanto do ponto de vista financeiro quanto simbólico.

Apesar de exercer extremo poder e capacidade de determinação dos processos do jornalismo digital, essa rede também é atravessada por conflitos e contradições. O poder não é necessariamente uníssono e nem consensual, do mesmo modo que as classes divididas em suas frações que disputam por hegemonia, ou que setores econômicos são ao mesmo tempo coordenados e disputados por um pequeno grupo de corporações. Mesmo assim, sua potência e influência são tamanhas ao ponto de imporem uma reconfiguração no setor.

(89) Com o Google tem sido sempre muito cordial [o diálogo]. E relativamente próximo, a gente co-financia muita coisa. A gente teve um jantar, em algum momento com o pessoal do Google. A gente teve contato com eles porque tem pessoas do meio que juntaram esses pontos, né, entre financiadores da filantropia e financiadores do Google News. Na Ajor a gente tava lá e se encontrou (Representante da Luminare).

No excerto (89), o depoente explicita a existência de uma aproximação entre o trabalho da Luminare e o Google, como já mostramos nos capítulos anteriores. Essa relação se configura de maneira “sempre muito cordial”. A utilização da expressão “cordial” parece denotar um esforço por neutralidade, evidenciando a compreensão acerca da ambiguidade inerente a tais relações. Em especial tratando do momento crítico que as plataformas vivenciam devido ao PL das Fake News. O representante atribui essa ligação ao investimento mútuo em projetos semelhantes, demonstrando a articulação entre os financiadores, impulsionada por um vínculo comum localizado nos projetos e instituições beneficiadas. A menção a “pessoas do meio que juntaram esses pontos” revela a existência de agentes interessados em promover essas interconexões.

Como reforçamos acima, o que prepondera é o caráter estrutural na sobredeterminação da dinâmica entre e intra redes. É a existência de um interesse comum, médio, que motivou ambas as instituições a financiarem projetos semelhantes ou iguais. As aproximações interpessoais efetivas ou potenciais, bem como a possibilidade de uma articulação formal e direta entre os financiadores, não devem ser tomadas como os motores do processo, nem como seu momento mais relevante. Antes, essas aproximações são resultados da convergência de interesses, manifestada no cofinanciamento. É

este processo, mais amplo e estrutural, que cria as bases para a aproximação íntima entre os agentes específicos que representam diferentes financiadores, bem como entre estes e os favorecidos.

Ao verificarmos a existência de um número restrito de atores que financiam o campo, de saída salta um importante questionamento: ao procurar democratizar o setor de mídia e informação e fornecer alternativas aos grandes monopólios já consagrados, em que medida não se revela que o próprio campo do jornalismo independente e alternativo se configura a partir de um tipo de oligopólio, refletindo assim diretamente a lógica do capitalismo monopolista contemporâneo? Para além do número restrito de financiadores, a atuação articulada entre eles parece reforçar a ideia de que, ao fim, a solução proposta passa pela constituição de um monopólio bem estruturado capaz de fazer frente ao hegemônico.

Instituições filantrópicas nacionais

As instituições filantrópicas nacionais, até agora apenas tangenciadas em nossa pesquisa, exigem um exame mais aprofundado neste momento. Isso se deve à constatação de que elas são parte integrante da rede de poder e que seus investimentos no setor de comunicação e jornalismo têm crescido significativamente. A entrada do Instituto Ibirapitanga e do Instituto Serrapilheira foi identificada nas etapas de mapeamento *online*, e seu envolvimento junto a jornalistas, assim como sua interação junto a outros financiadores, foram mencionados em depoimentos. As instituições foram ambas inauguradas em 2017 pelos cineastas herdeiros da família Moreira Salles, cuja fortuna está associada ao antigo Unibanco – o Ibirapitanga encabeçado por Walter Salles, e o Serrapilheira por João Moreira Salles e sua esposa Branca Vianna, fundadora do podcast Rádio Novelo. Os institutos possuem gestão separada, mas há atuação conjunta para aportes de alguns recursos.

O Instituto Ibirapitanga tem o foco declarado na “defesa de liberdades e ao aprofundamento da democracia no Brasil”. As informações relativas às suas doações são públicas, contando com um banco de dados em seu *website*, similar aos que encontramos nas fundações estudadas. A partir de sua análise, assim como do levantamento de seus relatórios e balanços fiscais, identificamos um interesse crescente no campo do jornalismo e, de forma similar às fundações que contam com eixos de interesses temáticos específicos, o apoio do Ibirapitanga está vinculado a temas distribuídos em dois

programas: sistemas alimentares e equidade racial. O jornalismo, nesse sentido, serve de apoio ao fomento destes temas. A análise indica que contratos de financiamento já foram realizados junto ao Intercept Brasil, Repórter Brasil, Agência Pública, O Joio e o Trigo, Alma Preta, Nexo, Agência Abori, Nós Mulheres da Periferia, Gênero e Número, Geledés, Coletivo Papo Reto, Blogueiras Negras, Perifa Connection e Sumaúma. Segundo informações institucionais, seu financiamento é fruto dos rendimentos de um fundo patrimonial próprio, criado principalmente por meio de doações de associados fundadores. Em relação ao exercício fiscal de 2022, o último publicado até o momento, identificamos que o valor total do fundo contava com cerca de R\$360 milhões, e no período R\$15 milhões foram destinados a doações.

Muitos dos projetos de jornalismo são focados em reportagens especiais investigativas na temática de sistemas alimentares relacionados à agricultura e ao agronegócio. A interlocução entre diferentes instituições jornalísticas para projetos conjuntos aparece em exemplos como um projeto que visa “uma ação conjunta inédita que reúne duas organizações de jornalismo investigativo brasileiro (Agência Pública e Repórter Brasil) para a produção de uma cobertura dedicada ao tema dos agrotóxicos.” (*Website* do Instituto Ibirapitanga). Inclusive, ambas as organizações contaram com apoios crescentes e, em 2023, cada uma delas recebeu R\$750 mil em projetos relacionados ao tema de captura corporativa e lobby no setor público.

O Ibirapitanga também investe em desenvolvimento institucional dos favorecidos, com exemplos de projetos vinculados ao Nós, Mulheres da Periferia e ao Alma Preta, que contemplam a ampliação de equipe e estruturas internas. Aportes deste caráter normalmente não estão vinculados a indicadores externos de resultados e são mais raros no universo de financiamento de causas sociais.

Já se tratando do Instituto Serrapilheira, apesar de ter sido inaugurado em 2017, é interessante destacar que, entre 2014 e seu lançamento, houve um esforço de estudo do modelo de governança de outros financiadores, como fundações e agências de fomento, para estabelecer sua proposta de funcionamento. Não à toa, ambos os institutos contam com estruturas muito similares a de instituições filantrópicas internacionais, indicativo da importação desse formato. Diferentemente do Ibirapitanga, o Serrapilheira conta com um programa focado em jornalismo e mídia, com cerne na divulgação científica – atuação central de trabalho do instituto. Os outros são o programa de ciência e um específico de formação em ecologia.

- (90) O Programa de Jornalismo & Mídia dá suporte a projetos profissionais de jornalismo e mídia que lancem um olhar curioso, provocativo e investigativo sobre a ciência; que promovam informações confiáveis e ajudem no combate à desinformação científica; e que subsidiem tomadores de decisão com dados relevantes sobre o cenário brasileiro de CT&I. (*Website* do Instituto Ibirapitanga).

Seu financiamento é igualmente oriundo de um fundo patrimonial constituído a partir de doação do casal de fundadores, e conta até este momento com cerca de R\$600 milhões. Aproximadamente R\$20 milhões são investidos anualmente com seus rendimentos.

O *website* do Serrapilheira também conta com um banco de dados de financiamento com informações de 2018 a 2023, e aponta que 80 projetos foram favorecidos no programa de jornalismo e mídia no período. O programa é subdividido em áreas temáticas, sendo elas: arte/educação, eventos e programas, jornalismo, plataformas digitais, podcast, política, redes sociais e vídeo. As áreas de jornalismo e podcast são as que contemplam mais projetos, com 28 cada. Algumas iniciativas de jornalismo e comunicação favorecidos foram a Agência Pública e a Repórter Brasil, que, inclusive, contaram em 2023 com projetos com recursos advindos de ambos os institutos. Identificamos também o Intercept Brasil, Congresso em Foco, InfoAmazonia, AzMina, B9 Conteúdo e Alma Preta. A atenção do instituto não parece estar focada no apoio às instituições de jornalismo especificamente, mas sim a projetos jornalísticos em instituições de vários segmentos. Ambos os institutos financiam também projetos de reportagem em veículos da grande imprensa, como é o caso da Folha de São Paulo que figura como favorecida em ambos.

É especialmente notável o modo pelo qual o fenômeno por nós estudado é incorporado em suas várias dimensões no caso dos dois institutos brasileiros. Partindo de um fundo privado, indivíduos que compõem as elites nacionais demonstram não apenas ter internalizado a lógica da filantropia como um uso possível de seu patrimônio particular, como adotam todo o *modus operandi* das fundações internacionais.

Ademais, é simbólico que preocupações com a democracia brasileira e com a veracidade das informações veiculadas no país sobre questões ambientais despontem como causas de destaque também aos filantropos nacionais. Ambos os temas, como já apontamos, em que pese sua relevância, também refletem noções elencadas pelo Norte Global como pontos prioritários a serem melhorados na região.

Esse exemplo parece ser um caso translúcido do modo pelo qual as elites nacionais, no que se refere à filantropia e ao financiamento por fundações privadas, importam o modelo hegemônico e, ao fazê-lo, passam a operar em função da lógica internacional, determinada a partir das concepções e decisões do norte global.

7.4. Intermediários: o caso da Ajor e do Festival 3i

Apresentamos o caso do Festival 3i – Jornalismo Inovador, Inspirador e Independente, e o subsequente surgimento da Associação de Jornalismo Digital, Ajor, como exemplo da maneira pela qual os intermediários de articulação operacionalizam uma parte do processo de formatação deste campo, ao incorporarem, reproduzirem e disseminarem práticas e discursos alinhados à lógica filantrópica e às exigências das plataformas digitais. É importante destacar que este caso é rico em detalhes e merece um estudo mais aprofundado no futuro, oferecendo inúmeras possibilidades analíticas sobre os desdobramentos do evento e as interações resultantes dele, além das narrativas envolvidas e seu impacto na prática jornalística.

Partimos da linha do tempo (Figura 14) que representa a trajetória do Festival e da Ajor, com destaque para suas relações de financiamento. O marco inicial é o ano de 2017, quando se realiza a primeira edição do Festival por meio da integração de treze iniciativas de jornalismo, conjuntamente ao Google News Initiative e o Meta Journalism Project. A programação incluiu discussões sobre temas como modelos de negócios, estratégias de financiamento, métodos metrificados para atrair audiências e jornalismo guiado para resultados de impacto. Assuntos estes que ora tangenciam as fundações, como a abordagem do jornalismo de causas e discussões sobre modelos de negócios voltados para a captação de recursos filantrópicos, e ora outros que se relacionam às plataformas. Representantes do Google e da Meta foram palestrantes no evento.

A continuidade do festival em novas edições abre caminho para a maior institucionalização do grupo organizador com a criação da Ajor em 2020, por meio do apoio do Knight Center for Journalism in the Americas e financiamento do GNI. O Knight Center, identificado por nós como um intermediário internacional, desempenha um papel conhecido na disseminação de padrões no jornalismo por meio de cursos, capacitações e compartilhamento de conteúdo. Segundo informação

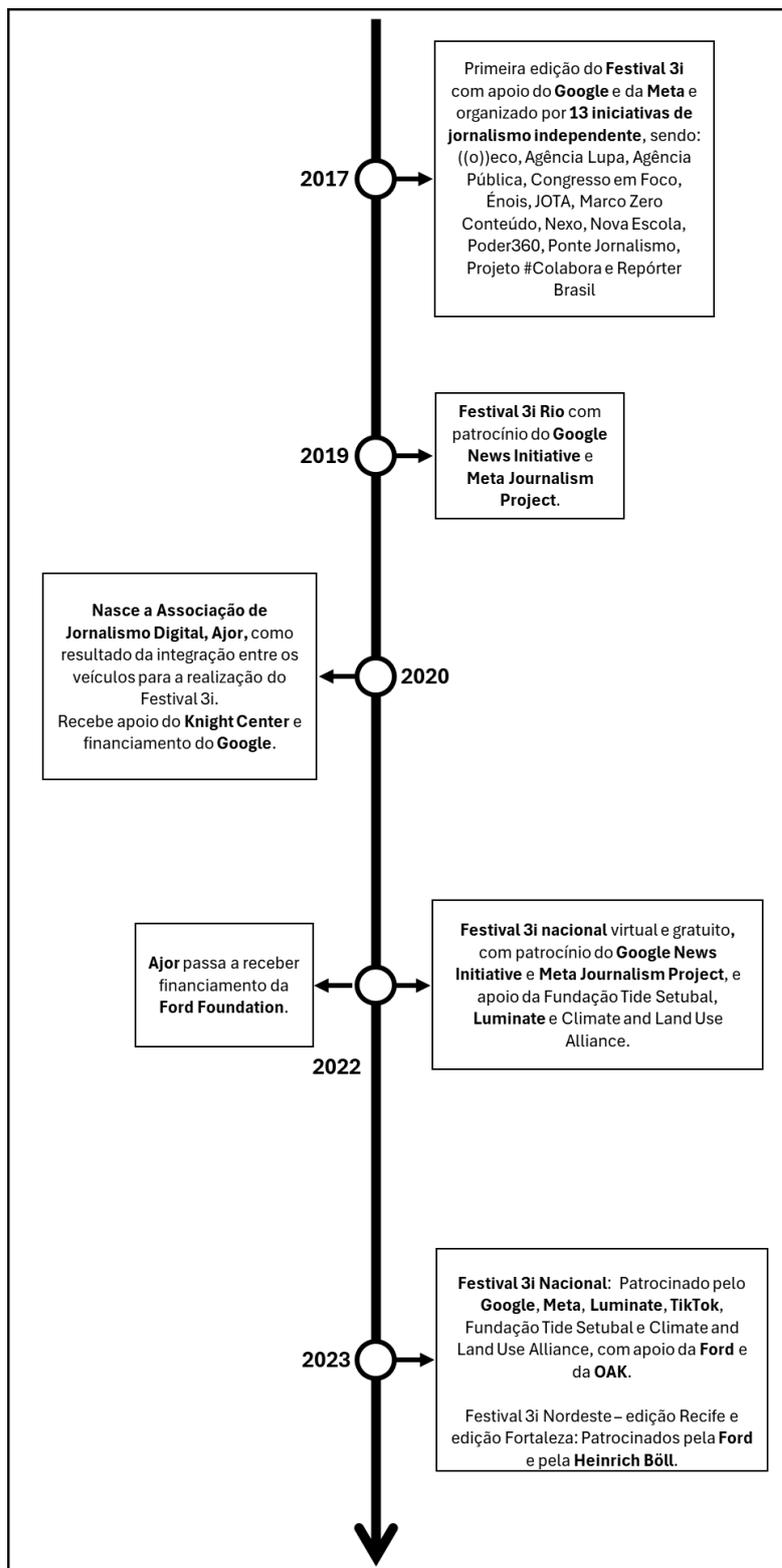
de seu *website*, visa ajudar “jornalistas independentes no Hemisfério Ocidental a criar uma nova geração de associações e outras organizações para elevar os padrões do jornalismo em seus países”. O enunciado destaca a estratégia de investimento em instituições nos moldes da Ajor, evidenciando a percepção de um padrão de excelência jornalística a ser alcançado. O Knight Center coloca-se no papel de responsável por guiar veículos em países fora dos Estados Unidos na busca por esse padrão, exportando o modelo estadunidense. Novamente há também o envolvimento do Google, cujo financiamento viabiliza o empreendimento.

A trajetória de crescimento leva a Ajor ao próximo passo da institucionalização: o investimento filantrópico das fundações. Em 2022, a associação logra financiamento da Ford Foundation para um projeto identificado com a seguinte descrição: “promover a coordenação de redes entre uma ampla gama de grupos de jornalistas digitais e fortalecer a justiça racial e a diversidade regional no ecossistema do jornalismo digital” (banco de dados da Ford Foundation, tradução nossa). O investimento, portanto, está voltado para a articulação do campo, no qual novamente se destaca a expressão ‘ecossistema’.

Em 2018 e 2019, são realizadas frentes regionais do festival, indicando o aumento de sua capilaridade. Em 2022, o evento passa a ser uma realização oficial da Ajor e retorna virtualmente em uma edição nacional com a entrada de novos financiadores filantrópicos. Entre eles, destacam-se a Fundação Tide Setubal, uma instituição familiar associada aos herdeiros do banco Itaú; a Climate and Land Use Alliance, uma coalizão de fundações internacionais dedicadas a investimentos na agenda climática; e a Luminare.

A última edição nacional realizada até o momento acontece em 2023, com a entrada do TikTok como novo patrocinador junto às demais empresas de plataforma, e novos apoios da Ford e da Oak Foundation. A Ford Foundation e a Fundação Heinrich Böll tornam-se patrocinadoras da edição regional Nordeste.

Figura 14: Linha do tempo do Festival 3i e da Ajour, e sua relação com os financiadores



Fonte: Elaboração própria

O depoente da Ajor esclarece que, mediante a formalização da entidade, esta passa a atrair a atenção de financiadores (91), em grande medida devido ao seu papel de intermediação, designado por ele como uma *umbrella organization*, “organização guarda-chuva”. Há um reconhecimento da intenção dos financiadores em disseminar informações e conteúdo para outros veículos, e que a associação facilita tal transmissão.

(91) A gente foi procurado por filantropias e pelas *big techs* justamente por eles entenderem que a gente tinha todo esse critérios [de seleção dos associados] e que **a gente poderia ser uma *umbrella organization* que eles poderiam financiar com facilidade e disseminar informação e conteúdo** e, enfim, aprendizados e tal pelo resto do campo (Representante da Ajor, grifo nosso).

A instituição toma para si a responsabilidade de fomentar o que considera o ecossistema de jornalismo, e passa a reproduzir processos que influenciam os veículos por meio de práticas resultantes da sua interação com os financiadores e os intermediários internacionais. Para tanto, são estabelecidas iniciativas como capacitações, programas de formação, cursos, redes de articulação e eventos, todos desenvolvidos em co-criação com a rede de poder.

Figura 15: Fotografia do Festival 3i de 2023 – painel sobre financiamento do jornalismo



Fonte: Festival 3i, 2023.

A temática de financiamento do jornalismo é recorrente em suas ações, evidenciada pela sua abordagem em diversos painéis durante os anos de realização do Festival 3i. Tal empenho culminou na colaboração com a Repórter Brasil para a produção do “Guia básico de financiamento do jornalismo digital brasileiro”. O documento tem como objetivo central orientar estratégias para que veículos captem recursos oriundos da filantropia, como vemos na Figura 16.

Figura 16: Trecho do “Guia básico de financiamento do jornalismo digital brasileiro” da Ajour

2. Dando match: como encontrar o financiador ideal?

Impacto, alinhamento entre objetivos estratégicos das duas organizações e uma boa primeira impressão. Essas são a chave do sucesso para que uma iniciativa ou projeto jornalísticos sejam financiados por organizações filantrópicas. E quem pode dar um 'start' nesta parceria entre organizações, ao contrário do que se costuma pensar, nem sempre é a figura do captador de recursos. **Conhecer profundamente** o trabalho jornalístico ou os projetos para os quais se busca apoio financeiro é o segredo para ter sucesso nessa jornada, segundo especialistas ouvidos pelo guia. E normalmente quem sabe tudo o que está acontecendo dentro da organização é o fundador ou seus coordenadores/editores.

“Eu acho que os bons veículos têm muita clareza do que eles realmente sabem fazer bem”.

Natasha Felizi

Com essa **clareza**, é mais fácil encontrar financiadores que estejam alinhados com objetivos do veículo ou do projeto que se pretende criar. Uma das **moedas de troca** que organizações filantrópicas buscam ao doar dinheiro para veículos ou projetos é **impacto no campo em que atuam. Ou seja, capacidade de interferir na realidade por meio da doação.**

“Eu acho que se eu pudesse dar só uma dica pra qualquer pessoa que busca um financiamento, a dica seria: 'pergunta pro financiador em quais áreas ele atua! O financiador não é um caixa eletrônico, em que você aperta os botões e sai dinheiro para o seu projeto. Na verdade, o financiador é uma pessoa ou organização que tem uma intenção clara de ação no campo e na sociedade. E você, de certa forma, é um instrumento dessa ação (ou pode vir a ser um instrumento)”.

Guilherme Alpendre

Por isso, é fundamental saber **quais são os temas de interesse do financiador** antes de oferecer um projeto. Sem **alinhamento**, é difícil que haja uma conversa produtiva.

Fonte: Guia básico de financiamento do jornalismo digital brasileiro, Ajour, 2023.

Destaca-se que a porção do conteúdo apresentada do guia demonstra uma notável clareza, que a nosso ver, decorre do pragmatismo intrínseco à necessidade objetiva de aprimorar a captação de recursos. Esse imperativo da captação, que pode refletir tanto o comprometimento dos jornalistas para gerar impacto por meio de seu trabalho, quanto a pura necessidade de obter estabilidade em um ambiente frequentemente precário, resulta em uma narrativa ironicamente clara em seus objetivos.

Esta não hesita em reconhecer o alinhamento de interesses como diretriz fundamental: primeiro, se ressaltar a importância de identificar os interesses dos financiadores, para só então descobrir se e como é possível fazer convergir esses interesses. As instituições que recebem financiamento são percebidas como instrumentos por meio dos quais os financiadores realizam as suas intencionalidades, tanto no interior do campo em questão como na sociedade como um todo. O alinhamento de interesses é enfatizado como prioridade nesse processo, porque conhecer essa estratégia, ou mais precisamente suas formas de instrumentalização, é a chave central para atrair recursos.

A objetividade presente nesse tipo de construção discursiva a torna suscetível a críticas provenientes da extrema direita e de abordagens de cunho personalista, uma vez que a associação entre os interesses compartilhados de financiadores e financiados se torna evidente. A defesa apresentada recai novamente na noção de que não há problemas em estabelecer uma relação de benefício mútuo, inclusive com incentivo financeiro, desde que os interesses em questão não sejam de natureza particular, mas sim universais. Tal narrativa normaliza a ideia de que é possível promover o bem-estar social por meio de trocas mercantis. Nesse sentido, substitui-se o recurso investido por “ações que geram impacto”, configurando uma forma transfigurada de prestação de serviços de abrangência ampla. Assim, naturaliza-se a percepção de que uma troca mercantil aparentemente bem regulamentada e intencionada é capaz de influenciar positivamente a realidade, remediando males sociais relevantes.

Segue-se a exemplificação de alguns dos interesses de financiamento compartilhados. Primeiramente, conforme descrito no excerto (92), um investidor expressa ao representante a vantagem derivada do investimento na associação, uma vez que os recursos são potencializados para alcançar vários veículos que divulgam pautas alinhadas à sua agenda. Ademais, há o benefício associado à possibilidade de repercussão também na grande imprensa, considerando que frequentemente a mídia independente serve como fonte para veículos de maior porte. Nesse contexto, evidenciamos, em virtude de sua trajetória histórica, como a filantropia possui maior capacidade de exercer influência nesse novo modelo de jornalismo sem fins lucrativos do que na imprensa tradicional, utilizando-o então como meio indireto para alcançar os grandes veículos e consequentemente as audiências em massa.

(92) “A gente olhou os associados de vocês e a gente sente que esses são os veículos que melhor representariam o que a gente gostaria que estivesse sendo publicado, e eles podem inclusive pautar os grandes veículos” (Representante da Ajor).

No exemplo apresentado no enunciado (93), é referida a abordagem da Open Society Foundation, que indica um interesse prioritário em direcionar investimentos de forma abrangente no setor, reconhecendo na Ajor o potencial para alcançar o objetivo. Este contexto reitera evidências surgidas em diversas outras entrevistas com financiadores, os quais percebem vantagens significativas em ampliar o financiamento com potencial de impactar todo o setor, em comparação a focar exclusivamente na relação individual com uma instituição específica favorecida.

(93) Na conversa que a gente teve com a Open Society, foi uma conversa que já faz um tempo, agora eles passaram por essa nova reestruturação, mas enfim, foi uma conversa que também foi muito com esse diagnóstico. Foi “a gente não quer mais dar dinheiro na ponta, a **gente quer dar dinheiro para alguém que fomenta o campo** e pode desenvolver iniciativas que têm um impacto para além de uma organização só” (Representante da Ajor, grifo nosso).

No contexto do aumento da injeção de recursos financeiros filantrópicos - pelo menos em termos relativos - torna-se evidente a reconfiguração do jornalismo e, até mesmo, o surgimento de um novo perfil em desenvolvimento, à medida que a institucionalização dos arranjos alternativos às corporações de mídia os conduz diretamente ao modelo normativo do jornalismo financiado, tipicamente estadunidense. Este movimento é caracterizado por traços específicos, embora não plenamente desenvolvidos e sujeitos a contínua reformulação. Assumimos que essa incompletude é uma característica intrínseca desse processo, uma vez que está inexoravelmente ligada à precarização que o produz. Enxergamos na rede de poder a capacidade de influenciar a forma como esse campo em construção se produz, como se comporta e quais desejos almeja alcançar.

O representante da Ajor enxerga, inclusive, que “o espaço que a gente tá conseguindo cavar para um setor que não era visto assim, não era identificado como um setor”. Há certo reconhecimento do movimento de construção dos contratos sociais e regras implícitas que delimitam o setor enquanto setor. Por mais que, ao nosso ver, a instabilidade e fragilidade jamais permitam que este se torne um campo completo, pois apenas a hegemonia conta com esse poder de delimitação clara. E o jornalismo independente e alternativo, mesmo reproduzindo práticas hegemônicas, encontra-se num campo de disputas não-hegemônico. Especialmente em um país de mídias oligarcas e concentradas tal qual o

Brasil. Isso representa, em certa medida, um banho de água fria. Apesar da relevância do fenômeno que abordamos aqui como objeto de estudo, é importante ressaltar que este ainda é um domínio de menor alcance. Ao buscar desafiar a hegemonia estabelecida, é possível que contribua mais para um processo de modificação e aprimoramento dessa hegemonia do que efetivamente para a sua perda de posição dominante.

7.5. Rede de trabalho colaborativo

Os recursos provenientes dos diversos perfis de financiadores que compõem a rede de poder atuam como catalisadores para que iniciativas independentes passem a colaborar em rede de forma conjunta. O exemplo emblemático desse fenômeno é a experiência de formação da Ajor, embora não seja o único. A Ajor se destaca, em nossa percepção, por incorporar diversos elementos que indicam a reconfiguração e a captura do jornalismo independente e alternativo. Outros exemplos de formação de redes entre jornalistas revelam mais claramente os tensionamentos que resultam das movimentações entre a influência hegemônica e as forças de resistência.

Os agrupamentos de jornalistas se dão nas mais distintas configurações: linhas editoriais comuns, presença nos mesmos territórios ou interesse no mesmo tema de articulação conjunta. O fato de que as relações de investimento influenciam a formação dessas redes não implica que elas surjam exclusivamente de cima para baixo. O fato de que as relações de investimento influenciam a formação dessas redes não implica que elas surjam exclusivamente de cima para baixo. No entanto, isso indica como, frequentemente, a continuidade do financiamento é crucial para sua permanência e eficácia, especialmente quando há interesse em realizar atividades conjuntas, projetos jornalísticos, eventos, entre outros.

Como mencionado anteriormente, temos o exemplo do projeto liderado pela Marco Zero Conteúdo para criar uma rede colaborativa de mídias independentes exclusiva para o Nordeste. Este projeto destinou recursos para outras 8 iniciativas locais, recebendo uma doação de 110 mil dólares do Google News Initiative. Como explicam os depoentes, a mobilização é fruto de uma articulação intermediada pela Ajor, que segue potencializando esse grupo por meio da realização das edições regionais do Festival 3i.

A integração resultou na formação do Balaio Nordeste do Jornalismo Independente²⁸, concebido pela Marco Zero com financiamento da Oak e do IFPIM, visando articular uma estratégia conjunta de financiamento coletivo por meio da plataforma Catarse (94). Aqui, observamos que, embora o agrupamento seja viabilizado pelo financiamento filantrópico, este se mostra insuficiente para sustentar as atividades do grupo, que busca ativamente a emancipação financeira por meio da ambição de garantir sua sobrevivência e estabilidade com o apoio das pessoas físicas.

(94) Com o intuito de fortalecer o jornalismo independente do Nordeste, diversas organizações da região se uniram de forma inédita para lançar uma campanha conjunta de financiamento coletivo. Entre elas, estão associadas à Ajor, como a Coar Notícias, o Conquista Repórter, a Revista Alagoana e o Site Coreto. O projeto foi idealizado pela Marco Zero Conteúdo, também associada à Ajor, em parceria com o Mestrado de Indústrias Criativas da Unicap e apoio da OAK Foundation e IFPIM (International Fund for Public Interest Media). O Balaio Nordeste de Jornalismo Independente reúne veículos de comunicação distribuídos por oito estados da região, que precisam de apoio e investimento para o desenvolvimento e subsistência das suas atividades (*Website* da Ajor).

Outro caso icônico foi a formação, em 2016, da Rede Jornalistas das Periferias em São Paulo, formada por 13 coletivos de comunicadores²⁹. Juntos, organizaram em 2017 a Virada Comunicação, voltada “a estudantes e profissionais da comunicação, ativistas e movimentos sociais, moradoras e moradores das periferias da Grande São Paulo com objetivo de debater a cobertura da mídia sobre temas cotidianos de quem vive nas quebradas” (*Website* da Periferia em Movimento). O evento foi financiado pela Ford Foundation que, segundo informações de seu banco de dados, também financia individualmente algumas das instituições integrantes, como a Agência Mural, Historiorama, Desenrola e Não Me Enrola e Periferia em Movimento.

O financiamento da Ford destinado a Periferia em Movimento, inclusive, visa expandir outro projeto coletivo chamado Território da Notícia, que também é resultado da Rede Jornalistas das Periferias. Os demais grupos de jornalistas que compõem o Território da Notícia são a Alma Preta,

²⁸ Integrantes: Marco Zero, COAR Notícias, Coletivo Acauã, Conquista Repórter, Inova.aê, Mangue Jornalismo, Malamanhadas Podcast, Ocorre Diário, Revista Alagoana, Sargento Perifa, Site Coreto e Tejucupapos.

²⁹ Alma Preta; Capão News; Casa no Meio do Mundo; Desenrola e Não Me Enrola; DiCampana Foto Coletivo; DoLadoDeCá; Historiorama; Imagem; Agência Mural; Nós, Mulheres da Periferia; Periferia em Movimento; Periferia Invisível e TV Grajaú.

Desenrola e Não Me Enrola, e Embarque no Direito/Historiorama. Ademais, o projeto também recebeu financiamento do Desafio de Inovação do GNI em 2019.

Um jornalista que já fez parte da Rede Jornalistas das Periferias ressalta que, ao mesmo tempo em que os membros são capacitados coletivamente nas práticas de comunicação, também são incentivados pelos colegas a desenvolver habilidades de gestão. Ele exemplifica nos trechos (95) e (96) que procurava encorajar a participação e orientar os demais, especialmente os mais jovens, sobre “o caminho” para que estivessem aptos a conduzir as iniciativas jornalísticas, tanto em termos editoriais, quanto de captação de recursos junto aos financiadores das fundações.

(95)A Rede Jornalistas das Prefeitas é um outro tipo de arranjo, né, de comunicação. A gente fazia isso ao mesmo tempo em que a gente ia formando pessoas então, “ah, tem que fazer uma reunião com a Fundação X” então ó mais ou menos o caminho, é por aqui mais ou menos, por aqui que eu vou. Vamos todo mundo lá fazer? (Jornalista).

(96)Olha já construí aqui, já construímos, daqui a um ano vou embora. Vocês querem ficar com o jornal? Faz sentido pra vocês? Então vamos preparar vocês para isso. Vamos preparar vocês pedagogicamente, vamos preparar vocês editorialmente e vamos preparar vocês em termos de estratégia de mobilização de recursos (Jornalista).

As articulações em redes, portanto, tanto se formam com base em motivações efetivamente comunicacionais e jornalísticas quanto em resposta às necessidades de financiamento, uma vez que este é considerado fundamental para sua própria sustentabilidade. Os grupos passam, então, a fomentar entre si os conhecimentos necessários para garantir a atração dos financiadores.

Outras interações são iniciadas diretamente pelos financiadores, em um movimento que, apesar de se apresentar como horizontal, é fomentado de cima para baixo. Um caso é exemplificado pela Fundação Heinrich Böll nos excertos (97) e (98). O depoente explica que os membros da fundação se viram “percebendo que a gente está nesse movimento de fomentar esse campo”, ou seja, que o investimento nos favorecidos não se limita a ações pontuais, mas tem impacto na dinâmica do setor de forma mais ampla. Então, optaram por iniciar um processo para promover maior integração entre distintos veículos da mídia independente.

(97)A gente foi percebendo que, nos últimos anos, a fundação tinha aumentado a sua quantidade de parceiros que fazia essa comunicação independente, né? Esses veículos que tinham alguma natureza parecida, né? Nativos digitais, de onde é que eles estão falando, com quem que eles estão falando, se são conteúdos críticos, né. E conversando entre os coordenadores a gente ficou pensando, poxa, **será que a gente não deveria fazer alguma coisa? Percebendo que**

a gente está nesse movimento de fomentar esse campo. Será que esse campo se comunica muito, tem esses intercâmbios, eles trocam entre si? Isso de um lado, e o outro lado da necessidade da gente fortalecer caminhos para disputar com essa extrema direita que vem crescendo, que se comunica muito bem, e que usa as plataformas de uma forma muito eficiente, né? Não só pela competência, se podemos dizer pela competência deles com isso, mas também pela forma que os algoritmos se estruturam nas plataformas e acabam facilitando, né? (Representante da Fundação Heinrich Böll, grifo nosso).

(98) E aí a gente resolveu ver se uma ideia de juntar representantes dessa comunicação independente fazia sentido para quem faz, né? Essa comunicação. Porque nós não fazemos, né? A gente apoia processos disso. E marcamos então umas conversas com a Mídia Ninja, com o Joio e com o Lado B (Representante da Fundação Heinrich Böll).

Para alcançar esse objetivo, a fundação convidou veículos progressistas para correalizar um evento conjunto. O depoente expressa a crença de que é crucial garantir que esse processo seja colaborativo junto com aqueles que produzem comunicação. O funcionário da fundação vê o interesse específico da instituição em combater o avanço da extrema direita como um interesse coletivo e compartilhado, o que, obviamente, não está errado. No entanto, essa percepção tende a obscurecer o que inicialmente motiva todo o processo, que é o interesse particular do financiador.

De qualquer modo, é curioso observar que esse campo não está isento de disputas narrativas e ideológicas internas, que refletem os diferentes alinhamentos entre as redes de jornalistas. O evento promovido pela Fundação Heinrich Böll reúne mídias engajadas e posicionadas, com perfis muito diferentes do jornalismo mais tradicional encontrado em outros grupos. Enquanto este tem um tom mais politizador, os festivais da Ajor reproduzem narrativas que cedem mais facilmente às forças hegemônicas.

É relevante salientar neste contexto que, simultaneamente, pode ocorrer um movimento natural de intercâmbio e proximidade entre as iniciativas, seja por seu mútuo interesse no tema ou pela necessidade compartilhada de recursos. Contudo, há também um movimento em que os financiadores percebem e se apropriam dessa potencial colaboração, buscando facilitá-la. Isso ocorre precisamente porque o efeito conjunto dessas trocas resulta em uma expansão da capacidade de atuação e influência do campo como um todo, o que se alinha aos interesses dos financiadores.

7.6. A criação de um fundo filantrópico para o Jornalismo no Brasil

Em fevereiro de 2024, nossa investigação já se aproximava da etapa final, quando identificamos a divulgação pública do que seria uma das principais evidências de nossa hipótese de pesquisa. A confirmação do recurso inicial, por parte do IFPIM, dedicado ao estabelecimento de um fundo filantrópico de jornalismo para o Brasil. Abaixo temos a descrição pública do financiamento:

(99) O Instituto Incube, com o apoio da Associação de Jornalismo Digital (Ajour), uma associação de mídia digital dedicada a promover uma imprensa livre, diversificada e pluralista, iniciará o **processo de concepção e estabelecimento de um Fundo de Jornalismo** para apoiar organizações de mídia de interesse público no Brasil, em parceria com um grupo de organizações filantrópicas, bem como com profissionais da área de mídia *(IFPIM, tradução nossa, grifo nosso).

Desde 2023, a concepção de um fundo filantrópico destinado a consolidar os investimentos dos diversos financiadores emergiu como um ponto de destaque durante as entrevistas. Tal movimentação, inédita no Brasil, foi observada tanto nas declarações dos representantes das fundações quanto dos veículos, sugerindo que esse processo está sendo articulado entre a rede de poder e os profissionais do jornalismo, com papel central da Ajour na intermediação.

As discussões em torno da instituição do fundo nos suscitaram atenção, pois, em primeiro lugar, tangibilizam a suposição de que os financiadores articulam-se de forma conjunta para exercer influência sobre o domínio da mídia independente. É igualmente interessante por evidenciar que a metodologia de implementação do fundo espelha com precisão o fluxo identificado por nós na dinâmica entre a estrutura de poder, as funções desempenhadas pelos intermediários e seu impacto nas iniciativas jornalísticas.

Além de fornecer evidências do fluxo que identificamos e sua pertinência, não deixa de ser sintomático que a declaração (99) deixe claras as articulações que temos destacado ao longo deste trabalho. Trata-se da articulação entre um instituto e um intermediário visando fomentar o financiamento para mídia de interesse público, portanto coletivo, universal e, principalmente, não-particular. Tudo isso perpassado pela parceria com organizações filantrópicas. O anúncio público desta iniciativa acaba por compor a última peça imediatamente verificável no intricado caminho de

pesquisa que se iniciou com a tentativa de compreender os fluxos financeiros e seus consequentes reflexos em termos de relações de poder.

Também nos parece ser um forte indício de que a reconfiguração que vêm se articulando no Brasil tem se mostrado, até então, útil aos intermediários e arranjos favorecidos, mas, sobretudo aos financiadores, que seguem buscando formas de expandir e intensificar o processo. Demonstra-se, assim, que a reconfiguração é efetiva em tornar os arranjos jornalísticos como instrumentos de realização dos interesses da rede de poder, como bem apontado no guia analisado na Figura 16.

O testemunho (100) do representante da Ajor esclarece que o propósito do fundo é direcionado ao financiamento do desenvolvimento institucional, e não à produção de conteúdo por parte desses veículos. Isso indica o interesse dos financiadores em assegurar o funcionamento eficaz da estrutura dessas novas iniciativas. Além disso, destaca-se no trecho que o fundo deve atender tanto às organizações de jornalismo com fins lucrativos quanto às sem fins lucrativos. Nesse contexto, o depoente enfatiza a comparação entre o modelo de jornalismo sem fins lucrativos nos Estados Unidos, que já está plenamente estabelecido, e o cenário brasileiro, onde esse formato está em expansão – inclusive com a influência da Ajor nesse processo. Por fim, o representante esclarece que uma premissa das discussões para a criação do fundo é que ele seja acompanhado por programas de mentoria em gestão. Esse aspecto é significativo, pois a mentoria é um mecanismo capaz de influenciar as práticas das instituições favorecidas, moldando-as de acordo com os interesses externos a elas.

(100) O que ficou muito claro nas conversas que a gente já fez sobre esse fundo é que **a ideia que seja um fundo para o desenvolvimento institucional**. Não vai ser um fundo para conteúdo. **Seja um fundo que provavelmente vai abarcar *non profits e for profits***, até porque no Brasil você criar uma organização sem fim de lucro já é algo que tem custo. Que é mais difícil de fazer e que não é uma coisa que está disseminada como tá nos Estados Unidos, a ideia de sem fins de lucro, local, e tal. E eu acho que, assim, a ideia é que tenha esse recorte, um recorte **que tenha acoplado um acompanhamento de tipo mentoria** (Representante da Ajor, grifo nosso).

As implicações da implementação de um fundo unificado suscitam preocupações de ordem diversa. Uma delas diz respeito à eventualidade de o fundo diminuir ainda mais o acesso dos veículos aos recursos disponíveis. Por parte do representante da Luminate, vemos no enunciado (101) a

percepção de que os financiadores devem evitar transmitir aos jornalistas a impressão de que perderam acesso aos recursos.

- (101) Nesse momento é conversar com outras filantropias para fazer um fundo. Um Fundo Nacional aqui no Brasil e uma conversa paralela aí está sendo feita na Colômbia, Brasil e Colômbia, terem fundos nacionais *multistakeholders* para poder, esse fundo sim, criar um critério [de doações] e a governança desse fundo. **Ela vai ter que ser porosa às demandas do campo, pro campo não sentir que perdeu o acesso às filantropias, porque esse é um perigo grande de acontecer** (Representante da Luminare, grifo nosso).

Esta apreensão é corroborada pelo testemunho do representante da Marco Zero, que sustenta no fragmento (102) que as chances de obter recursos são ampliadas quando as fontes são diversificadas. Anteriormente, os veículos podiam acessar uma gama maior de financiadores – mesmo que restrito aos poucos que financiam o jornalismo. Agora, há o temor de que se vejam restritos a um único recurso proveniente do fundo unificado.

- (102) Eu tenho algumas preocupações com esse fundo [...] **Você tem poucas fontes de recursos. Aí você já tem uma que determina toda pauta, que são as plataformas, você já tem uma homogeneização e um empobrecimento das pautas.** Bem ou mal, você tinha, o Instituto Ibirapitanga com as pautas deles, a Luminare com as pautas dela, a Open Society com as pautas dela, a Fundação Ford com as pautas, a Oak com as pautas. Você ia ali tentando pegar recursos, você tinha ali uma variedade. Aí você vai e cria esse fundo. Primeiro que quem coloca dinheiro nesse fundo é quem coloca dinheiro no jornalismo. Não tá vindo dinheiro novo (Representante da Marco Zero Conteúdo, grifo nosso).

Como mencionamos, a reconfiguração em curso do jornalismo digital independente e alternativo acaba mimetizando uma estrutura de monopólio que, na tentativa de fazer frente à grande mídia, reproduz lógicas que refletem mecanismos gerais do capitalismo monopolista. A constituição de um fundo unificado nos parece, ao fim, um desenvolvimento consequente das tendências imanentes ao processo de constituição de um ramo de aplicação de capital.

Ao tomarmos este universo, em processo de profunda modificação, como um setor que depende do aporte de recursos de um número limitado de agentes, vislumbramos que o fundo unificado se apresenta como um caminho lógico na sistematização e otimização do trabalho dos jornalistas por parte daqueles que, na prática, já são seus viabilizadores. Trata-se de um desdobramento que materializa e dá uma forma institucional e pública ao interesse médio conjunto

que vem sendo compartilhado de modo menos sistemático ao longo dos anos pelas organizações financiadoras que compõem a rede de poder.

Assim, como bem aponta o representante da Marco Zero no enunciado (102), “não tá vindo dinheiro novo”, ou seja, as fontes financiadoras são as mesmas, o que leva imediatamente a possível consequência de o montante de recursos não aumentar. O que há, na verdade, é uma economia de escala no processo de unificação. A modificação fundamental será na forma de administração e distribuição dos recursos com viés institucional, ou seja, aumenta o nível de controle dos financiadores sobre o campo e sobre a organização interna dos arranjos. Essa é a preocupação que motiva a fala do jornalista e, ao mesmo tempo, é o motivo de precaução na legitimidade e proximidade entre favorecidos e aqueles que recebem os recursos demonstrada pelo representante da Luminate no trecho (101).

Nesse sentido, cabe dizer que mesmo com o fundo unificado, não necessariamente o acesso das iniciativas será restringido aos recursos, apesar desse temor ter sido compartilhado tanto por financiadores quanto por jornalistas. É possível supor que a constituição desse fundo efetivamente otimize a governança institucional dos veículos da mídia independente, podendo facilmente se desdobrar numa potencialização da capacidade de atingir os critérios de geração de resultados esperados pela rede de poder. O que, por sua vez, pode indicar a força das estratégias de financiamento, facilitando a atração de novos agentes, elevando o aporte de recursos disponível no fundo.

Esses desdobramentos não seriam inesperados, ao contrário, pelo menos uma parte deles é previsível e, do ponto de vista dos financiadores, desejável. Não é nossa intenção especular aqui sobre os possíveis resultados do fundo unificado. O que importa ressaltar é apenas o fato mais urgente que decorre dessa articulação. Apesar das diversas formas que a gestão efetiva do fundo pode assumir - seja com um maior volume de recursos, novos critérios de acesso mais ou menos restritivos - a única certeza é que, qualquer que seja o desdobramento, ele se dará a partir de um nível mais elevado de controle e influência dos financiadores sobre o campo. Acreditamos que será fundamental o desenvolvimento de estudos futuros voltados a esmiuçar os efeitos dessa iniciativa em cada uma das diferentes redes e como isso afeta a conjuntura geral do jornalismo digital independente e alternativo.

No que diz respeito às possibilidades de estudos futuros, também nos parece intuitivo acompanhar de perto o modo pelo qual iniciativas como essa podem mobilizar indiretamente o surgimento de cooperações análogas no campo oposto do espectro político. A direita e a extrema direita têm se mostrado bastante articuladas e competentes em instrumentalizar a mídia plataformizada para impulsionar seus interesses e fazê-los ganhar projeção social. Cabe acompanhar se uma iniciativa deste porte, que reúne de modo claro instituições voltadas à defesa de interesses ligados à democracia, pluralidade, diversidade de opiniões e legitimação da verdade dos discursos em circulação, não servirá de modelo e justificativa retórica para articulações correlatas que defendam ideais opostos.

Merece destaque também tensionar o fato de que o fundo filantrópico emerge ao mesmo tempo em que as discussões em torno da taxação das empresas de plataforma em torno do PL das Fake News abordam a possível criação de um fundo setorial, proposta mobilizada publicamente pela própria Ajor. Em entrevista ao jornal Metrôpoles, Natália Viana, fundadora da Agência Pública e ex-presidente da Ajor, afirma que “o pagamento das plataformas ao jornalismo é um imperativo moral e econômico” e reforça que “há modelos sendo discutidos, dentro e fora da Ajor” (Amado, 2023).

Dessa forma, observa-se que, simultaneamente à discussão sobre modelos e governança para o fundo público, também se discute esses aspectos para o fundo filantrópico. Não é difícil conjecturar que não apenas essas discussões convergem, mas também que o estabelecimento de um fundo de gestão privada pode eventualmente sobrepor-se ao fundo público, caso o primeiro já esteja devidamente estabelecido e em operação plena. Nesse cenário, não haverá motivo para que esses fundos compitam entre si.

CONSIDERAÇÕES

A fundação tornou-se a principal fonte de apoio à sociedade civil na Hungria e, à medida que a sociedade civil florescia, o regime comunista diminuía.

George Soros

A nomenclatura das fundações de George Soros, Open Society, sociedade aberta em tradução nossa, tem inspiração na literatura do pensador liberal Karl Popper, especialmente em *A sociedade aberta e seus inimigos* (1945) com princípios que derivam de obra de Henri Bergson publicada em 1932, onde o termo aparece pela primeira vez. Popper firmou seu pensamento durante a Segunda Guerra Mundial, e argumenta que a democracia liberal é a única forma de governança política que garante a liberdade, em oposição aos regimes autoritários. O capitalismo, conseqüentemente, é assentido como mecanismo provedor e garantidor da vida plena.

Sua exposição é sustentada na crítica à Platão, cuja filosofia é assumida por Popper como totalitária, à Hegel e à Marx, repreendendo a abordagem historicista clamada pelos três filósofos. Para Popper, o método falha ao associar causas e conseqüências entre fenômenos históricos. Não à toa, o autor consente com facilidade ao liberalismo como presumido superior modo de existência. Ao remover da concepção ideal toda a sua historicidade, restam apenas fragmentos descolados de seus fundamentos – a liberdade individual é tomada de forma desagregada à distinção de classes, e a democracia emerge como solução idealizada e alegadamente universal. Este ideário nada tem de novo, e encontra sustentação na teoria econômica liberal já solidificada no período.

Assim, em um artigo publicado na revista *The Atlantic*, em 1997, intitulado *A ameaça capitalista*, Soros explica que a leitura dos pensamentos de Popper o atingiram “como a força de uma revelação” (tradução nossa). Residindo na Hungria no período, o bilionário vivenciou tanto o regime nazista quanto o comunismo soviético, e proclamou a sociedade aberta como uma oposição a ambos, sustentada sob o universalismo moral. O estabelecimento de sua primeira fundação é fruto dessa filosofia, somada ao concomitante dogma liberal sobre o uso moral de sua fortuna para o pressuposto bem coletivo. Coletividade esta que, obviamente, parte de sua visão particular sobre o que é considerado bom ou justo para o mundo.

Quer a teoria [de Popper] seja válida ou não, revelou-se muito útil para mim nos mercados financeiros. Quando ganhei mais dinheiro do que precisava, decidi criar uma fundação. Refleti sobre o que realmente me importava. Tendo vivido tanto a perseguição nazista como a opressão comunista, cheguei à conclusão de que o que era fundamental para mim era uma **sociedade aberta**. Por isso chamei a fundação de Open Society Fund e defini os seus objetivos como: abrir sociedades fechadas, tornar as sociedades abertas mais viáveis e promover um modo de pensamento crítico. Isso foi em 1979 (Soros, 1997, tradução nossa, grifo nosso).

O bilionário esclarece, em seu artigo, que ampliou sua operação com o estabelecimento de ações e novas fundações em outros países comunistas, como na Polônia, na Tchecoslováquia, e mesmo na União Soviética e na China, com a missão de dar suporte a atividades de combate ao regime. Frustra-se, todavia, ao dar-se conta que o fim do comunismo não resultou no progresso esperado nestes territórios, e passa a mirar no novo inimigo da sociedade aberta: a própria sociedade de livre mercado até então defendida. O *laissez-faire*, em sua visão, guiou a comunidade global para um ciclo de competição de interesses particulares, no qual carece de mecanismos de controle e regulação. Ou seja, a sociedade aberta, contraditoriamente, não pode ser tão desprovida de limites, ela demanda a instauração de dispositivos garantidores de seus valores morais. Nessa visão, determinadas instituições salvaguardam a própria sociedade aberta por carregarem o conhecimento necessário para guiar o coletivo.

Soros não demonstra compreender a forma como sua narrativa o reconduz aos princípios que buscou destituir. Isso ocorre porque a sociedade aberta é um projeto ideológico sem historicidade. Popper critica Marx, pois acredita que o olhar ao passado não deve guiar a construção do futuro. Por outro lado, é apenas o conhecimento dos processos já vivenciados que garante um maior entendimento das implicações de determinadas ações. Soros não reconheceu que o fim do comunismo não levaria sua nação ao progresso, porque não entendeu a operacionalização do capitalismo. E quando percebeu que os dogmas constitutivos do capitalismo também não se encaixam em sua proposição, buscou estabelecer novos limites que recaem no poder da autoridade, já que a sociedade aberta demandaria a instituição de novas forças reguladoras.

O pensamento de Soros remete ao de Andrew Carnegie no *Evangelho da Riqueza*, pois presume necessária a existência de pessoas e instituições que detém mais conhecimento para melhor conduzirem aquelas que supostamente não o possuem à “elevação da raça”. Carnegie defendia que

uma sociedade sob o domínio do individualismo alcançaria um “estado ideal”, no qual a riqueza deve ser administrada por poucos para o bem comum. A filantropia, nesta perspectiva, é elevada a uma destas instituições. A gestão privada das problemáticas globais é julgada como uma orientação para a melhor sociedade possível – a aberta.

Essa ideologia sublinha um ponto crucial relacionado à defesa da democracia clamada como um valor universal pelas fundações, tal qual discutido no Capítulo 5. No contexto do financiamento jornalístico e, conseqüentemente, da capacidade de produzir e disseminar informações, a promoção de iniciativas voltadas para a verificação de fatos, ou seja, do compromisso com a verdade, emerge como uma questão de ordem moral. De modo que parece ser fundamental a garantia da democracia por meio do fortalecimento de veículos de mídias independentes, comprometidos com os fatos e com pautas sociais importantes. Ou seja, aqueles que igualmente reproduzem os valores tradicionais do jornalismo, alinhados às expectativas do imaginário hegemônico sobre o que configura a democracia em si.

O financiamento emerge, portanto, como um mecanismo capaz de facilitar a formação de um campo midiático com projeção e alcance suficientes para, até certo ponto, disputar narrativas e, conseqüentemente, ampliar a diversidade de informações disponíveis. No entanto, é importante notar que essas narrativas permanecem dentro de um espectro discursivo que, em última instância, não desafia as lógicas de dominação estabelecidas. Além disso, assegurar a capacidade do cidadão para se informar também visa promover o fortalecimento das causas financiadas. Dessa forma, a democracia defendida parece não tanto envolver a transferência dos processos decisórios e do poder para as populações, para que se apropriem dessas esferas e as conduzam; mas sim garantir que estejam devidamente informadas e engajadas em agendas específicas. O objetivo, portanto, parece residir em cultivar uma democracia de cidadãos informados, e não de sujeitos emancipados.

Nesse contexto, levantamos no início da leitura a hipótese de que no Brasil, o jornalismo digital independente e alternativo passa por um processo de captura e reconfiguração pelas estruturas de financiamento filantrópico que potencialmente determina suas práticas de organização e gestão do trabalho e da comunicação.

A captura e a reconfiguração discutidas não se circunscrevem a um fenômeno de caráter individual. O escopo de nossa análise transcende o simples delineamento do processo no qual

determinadas instituições exercem influência sobre o funcionamento e inserção social subsequente de outras entidades no interior do jornalismo independente, sujeitando-as à sua autoridade direta. Este processo não pode ser reduzido à mera identificação empírica dos agentes capturadores e capturados, de quem ordena e quem é reordenado. Da mesma forma, nosso propósito não se restringiu à identificação das organizações envolvidas no referido processo, nem tampouco à compreensão da dinâmica específica de suas relações. Portanto, não concebemos a captura como uma questão exclusivamente relacionada à interação entre partes, mas sim como um processo em que a reconfiguração de um campo como um todo é impulsionada pelas múltiplas facetas da captura. Trata-se de um amplo movimento que, quando levado a cabo, reflete a dominação do capital sobre a vida de forma generalizada. A captura produz a reconfiguração, que a retroalimenta.

Portanto, a partir de um olhar mais abrangente, identificamos que a captura e a reconfiguração do jornalismo digital independente e alternativo possui uma gama de aspectos de caráter quantitativo e qualitativo. Todos determinam e são determinados pelas modificações mais gerais da relação de valor. Por um lado, os aspectos quantitativos se manifestam no aumento do número de arranjos articulados a partir de um modelo que, embora não possa ser reduzido a uma categorização padronizada, se manifesta no crescente montante de recursos financeiros destinados aos grupos mais ou menos identificados com tal modelo, e de modo mais amplo, ao campo no qual se inserem. Por outro, os aspectos qualitativos apresentam as características que definem, em maior ou menor grau, o funcionamento desses arranjos. Dizem respeito às suas características organizacionais, referentes à sua governança, gestão dos processos de trabalho, modos de institucionalização e caracterização jurídica, bem como certos tipos de tendência de posicionamento narrativo. Sobretudo, diz respeito aos seus modos de financiamento.

Todos esses fatores, bem como os temas que foram estudados de modo empírico e teórico ao longo da tese, compõem o fenômeno da reconfiguração e o definem do ponto de vista de suas formas particulares. No entanto, embora seja impossível compreender o fenômeno sem tal delimitação, a identificação da hipótese não se possibilita simplesmente a partir disso. Os aspectos destacados são as formas de manifestação do fenômeno na esfera do fazer cotidiano. São os elementos do real por meio dos quais o fenômeno se efetiva e, portanto, ganha concretude. Por isso, o mergulho mais profundo

que propusemos reflete nosso esforço em captar como as determinações estruturais ganham realidade por meio dos mais diversos mecanismos operativos da prática social cotidiana.

A reconfiguração é, portanto, um processo por meio do qual a atividade social específica da produção jornalística independente e alternativa passa por uma mudança formal, ou seja, seu modo de atuação é reorganizado e impulsionado por mecanismos diversos de captura. Isso altera tanto a maneira na qual os profissionais entendem a finalidade de seu ofício, como a função social que o campo no qual eles se inserem assume na contemporaneidade.

A compreensão do fenômeno a partir da abordagem materialista apoia a identificação de sua manifestação na realidade objetiva, bem como do entrelaçamento de elementos mais amplos que o conformam. Dessa maneira, procuramos esmiuçar tanto os pormenores que indicam a reconfiguração na prática do trabalho, quanto os aspectos mais gerais que delinham a reconfiguração, passando pela crise estrutural do capital e sua gestão neoliberal, pela conversão mercantil-filantrópica das lutas sociais, pela plataformização das relações sociais e do trabalho, em particular do jornalismo, entre os outros aspectos cruciais que foram tensionados.

Orientamo-nos com base em duas questões de pesquisa fundamentadas na hipótese. A intenção na primeira questão foi identificar os mecanismos pelos quais ocorrem a captura e a reconfiguração, enquanto na segunda buscamos elucidar os aspectos do jornalismo independente e alternativo que evidenciam sua reconfiguração.

O percurso metodológico nos proporcionou evidências que esclarecem que o fenômeno que caracterizamos como captura transcende o domínio da filantropia e está intrinsecamente ligado à influência das empresas de plataforma, especialmente a Alphabet, na esfera do jornalismo digital. As corporações de tecnologia operam por meio de práticas inspiradas nos moldes filantrópicos convencionais, com seus programas de doações, mas sobretudo por meio de estratégias de adequação da produção jornalística aos seus produtos e serviços. Conseqüentemente, o processo de captura em andamento é mais abrangente e está estreitamente ligado ao fenômeno da plataformização do jornalismo.

Não obstante, a consolidação do fenômeno de captura é evidenciada pela sua interação com o domínio filantrópico das fundações. Nesse contexto, a análise revela não apenas uma única instância de captura, mas sim uma multiplicidade de processos que visam exercer influências. Por um

lado, as empresas de tecnologia procuram promover um tipo de jornalismo que se alinhe com seus interesses e métodos; por outro lado, as fundações desempenham um papel significativo ao moldar o desenvolvimento de um novo domínio no jornalismo, caracterizado por sua onguização, e que opera a partir de suas lógicas e diretrizes.

Esse novo jornalismo representa, fundamentalmente, uma forma enraizada na lógica das plataformas, a ponto de os financiadores de ambas as esferas – filantropias e *big techs* – identificarem afinidades, produzindo assim o que denominamos na tese de rede de poder.

A reconfiguração que vislumbramos aponta para uma formatação em andamento, que nunca se completa plenamente, do jornalismo produzido fora do circuito *mainstream*. Este é um jornalismo marcado pela precariedade, que encontra nas possibilidades oferecidas pela rede de poder uma possível saída para seus desafios de sustentabilidade financeira, ao mesmo tempo em que reconhece as fragilidades dessas relações. Os subsídios filantrópicos provenientes de empresas e fundações produzem um efeito dicotômico. Enquanto proporcionam minimamente os recursos para a manutenção dos arranjos, também instauram a dependência a um modelo de financiamento baseado em projetos, instável e sujeito a incertezas. É essa instabilidade endêmica observada que impulsiona um processo contínuo de reconfiguração, para o qual ainda não vislumbramos evidências de uma conformação plena em um futuro próximo.

É importante dedicarmos atenção às plataformas neste contexto. Conforme delineado anteriormente, embora elas desempenhem um papel significativo no processo estudado, sua análise específica não foi o cerne da nossa investigação. Nosso objetivo foi identificar a dinâmica relacional que sustenta a hipótese de reconfiguração do campo, sem necessariamente abordar todos os desdobramentos associados – particularmente imbricados nas empresas de tecnologia e na plataformização do jornalismo.

Embora nossa investigação tenha se concentrado na filantropia das fundações, o tema das plataformas emergiu como uma questão transversal e recorrente. Ele aparece na medida em que o trabalho do jornalismo é modificado tanto pela sua interação cotidiana com as tecnologias, quanto pelo financiamento propriamente dito. Partimos da premissa de que a plataformização constitui, primariamente, um processo mais geral, inserido em um nível mais profundo da dinâmica social, que transcende sua interação com o nosso objeto. Este processo implica na reconfiguração da própria

estrutura pela qual se dá a acumulação capitalista contemporânea, resultando em efeitos que permeiam todos os poros do tecido social. Este fenômeno contraditório engendra, por um lado, novos ramos de aplicação do capital e possibilidades de mercantilização da vida; por outro, aprofunda e intensifica os alcances nos quais as crises podem emergir e se espalhar.

Do ponto de vista do nosso objeto, vale salientar que, devido à lógica operacional específica das plataformas e à significativa importância que assumem na atual dinâmica de acumulação, ficou evidente que elas exercem uma influência distintiva sobre o setor jornalístico. Este impacto é observável tanto no âmbito do jornalismo hegemônico quanto no independente. Na particularidade deste último, que nos interessa, foi fundamental tensionar as formas nas quais as forças das plataformas impulsionam a reconfiguração do setor.

Nesse sentido, ao observar a fotografia do fenômeno investigado, tornou-se evidente que há diversos outros aspectos que demandam aprofundamento, especialmente no que concerne ao processo de reconfiguração em curso e sua interação com a plataformização. Um exemplo destacado são os arranjos jornalísticos que não adotam a estrutura jurídica sem fins lucrativos e buscam estabelecer sua atuação mais alinhada ao modelo de negócios comercial. Não obstante, essas iniciativas estão estreitamente interconectadas com as atividades do campo do jornalismo independente, ao mesmo tempo em que estão integralmente inseridas no circuito das plataformas.

Alguns exemplos notáveis incluem as agências de verificação de fatos, como a Agência Lupa e Aos Fatos. Mesmo que essas agências não representem o típico objeto de atenção das fundações, o segmento apresenta estreitas afinidades com nosso objeto de estudo, pois está sujeito às mesmas interações. Destacamos o Projeto Comprova como exemplar dos fluxos identificados. Trata-se de uma iniciativa que constitui uma rede de trabalho colaborativo entre mais de 40 veículos, com coordenação da Abraji – uma intermediária de articulação – e financiamento proveniente do GNI e da Meta. Ou seja, o fluxo das lógicas interacionais ganha distintas conformações a depender do contexto. Cada categoria distinta de financiador que integra a rede de poder investe em iniciativas mais alinhadas à sua estratégia específica. No entanto, o que todas têm em comum é que estão intrinsecamente interligadas e sujeitas ao processo de reconfiguração em curso.

Posto isso, abordando a QP1, identificamos entre os mecanismos que viabilizam a captura e promovem a reconfiguração do jornalismo o estabelecimento gradual de um ambiente propício às

investidas dos financiadores, sem a necessidade da imposição de práticas específicas. Basta apenas o fomento a um cenário no qual a adaptação se torna imperativa para a sobrevivência dos arranjos.

Para assegurar esse funcionamento, responsabilidades são atribuídas aos intermediários de articulação e financiamento, os quais passam a estruturar a dinâmica do campo. São propagadas práticas e discursos que incentivam os jornalistas a ajustarem gradualmente seus arranjos para se conformarem ao modelo de operação, que inclui necessariamente a adaptação às exigências das plataformas e, no caso do nosso objeto em particular, às demandas das fundações.

Outro mecanismo diz respeito à maneira como o financiamento é propriamente concretizado, por meio de editais e condições contratuais, além dos procedimentos de avaliação de resultados e prestação de contas dos projetos. Os jornalistas rapidamente entendem que a garantia dos recursos financeiros demanda o atendimento às exigências de financiamento, mesmo que elas sejam sutis e não-verbalizadas. Demandas essas que tendem a influenciar o conteúdo que se produz, pois frequentemente estão associadas à orientação temática alinhada com as agendas de interesse dos investidores.

Resumimos, na Tabela 22, as principais evidências que contemplam a QP1:

Tabela 22: Evidências que contemplam a Questão da Pesquisa 1

Questão de pesquisa 1 (QP1): Por quais mecanismos a filantropia captura e reconfigura a produção jornalística digital independente e alternativa?
Fomento ao estabelecimento gradual de um ambiente propício às investidas dos financiadores.
Estabelecimento de diretrizes que influenciam indiretamente a institucionalização dos veículos, assim como seus processos organizacionais.
Financiamento de projetos jornalísticos e, sobretudo, de iniciativas de articulação e capacitação que influenciam práticas de gestão.
Fomento ao crescimento dos intermediários de articulação e intermediários de financiamento, que incorporam a capacidade para organizar o campo.
Estímulo à articulação no setor por meio do fomento à formação de redes de trabalho colaborativo entre diferentes veículos, garantindo a padronização de resultados em escala.
Orientação da produção jornalística de forma indireta por meio de financiamentos temáticos específicos.

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à busca por responder à QP2, os aspectos na formatação da produção jornalística digital independente e alternativa que indicaram a sua reconfiguração demonstram reorganizações internas do processo de trabalho que, por sua vez, se revelam nas relações externas de

comunicação. Destacamos a maneira pela qual os jornalistas são instigados a considerar não apenas a produção de conteúdo, mas também os aspectos relacionados à gestão administrativa. Nesse ínterim, observa-se, nos arranjos, um aumento nas discussões e na busca por novos modelos de negócios sustentáveis, os quais estão profundamente ligados e respondem ao financiamento filantrópico.

Um dos destaques fundamentais reside na notória institucionalização por meio de estruturas jurídicas sem fins lucrativos, uma tendência que se evidencia tanto quantitativamente quanto é reiterada nos testemunhos dos depoentes. Argumentamos que esse movimento, característico de um processo de onguização, não é exclusivo do Brasil, mas possui raízes na interseção entre filantropia e jornalismo nos Estados Unidos, e na forma como as relações imperialistas exportam esse modelo.

Observa-se a padronização resultante da busca dos arranjos em atender as demandas de financiamento. Os *websites* são direcionados a uma comunicação que claramente objetiva atingir os investidores, com áreas dedicadas à prestação de contas e captação de recursos.

Finalmente, evidência preponderante emerge da análise das lógicas interacionais entre os diversos agentes no campo jornalístico e o papel que assumem, sobretudo quando impulsionados pelo financiamento. Destacamos, nesse caso, a relação entre os intermediários e os veículos, bem como as dinâmicas entre os veículos maiores e os menores. Além de repassarem recursos, multiplicando o modelo, eles também passam a simbolizar o ideal de sucesso a ser alcançado. Vemos na Tabela 23 o resumo das evidências da QP2:

Tabela 23: Evidências que contemplam a Questão da Pesquisa 2

Questão de pesquisa 2 (QP2): Quais aspectos na formatação da produção jornalística digital independente e alternativa indicam sua reconfiguração?
A uniformização do modelo de negócios e de outros procedimentos institucionais.
A aceitação generalizada da estrutura jurídica sem fins lucrativos como parte integrante da institucionalização de veículos jornalísticos.
A organização das atividades em projetos com prazos definidos e metas específicas estabelecidas em função das demandas de financiamento.
A ampliação do escopo de trabalho dos projetos para além da produção jornalística textual, abrangendo áreas como educação, mobilização, entre outras.
A padronização da linguagem comunicacional nos <i>websites</i> dos veículos, com ênfase na maneira como buscam demonstrar transparência por meio de prestação de contas.
A articulação em rede entre jornalistas e veículos diversos, particularmente quando incentivados por projetos financiados com esse propósito.
O surgimento de organizações intermediárias cujo objetivo principal é facilitar a articulação do campo jornalístico visando a conformidade com as diretrizes de financiamento.

Fonte: Elaboração própria

Dentre os aspectos ainda não esclarecidos e que demandam investigação mais detalhada, destacamos a falta de clareza em relação aos impactos do fenômeno sobre o próprio conteúdo jornalístico. Exceto pela influência editorial decorrente do financiamento temático, é desafiador identificar métodos que possam sustentar uma relação causal entre financiamento e efeitos discursivos no texto produzido. Esse é um aspecto analítico relevante pois, em última instância, o conteúdo é o ponto de contato com a audiência. Assim, teríamos indicativos de como o fenômeno em questão ultrapassa as barreiras do setor e pode se refletir na dinâmica social mais ampla.

Também ressaltamos as oportunidades de investigação aprofundada sobre as lógicas interacionais do jornalismo independente e alternativo financiado filantropicamente, evidenciadas na inter-relação entre a rede de poder, os intermediários e os jornalistas. Considerando nossa ênfase particular nas fundações filantrópicas internacionais, ainda existem perspectivas de pesquisa para examinar aspectos específicos de outros financiadores, como empresas de plataforma, institutos nacionais de financiamento e intermediários de financiamento.

Como observamos brevemente, os financiadores nacionais, como o Instituto Serrapilheira e o Instituto Ibirapitanga, e os intermediários nacionais, como o Instituto Clima e Sociedade, dispõem de bancos de dados públicos que documentam o crescente investimento no jornalismo independente e alternativo. Estudos multimetodológicos mais aprofundados, que incluam análises detalhadas dos projetos e entrevistas com os financiadores e favorecidos, têm o potencial de complementar os conhecimentos iniciados aqui sobre a dinâmica relacional e o funcionamento, em especial, da rede de poder e suas influências.

Sem dúvida, será necessário acompanhar de perto os desdobramentos da criação do primeiro fundo filantrópico nacional voltado para o jornalismo, e como impactará o setor.

Vale ainda dizer que, sobretudo, necessitamos de mais esforços conjuntos entre academia, jornalismo independente e movimentos sociais para discutir as implicações da lógica filantrópica e como ela compromete as possibilidades de emancipação humana. É imperativo abordarmos criticamente a busca por soluções reais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MURAL. Sobre nós - Jornalismo local pelas periferias. Disponível em: <<https://www.agenciamural.org.br/institucional/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

AGÊNCIA PÚBLICA. Quem somos. Disponível em: <<https://apublica.org/quem-somos/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

AGÊNCIA PÚBLICA. Transparência. Disponível em: <<https://apublica.org/transparencia/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

ALIAGA, L. *Do sul ao norte: uma introdução a Gramsci*. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ALMA PRETA. Quem somos. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

ALVES, G. A subjetividade às avessas: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 223-239, dez, 2008.

AMADO, G. Associação de veículos digitais defende taxaço de plataformas e fundo para jornalismo. *Metrópolis*. 30 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/associacao-de-veiculos-digitais-defende-taxacao-de-plataformas>>. Acesso em 01 abri 2024.

AMAZÔNIA REAL. Transparência e melhores práticas. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/transparencia-e-melhores-praticas/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª. ed., São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2a ed. Boitempo Editorial, São Paulo, 2009.

APERAM; INSTITUTO PAPEL SOLIDÁRIO. Caminhos para o empreendedorismo social. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/257649-Caminhos-para-o-empendedorismo-social.html>>. Acesso em 06 jan. 2024.

ARANTES, P. E. *Esquerda e direita no espelho das ONGs*. São Paulo: [s.n], (publicado originalmente em: Cadernos ABONG, n. 27, 2000), 2021.

ARNOVE, R. F. *Philanthropy and cultural imperialism: the foundations at home and abroad*. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

ASSUNÇÃO, V. N. A teoria das abstrações em Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. *Verinotio Revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 18, a. IX, p. 46-61, out. 2014.

ATLAS DA NOTÍCIA. O Mapa do jornalismo local no Brasil. Realização Projor, 2022.

ATTON, Chris; HAMILTON, James F. *Alternative Journalism*. London: Sage Publications, 2008.

BACHUR, J. P. A teoria de sistemas sociais de Niklas Luhmann. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, [S. l.], v. 36, n. 2, 2020.

BAILEY, O. G.; CAMMARTS, B.; CARPENTIER, N. *Understanding alternative media*. Madenhead: McGrawHill Open University Press, 2008.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *X Congresso Nacional de Educação-Educere / I Seminário de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-Sirsse - PUC-PR, Curitiba, 2011*.

BARKAN, J. Plutocrats at work: how big philanthropy undermines democracy. *Social research: an international quarterly*, v. 80, n. 2, p. 635-652, 2013.

BARRY, J.; MANNO, B. *Giving better, giving smarter: working papers of the National Commission on Philanthropy and Civic Renewal*. Washington DC. 1997.

BARROS, A. Crise estrutural do capital, sua substância destrutiva e os limites da ciência. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 26-36, 2022.

BARROS, J.; MARQUES, A. F.; KINOSHITA, J.; MOLIANI, J. A.; SILVA, N. R. da; GROHMANN, R. A plataformização do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa. *Avatares de la Comunicación y la Cultura*, Buenos Aires, n. 21, p. 1-21, jun. 2021.

BEER, D. The social power of algorithms. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

BELL, E. J.; OWEN, T.; BROWN, P. D.; HAUKA, C.; RASHIDIAN, N. A imprensa nas plataformas: como o Vale Silício reestruturou o jornalismo. *Revista de Jornalismo ESPM*, São Paulo, ano 6, n. 20, p. 48-83, jul./dez. 2017.

BENSON, R. Can foundations solve the journalism crisis? *Journalism*, v. 19, n. 8, p. 1059-1077, 2018.

BENSON, R., HESSÉRUS, M., SEDEL, J. *How media ownership matters*. Oxford: Oxford University Press. No prelo.

BESLEY, T.; PRAT, A. Handcuffs for the grabbing hand? media capture and government accountability. *American Economic Review*, v. 96, n. 3, p. 720-736, 2006.

BIRNBAUER, B. *The rise of nonprofit investigative journalism in the United States*. 1st edition. New York: Routledge, 2019.

BISHOP, M.; GREEN, M. *Philantrocipitalism: how the rich can save the world*. New York: Bloomsbury Press, 2008.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUARQUE, D. Brazil is not (perceived as) a serious country: exposing gaps between the external images and the international ambitions of the nation. *Brasiliiana: Journal for Brazilian Studies*, 8(1-2), 285–314, 2019.

BUARQUE, D. Curb your enthusiasm: the status of Brazil from the perspective of great powers. *Tese* (Doutorado em Filosofia) King's College London, Universidade de São Paulo, 2022.

BULMER, M. Some observations on the history of large philanthropic foundations in Britain and the United States. *Voluntas*, v. 6, n.3, 2006.

BROWNE, H. Foundation-funded journalism. *Journalism Studies*, v. 1, n. 6, p. 889–903, 2010.

CALEGARE, M.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. *Psicologia Política*. v. 9, n. 17, p. 129-148, jan./jun. 2009.

CAMARGO, C. A comunicação do “terceiro setor” como expressão do neoliberalismo: as práticas discursivas e os sentidos do trabalho em ONGs de comunicação. 2018. *Dissertação* (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CAMARGO, C.; NONATO, C.; PACHI FILHO, F.; LELO, T. V. Jornalismo financiado por plataformas: análise dos apoios concedidos aos arranjos alternativos às corporações de mídia. *E-Compós*, v. 26, 2023.

CAMARGO, C.; SILVA, G.; FIGARO, R. O imperativo da transparência como norma legitimadora da vigilância digital no capitalismo de dados a partir do filme O Círculo. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*, v. 23, n. ja/abr. p. 57-67, 2021.

CANETTIERI, T. O Devir-Periferia do mundo: crise do capital e a condição periférica. *GEOgraphia*, v. 24, n. 52. Niterói, 2022.

CARNEGIE, A. *The gospel of wealth* (1889). New York: Carnegie Corporation of New York, 2017. Disponível em: <https://media.carnegie.org/filer_public/0a/e1/0ae166c5-fca3-4adf-82a7-74c0534cd8de/gospel_of_wealth_2017.pdf>. Acesso em 06 jan. 2024.

CARNEGIE, A. *O evangelho da riqueza (1889)*. Brasil: Tocalivros Studios. 2022.

CARNEGIE CORPORATION OF NEW YORK. Grantmaking Highlights: More than 100 years of notable grantmaking, commissions, and other initiatives funded by Carnegie Corporation of New York. Disponível em: <<https://www.carnegie.org/about/grantmaking-highlights/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

CASAQUI, V. Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora. *E-Compós*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

CASILLI, A.; POSADA, J. The platformization of labor and society. In.: GRAHAM, M.; DUTTON W. *Society and the internet: how networks of information and communication are changing our lives*. Oxford University Press, p.293-306, 2019.

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *Revista Praiavermelha*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, Jan-Jun, 2010.

CASTRO, G. Em um ano, George Soros despejou R\$ 107 milhões em ONGs brasileiras. *Gazeta do Povo*. 08 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/exclusivo-em-um-ano-george-soros-despejou-r-107-milhoes-em-ongs-brasileiras/>>. Acesso em 24 mar. 24.

CENTER FOR INVESTIGATIVE REPORTING FORM 990. Return of organization exempt from income tax. Disponível em: <<https://revealnews.org/wp-content/uploads/2022/12/CIR-2021-12-Tax-Form-990-Public-Disclosure-Copy.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2024.

CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CHESNAIS, F. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Boston: Brill, 2016.

CHOUDRY, A.; KAPOOR, D. (Editors). *NGOization: complicity, contradictions and prospects*. London: Zed Books, 2013.

CITI GPS. *Philanthropy and the global economy: opportunities in a world of transition*. 2021. Disponível em: <<https://www.privatebank.citibank.com/newcpb-media/media/documents/insights/Philanthropy-and-global-economy.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2024.

COTRIM, L. Marx. Política e emancipação humana 1848-1871. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CUKIER, K.; MAYER-SCHOENBERGER, V. The rise of big data: how it's changing the way we think about the world. *Foreign Affairs*, n. 92, p. 28-36, 2013.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamento de sentido, crise discursiva. In: Grimson, A. (Org.) *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2004.

POELL, T. & NIEBORG, D. & VAN DIJCK, J. Platformisation. *Internet Policy Review*, n. 8, v. 4, 2019.

DEUZE, M. Understanding journalism as newswork: how it changes, and how it remains the same. *Westminster Papers in Communication and Culture*, v. 5, n. 2, 4-24. 2017.

DUAYER, M. Dinossauros, mico-leões e teoria econômica. *Pesquisa & Debate*, v. 7, n. 2, 1996.

DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. *Perspectiva*, v. 19, n. 1, p. 15-39, jan-jun, 2001.

FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. *Dissertação* (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) – Universidade de São Paulo. 1999.

FANTA, A. The publisher's patron: how Google's News Initiative is re-defining journalism. *European Journalism Observatory*. 2018. Disponível em: <<https://en.ejo.ch/digital-news/the-publishers-patron>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

FEDERICI, S. *O calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEJERSKOV, A. *The Gates Foundation's rise to power: private authority in global politics*. New York: Routledge, 2018

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

FIGARO, R. *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2008.

FIGARO, R.; LIMA, C. N.; GROHMAN, R. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGARO, R. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo do trabalho. *Revista Fronteiras*. v.16, n. 2, 2014

FIGARO, R. *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia (org)*. São Paulo: ECA-USP, 2018.

FIGARO, R.; SILVA, A. F. M. da; CAMARGO, C. A.; REBECHI, C.; OLIVEIRA, D.; KINOSHITA, J.; BARROS, J. V.; MOLIANI, J. A.; SILVA, N. R. da; SANTANA, Y. Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19: 1 ano e 500 mil mortes depois. *Relatório de pesquisa*. São Paulo: ECA-USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

FIGARO, R.; NONATO, C (Org.). *Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas*. São Paulo: ECA-USP, 2021.

FIGARO, R.; BARROS, J. V.; RODRIGUES, N.; CAMARGO, C. A.; MARQUES, A. F.; MOLIANI, J. A.; KINOSHITA, J. O.; OLIVEIRA, D. F. Como trabalham os comunicadores na pandemia da Covid-19? *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, v. 3, p. 1-39, 2020.

FIGARO, R.; BARROS, J. V.; MARQUES, A. F.; RODRIGUES, N.; KINOSHITA, J. O.; MOLIANI, J. A.; CAMARGO, C. A.; OLIVEIRA, D. F. O trabalho do comunicador durante a pandemia da Covid-19. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 19, p. 278-290, 2021.

FIGARO, R.; SILVA, A. F. M. da. A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr./jul. 2020.

FISHER, D. The role of philanthropic foundations in the reproduction and production of hegemony: Rockefeller Foundations and the social sciences, *Sociology*, v. 17, n. 2, 1983.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ruth diz que filantropia se profissionalizou. 29 de setembro de 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/29/brasil/31.html>>. Acesso em 07 abr 2024.

FONSECA, B. Google pagou mais de meio milhão de reais em anúncios no Facebook contra PL das Fake News. Agência Pública, 09 de maio de 2023. Acesso em 19 mar. 2024. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/05/google-pagou-mais-de-meio-milhao-de-reais-em-anuncios-no-facebook-contr-pl-das-fake-news/#>>.

FONTES, V. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. *Observatório Social de América Latina*. CLACSO. Ano VII, n. 19, p. 341-350. janeiro-abril, 2006.

FONTES, V. Intelectuais e mídia: quem dita a pauta? In: COUTINHO, E. (Org). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

FONTES, V. *O Brasil e o capital- imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV-UFRJ, 2010.

FONTES, V. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou luta de classes? *Revista Outubro*, n. 31, 2o semestre, p. 217-232. 2018.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Revista Marx e o Marxismo*. v. 8, n. 14, 2020.

FRANÇA, V. O objeto de pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. IN: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. de. (Org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FREDERICO, C. *Ensaio sobre marxismo e cultura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Moruá, 2016.

GANTER, S. A.; PAULINO, F. O. Between attack and resilience: the ongoing institutionalization of independent digital journalism in Brazil, *Digital Journalism*, v. 9, n. 2, p. 235-254, 2020.

GÊNERO E NÚMERO. Sobre. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/sobre/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GERMER, C. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Revista Outubro*, São Paulo, n.14, p. 193 – 214, 2006.

GILLESPIE, T. The politics of ‘platforms’. *New Media & Society*, v. 12, n. 3, 347-364. 2010.

GIVING PLEDGE, THE. A commitment to philanthropy. Disponível em: <<https://givingpledge.org/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

GIRIDHARADAS, A. *Winners take all: the elite charade of changing the world*. New York: Alfred A. Knopf, 2018.

GLORIA, R. Jornalismo sem fins lucrativos ganha espaço no cenário brasileiro. *IJNet*. 11 jun. 2023. Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/story/jornalismo-sem-fins-lucrativos-ganha-espaco-no-cenario-brasileiro>>. Acesso em 22 mar. 2024.

GOOGLE NEWS INITIATIVE. Disponível em: <<https://newsinitiative.withgoogle.com/pt-br/>>. Acesso em 21 mar. 2023.

GONÇALVES, C. C. O uso social da riqueza em João Calvino. *Dissertação* (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. Volume 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo*. 2ª edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2007.

GRESPLAN, J. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. 2a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUERRA, Y.; BATISTA, A. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao serviço social. *Temporalis*, v. 21, n. 42, 2021.

GUIMARÃES, V. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. *Revista Científic@*. n.1, v.3, 2016.

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the concept of snowball sampling. *Sociological Methodology*, v. 41, n. 1, p. 367-371, 2011.

HÁJEK, R.; CARPENTIER, N. Alternative mainstream media in the Czech Republic: beyond the dichotomy of alterative and mainstream media, *Continuum*, v. 29, n. 3, p. 365-382, 2015.

HARLOW, S. Entrepreneurial news sites as worthy causes? exploring readers' motivations behind donating to Latin American journalism. *Digital Journalism*: v. 9, n. 3, p. 364–383, 2020.

HARLOW, S.; SALAVERRÍA, R. Regenerating journalism: exploring the “alternativeness” and “digital-ness” of online-native media in Latin America, *Digital Journalism*, v. 4, n. 8, p. 1001–1019, 2016.

HARLOW, S. A new people's press? Understanding digital-native news sites in Latin America as alternative media, *Digital Journalism*, v. 10, n. 8, p. 1322-1341, 2022.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELMOND, A. The platformization of the web: making web data platform ready. *Social Media + Society*, v. 1, n. 2, 2015.

HERMAN E.; CHOMSKY, N. *manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books, 1988.

HILSENBECK FILHO, A.; MACIEL, D.; OLIVEIRA, T. Jornalismo por projetos? cidadania, engajamento e novos modelos produtivos nas redes digitais. *Contemporânea* (UFBA. Online), v. v. 14, p. 72-88, 2016.

HOBBSAWM, E. *A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2a ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1997.

HOWE, B. The emergence of scientific philanthropy, 1900-1920: origins, issues and outcomes. In: ARNOVE, R. F. (Editor). *Philanthropy and cultural imperialism: the foundations at home and abroad*. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3 Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUO, S.; PARMAR, I. A new type of great power relationship? Gramsci, Kautsky and the role of the Ford Foundation's transformational elite knowledge networks in China, *Review of International Political Economy, Taylor & Francis Journals*, v. 27, n. 2, p. 234-257, 2020.

HUWS, U. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. *Cad. CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 13-30, 2014.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n.3, 2001.

IBGE. FASFIL - As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. *Principais resultados 2016*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>>. Acesso em 25 mar. 2024.

INSIDE PHILANTHROPY. The state of American philanthropy – giving for journalism & public media. *Report* (Author Mike Scutari). 2021. Disponível em: <<https://www.insidephilanthropy.com/state-of-american-philanthropy-pdfs/giving-for-journalism-and-public-media>> Acesso em 07 jan. 2024.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. Diferenças entre associações e fundações, 2009. Disponível em: <http://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Fundacoes_e_associacoes_diferencas1.pdf>. Acesso 06 jan. 2024.

INCITE!. *The revolution will not be funded: beyond the non-profit industrial complex*. Durham: Duke University Press. 2017.

INSTITUTE FOR NONPROFIT NEWS FORM 990. Return of Organization Exempt From Income Tax. Disponível em: <https://inn.org/wp-content/uploads/2023/12/INN_2022_990_Public_Disclosure.pdf>. Acesso 06 jan. 2024.

INSTITUTE FOR NONPROFIT NEWS. INN Index 2022: The State of Nonprofit News. Disponível em: <<https://inn.org/research/inn-index/inn-index-2022/>>. Acesso em 03 jan. 2024.

INSTITUTE FOR NONPROFIT NEWS. Disponível em: <<https://inn.org/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

JOIO E O TRIGO, O. Quem somos. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/quem-somos/>>. Acesso 06 jan. 2024.

JOIO E O TRIGO, O. Quem apoia o Joio e o Trigo. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/quem-apoia/>>. Acesso 06 jan. 2024.

JURNO, A. C.; D'ANDRÉA, C. F. Facebook e a plataformação do jornalismo: um olhar para os Instant Articles. *Revista eletrônica internacional de economia política da informação da comunicação e da cultura*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 179–196, 2020a.

JURNO, A. C.; D'ANDRÉA, C. F. de B. Between Partnerships, Infrastructures and Products: Facebook Journalism Project and the Platformization of Journalism. *Brazilian journalism research*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 502–525, 2020b.

KAMAT, S. The privatization of public interest: theorizing NGO discourse in a neoliberal era. *Review of International Political Economy*, v. 11, n. 1, p. 155-176, 2004.

KARSTENS, E. The media philanthropy space in 2017. *Alliance Magazine*. Dec 2017. Disponível em: <<https://www.alliancemagazine.org/feature/media-philanthropy-space-2017/>>. Acesso em 07 jan. 2024.

KLIMAN, A. A Grande Recessão e a teoria da crise de Marx. *Revista Outubro*, n. 24, 2º semestre, p.58-109, 2015.

KONIECZNA, M. Foundations and journalism: a new business model, a new set of logics. In: FERRUCCI, P.; ELDRIDGE, S. A. (org): *The institutions changing journalism: barbarians inside the gate*: Routledge, 2022.

KOSTOVSKA, I.; RAATS, T.; DONDEERS, K.; BALLON, P., Going beyond the hype: conceptualising “media ecosystem” for media management research. *Journal of Media Business Studies*, v. 18, n. 1, p.6-26, 2021.

KWAK, J. Cultural Capture and the Financial Crisis. In.: CARPENTER, D. P.; MOSS, D. (Orgs.). *Preventing regulatory capture: Special interest influence and how to limit it*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, p. 71-98, 2013.

LÊNIN, V. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2021.

LELO, T. A expansão do fact-checking no Brasil: entre o ideal da participação e os dilemas da plataformação. *Anais do XXX Encontro Anual da Compós*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2021.

LELO, T. Verdade e hegemonia nas estratégias jornalísticas de combate à desinformação. *Comunicação Mídia e Consumo*, [S. l.], v. 19, n. 55, 2022.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. 2. Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LOSURDO, D. Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem. *Lutas Sociais*. n. 13/14, 2005.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2012.

LUHMANN, N. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUMINATE. Luminare Group. Disponível em: <<https://www.luminaregroup.com/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

MAJID, A. UK journalism has received almost £80m in philanthropy since 2019 but US dominates donations for news. *PressGazette*, jul 2022. Disponível em: <<https://pressgazette.co.uk/news/philanthropy-journalism/>>. Acesso em 07 jan. 2024.

MALTHUS, T. *Princípios de economia política*: ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

MARCO ZERO. Sobre. Disponível em: <<https://marcozero.org/sobre/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

MARCONDES FILHO, C. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.

MARINI, R. Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.9, n.3, p.325-356, dez. 2017.

MARTINS, M. F. Sociedade civil e “terceiro setor”: apropriações indébitas do legado teórico-político de Gramsci. *Rev. Filos., Aurora*, Curitiba, v. 20, n. 26, p. 75-100, jan./jun, 2008.

MARX, K. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MCCHESENEY, R. W.; PICKARD, V. *Will the last reporter please turn out the lights: the collapse of journalism and what can be done to fix it*. New York: New Press. 2011.

MCGOEY, L. *No such thing as a free gift: the Gates foundation and the price of philanthropy*, London: Verso, 2015.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

META JOURNALISM PROJECT. Meta for media. Disponível em: <<https://www.facebook.com/formedia/mjp>>. Acesso em 06 jan. 2024.

MOHR, A. *The German political foundations as actors in democracy assistance*. Boca Raton: Universal-Publishers, 2010.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, C. *O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor” (org)*. São Paulo: Cortez, 2014.

MOORE, J. F. Predators and prey: the new ecology of competition. *Harvard Business Review*, v. 71, n. 3, 75–83, 1993.

MOROZOV, E. *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NECHUSHTAI, E. Could digital platforms capture the media through infrastructure? *Journalism*, v. 19, n. 8, p. 1043-1058, 2018.

NERONE, J. Journalism’s crisis of hegemony. *Javnost – The Public*, v. 22, n. 4, p. 313-327, 2015.

NETTO, J. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2a ed. Cortez Editora - Coleção questões de nossa época, v. 20. São Paulo, 1995.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8ª ed, São Paulo: Editora Cortez, 2018.

NICOLETTI, J.; FIGARO, R. Platform economy and journalism: another side to the precarious labor environment in Brazil. *Observatorio (OBS*)*, [S. l.], v. 17, n. 5, 2024.

NIEBORG, D.; POELL, T. The platformization of cultural production: theorizing the contingent cultural commodity. *New Media & Society*, v. 20, n. 11, p. 4275–4292, 2018.

NIEBORG, D.; POELL, T. The platformization of making media. In: PRENGER, M.; DEUZE, M. (org.). *Making media: production, practices, and professions*. Amsterdam University Press, p. 85-96, 2019.

NIELSEN, R.; GANTER, S. A. Dealing with digital intermediaries: a case study of the relations between publishers and platforms. *New Media & Society*, v. 20, n.4, p. 1600-1617, 2018.

NIELSEN, R.; FLETCHER, R. Comparing the platformization of news media systems: a cross-country analysis. *European Journal of Communication*, v. 38, n. 5, p. 484-499, 2023.

NORC; MEDIA IMPACT FUNDERS; THE LENFEST INSTITUTE. Journalism and philanthropy: growth, diversity, and potential conflicts of interest. *Final report*. Out 2023. Disponível em: <<https://mediaimpactfunders.org/wp-content/uploads/2023/08/MIF-report-updated-.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2024.

OLIVEIRA, E. Prefácio. In: FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

OLIVEIRA, E. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 276-283, jul./dez, 2010.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. Boitempo Editorial. São Paulo, 2015.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. Disponível em: <<https://www.opensocietyfoundations.org/>> . Acesso em 06 jan. 2024.

PAPAEVANGELOU, C. Funding intermediaries: Google and Facebook’s strategy to capture journalism. *Digital Journalism*, 2023.

PAULINO, F.; XAVIER, A. Jornalismo sem fins lucrativos: transição, sustentabilidade, expansão, e independência. *Revista Comunicação Midiática*, Bauru, SP, v. 10, n. 1, p. 154–168, 2015.

PECK, J. *Constructions of neoliberal reason*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PELTZMAN, S. Toward a more general theory of regulation. *the journal of law and economics*, v. 19, n. 2, p. 211-240, ago, 1976.

PERRET, N. Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais, *Revista Reuna*, 2011.

PERUZZO, C. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, n.17, São Paulo, 2009.

PETRAS, J. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

PETROVA, M. Political economy of media capture. In: Islam R (ed.) *Information and public choice: from media markets to policymaking*. Washington, DC: World Bank, p. 121–138, 2008.

PIERRE, F. A hegemonia do modelo objetivo e a formação do jornalista. *Comunicação & Informação*, v. 2, n. 1, p. 11-27, 1999.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. *Fronteiras*, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

PONTE JORNALISMO. Quem a gente é. Disponível em: <<https://ponte.org/sobre/>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

PONTE JORNALISMO. Quem financia. Disponível em: <<https://ponte.org/sobre/quem-financia/>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

PROPUBLICA. About us. Disponível em: <<https://www.propublica.org/about/>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

PROPUBLICA FORM 990. Return of Organization Exempt From Income Tax. 2022. Disponível em: <<https://assets-c3.propublica.org/pdf/reports/2022-Pro-Publica-Form-990.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2024.

QUINTÃO, C. Terceiro sector: elementos para referenciação teórica e conceptual. In: *Congresso Português de Sociologia*, Braga/Portugal, 2004.

REIS, A. Autoridade secular x religiosa: os escritos políticos de Lutero e Calvino (Séculos XV-XVI). *Revista De História da UEG*, v. 5, n. 1, 307-320, 2016.

RÊGO, A. R. A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 15, p. e1-e12, 2021.

REPÓRTER BRASIL. Repórter Brasil, 2022 anos. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

REVEAL NEWS. About us. Disponível em: <<https://revealnews.org/about-us/>>. Acesso em 06 jan. 2024.

REZENDE FILHO, C. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. *Revista Ciências Humanas*. Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2009.

ROBERTS, M. The crisis of capitalism in the 21st Century. *Revista Linhas*, v. 21, n. 46, p. 16-49, maio-ago. Florianópolis, 2020.

ROBINSON, W. I. Accumulation Crisis and Global Police State. *Critical Sociology*, v. 45, n. 6, p. 845-858, 2019.

RODRIGUEZ, D. The political logic of the non-profit industrial complex. In: INCITE!. *The revolution will not be funded: beyond the non-profit industrial complex*. Durham: Duke University Press, 2017.

ROELOFS, J. *Foundations and public policy: the mask of pluralism*. Suny Press, 2003.

SADOWSKI, J. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. *Big Data & Society*, v. 6, n. 1, 2019.

SALLES, F. O Papel da ONU e do banco mundial na consolidação do campo internacional de desenvolvimento. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 347-373, 2015.

SANTOS, F. FELDMAN, D. O médico e o monstro: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opostos. Elefante, 2021.

SAUNDERS, F. S. *The cultural cold war: the CIA and the world of arts and letters*. New York: The New Press, 2013.

SCOTT, M.; BUNCE, M.; WRIGHT, K. Donor power and the news: the influence of foundation funding on international public service journalism. *International Journal of Press/Politics*, v. 22, n. 2, p. 163–184, 2017.

SCOTT, M.; BUNCE, M.; WRIGHT, K. Foundation funding and the boundaries of journalism. *Journalism Studies*, v. 20, n. 14, p. 2034-2052, 2019.

SEMBRAMEDIA. *Ponto de inflexão internacional: um estudo sobre impacto, inovação, ameaças e sustentabilidade dos empreendedores de mídia digital na América Latina, Sudeste Asiático*. 2021. Disponível em: <<https://data2021.sebramedia.org/wp-content/uploads/2021/11/Inflection-point-POR-Nov3-2021.pdf>> Acesso em: 06 jan 2024.

SIAPERA, E. Platform infomediation and journalism. *Culture Machine*. v. 14, p. 1-28, 2013.

SILVA, A. F. A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. 2019. *Dissertação* (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, G.; SANSEVERINO, G.; SANTOS, M; MESQUITA, L. Como as plataformas digitais provocaram uma ruptura no modelo de jornalismo consolidado no século XX. *Revista Eptic*, v. 22, n. 1, p. 161-178, 2020.

SILVA, T. Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades. *Tese* (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISODIA, R.; SHETH, J.; WOLFE, D. *Firms of endearment: how world-class companies profit from passion and purpose*. Pearson Education, 2014.

SMYRNAIOS, N.; REBILLARD, F. How infomediation platforms took over the news: a longitudinal perspective. *The Political Economy of Communication*, v. 7, n. 1, p. 30-50, 2019.

SOROS, G. The capitalist threat. *The Atlantic*, v. 279, n. 2, p. 45–58, feb. 1997. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/ideastour/philanthropy/soros-full.html>>. Acesso em 05 fev. 2024.

SOUZA, R. B. R. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. *Revista Matrizes*, v.11, n. 3, set./dez, 2017.

SOUZA, R. B. R. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 55-69, mai/ago, 2018.

SOUZA, R. B. R. Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI. *Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 124-143, 2021.

SRNICEK, N. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

STIGLER, G. J. The theory of economic regulation. *Bell journal of economics and management science*, v. 2, n. 1, p.3-21, 1971.

VAISMAN, E. A Ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio*, n. 12, 2010.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press, 2018.

VAN ‘T HOF, E.; DEUZE, M. “If we don’t take the risk, who else would?” Self-perceptions of foundations that financially support journalism, *Journalism Practice*, 2023.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIOLIN, T. C. A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci. *Revista Eletrônica do CEJUR*, [S.l.], dez, 2006.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.

WALKER, J.; TEPPER, S. J.; GILOVICH, T. People are more tolerant of inequality when it is expressed in terms of individuals rather than groups at the top. *PNAS Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 118, n. 43, 2021.

WELLEN, H. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun, 2008.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora UNESP. 2011.

WRIGHT, K.; SCOTT, M.; BUNCE, M. (2019). Foundation-funded journalism, philanthrocapitalism and tainted donors. *Journalism Studies*, v. 20, n. 5, p. 675-695, 2019.

YAZBEK, M. C. Serviço Social, Questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Serviço Social Em Revista*, v. 21, n.1, p. 183-194, 2018.

YAZBEK, M. C. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 16-30, 2021.

YOUNG, M. *The rise of meritocracy*. Bristol: Pelican Books, 1958.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.